



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
DOUTORADO EM GEOGRAFIA**

ANDRÉ NUNES DE SOUSA

**PERCURSO HISTORIOGRÁFICO DO CAMPO DISCIPLINAR GEOGRÁFICO NA
BAHIA E EM SÃO PAULO: CONTRIBUIÇÕES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA
BAHIA E DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**

**SALVADOR
2015**

André Nunes de Sousa

**Percorso historiográfico do campo disciplinar geográfico na Bahia e em São Paulo:
contribuições da Universidade Federal da Bahia e da Universidade de São Paulo**

Tese apresentada à banca examinadora e ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia, como requisito à obtenção do título de doutor em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Angelo Szaniecki Perret Serpa.

SALVADOR
2015

TERMO DE APROVAÇÃO

ANDRÉ NUNES DE SOUSA

PERCURSO HISTORIOGRÁFICO DO CAMPO DISCIPLINAR GEOGRÁFICO NA BAHIA E EM SÃO PAULO: CONTRIBUIÇÕES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA E DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Tese defendida e aprovada, em 23 de Novembro de 2015, pela banca examinadora constituída pelos professores:

Orientador:

Prof. Dr. Angelo Szaniecki Perret Serpa (IGEO/UFBA)

Avaliadores:

Prof. Dr^a. Maria Inês Correa Marques (FACED/UFBA)

Prof. Dr^a. Mônica Sampaio Machado (UERJ)

Prof. Dr. Pedro de Almeida Vasconcelos (IGEO/UFBA)

Prof. Dr. Manoel Fernandes de Sousa Neto (FFCHL/USP)

AGRADECIMENTOS

Foram quatro anos felizes de trabalho. Anos de muito trabalho, mas de muitas alegrias também. Quero agradecer a todos que contribuíram de modos os mais diversos para realização desta pesquisa.

Inicialmente, agradeço ao professor Angelo Serpa pela confiança no meu trabalho e pela amizade nesses mais de dez anos de convivência. Aprendi com o professor Angelo Serpa o sentido do que é ser geógrafo e professor de Geografia, e aprendi também o valor da autonomia de pensamento e da independência na vida acadêmica.

Sou grato aos professores membros da banca examinadora pelas observações que me fizeram avançar na pesquisa. Agradeço aos professores Manoel Fernandes de Souza Neto e Monica Sampaio Machado por terem aceitado ao convite e pelas contribuições ao longo do trabalho. Agradeço à professora Maria Inês Corrêa Marques pela orientação decisiva no momento da qualificação, apontando falhas e indicando caminhos de tratamento teórico-metodológicos profícuos. Ao professor Pedro de Almeida Vasconcelos, minha admiração pela postura acadêmica e pela disciplina. O professor Pedro foi muito generoso ao disponibilizar raridades de sua biblioteca pessoal.

Agradeço a todos os entrevistados, professores e estudantes dos programas de pós-graduação em Geografia da UFBA e da USP, sem vocês esse trabalho não seria possível. Obrigado por terem confiado em mim.

Aos professores do Departamento e da Pós-graduação em Geografia da UFBA, meus eternos agradecimentos, especialmente aos professores Maria Auxiliadora da Silva, Guiomar Germani, Marco Antônio Tomasoni e Clímaco Dias. A epistemologia existencial apareceu primeiramente para mim nas suas aulas e trabalhos de campo, ainda que eu só tenha conseguido teorizar sobre ela muitos anos depois.

Agradeço ao professor Wendel Henrique por ter permitido que eu acompanhasse o ciclo de apresentações referente à história do pensamento geográfico, quando ministrou os Seminários Avançados, no curso de Doutorado em Geografia da UFBA.

Agradeço à professora Vitória Ottoni pelo apoio e pelos textos raros que ficaram por ser lidos, notadamente os de Kant e os de Braudel.

Aos meus colegas de jornada acadêmica, especialmente aos colegas do Grupo Espaço Livre de Pesquisa-Ação, serei sempre grato a vocês. Aos colegas do grupo Espaço Livre devo muitos momentos de alegria e de descobertas.

À Flora Pidner, Shanti Marengo, Caroline Vaz, Rainer Benjes, Claudemiro Cruz Neto, Denilson Alcântara, Tiago Rodrigues, Willian Antunes Sousa, Hingryd Freitas, Maina Pirajá, Gilberto Souza e Marcus Henrique Oliveira de Jesus, obrigado pelas contribuições.

Agradeço também aos técnicos administrativos da USP e da UFBA. À Itanajara Muniz da Silva e Dirce Almeida, sempre prestativos e atenciosos, obrigado.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, que me concedeu bolsa de estudo entre agosto de 2011 e abril de 2013 e ao Instituto Federal da Bahia – IFBA, pela liberação temporária das minhas atividades de professor.

À minha família, mãe e irmãos, e a Milena Cordeiro, obrigado pelo carinho de todos os dias e pela paciência, e me desculpem pelos excessos e faltas.

Ao amigos Lorena Kalid, Iara Canuto, Daniel Gallo, Diogo Rego e Daniel Costa, valeu pela força e pelos esclarecimentos pontuais dos “vizinhos” da Geografia.

Obrigado.

RESUMO

A presente pesquisa analisa o percurso historiográfico do campo disciplinar geográfico na Bahia e em São Paulo, tomando como referência seus dois primeiros cursos universitários – o da Universidade Federal da Bahia, UFBA e o da Universidade de São Paulo, USP – e tendo como perspectiva a constituição dos seus programas de pós-graduação em Geografia. Nesse percurso historiográfico, demonstramos que os campos científico e disciplinar se realizam na relação com outros campos da vida social e sob as determinações espaço-temporais que se impõem à sociedade, influenciando nas posições que ocupam diferentes centros responsáveis pela edificação da Geografia na história. No presente trabalho, as categorias campo e história estão submetidas ao exercício analítico de compreender a dialética dos vetores e dos eventos que incidiram e se realizaram no território nacional, sendo responsáveis pela implantação e pelo desenvolvimento do campo disciplinar geográfico. O modo como as Universidades citadas se inserem na historiografia da Geografia no Brasil se constitui como o objeto central desta pesquisa. Uma historiografia da Geografia acadêmico-universitária na Bahia e em São Paulo, com as principais influências teórico-epistemológicas que fundamentaram sua consolidação, é desenvolvida nesta tese ultrapassando o recorte espaço-temporal imediato à sua constituição, intencionando apreender relações entre eventos e vetores fundantes da Universidade e das fronteiras disciplinares, percorrendo alguns de seus antecedentes político-institucionais mais relevantes. Os textos que se seguem tentam trilhar os caminhos de uma epistemologia existencial, proposta do geógrafo Milton Santos, num esforço de abordagem teórica a partir de um lugar, em articulação escalar, como todo lugar, analisando a conformação de diferentes situações geográficas e as possibilidades de acesso dos homens e de suas instituições aos elementos do espaço geográfico.

Palavras-chaves: eventos, vetores, situações geográficas, história, campo disciplinar.

ABSTRACT

This research analyzes the historiographical course taken by the geographical disciplinary field in Bahia and São Paulo, basing the analyzes on the first University in each state to have a degree in Geography – the Universidade Federal da Bahia, UFBA and the Universidade de São Paulo, USP – considering mainly the elaboration and development of the post-graduation programs in Geography. In this historiographical path, we demonstrate that the scientific and disciplinary fields constituted themselves in close relation to other aspects of social life and under spatial-temporal determinations that are imposed to the society, therefore influencing the positions held by different research institutions at the historiography of Geography in Brazil. It is important to mention that those are the responsible for the consolidation of Geography at history. In the present thesis the categories field and history are subject of the analytical exercise of understanding the dialectics of vectors and events that occurred in Brazilian national territory and were responsible for the implementation and the flowering of the geographical disciplinary field in this country. The main objective of this thesis was to determine how the University mentioned above are situated at the historiography of Geography in Brazil. We aimed to write a history of the academic Geography in Bahia and São Paulo – focusing on the main theoretical and epistemological influences that supported the consolidation of Geographical academic research in both institutions – through the attempt of surpassing the immediate space-time frame of its constitution to apprehend the relations between the foundational events and vectors of the University and of the disciplinary borders, covering some of its most relevant political and institutional history. On the pages that follows we pursuit the path of an existential epistemology as proposed by the geographer Milton Santos. In order to accomplish that we did an effort of theoretical reflection starting from a place and tried to combine different geographical scales hence analyzing the conformation of various geographical situations and the possibilities of access to the elements of geographical space by both the researchers and the institutions.

Key-words: events, vectors, geographical situations, history, disciplinary field.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01	Mapas Grupo 01	211
Figura 02	Mapas Grupo 02	214
Figura 03	Mapas Grupo 03	215

LISTA DE TABELAS

Tabela 01	Quadro de professores de Geografia da Faculdade de Filosofia da Universidade da Bahia, 1956	93
Tabela 02	Quadro-síntese: Fragmentos de falas emblemáticos e ilustrativos dos demais professores entrevistados	173

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Mestrandos matriculados nos programas de pós-graduação em Geografia da UFBA e da USP, 1998 – 2012	203
Gráfico 2	Mestres titulados em Geografia pelos Programas de Pós-graduação em Geografia na UFBA e na USP, 1998-2013	205
Gráfico 3	Estudantes matriculados em doutorado nos Programas de Pós-Graduação em Geografia, da UFBA e da USP, 1998-2013	206
Gráfico 4	Doutores titulados nos programas de Geografia da USP, 1998-2013	207
Gráfico 5	Avaliação da CAPES para os Programas de Pós-graduação em Geografia da UFBA e da USP, 1998-2013.	208
Gráfico 6	Distribuição das dissertações do curso de Mestrado em Geografia Física da USP, por subárea, 2001 a 2014.	216
Gráfico 7	Escalas geográficas de abordagem das dissertações de mestrado em Geografia Física da USP, 2000 a 2014.	217
Gráfico 8	Principais conceitos trabalhados nas dissertações de mestrado em Geografia Física da USP, 2001 a 2014.	219
Gráfico 9	Distribuição por subárea das dissertações do Mestrado em Geografia Humana da USP, 2000-2014.	220
Gráfico 10	Escalas geográficas das dissertações de mestrado em Geografia Humana da USP, 2000 a 2014.	221
Gráfico 11	Conceitos trabalhados nas dissertações de mestrado em Geografia Humana da USP, 2001 a 2014	222
Gráfico 12	Distribuição do número de dissertações defendidas por área da Geografia na UFBA, 1997-2014.	223
Gráfico 13	Distribuição das dissertações do Mestrado em Geografia da UFBA, por subárea, 1997 a 2014	224
Gráfico 14	Escalas geográficas das dissertações de mestrado em Geografia da UFBA, 1997 a 2014	225
Gráfico 15	Conceitos trabalhados nas dissertações de mestrado em Geografia da UFBA, 1997 a 2014	226
Gráfico 16	Distribuição das teses de doutorado da Geografia Física da USP por subáreas, 2001 a 2014.	227
Gráfico 17	Escalas geográficas das teses de doutorado da Geografia Física da USP, 2001 a 2014	228
Gráfico 18	Conceitos trabalhados nas teses de doutorado de Geografia Física da USP, 2001-2014.	229
Gráfico 19	Distribuição das teses de doutorado em Geografia Humana da USP por	230

subáreas, 2000 a 2014

Gráfico 20	Escalas geográficas das teses de doutorado em Geografia Humana da USP, 2000- 2014.	231
Gráfico 21	Conceitos trabalhados nas teses do Doutorado em Geografia Humana da USP, 2000 a 2014.	232

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGB	Associação dos Geógrafos Brasileiros
ANPEGE	Associação nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia
CNG	Conselho Nacional de Geografia
CPE	Comissão de Planejamento Econômico
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
COFECUB	Programa de Cooperação Interuniversitária França-Brasil
FAUFBA	Faculdade de Arquitetura da UFBA
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IGEO	Instituto de Geociências
IGHB	Instituto Geográfico e Histórico da Bahia
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico do Brasil
IHGBSP	Instituto Histórico e Geográfico do Brasil Seção São Paulo
IPEA	Instituto de pesquisas econômicas Aplicadas
LGER	Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
PUC/Campinas	Pontifícia Universidade Católica de Campinas
UBA	Universidade da Bahia
UDF	Universidade do Distrito Federal
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFS	Universidade Federal de Sergipe
UGI	União Internacional dos Geógrafos
UNESP	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 PRIMEIRAS PALAVRAS	12
1.1 O esteio teórico-conceitual da pesquisa e o esforço por uma epistemologia existencial	15
1.2 Aportes Metodológicos	24
2. OS MOVIMENTOS SINCRÔNICOS-DIACRÔNICOS DE FORMAÇÃO E DE AFIRMAÇÃO DO CAMPO DISCIPLINAR GEOGRÁFICO	30
2.1 Uma breve história da Universidade e do campo disciplinar geográfico na escala dos eventos-vetores internacionais	32
2.2 Uma breve história da Universidade e do campo disciplinar geográfico: a conformação de novas situações geográficas e as mudanças das centralidades regionais no Brasil	47
3 A UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA E A UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO NA CONSTRUÇÃO DO CAMPO DISCIPLINAR DA GEOGRAFIA	72
3.1 A Universidade Federal da Bahia e a Universidade de São Paulo: a Geografia como campo disciplinar acadêmico-universitário no Brasil, os seus primeiros anos e direcionamentos teórico-metodológicos	76
3.2 Os cursos de pós-graduação em Geografia na USP e na UFBA, um breve arranjo dos fatos	109
4 FALAS E REMINISCÊNCIAS DE UMA AULA QUE DUROU QUATRO ANOS: O SEGUNDO MOMENTO DE UMA EPISTEMOLOGIA EXISTENCIAL	123
4.1 Motivações sobre a Geografia	124
4.2 Sobre direcionamentos teórico-metodológicos	139
4.3 Expectativas sobre o futuro da Geografia e da Universidade	178
CONSIDERAÇÕES FINAIS	186
REFERÊNCIAS	191
LISTA DE DOCUMENTOS	201
APÊNDICES	202

1 PRIMEIRAS PALAVRAS

Esta pesquisa analisa o percurso historiográfico do campo disciplinar geográfico na Bahia e em São Paulo, tomando como referência seus dois primeiros cursos universitários – o da Universidade Federal da Bahia, UFBA e o da Universidade de São Paulo, USP – e tendo como perspectiva a constituição dos seus programas de pós-graduação em Geografia. Todavia, não se trata de um estudo comparativo entre essas duas instituições e os seus programas de pós-graduação, de volumes variados no tocante à produção acadêmica e de abrangência e de potencial de inserção diferentes nos campos científico e disciplinar¹ no Brasil.

Objetiva-se demonstrar, no percurso historiográfico, que os campos científico e disciplinar, de regras e dinâmicas particulares, realizam-se na relação com outros campos da vida social (BOURDIEU, 2004) e sob as determinações espaço-temporais que se impõem à sociedade (SANTOS, 2006a), o que acarreta mudanças na posição ocupadas por diferentes centros responsáveis pela edificação da disciplina na história.

As contribuições de ordem teórico-epistemológica internas à Ciência devem, a nosso ver, ser abordadas paralelamente às possibilidades objetivas oferecidas por vetores e eventos que (re)configuram os territórios (SANTOS, 2006a), para que possamos melhor compreender a centralidade que exercem regiões e instituições/agremiações na historiografia do campo científico e das disciplinas parcelares, nas suas várias fases.

Ao longo deste trabalho, as categorias campo e história estão submetidas ao exercício analítico de compreender a dialética – sincrônica-diacrônica, estrutural-conjuntural – dos vetores e dos eventos que incidiram e se realizaram no território nacional, sendo responsáveis pela implantação e pelo desenvolvimento da instituição universitária, particularmente na Bahia e em São Paulo, e de seu modo disciplinar moderno de compreensão do mundo, no qual se inserem os cursos de pós-graduação em Geografia da UFBA e da USP. O eixo analítico segue, pois, os pressupostos de

¹ A noção de campo científico advém da teoria de Pierre Bourdieu, conforme será visto ao longo do trabalho. Já a sua derivação em campo disciplinar, inscrito na ideia de um campo científico, tomamos emprestado do professor Antônio Carlos Robert Moraes (2005).

Milton Santos; as categorias externas campo e história, advindas das teorias de Pierre Bourdieu (2004) e de Walter Benjamin (1996), respectivamente, dão suporte e embasam a análise².

A despeito da notoriedade alcançada por outros centros dedicados às investigações geográficas no Brasil, o olhar da pesquisa tomou por objeto os processos de conformação e de desenvolvimento do campo disciplinar geográfico tendo como perspectiva os cursos de pós-graduação em Geografia na UFBA e na USP, duas Universidades animadas por lógicas regionais distintas (decerto que imbricadas na mesma realidade/totalidade). O modo como as referidas instituições inserem-se na história da Geografia no Brasil aparece como o mote central das análises dos capítulos que se seguem.

Realizar o presente trabalho na Universidade em que me graduei como geógrafo, a UFBA, somando uma experiência e o envolvimento de mais de doze anos com a referida instituição – instituição central na região nordeste do Brasil e que abrigava um dos cinco cursos de doutorado em Geografia na fase das investigações de campo da pesquisa –, ofereceu possibilidades e desafios de tentar entender a disciplina que produzimos e o seu lugar na estrutura acadêmica nacional, possibilitando a construção de uma historiografia da Geografia na Bahia. Já a escolha pela USP, como contraponto a ser analisado, deveu-se ao fato de essa se apresentar como Universidade pioneira na formação de pós-graduados em Geografia, hoje espalhados pelos principais centros de pesquisa e ensino de Geografia do país, portanto com influência direta em termos nacionais no campo científico, destacando-se como uma centralidade institucional da disciplina no Brasil.

A historiografia da Geografia acadêmico-universitária na Bahia e em São Paulo, com as principais influências teórico-epistemológicas que fundamentaram sua consolidação, é remontada nesta tese ultrapassando o recorte espaço-temporal imediato à sua constituição, tentando apreender relações entre eventos e vetores fundantes da Universidade e das fronteiras disciplinares, percorrendo alguns de seus antecedentes político-institucionais mais relevantes.

² Devo ao Grupo Espaço Livre de Pesquisa-Ação, ligado ao Departamento e ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia – UFBA, coordenado pelo professor Angelo Serpa, as articulações teóricas fundamentais da tese.

Quando decidimos nos debruçar sobre os processos de conformação e de desenvolvimento do campo disciplinar na Bahia e em São Paulo até a constituição dos cursos de pós-graduação em Geografia na Universidade Federal da Bahia e na Universidade de São Paulo pensamos poder avaliar duas situações³ espaciais distintas (SANTOS, 2006a): distintas, mas que carregam em seu percurso semelhanças e particularidades no tocante às influências e às bases político-institucionais e teórico-metodológicas de suas constituições, como veremos ao longo da tese.

O limite espaço-temporal da tese segue dividido pelos capítulos que a compõem a partir de recortes que tomam como eixo marcos político-institucionais significativos para a vida social e para a consolidação da instituição universitária, descendo em escala do âmbito internacional às conjunturas locais. É assim que, após o presente capítulo introdutório sobre as bases teórico-conceituais e metodológicas da pesquisa, realizamos no segundo capítulo um breve passeio pelas origens da Universidade, entre os séculos XI e XII, e por uma atenção mais cuidadosa sobre as transformações do espaço-tempo e sobre a conformação do campo disciplinar geográfico nos séculos XVIII e XIX na Europa e no Brasil, até chegarmos à criação dos cursos e congressos de Geografia na Velha República, no início do século XX, no território nacional.

O terceiro capítulo toma como marco temporal a Era Vargas, com a modernização do território e do aparelho estatal nacionais e a consolidação das Universidades, paralela ao início dos cursos universitários de Geografia no Brasil, encerrando-se com a criação do curso de doutorado em Geografia na Bahia, em 2011. O quarto capítulo toma como base as narrativas de professores e de estudantes vinculados aos programas de pós-graduação em Geografia na UFBA e na USP à época das pesquisas de campo da tese, tentando apreender suas compreensões sobre as trajetórias e as tendências do campo disciplinar geográfico. Seguem-se ao quarto capítulo as considerações finais, apêndices e anexos.

³ “[...] A noção de situação, utilizada em filosofia e sociologia, pode, em geografia, ser assimilada à noção de área de ocorrência [...]. Essa combinação de fins e de meios, de objetivos finais e objetivos intermediários, muda ao longo do tempo. Por isso também muda a superfície de incidência, a área de ocorrência, a situação e sua extensão [...]” (SANTOS, 2006a, p. 151).

Por fim, ainda no rol das primeiras palavras, mas com maior importância, os textos que se seguem tentam trilhar os caminhos de uma epistemologia existencial⁴, proposta do professor Milton Santos (2006b [1996]), o que significa um esforço de abordagem teórica a partir de um lugar – sempre em articulação escalar, como todo lugar – pautada nas imbricações entre os vetores e os eventos que se instalam e se realizam nas espacialidades de nossas vidas e que são, metodologicamente, associados/desassociados na trama explicativa da Geografia moderna.

1.1 O esteio teórico-conceitual da pesquisa e o esforço por uma epistemologia existencial

A primeira metade do século XX situa no calendário nacional um período de iniciativas que desembocaram na criação dos primeiros cursos universitários de ensino de Geografia no Brasil, articulados em seguida a laboratórios, centros de pesquisa e associações profissionais, dando início e subsidiando um processo de normatização do saber geográfico produzido no país. Trata-se, em verdade, de um desenrolar de acontecimentos sincrônicos-diacrônicos de horizontes mais remotos, entrelaçados e responsáveis pela realização histórica da Universidade e do campo disciplinar geográfico e mesmo pela variação de interpretações acerca das transformações da própria Geografia no tempo.⁵

A vida social e suas realizações, afirma Milton Santos (2006a), se dão no espaço geográfico segundo temporalidades diversas. Essas temporalidades são mediadas, fixadas e (ou) relativizadas por vetores (concretos ou abstratos) que incidem e se instalam nos territórios, articulados dialeticamente aos eventos, conformando uma diversidade de situações geográficas. A indissociabilidade entre os diferentes eventos e vetores – diferentes em natureza, duração e

⁴ O texto ao qual nos referimos intitula-se *Por uma epistemologia existencial* e foi derivado de uma conferência proferida por Milton Santos no âmbito do V Congresso da Sociedade Latino-americana de Estudos sobre a América Latina e Caribe, conforme consta nas referências. Nesse texto, Milton Santos discorre sobre o exercício de pensar a América Latina a partir de teorias adequadas às dinâmicas socioespaciais às quais estão submetidos os países que compõem esse arranjo continental, isto é, as situações geográficas produzidas nos territórios desse arranjo. Tendo em vista que a explanação do professor ocorreu em um fórum acadêmico limitado por tempo e forma que não permitem maior aprofundamento teórico (mesa-redonda), ousamos aqui em trazer as breves palavras de Milton Santos sobre uma epistemologia existencial para o fluxo de sua obra, isto é, articulando e teorizando a partir de outros de seus escritos.

⁵ Sobre os modos como se desenvolveu o campo disciplinar geográfico no território nacional e as contribuições de diferentes agentes e instituições ao longo do tempo ver, entre outros, Monteiro (1980) Sousa Neto (2000), Moraes (2005), Mary (2005), Pereira (2005), Guimarães (2006), Seabra (2008), Théry (2009), Machado (2009), Cardoso (2009), Ab'Saber (2011), Mamigonian (2011), Silva; Gonçalves (2011), Sousa (2014).

extensão – põe o espaço na condição de determinante-determinado, ao passo que cria uma multiplicidade de situações geográficas para a vida dos homens e de suas instituições (SANTOS, 2006a).

Se considerarmos o mundo como um conjunto de possibilidades, o evento é um veículo de uma ou algumas dessas possibilidades existentes no mundo. Mas o evento também pode ser o vetor das possibilidades existentes numa formação social, isto é, num país, ou numa região, ou num lugar, considerando esse país, essa região, esse lugar como um conjunto circunscrito e mais limitado que o mundo [...] Os eventos são, simultaneamente, a matriz do tempo e do espaço (SANTOS, 2006a, p. 144-145).

A partir da apreensão da conformação de diferentes situações geográficas no tempo e pautadas na operacionalização da noção evento-vetor, as páginas que se seguem buscam uma compreensão sobre a institucionalização do saber acadêmico universitário paralelamente à consolidação do campo disciplinar geográfico no Brasil, pondo em destaque os estados da Bahia e de São Paulo e apresentando alguns dos mais relevantes agentes e processos, suas espacialidades e temporalidades.

De uma breve passagem pelas primeiras investidas para a criação da Universidade no Brasil seiscentista até o desenvolvimento dos novos programas de pós-graduação no país, organizados após as Reformas dos Governos Militares para a Educação, de 1968, a pesquisa tenta revelar como a produção do conhecimento vincula-se aos vetores e aos eventos externos ao campo científico, que incidem e se realizam em escalas espaço-temporais as mais diversas.

O evento é sempre presente, mas o presente não é obrigatoriamente o instantâneo. Daí decorre a ideia de duração, isto é, do lapso de tempo em que um dado evento, guardando suas características constitucionais, tem presença eficaz. Isso é importante reconhecer, quando desejamos distinguir a ação de eventos consecutivos ou simultâneos. Podemos admitir que, ao lado de uma duração natural, o evento também pode ter uma duração organizacional. A duração natural deriva da natureza original do evento, de suas qualidades individuais, de sua estrutura íntima. Mas, podemos, também, prolongá-lo, fazendo-o durar além do seu ímpeto próprio, mediante um princípio de ordem [...] (SANTOS, 2006a, p. 148-149).

O esforço de Milton Santos, na extensão de sua obra, foi o de construir um sistema teórico-conceitual capaz de acompanhar o movimento da sociedade presente em sua dimensão espacial, engendrando uma teoria devotada à compreensão dos modos de acesso dos homens e de suas instituições ao espaço geográfico, seus elementos e suas possibilidades – um empenho intelectual que, decerto, conota e exige uma apreensão sensível à diversidade de situações geográficas

construídas historicamente e sob as dinâmicas das diferentes temporalidades, sempre com vistas à totalidade.⁶

“[...] Mas, no espaço geográfico, se as temporalidades não são as mesmas, para os diversos agentes sociais, elas, todavia, se dão de modo simultâneo” (SANTOS, 2006a, p. 159). Essas palavras sugerem, primeiramente, que uma epistemologia que se deseje adjetivada de existencial deve estar atenta aos modos como o passado articula e participa do presente a partir da incidência de determinados vetores e da sucessão e dos desdobramentos de eventos definidores de novas situações geográficas, e de como esse presente direciona a vida dos homens – vida imbricada em uma co-existência socioespacial, mas enredada por temporalidades/ritmos distintas/os (SANTOS, 2006a, 2006b, 2008a).

Não nos parece prudente, com atenção à teoria do professor, entender que uma epistemologia existencial deva significar uma recusa aos vetores da racionalidade ocidental, moderna e hegemônica, que incidiram e se realizaram nos últimos três séculos em nosso território, sobretudo aqueles vetores responsáveis pela constituição e pela consolidação da Universidade e dos campos científico e disciplinares. Tampouco uma epistemologia existencial significaria a busca por uma pretensa racionalidade essencialista, no sentido hegeliano, autóctone, nativa dos trópicos úmidos ou referenciada numa ancestralidade longínqua.

Uma epistemologia existencial deve estar pautada, a nosso ver, inicialmente, na compreensão das sincronias e das diacronias das quais são tributárias as coexistências socioespaciais. Compreender

⁶ Aqui cabe ser referenciada a proposta analítica do professor Antônio Carlos Robert Moraes (2005) que, assim como os aportes metodológicos miltonianos, também se esforça em superar a dicotomia internalismo *versus* externalismo no estudo da História do Pensamento Geográfico. Todavia, diferente de Santos, Moraes articula procedimentos da epistemologia (tradução e/ou análise de obras normativas centrais da Geografia moderna), da história da Ciência (estudos históricos sobre instituições, linhagens acadêmicas, filiações teóricas, entre outros) e da sociologia do conhecimento (contextos sociais, concepções de ciência, interesses e conflitos sociais, entre outros), ancorado em uma leitura lukacsiana, percorrendo os passos de uma ontologia do ser social no espaço e da Geografia como representação/discurso dessa experiência social no espaço. Milton Santos, por sua vez, toma como base analítica e de construção teórica, sobretudo, as premissas sartrianas, destacadamente a noção de prático-inerte, derivadas e apresentadas com mais clareza em *A natureza do espaço* (a primeira parte da obra se intitula *Uma ontologia do espaço: noções fundadoras*), mas presente, antes mesmo, na indicação de seu projeto disciplinar em *Por uma Geografia Nova*: “Se o espaço organizado é também uma forma, um resultado objetivo da interação de múltiplas variáveis através da história, sua inércia é, pode-se dizer, dinâmica. Por *inércia dinâmica* queremos significar que as formas são tanto um resultado como uma condição para os processos. A estrutura espacial não é passiva mas ativa, embora sua autonomia seja relativa, como acontece às demais estruturas sociais” (SANTOS, 2008a [1978], p. 185).

que “[...] cada lugar é uma combinação quantitativa e qualitativa específica de vetores [...]” e que, portanto, “[...] a vida social, nas suas diferenças e hierarquias, dá-se segundo tempos diversos que se casam e anastomosam, entrelaçados no chamado viver comum” (SANTOS, 2006a, p. 151 e 159).

Trata-se de entender as bases e a consolidação de uma racionalidade proposital-instrumental (HARVEY, 2009) que nasceu na Europa e, rapidamente, ganhou o Ocidente. Racionalidade entendida como um vetor, diria Milton Santos, que incide e se realiza em um tecido socioespacial pré-existente. Nos subespaços, isto é, nas distintas situações geográficas configuradas no tempo, vetores e eventos de diferentes naturezas, extensões e durações se implicam, formando arranjos socioespaciais específicos, sempre em movimento, evidenciando uma dialética que opera em múltiplas escalas e oferecendo possibilidades diferentes aos homens e suas instituições (SANTOS, 2006a).

Da constatação dessa dialética decorre a necessidade de emprendermos uma tarefa analítica que dê conta das sincronias e das diacronias responsáveis pelos diferentes arranjos socioespaciais e suas formas-conteúdos, associadas ao movimento maior de realização da racionalidade moderna (totalização/totalidade).

[...] O importante, mesmo, é unir esses dois esforços, já que cada fase do processo pode também ser vista como uma situação; e cada situação pode ser vista como um corte num movimento que é desigual, segundo levemos em conta este ou aquele elemento. Diacronia e sincronia, vistas através do espaço geográfico são, exclusivamente, duas faces de um mesmo fenômeno, ou, ainda melhor, duas formas de perceber um movimento unitário (SANTOS, 2006a, p. 263-264).

A interpretação dos modos como se constroem os campos científico e disciplinares, suas teorias e história, deve, pois, levar em consideração as relações que a Ciência estabelece com outros campos da vida social, se concordamos que a realização do campo científico está também submetida às mesmas ou similares lógicas que (re)criam as situações socioespaciais de que fala Milton Santos (2006a). Contudo, como “não há esforço crítico sem riscos” (SANTOS, 2008a, p. 25), os pressupostos de Milton Santos, que indiciam o caráter de uma obra aberta e em movimento – o que em nada diminui o seu rigor –, serão associados nesta pesquisa às categorias

história e campo, conforme já foi dito, de modo a nos ajudar a pensarmos uma epistemologia existencial que sobreleve a força do lugar.⁷

Uma epistemologia existencial deve, em adição ao que já foi dito, se esforçar em habitar o espaço-tempo da pesquisa, sempre com atenção às diacronias e às sincronias que se impõem aos objetos ou sujeitos pesquisados e ao próprio processo de pesquisa, o que significa, também e em segundo lugar, romper com algumas crenças positivistas na construção teórica, crenças que desconsideram outros ângulos possíveis de se observar a realidade (outras situações), o caráter aberto da história e a possibilidade de essa história ser percorrida por outras *passagens* (BENJAMIN, 1996, 2006, 2011).

As abordagens históricas nesta pesquisa, conforme dito anteriormente, foram enriquecidas pelos pressupostos do filósofo alemão Walter Benjamin (1996, 2006, 2011). Na busca por uma renovação crítica das críticas histórica e artística europeias das primeiras décadas do século XX, Benjamin rompe com a ideia positivista de que seria possível acessar os eventos ou o cotidiano do passado exatamente como se deram suas realizações (SELIGMANN-SILVA, 2006).

Nas palavras de Benjamin, “Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo ‘como ele de fato foi’. Significa apropriar-se de uma reminiscência [...] A história é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de ‘agoras’ [...]” (BENJAMIN, 1996, p.224-229, teses 6 e 14). Abrem-se, assim, a quem conta uma história, imediatamente, uma dimensão estética e outra política, estabelecendo e desdobrando uma trama teórico-conceitual complexa quando amparada nos escritos de Benjamin: estética, pois repleta de reminiscências e de representações, e política, pois quem conta, conta a partir de um lugar (SELIGMANN-SILVA, 2006).

O que chamamos *história* são arranjos de fragmentos, um encadeamento de fatos (eventos, diria Milton Santos) contados segundo a posição de quem os conta. Não se trata de relativismo vazio

⁷ Sobre a força do lugar, a professora Mônica Sampaio Machado (2014) sugere, como percurso metodológico, um exame atento à relação entre a trajetória espacial dos autores e suas produções intelectuais. Embora esta não seja a perspectiva metodológica adotada nesta tese, compreendemo-la também como um esforço de epistemologia existencial.

ou abstrato, mas da compreensão de que nem todas as passagens da vida cotidiana são percorridas pela historiografia dominante – a história toma outros contornos quando vista e arranjada por outros ângulos (BENJAMIN, 1996, 2006, 2011).

Benjamin propõe que “o historiador deve construir uma ‘experiência’ (*Erfahrung*) com o passado (tese 16) [...]”. (GAGNEBIN, 1996, p. 08). Concepção de história que aparecerá corriqueiramente em seus textos, a experiência do passado contrapõe esse conceito, o de experiência, ao de vivência (*Erlebnis*). A vivência está ligada à reflexão individual e à subjetividade do indivíduo, ao passo que a experiência se apresenta e se constrói publicamente, na presença do outro (BENJAMIN, 1996). Todavia, Benjamin não trata tais conceitos sob uma estrutura dicotômica de análise, é antes a crise da experiência em detrimento da vivência o que mais lhe preocupa.

O par dialético vivência-experiência é trabalhado nesta tese a partir de uma série de narrativas sobre as quais também se apoia este esforço historiográfico. As narrativas trazem consigo uma dimensão prática verificada na sua capacidade de perpetuar vínculos sociais, notadamente aqueles que se estabelecem entre as diferentes gerações (BENJAMIN, 1996). É sobre esses termos que o filósofo alemão concebe a narrativa como ato de intercambiar experiências, alimentado pelo interesse coletivo em conservar o que foi narrado. “[...] A narrativa, enquanto elaboração discursiva, parte da lembrança individual, localizada no coletivo [...]” (MARQUES, 2010, p. 47).

As contribuições de Benjamin, como descritas a seguir no tópico referente aos aportes metodológicos, deram suporte às tarefas de analisar e de arranjar vetores e eventos que incidiram e se realizaram no território nacional, particularmente na Bahia e em São Paulo, instituindo a Universidade e os campos científico e disciplinar, nos possibilitando organizar, coerentemente, uma historiografia amparada na conformação de diferentes situações geográficas no tempo.

Sobre a noção de campo, tal como é tratada a Geografia nesse esforço historiográfico, é necessário referenciar outra teoria, elucidativa desse conceito. Autor de muitos temas e de proposições acerca de suas investigações, Pierre Bourdieu (2004, 2006) dedicou parte de seus

estudos às dinâmicas responsáveis pela constituição do saber produzido entre os muros da Universidade e ao diálogo estabelecido entre esse saber e a sociedade de modo mais amplo, lançando mão da teoria dos campos sociais.

Bourdieu (2004) apresenta-nos, com preocupações didáticas, dois grandes grupos de análise sobre os quais geralmente são interpretadas as construções científicas: uma dita pós-moderna, baseada na múltipla interpretação dos textos, e outra que se pretende moderna, geralmente ligada à teoria marxista, que se ocupa das determinações sociais e de suas influências naquilo que produz a Ciência. O que Bourdieu propõe é, pois, um deslocamento das análises desses dois polos para termos intermediários: nem uma Ciência que se engendra a si própria, nem uma Ciência que seja um mero reflexo de determinações sociais.

Minha hipótese consiste em supor que, entre esses dois polos, muito distanciados, entre os quais se supõe, um pouco imprudentemente, que a ligação possa se fazer, existe um universo intermediário que chamo *o campo literário, artístico, jurídico, ou científico*, isto é, o universo no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem a arte, a literatura ou a ciência. Esse universo é um mundo social como os outros, mas que obedece a leis sociais mais ou menos específicas (BOURDIEU, 2004, p.20).

A noção de campo aparece na teoria de Bourdieu (2004) como um microcosmo de regras e de dinâmicas mais ou menos próprias, mas em relação/articulação com as outras esferas da vida social, implicadas no macrocosmo. O campo é entendido, pelo sociólogo, como um espaço social de tensão e de disputas sobre razões e concepções de mundo construídas pelos agentes/grupos que formam a sua comunidade. Nas análises que desenvolve sobre a Ciência, Bourdieu (2004) pontua que uma das particularidades do campo científico é a de que a comunidade tende a concordar quanto aos princípios gerais de verificação e de demonstração da realidade, embora haja frequentemente discordâncias quanto aos métodos e às teorias empregadas.

Contudo, não é sobre as disputas internas ao campo que esta tese lança sua atenção. Ainda que tenhamos em mente que as verdades científicas sejam construídas sob consensos e (ou) refutações em torno das quais a comunidade de pesquisadores, em um dado momento histórico, tende a convergir ou divergir, estabelecendo relações que podem ser de agregação em torno de determinadas ideias, grupos e indivíduos ou de conflitos e embates teórico-metodológicos sobre a

disciplina e os seus rumos, é, antes, a relação que o campo e suas instituições estabelecem com as reconfigurações dos territórios o que nos interessa.

O esforço da tese é o de demonstrar que centralidades científicas constroem-se e desconstroem-se no tempo não apenas a partir das dinâmicas internas ao campo, mas, sobretudo, acompanhando o próprio movimento do território e a conformação de diferentes situações geográficas no seu percurso histórico. Tendo esse objetivo como central, a construção da tese e seus procedimentos metodológicos de elaboração foram pautados em uma série de narrativas que nos possibilitaram, em conjunto com a revisão bibliográfica, associar o movimento interno de desenvolvimento do campo disciplinar, com destaque para os centros em análise, ao próprio movimento do território nacional e às reconfigurações de distintas situações geográficas.

Como isso, não nos lançamos em um exame exaustivo sobre programas de cursos de graduação e (ou) de pós-graduação, bem como sobre a produção intelectual de seus membros participantes, as atas departamentais, os memoriais de ingresso e (ou) de titulação dos pesquisadores vinculados a esses centros, entre outras fontes, capazes de contribuir para uma apreensão das convergências, divergências, consensos e embates teórico-metodológicos internos ao campo disciplinar, conforme será visto nos aportes metodológicos.

As leituras referentes à teorização de Bourdieu sobre os campos no espaço social (2004, 2006), antecedem-nos e aparecem nas reflexões desenvolvidas na crescente produção acadêmica sobre a história do pensamento geográfico no Brasil. Investigações como as de Antônio Carlos Robert Moraes (2005) e de Mônica Sampaio Machado (2009) validam a afirmação. Além disso, vem desses mesmos autores a lembrança de que a proposta de articulação entre estrutura e sujeito, característica da abordagem bourdieuana para o estudo dos campos, encontra-se como perspectiva de análise na obra do professor Horácio Capel, desde finais da década de 1970.

Contextualizando a Geografia nos moldes como trataremos na tese, como forma de conhecimento engendrado pela Ciência moderna, e tendo como proposta analítica os pressupostos de Pierre Bourdieu, os textos do professor Antônio Carlos Robert Moraes (2005) também nos auxiliam na tarefa de desfazer algumas confusões ou ambiguidades que, por ventura, possam aparecer, reclamando uma história mais extensa, mas também menos precisa, sobre o pensamento

geográfico no Brasil e, particularmente, nos estados da Bahia e São Paulo. As palavras de Moraes delimitam bem a perspectiva de análise nesta pesquisa:

É esse conjunto mais restrito de formulações – que tenta estabelecer uma “ciência geográfica” – que consolida ao longo do século XIX uma tradição acadêmica no sentido bourdieuano, criando um campo disciplinar razoavelmente autônomo (pedagógico, de pesquisa, e universitário) e uma comunidade de especialistas (com suas linhagens teóricas e com uma linguagem próprias) (MORAES, 2005, p. 26).

Os campos científico e disciplinar, nos esclarece, mais uma vez, o professor Moraes (2005), têm nos ritos, linguagens, dinâmicas e regras que lhe caracterizam os seus elementos de distinção, de afirmação e de legitimação perante outras comunidades e saberes constituídos. A edificação do campo disciplinar, difusa em termos espaço-temporais, tem nas suas normatizações um dos elos essenciais de sua identidade.

Assim, amparado nas teorizações de Pierre Bourdieu, pode-se analisar a “geografia moderna” como o projeto de um campo científico singular, com sua história própria, que logra legitimação e institucionalização por caminhos variados e com uma cronologia específica de país a país, porém remetendo a filiações e paradigmas comuns, que acabam por conformar um corpo de especialistas (uma comunidade ou corporação) que cria e implanta estratégias de reprodução desse campo. Entre elas a difusão da própria geografia-ciência pelos diferentes quadrantes do globo como a forma legítima de estudar os lugares terrestres (MORAES, 2005, p. 26).

Tomando as palavras do professor Moraes (2005) como elemento esclarecedor, esta pesquisa se deteve à Geografia em um contexto de Ciência moderna e, particularmente, aos dois centros propostos para a análise teórica, ainda que, no resgate de alguns de seus antecedentes político-institucionais mais relevantes, tenha perpassado por alguns outros lugares e instituições. As explanações teórico-conceituais, abordadas nos parágrafos anteriores, devem, pois, auxiliar na compreensão das relações estabelecidas entre os diferentes vetores e eventos que incidiram e se realizaram no território nacional, responsáveis pela institucionalização da Universidade e do campo disciplinar geográfico, e, igualmente, na compreensão sobre o lugar que assumem os centros pesquisados na estrutura acadêmica nacional no tempo.

É certo ainda dizer que outros autores auxiliaram o desenvolvimento desta pesquisa no uso que fizemos de seus textos e reflexões, sobretudo no tocante àqueles que se ocuparam em teorizar sobre a instituição universitária, a história do pensamento geográfico e a epistemologia da

Geografia. A base teórico-conceitual apresentada neste tópico teve tão somente a função de demonstrar de forma mais clara o eixo analítico e as categorias centrais da pesquisa.

1.2 Aportes Metodológicos

As investigações tiveram como finalidade o arranjo de uma historiografia do campo disciplinar geográfico tendo como perspectiva os dois primeiros cursos universitários de Geografia na Bahia e em São Paulo – o da UFBA e o da USP – e os seus programas de pós-graduação em Geografia, conforme dito ainda nas primeiras palavras desta tese. O intuito foi o de demonstrar, nesse percurso historiográfico, que os campos científico e disciplinar realizam-se na relação com outros campos da vida social (BOURDIEU, 2004) e sob as determinações espaço-temporais que se impõem à sociedade (SANTOS, 2006a), acarretando mudanças na posição ocupada por diferentes centros responsáveis pela edificação da disciplina na história.

Para tanto, paralelamente às investigações bibliográfica e documental relevantes sobre o processo formativo do campo disciplinar geográfico na Bahia e em São Paulo e sobre as origens e o desenvolvimento das instituições acadêmicas abordadas, nas quais nos esforçamos em apreender alguns de seus principais antecedentes político-institucionais e bases teórico-epistemológicas, nas suas distintas fases, procedemos com um trato metodológico amparado nos escritos de Walter Benjamin sobre a Filosofia da História e sobre a elaboração discursiva da narrativa como possibilidade de perpetuação dos vínculos sociais da vida e como método que garante e afirma o caráter aberto da história.

No tocante às análises bibliográfica e documental realizadas, ainda que tenhamos seguido uma cronologia ancorada em marcos político-institucionais (vetores-eventos) significativos para a vida social e fundantes da instituição universitária e do campo disciplinar geográfico, descendo em escala do âmbito internacional às conjunturas locais e percorrendo um caminho que partiu dos acontecimentos mais antigos para os mais recentes, o arranjo desse passado foi articulado, por vezes, com saltos ou voltas pontuais no tempo, como propõe Walter Benjamin (1996).

A breve passagem pelas origens da Universidade, entre os séculos XI e XII, esboçada em linhas gerais no segundo capítulo, serve de contraponto às transformações do espaço-tempo e à conformação de um campo disciplinar para a Geografia moderna nos séculos XVIII e XIX, na Europa e no Brasil, imbricadas na própria modernização dos territórios. A criação dos cursos e a realização de congressos de Geografia na República Velha, no início do século XX, no território nacional, e particularmente na Bahia e em São Paulo, que será demonstrada no segundo capítulo por meio de revisão bibliográfica, funcionará como elemento delimitador do recorte epistemológico da tese definido pela edificação de um campo disciplinar moderno para a Geografia.

A contextualização político-econômica iniciada na Era Vargas, apreendendo suas implicações na vida social e na consolidação e no desenvolvimento das Universidades e do campo disciplinar geográfico, até a criação dos cursos de pós-graduação nos centros em análise, apreendida também mediante revisão bibliográfica no terceiro capítulo, teve o sentido de demonstrar a transição apresentada no segundo capítulo entre os primeiros esforços sobre os quais se formou o campo geográfico – de limites disciplinares mais flexíveis e aportes metodológicos em vias de afirmação inicial – e a segmentação e a especialização que acompanharam uma normatização mais rígida estabelecida a partir das Reformas dos Governos Militares para a Educação, na década de 1960, e que se aprofundaram na inserção continuada do país nas diretrizes da Ciência ocidental.

A seleção da produção bibliográfica acadêmica referente aos antecedentes históricos dos centros em análise contemplou, prioritariamente, as publicações tidas como de maior relevância tomando-se como parâmetro a própria ordem de valorização adotada pelo campo científico: obras testemunhais, quantidade de referências às obras, vínculo de pesquisador associado ao CNPq, livros/capítulos de livros e artigos publicados em revistas especializadas de destaque, dentre outros.

Ainda no terceiro, mas, sobretudo, no quarto capítulo – de horizonte temporal mais próximo, pautado nas três últimas décadas –, é apresentada uma série de narrativas de professores e de estudantes vinculados aos programas de pós-graduação em Geografia na UFBA e na USP à época das pesquisas de campo da tese, tentando apreender suas compreensões sobre as trajetórias e as

tendências do campo disciplinar geográfico. A ideia de narrativa trabalhada nesta tese, conforme já assinalado, está apoiada na estruturação que faz o filósofo Walter Benjamin (1996) acerca da crítica e das proposições sobre a Filosofia da História.

Benjamin (1996) desenvolve a sua crítica direcionando-a às leituras lineares da história e propõe um recurso metodológico (a experiência do passado) amparado na articulação de aportes conceituais que lhe possibilitam pensar outros modos de relacionamento com o movimento histórico. Benjamin (1996) parte das transformações verificadas nas práticas discursivas da sociedade moderna, expressas na primazia que assumem o romance e, depois, a imprensa (que cada vez mais se ligam à dimensão da vivência, da intimidade subjetiva) em detrimento da narrativa (esta partilhada publicamente, estabelecendo uma experiência) para demonstrar que estas transformações se erguem e se estabelecem paralelamente ao desenvolvimento das forças produtivas.

Em um mundo que sofre uma aceleração vertiginosa, mediante vetores hegemônicos que se instalam como sistema nos territórios (SANTOS, 2006a), o tempo necessário à narrativa parece inconciliável com as novas mediações que se estabelecem. Para Benjamin (1996), a narrativa como capacidade de transmitir e de estabelecer uma experiência, que parecia inalienável ao homem, perde espaço para formas discursivas que ganham novos sentidos e dimensões na sociedade contemporânea.

Diferente do romance e da imprensa modernos, a narrativa está mais ligada e propensa a uma concepção de história como um texto aberto, defende Benjamin (1996). Quanto àquele que ouve a história narrada, “[...] Ele é livre para interpretar a história como quiser, e com isso o episódio narrado atinge uma amplitude que não existe na informação” (BENJAMIN, 1996, p. 203). E sobre a narrativa, propriamente dita, “[...] Ela não está interessada em transmitir o ‘puro em si’ da coisa narrada como uma informação ou um relatório. Ela mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele. Assim se imprime na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso [...]” (BENJAMIN, 1996, p. 205).

A narrativa aparece assim, para Benjamin (1996), como forma discursiva capaz de estabelecer uma compreensão da história (e de mundo) a ser redescoberta (o), livrando algumas passagens do esquecimento, conforme lembra a professora Maria Inês Marques (2010). Desse modo, Benjamin trata as narrativas como fragmentos da memória organizados por quem conta uma história, podendo vir de muitos sujeitos, mas, sobretudo, daqueles com mais experiência de vida acumulada (MARQUES, 2010). Além do mais, “O mérito da narrativa é de deixar ao leitor, ao ouvinte, sua própria interpretação [...]” (MARQUES, 2010, p. 44).

Em termos mais operacionais, sobre os modos de acesso e apreensão das narrativas, abordados sistematicamente nos capítulos três e quatro da tese, nos valem, inicialmente, das palavras da socióloga Suely Deslandes (2010, p. 48):

[...] a ideia de amostragem não é a mais indicada para certas pesquisas sociais [...]. Isso se deve ao fato de que o “universo” em questão não são os sujeitos em si, mas as suas representações, conhecimentos, práticas, comportamentos e atitudes. [...] Diante disto, costumeiramente se opta por definir o número de sujeitos por inclusão progressiva (sem demarcar, *a priori*, o número de participantes) que é interrompida pelo critério da saturação, ou seja, quando as concepções, explicações e sentidos atribuídos pelo sujeito começam a ter uma regularidade de apresentação (DESLANDES, 2010, p. 48).

Pensando mais restritamente nas técnicas de apreensão:

É importante lembrar que ao escolher certa técnica o pesquisador produzirá os dados num determinado molde, valorizando esta ou aquela forma de linguagem. Se, por exemplo, escolhermos a técnica de entrevistas, sabemos que não é possível apreender fidedignamente as práticas dos sujeitos, mas as narrativas de suas práticas, segundo a visão deste narrador (DESLANDES, 2010, p. 49).

O critério na inclusão/definição dos agentes entrevistados seguiu basicamente dois caminhos. No tocante aos estudantes dos programas de pós-graduação em Geografia da USP e da UFBA, procedemos com doze questões feitas aos que ainda não haviam tido a experiência de lecionar na formação de profissionais de Geografia, acrescidas de mais quatro questionamentos (APENDICE B) feitos aos que, além de estudantes pós-graduandos, já haviam atuado em sala de aula, contribuindo com a formação de licenciados e/ou bacharéis da ciência geográfica. Com esses estudantes trabalhamos o método da saturação, cessando as entrevistas quando percebemos um padrão comum nas respostas, totalizando sessenta e oito acessos diversificados por “setores” da Geografia. Foram trinta, os estudantes entrevistados na USP, e trinta e oito, em Salvador.

No segundo caminho percorrido, referente aos professores-pesquisadores ligados aos programas de pós-graduação, houve uma espécie de variação com relação à escolha dos entrevistados. No programa de pós-graduação em Geografia da UFBA houve maior autonomia referente a essa escolha, dada a experiência e o envolvimento de mais de doze anos que o autor tem com a referida Universidade, o que facilita observar no campo científico os agentes com posição relevante aos questionamentos da pesquisa (maior tempo de instituição, estudiosos da epistemologia ou da história do pensamento geográfico, titulação mais elevada, entre outros elementos)⁸. Já em relação à USP, foi solicitado aos estudantes o nome de cinco professores que esses consideravam relevantes aos anseios da pesquisa, quais sejam – compreender as trajetórias e tendências da Geografia produzida naquele centro e no Brasil. Dos dez nomes mais citados, realizamos entrevista com sete professores⁹. O número de entrevistados referente aos professores nas duas instituições foi ainda acrescido dos respectivos coordenadores de curso, seguindo o pressuposto bourdieuano de observar a posição do agente no campo.

Ainda no quarto capítulo, no intuito de compreender melhor a participação docente no campo disciplinar geográfico, entendida como multiplicadora/direcionadora das perspectivas adotadas pelos discentes, empregou-se o método hermenêutico, “baseado em uma interpretação ao mesmo tempo compreensiva e explicativa, que sobreleva a posição do intérprete na atribuição de sentido e significado [...]” (CRUZ NETO, 2013, p. 95). A ideia foi “mapear” linhas teóricas centrais nesses programas de pós-graduação em Geografia com vistas a compreender as tendências teórico-metodológicas que se colocam no campo disciplinar geográfico.

Por fim, como não se tratou de um estudo comparativo, foi construído ainda um apêndice visando caracterizar a produção bibliográfica dos estudantes de pós-graduação em Geografia da USP e da UFBA, adotando-se a indicação metodológica da professora Mônica Sampaio Machado (2009)

⁸ Os professores entrevistados na UFBA foram, em ordem alfabética, Angelo Serpa, Antônio Angelo da Fonseca, Antônio Puentes, Catherine Prost, Cristóvão Brito, Dária Cardozo, Emanuel Reis de Jesus, Guiomar Germani, Maria Auxiliadora da Silva, Marco Antônio Tomasoni, Neyde Gonçalves, Pedro Vasconcelos, Silvio Bandeira de Mello e Silva e Wendel Henrique. Já com relação à USP, os professores entrevistados foram: Ana Fani Alessandri Carlos, Antônio Carlos Robert Moraes, José Bueno Conti, Jurandyr Ross, Luís Antônio Bittar Venturi, Maria Adélia de Souza e Rita de Cassia Ariza da Cruz.

⁹ Dos dez professores mais citados pelos estudantes para a realização de entrevista na USP apenas não tivemos acesso a três, por motivo de doença do entrevistado ou por incompatibilidade de horário/estadia em São Paulo entre o entrevistador e o entrevistado. Como solicitamos um total de cinco nomes de professores aos estudantes, acrescentamos os dois coordenadores, somando sete entrevistados.

quando prioriza onze variáveis como elementos de caracterização e compreensão da produção discente na pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ: área de conhecimento, ano de defesa, autor, orientação, título do trabalho, objetivo central, recorte espacial, escala geográfica, conceitos, área de especialização e metodologia de trabalho. Além das referências dos estudantes, trabalhamos também com alguns dados referentes aos professores-pesquisadores e às avaliações feitas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES sobre os programas em análise.

No tocante ao recorte temporal definido para a análise das dissertações e teses, trabalhamos, no caso da Universidade paulista, com as publicações disponíveis no banco de dados da Biblioteca Digital da USP, no período da tese destinado aos trabalhos de campo, e com os exemplares impressos e arquivados na biblioteca da Secretaria do Programa de Pós-graduação em Geografia da UFBA, no caso da Universidade baiana. Isso significa que nem todas as dissertações e teses defendidas junto aos Programas de Pós-graduação em Geografia da UFBA e da USP foram analisadas, mas a sua maioria. Contudo, os gráficos e mapas produzidos possibilitam uma compreensão das dimensões e lugares dos referidos programas na estrutura do campo disciplinar de Geografia no Brasil.

2. OS MOVIMENTOS SINCRÔNICOS-DIACRÔNICOS DE FORMAÇÃO E DE AFIRMAÇÃO DO CAMPO DISCIPLINAR GEOGRÁFICO

Traçar os itinerários históricos do campo disciplinar geográfico com foco na Universidade Federal da Bahia e na Universidade de São Paulo, tentando ainda compreender os principais alinhamentos teóricos que pautaram e têm pautado seu desenvolvimento, pressupõe, antes de tudo, remontar uma história, ainda que breve, da própria instituição Universidade. Universidade que nasce na Europa e chega ao Brasil como vetor, incidindo em um tecido sócio-espacial preexistente, um local que lhe acolhe, reconfigurando formas-conteúdos (SANTOS, 2006a).

Referenciar uma breve história da Universidade decerto trará contornos mais precisos ao recorte epistemológico da tese – o campo disciplinar geográfico. Todavia, a ideia de a Universidade ter papel central na produção, conservação e transmissão do conhecimento (MARQUES, 2010) deve ser posta em um fluxo que reconheça outras instituições/organizações nesse processo. Assim será dada a oportunidade de demonstrar que os campos, por vezes – aliás, por muitas vezes – dividem/confundem seus papéis.

Se essa história – a da produção não universitária do conhecimento – não é tratada nesta tese com detalhamento, é necessário ao menos lembrar que outros centros foram fundamentais na construção dos olhares disciplinares, constituídos nos últimos três séculos (CAPEL, 2010; MORAES, 2005). Assumir essa premissa amplia a compreensão particular sobre a elaboração da Geografia moderna, seus modos de ver o mundo e suas práticas explicativas no decorrer do tempo.

Trata-se, portanto e também, de contar os “preparativos de um casamento”, os processos antecedentes à união que definiu uma forma específica, ainda que diversa, de analisar e de representar a dimensão espacial da vida social, articulada às regras de uma comunidade legitimada e reconhecida socialmente, ancorada em suas tradições, histórias, ritos e linguagem. Em suma, um campo, ou um microcosmo, organizado paralelamente à história da velha instituição que mais tarde lhe acolheria (BOURDIEU, 2004; MORAES, 2005).

O breve passeio pelos lugares do pensamento geográfico pré-universitário nos permitirá verificar o trânsito de pessoas e de ideias que influenciaram o campo nascente, esclarecendo até mesmo algumas permanências na Geografia contemporânea. Discordâncias ou concordâncias teóricas ou, precisamente, oficialidades históricas sobre o campo disciplinar geográfico, devem ter seus pressupostos achados em um baú que merece ser um pouco mais vasculhado.

A formação do olhar disciplinar geográfico – elemento identitário do campo disciplinar – inicia-se na Europa e em terras brasileiras, assim como ocorrido nas demais ciências parcelares, em meio às idas e vindas históricas no percurso da educação superior, ao longo de mais de três séculos, dialogando ou tendo como espaços de legitimação outras instituições/organizações diferentes da Universidade (MORAES, 2005, CAPEL, 2010).

Mas a história é feita de histórias, nos adverte Walter Benjamin (1996). São versões que se entrecruzam, convergem, divergem – um encadeamento de fatos/fragmentos contados segundo relatos intrinsecamente relacionados à posição de quem conta. A história que a comunidade reconhece como sua está longe de ser um discurso definitivamente encerrado. O que se propõe aqui é um esforço de aproximação histórica capaz de apresentar nas páginas seguintes alguns dos eventos e agentes mais relevantes em um desenrolar de acontecimentos, responsável pela formação do campo disciplinar e, mais tarde, pela criação dos cursos de pós-graduação em Geografia na UFBA e na USP.

Nesses termos, a retrospectiva que localiza na Bahia o início da educação superior no Brasil – ponto de partida da professora Maria Inês Corrêa Marques (2010) na demonstração da complexa trama histórica que resultou na criação da Universidade Federal da Bahia – ganhará atenção particular nas análises desenvolvidas neste e nos próximos capítulos. Ainda que a amplitude temporal dos estudos da professora Marques ultrapasse os limites pré-definidos neste trabalho e o seu “fio epistemológico” não nos conduza à reconstrução das bases formadoras de um campo disciplinar específico, mas sim às da própria educação formal superior na Bahia e no Brasil, adotar esse referencial trará bons subsídios a uma história do campo disciplinar geográfico – explicitando também a posição de quem conta essa história.

É importante notar que tanto os conteúdos e estrutura que ganham a Universidade nos últimos três séculos, partindo da Europa e conquistando o ocidente, quanto à formação dos campos disciplinares nesse mesmo período, constituem pilares fundamentais no projeto da Modernidade. Assim, o paralelo entre as histórias do ensino superior e da Universidade no Brasil e a história do pensamento geográfico no território nacional deve ser observado também como esforço de remontar à própria inserção do país na Modernidade (MORAES, 2005; MACHADO, 2009).

O percurso seguido neste capítulo se iniciará pela formação do ensino superior e da Universidade na Europa e no Brasil e seu enquadramento paulatino nos limites da racionalidade moderna, dando, progressivamente, ênfase às duas instituições e programas de pós-graduação em análise. Esse exercício elucidará as relações entre o campo científico e demais campos no espaço social (BOURDIEU, 2004) e como, no espaço geográfico, vetores e eventos passados participam e/ou direcionam do/o presente (SANTOS, 2006a).

Por fim, espera-se que o histórico desenvolvido neste capítulo (sobre as bases e concepções institucionais e disciplinares que possibilitaram, mais tarde, o surgimento dos cursos de graduação e de pós-graduação em Geografia na Universidade Federal da Bahia e na Universidade de São Paulo), forneça subsídios para a identificação e a análise, nos capítulos seguintes, das principais linhas teóricas que têm direcionado as produções científicas dos pesquisadores abordados nestas instituições, ligando parte da história e da epistemologia da ciência geográfica em um discurso coerente.

2.1 Uma breve história da Universidade e do campo disciplinar geográfico na escala dos eventos-vetores internacionais

A professora Maria Inês Corrêa Marques (2010) referencia o surgimento da Universidade no medievo, pondo em destaque seus modos de organização e lugar na sociedade, como contraponto de análise à instituição que tomou novas feições na Idade Moderna. A vontade de Universidade surgiu, pois, na Europa medieval, no seio do campo religioso, não obstante as tentativas de emancipar o conhecimento do jugo da Igreja no correr dos séculos, tornando-o laico (MARQUES, 2010).

[...] Nos séculos VII e VIII, os mosteiros foram criados como lugares de formação educacional e religiosa. A economia mercantil, em processo de desenvolvimento, apontava a necessidade do surgimento de novas oportunidades educacionais para os que não pretendiam exercer o sacerdócio.

Para contemplar reivindicações, a Igreja passou a expedir a *licentia docendo*, autorização para não clérigos ensinarem fora dos mosteiros [...] Os clérigos vagantes, ou estudantes, formavam as *Societates Scholarum*, que em seguida se tornaram *Universitates*. Divididos em nações, concentravam-se em cidades hospedeiras, com suas associações juridicamente reconhecidas e sob tutela dos doutores, a quem pagavam. O fato de acorrerem pessoas de todos os lugares para ouvir aulas, conferiu-lhe o caráter universal [...] (MARQUES, 2010, p. 59-60).

As “fronteiras” das *Universitates* expandiram-se pela Europa, chegando às portas do Oriente ainda nos seus primeiros séculos de existência. A influência da Igreja sobre o continente europeu e sobre a educação superior perdurou por séculos, sendo decisiva para o aumento expressivo da instituição em quantidade e para que os modelos de organização e orientação do saber permanecessem sem muitas alterações (MARQUES, 2010). O sociólogo Richard Sennett (2006), analisando a instituição universitária no século XI, também atesta a intrínseca ligação entre as Universidades e o campo religioso, concebendo, tal como a professora Marques, a ideia de que, apesar dessa relação, a autonomia já se evidenciava como característica marcante das associações.

Trata-se de uma autonomia reivindicada e expressa, por exemplo, nas tensões entre professores e estudantes e o corpo hierárquico da Igreja e decorrentes das diferenças de concepções de ensino e aprendizagem: de um lado o estímulo ao exercício do confronto de ideias por meio de amplos debates (*disputatio*), contrastando com metodologias expositivas de transmissão de um conhecimento inflexível (*lectio*), de outro lado (SENNETT, 2006). A autonomia universitária era ainda tributária do caráter errante dessas associações desapegadas de qualquer enraizamento territorial mais duradouro (SENNETT, 2006; MARQUES, 2010).

Sem dúvida, havia pessoas dedicadas ao magistério, mas esses educadores não ocupavam prédios específicos; os primeiros estudantes recebiam suas lições em salas alugadas ou igrejas. Estudiosos abandonaram Bolonha para fundar uma Universidade da cidade de Pádua, em 1222; outros deixaram Oxford para criar Cambridge, em 1209. [...] Autônoma, a corporação não tinha vínculos com o lugar nem com o passado (SENNETT, 2006, p. 173).

Nos séculos XIV e XV o número de Universidades quase dobrou, ainda mantendo o direcionamento religioso do ensino superior. Somente no século XVI surgiram indícios de

mudanças no tocante ao monopólio educacional da Igreja, do qual o Estado passou paulatinamente a se ocupar, expressos na conjuntura da própria formação e expansão dos Estados modernos, na reestruturação política e econômica em marcha no Velho Continente e nas mudanças nas concepções dos saberes produzidos (MARQUES, 2010).

A Reforma Protestante abalou fortemente a relação de base entre Universidade e Igreja que, em parte, voltou a se reorganizar na Europa e, por outro lado, encontrou nas novas colônias terreno fértil para se restabelecer. Prova disso é o período compreendido entre os quase três séculos que separam a efetiva colonização das terras brasileiras por Portugal e a constituição do I Império pela Coroa bragantina, ou seja, de meados do século XVI ao início do século XIX, ficando a educação formal no Brasil a cargo da Igreja (MARQUES, 2010).¹⁰

Mas foi a partir da segunda metade do século XVIII que mudanças ainda mais acentuadas passaram a ser sentidas nas Universidades européias (MARQUES, 2010). O projeto moderno no/do continente europeu impulsionou e consolidou profundas transformações no Estado-nação, tomado pela burguesia comercial e por uma racionalidade proposital-instrumental (HARVEY, 2009). David Harvey (2009) lembra que embora o termo *moderno* tenha raízes mais antigas, é no século XVIII, no *Iluminismo* ou *Século das luzes*, que o projeto da Modernidade parece tomar contornos analiticamente mais precisos – concepções como as de progresso, Ciência objetiva, Arte autônoma, moralidade e leis universais aparecerão descritas em uma vasta literatura e também submetidas a fortes críticas.

A partir do século XVIII novos sentidos foram doados ao espaço-tempo, tendo como emblemas de inflexão histórica a industrialização e as transformações da cidade e do urbano. São eventos e expressões dessas mudanças as intervenções urbanísticas de Haussmann e o surgimento de um sistema técnico que modificou sobremaneira as relações sociais, incidindo como vetores nas paisagens citadinas atribuindo-lhes novas formas e funcionalidades, materializadas em galerias,

¹⁰ “Quando a Coroa portuguesa optou pela colonização das terras ameríndias, agiu em comum acordo com a Igreja. Assim é que chegaram à Bahia para instalar o processo colonial, duas autoridades: o governador e o padre. [...] A atividade educacional, sobre a qual a Igreja detinha monopólio educacional desde a Idade Média, foi abalada com a Reforma protestante, no século XVI. Porém com a colonização portuguesa da América do Sul, voltou a ter plenos poderes. [...] Por centúrias, a formação dos jovens colonos obedeceu à razão da Igreja, especialmente a dos jesuítas” (MARQUES, 2010, p. 65).

passagens, alargamento de ruas, prédios e parques públicos construídos sob uma arquitetura renovada, etc. (BENJAMIN, 2006, 2011; LEFEBVRE, 2006b). Em suma, um conjunto de práticas e de ideias que tentavam desvincular o homem da pré-modernidade, negando as formas de organizações e valores sociais precedentes¹¹ (HARVEY, 2003, 2009).

Mas o projeto e o período que, sem dúvida, modificaram os sentidos do espaço-tempo, parecem carregar mais permanências do que se costuma pensar. O movimento histórico reformulou a correlação de forças no Velho Continente e colocou a Universidade em posição de destaque como produtora de saberes estratégicos e agora indispensáveis à nova ordem política, porém mantendo elementos de sua antiga estrutura.

As inovações no pensamento universitário puderam ser observadas mediante a redescoberta dos clássicos gregos e romanos e da larga difusão do humanismo. A Universidade foi revista na modernidade, os professores passaram a dirigir todas as instâncias, o ensino permaneceu tradicional e preparando para os mesmos graus da Idade Média. Reduziu-se a duração dos cursos, o que foi compreendido como importante mudança (MARQUES, 2010, p. 66).

Trata-se, pois, de um cenário reconfigurado lentamente ao passar dos séculos na Europa, ainda que em alguns momentos haja sido marcado por eventos de maiores rupturas. O prestígio e as intencionalidades sobre a Universidade variaram na sua história, impelidos pela presença de diferentes agentes sociais e relações entre os campos. No tocante à Igreja, a diminuição de sua influência no ensino superior europeu pode ser verificada nas escolhas e nos direcionamentos tomados nas Universidades, a partir de iniciativas difusas em termos espaço-temporais (MARQUES, 2010).

No século XIX, a Universidade atraiu para si o *locus* da ciência, se abriu à perspectiva da produção de conhecimentos. Com os alemães, a pesquisa foi absorvida pela Universidade, definitivamente. A instituição voltou a ocupar papel de destaque na sociedade, atuando para a produção científica e de conhecimento, absorvendo, com

¹¹ David Harvey (2003) argumenta em seu livro *Paris, capital of modernity* que nós modernos também somos a tradição e que a ruptura completa com o passado foi um objetivo perseguido, porém, apenas parcialmente alcançado pela sociedade moderna. “Um dos mitos da Modernidade é que essa seja uma ruptura radical com o passado. Essa quebra seria, supostamente, de tal ordem, como se fosse possível ver o mundo como tabula rasa, sobre o qual o novo pode ser inscrito sem referência ao passado – ou, se o passado ficasse no caminho, lhe obliterando [...] Eu chamo essa ideia de modernidade de mito porque a noção de uma ruptura radical tem certo poder persuasivo e penetrante, face evidência abundante de que não a faz, e não pode possivelmente ocorrer” (HARVEY, 2003, p.14). Tradução nossa. Texto original: “One of the myths of modernity is that it constitutes a radical break with the past. The break is supposedly of such an order as to make it possible to see the world as a tabula rasa, upon which the new can be inscribed without reference to the past — or, if the past gets in the way, through its obliteration [...] I call this idea of modernity a myth because the notion of a radical break has a certain persuasive and pervasive power in the face of abundant evidence that it does not, and cannot, possibly occur” (HARVEY, 2003, p.14).

maior celeridade, as condições sociais surgidas, em cada tempo e lugar para se transformar (MARQUES, 2010, p. 67).

Foi na Prússia que a Universidade começou a tomar feições mais próximas das que a caracterizam na contemporaneidade, sobretudo no tocante à assimilação da pesquisa científica. A proliferação da instituição pelos diversos países europeus durante os séculos XVII e XVIII havia arrefecido a mobilidade espacial característica dos estudantes medievais em busca de novos saberes. Curiosamente, foi no quadro de peculiaridade histórica em que se encontrava esse conjunto de feudos, agregados posteriormente no último dos grandes Estados europeus modernos – a Alemanha¹², que ressurgiu nos estudantes a disposição de deixarem seus lares em busca de um saber autônomo e balizado pelos novos direcionamentos da Ciência. Na Prússia, o sentido de Universidade foi significativamente alterado (MARQUES, 2010).

A Universidade de Berlim, criada em 1810, efetivou seu compromisso com o avanço da ciência. O primeiro reitor foi Alexander Von Humboldt, que imprimiu em seu estatuto orientações liberais e introduziu a pesquisa científica. O ensino se definiria pela pesquisa, pelo caráter de descoberta livre, coletiva e transmitida num ambiente de liberdade acadêmica, entre professores e estudantes. [...] Os alemães constituíram uma comunidade de pesquisadores, vivenciando a liberdade de expressão, com autonomia pedagógica, administrativa e financeira. [...] A experiência alemã disseminou-se como novo paradigma para as nações, em processo crescente de industrialização. Estudantes voltaram a se deslocar de seus países, como os pioneiros vagantes, para viverem a nova concepção de Universidade (MARQUES, 2010, p. 70).

Estas palavras interessam particularmente ao campo disciplinar geográfico e aos nossos anseios de pesquisa por iluminar e suscitar concomitantemente questões sobre as concepções de Universidade e de Geografia que floresceram na Europa e que chegaram ao Brasil já no século XIX, institucionalizando-se em termos acadêmico-universitários nas primeiras décadas do século seguinte e atestando uma posição de vanguarda das instituições de ensino e pesquisa alemãs¹³, ao passo que põem em destaque a figura de Alexander Von Humboldt, tido como um dos fundadores da Geografia moderna.

¹² “A especificidade da situação histórica da Alemanha, no início do século XIX, época em que se dá a eclosão da Geografia, está no caráter tardio da penetração das relações capitalistas nesse país. Na verdade, o país não existe como tal, pois ainda não se constituiu como Estado Nacional [...]” (MORAES, 2007, p. 59).

¹³ Nota-se que, embora a Alemanha possuísse uma tradição e posição de destaque no campo disciplinar geográfico nascente, o Estado brasileiro não optou pela comunidade científica alemã quando da busca por geógrafos que viessem fundar cursos universitários de Geografia no Brasil, nos anos 1930. Trata-se de uma questão que mais à frente será abordada com detalhe.

Nos primeiros anos de sua educação formal, Humboldt herdou de Immanuel Kant uma primeira sistematização temática, metódica e acadêmica sobre os estudos da natureza e da Geografia, através do professor Marcus Herz – aquele que teria sido o aluno dileto do filósofo (BECK; SCHOENWALDT, 1999). Kant havia proposto subdivisões disciplinares e fundamentos de interpretação do espaço (KANT, 1970[1762]; KANT, 2007), após ter se tornado professor da Universidade de Königsberg, na segunda metade do século XVIII, lecionando cursos introdutórios de Geografia durante quatro décadas (MOREIRA, 2010a)¹⁴.

No tocante à formação de Humboldt, de forte influência kantiana, segundo Beck e Schoenwaldt (1999, p.09), o naturalista “nunca cursou sistematicamente nem concluiu qualquer disciplina e nunca prestou exames”. Porém, “[...] acompanhou com muita atenção as grandes descobertas, sobretudo dos ingleses, franceses e espanhóis que viajaram ao redor do mundo [...]”. A posição social de uma família abastada e a habilidade política manifestada desde cedo possibilitaram o acesso às informações que completariam sua educação formal e fomentariam o desejo insaciável pela descoberta. No plano das ideias, os fundamentos humboldtianos foram ainda fortemente influenciados pelo idealismo e pelo romantismo prussianos, que têm Hegel e Goethe, respectivamente, como expressões de suas maturidades teóricas (BECK; SCHOENWALDT, 1999; RICOTTA, 2014).

O ano de 1793, em meio ao período histórico dos levantes que puseram fim ao regime absolutista na França (1789-1799), definindo a Carta Magna doadora de limites ao poder do monarca e servindo de exemplo às forças constitucionalistas dos países ocidentais (incluindo o Brasil)¹⁵

¹⁴ O professor Ruy Moreira (2010a) destaca as contribuições fundantes de Kant à modernização da Geografia, na complexificação que o filósofo realizou acerca da Geografia, integrando o conceito de superfície da Terra (conceito empírico de Kant) à noção de espaço (ordem abstrata), por ele também desenvolvida. Para Ruy Moreira um dos principais dilemas da Geografia na contemporaneidade é como articular essas noções que nos escritos de Kant e dos geógrafos imediatos à sua produção teórica (Humboldt, Ritter, La Blache, dentre outros) apareciam de forma integrada.

¹⁵ Após a Revolução Francesa (1789-1799), as ideias de Estado Liberal e de garantias civis para todos os cidadãos, atestadas em uma Constituição, se espalharam pela Europa. A Espanha aprovou sua Carta Magna em 1812, em Cádiz, “contaminando” de mesmo sentimento seus vizinhos portugueses. “Em fevereiro de 1821, o rei português D. João VI, que estava no Rio de Janeiro com a família real, foi pressionado pela população e obrigado a endossar o movimento que ocorria do outro lado do Atlântico. A Revolução Liberal do Porto, como ficou conhecida, reivindicava a elaboração de uma Constituição para todo o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. [...] Em várias capitais de províncias já tinha sido anunciado o apoio ao movimento constitucional, como em Belém do Pará (em 1º de janeiro) e em Salvador, na Bahia (em 18 de fevereiro), forçando o governo central do Rio de Janeiro a se

(HOBSBAWM, 1977), define também, no calendário da Ciência, a data de início dos preparativos de seis anos até a viagem do jovem Humboldt à América Espanhola – a expedição se iniciou em 1799 se estendendo até o ano de 1804 (BECK; SCHOENWALDT, 1999).

Em 1793 a extraordinária genialidade de Alexander Von Humboldt manifestou-se praticamente de um só golpe. No mesmo ano ela foi constatada com entusiasmo pelo seu irmão em uma longa carta e confirmada por honrosos convites para a *Leopoldina*, a primeira academia alemã. 1793 foi também o ponto culminante da Revolução Francesa [...] Ao iniciar em 1793, segundo as suas próprias palavras, os preparativos específicos da viagem aos trópicos do Novo Mundo, Humboldt já dispunha de conhecimentos geográficos consideráveis que ele haveria de ampliar muito até 1799 [...] (BECK; SCHOENWALDT, 1999, p. 13).

Numa Europa em ebulição, Humboldt desenvolvia, paralelamente aos preparativos da expedição, sua premissa de investigação da natureza – a abordagem relacional – presente mais tarde na sua mais importante obra, da qual o Brasil, como veremos, ficou de fora (BECK; SCHOENWALDT, 1999).

Ao passo que a França estava literalmente pegando fogo em meio à sua revolução, causando constante intranquilidade no universo intelectual europeu com a alteração dos respectivos cenários, beneficiando a sociedade européia com os direitos humanos, assustando-a com o terror e a guilhotina, Humboldt também se encontrava em uma revolução interior à semelhança da maioria dos seus contemporâneos, desenvolvendo os métodos da sua Geografia Física [...] (BECK; SCHOENWALDT, 1999, p. 15).

São Beck e Schoenwaldt (1999), mais uma vez, que relatam momentos em que Humboldt foi recebido pelo casal real espanhol. Foram nessas recepções, intermediadas pelo embaixador da Saxônia, que o jovem Humboldt conseguiu, com simpatia e fluidez diplomática, autorização para viajar à América Espanhola, redefinindo a intenção inicial de desbravar toda a região tropical do Novo Mundo e não apenas a porção espanhola do continente americano.

[...] a leitura atenta das suas cartas da juventude revela-se nos preparativos da viagem em formulações avulsas mais ou menos cifradas. Tudo se esclarece com facilidade se justapusermos a declaração de Humboldt referente aos seis anos de preparativos, especificamente direcionados à viagem, às palavras que ele escreveu posteriormente ao deixar pela primeira vez a cidade costeira venezuelana de Cumaná: “Deixamos a praia

posicionar” (SLEMIAN; PIMENTA, 2012, p. 38-39). Para o Historiador Boris Fausto, “O Estado português na época da colonização é um Estado absolutista. Em teoria, todos os poderes se concentram, por direito divino, na pessoa do rei. O reino – ou seja, o território, os súditos e seus bens – pertence ao rei, constitui seu patrimônio. Trata-se, pois, de um Estado absolutista, qualificado pelo patrimonialismo. Isso não quer dizer que o rei não devesse levar em conta os interesses dos diferentes estratos sociais – nobres, comerciantes, clero, gente do povo – nem que governasse sozinho. A preferência da expressão ‘Coroa’, em vez de ‘Rei’ para designar o poder da monarquia portuguesa é indicativa desta última constatação. Se a palavra decisiva cabia ao rei, tinha muito peso na decisão uma burocracia por ele escolhida, formando um corpo de governo. Mesmo a indefinição do público e privado foi limitada por uma série de medidas, tomadas principalmente no âmbito fiscal, com o objetivo de estabelecer limites à ação do rei. O ‘bem comum’ surgia como uma ideia nova que justificava a restrição aos poderes reais de impor empréstimos ou tomar bens privados para seu uso” (FAUSTO, 2014 [2001], p. 30).

de Cumaná (em 18 de novembro de 1799) como se tivéssemos habitado esse lugar durante muito tempo. Foi o primeiro país que tínhamos pisado em uma região do mundo para a qual os meus desejos estavam voltados desde os meus primeiros anos de juventude”. Não resta dúvida que Humboldt se preparara para toda a região tropical do Novo Mundo, não para países individuais (BECK; SCHOENWALDT, 1999, p. 13).

Quanto às léguas do continente sob domínio português, o historiador Luiz da Câmara Cascudo (1964) lembra que a entrada de Humboldt no Brasil estava veementemente proibida pela Coroa bragantina em 1800, impossibilitando a incorporação de uma descrição e de uma iconografia das paisagens brasileiras nos textos do jovem naturalista.

Não veio ao Brasil o mais universal dos estudiosos estrangeiros na terra americana. Sabendo, pela *Gazeta de Colonia*, de 1º de abril de 1800, de sua viagem e intuítos, o ministro dom RODRIGO DE SOUSA COUTINHO, futuro conde de LINHARES, o vivo, inteligentíssimo e culto LINHARES, oficiou a 2 de junho aos governadores das capitâneas no Norte mandando "examinar com a maior exação e escrupulo" *hum tal barão de Humboldt* ou outro qualquer estrangeiro que pisasse terras brasileiras sem a indispensável autorização, exatamente como ainda hoje ocorre no Brasil e fora dêle (*sic*). No Ceará o ouvidor JOSÉ VITORINO DA SILVEIRA transmitiu as ordens às Câmaras da capitania, prometendo 200\$000 se HUMBOLDT fôsse preso dentro do Ceará ou 100\$000 além dos seus limites. E no último dia de 1800 o governador do Ceará, BERNARDO MANUEL DE VASCONCELOS, oficiava ao ministro SOUSA COUTINHO tranquilizando-o: ‘Até agora, porém, nenhuma participação tenho tido de que haja aparecido o dito barão’ (*sic*) (CASCUDO, 1964, p. 179).

Mesmo sem maiores detalhes oferecidos pelo professor Cascudo sobre as motivações de Don João¹⁶ em vetar a entrada do naturalista alemão no Brasil, não é nada arriscado pensar que a proibição estivesse relacionada com as estreitas relações estabelecidas entre Humboldt e o rei espanhol, em disputa com a Coroa portuguesa pelas novas terras e suas riquezas. Também não é de balde o exercício acadêmico de pensar que as pesquisas geográficas e sua institucionalização no Brasil (e na Bahia, então capital da Colônia) poderiam ter tomado outro rumo, talvez se acelerado, como ocorrido no México após a passagem de Humboldt e o desenvolvimento de seu projeto geográfico e de pesquisa nesse país (CAPEL, 2010), conforme veremos mais adiante.

O retorno de Humboldt à Prússia, após a longa e bem sucedida expedição de cinco anos pela região tropical da América Espanhola (1799-1804), impulsionou transformações na concepção de Universidade na Europa, introduzindo e pondo parâmetros nas pesquisas científicas (BECK;

¹⁶ Segundo o historiador Boris Fausto (2014 [2001]), o Príncipe Regente D. João passou a reinar de fato desde o ano de 1792, após a sua mãe, D. Maria I, ter sido declarada louca. Seu pai, Pedro III de Portugal, já havia falecido, mas o príncipe só foi coroado D. João VI, rei de Portugal, após a morte de sua mãe, em 1816.

SCHOENWALDT, 1999; CAPEL, 2010), agora sistematizadas e desenvolvidas em um ambiente de maior autonomia do campo acadêmico (MARQUES, 2010).

A viagem ao Novo Mundo e os textos dela resultantes representam um importante marco nas concepções de Ciência e de Geografia modernas, definindo a partir de então critérios e parâmetros para expedições e trabalhos futuros que se queriam adjetivados de científicos, sem pretender, com isso, o divórcio da Ciência em relação à Arte e à Filosofia, movimento e rumo próprios que tomaram/aprofundaram a linguagem científica no século seguinte (BECK; SCHOENWALDT, 1999; RICOTTA, 2014).

O *Quadros da natureza* de 1808 e o *Cosmo* de 1845-1862 de Humboldt guardam em si uma possível articulação. Aquela que se desenha, em fins do século XVIII e início do século XIX, entre a estética e o campo, mais tarde sistematizado, sob o nome de ciências do espírito, as *Geisteswissenschaften*. Essas são duas vias fecundas, a meu ver, para o traçado proposto pelo viajante-cientista. A singularidade inegável do ideal harmonizador humboldtiano se reconhece nas pretensões estéticas de Humboldt aliadas ao impulso fortemente cientificista de suas observações meteorológicas, geológicas, topográficas, astronômicas, zoológicas etc. Por um lado, há o ideário romântico, por outro, o processo de legitimação dos pequenos saberes, dois movimentos que, embora diferenciados entre si, estão mais relacionados do que comumente se admite (RICOTTA, 2014, p. 222).

Afora as contribuições de Humboldt ao campo científico e à Universidade, a tradição dos estudos geográficos na Alemanha se consolidaria ainda pela contínua e paralela sistematização metódica da disciplina operada, dentre outros, por Carl Ritter, na *Gesellschaft für Erdkund* (CAPEL, 2010). O impulso teórico-metodológico experimentado pelas ciências e pela Geografia a partir das transformações nas concepções de Universidade em Berlim, entre os séculos XVIII e XIX, explica em parte a retomada nos deslocamentos de estudantes de diversos países europeus em busca do saber renovado pelas Universidades Alemãs (MARQUES, 2010). Muitos jovens, alguns tidos posteriormente como clássicos da ciência geográfica moderna, migraram nas décadas seguintes de seus lares para a Alemanha, recém-unificada, a fim de estudar Geografia (MORAES, 2007).

O professor Antônio Carlos Robert Moraes lembra alguns dos estudantes influenciados direta ou indiretamente, décadas mais tarde, pelos geógrafos e pela Geografia desenvolvida na Prússia do século XIX para defender a tese de que apesar de toda a continuidade de desenvolvimento dos estudos da Geografia moderna pelos discípulos estrangeiros, em seus respectivos países de origem, “[...] o eixo da discussão geográfica continua na Alemanha durante todo o século XIX”

(MORAES, 2007, p. 64). Dentre os estudantes estrangeiros influenciados pela Geografia desenvolvida na Prússia destacam-se Elissé Reclus (França, aluno de Ratzel), Huntington (Inglaterra), Ellem Semple (EUA, aluna de Ratzel), Halford Makinder (Inglaterra), Mushketov (Russia), dentre outros (MORAES, 2007).

Ainda no tocante ao desenvolvimento das Universidades e da Ciência na Europa, o historiador Eric Hobsbawm (1977) analisa as grandes mudanças em curso no continente europeu no final do século XVIII e início do XIX, notadamente aquelas decorrentes das Revoluções Francesa e Industrial, destacando a eminência da produção científica na região da Prússia (futura Alemanha), seguida da França, questionando a produção acadêmica de outras potências econômicas vizinhas, descrevendo a situação diversa em que estava inserida a Universidade no Velho Mundo.

Hobsbawm (1977) rechaça, dentre os casos notáveis, a ideia de que os avanços tecnológico e científico das instituições inglesas tenham sido fatores preponderantes para a posição dianteira dos britânicos no processo de industrialização na Europa. Segundo Hobsbawm (1977), os britânicos imprimiram políticas comerciais internas e externas bastante agressivas, sobretudo no tocante ao comércio de escravos e de algodão, garantindo um acúmulo de capital e a possibilidade de se lançarem à “aventura” da máquina (em grande parte adquirida de outros países ou regiões de maior desenvolvimento científico, como a Prússia) e alcançassem, conseqüentemente, a primazia técnica.

[...] Os alemães possuíam instituições de treinamento técnico, como a Bergakademie prussiana, que não tinham paralelo na Grã-Bretanha, e a Revolução Francesa criou um corpo único e impressionante, a École Polytechnique. A educação inglesa era uma piada de mau gosto, embora suas deficiências fossem um tanto compensadas pelas duras escolas do interior e pelas universidades democráticas, turbulentas e austeras da Escócia calvinista [...]. Oxford e Cambridge, as duas únicas universidades inglesas, eram intelectualmente nulas, como o eram também as sonolentas escolas públicas, com a exceção das Academias fundadas pelos ‘Dissidentes’ (Dissenters) que foram excluídas do sistema educacional (anglicano) [...]. Temores sociais desencorajavam a educação dos pobres (HOBSBAWM, 1977, p. 46).

As palavras do historiador britânico são reveladoras da destacada posição das Universidades germânicas, seguidas das francesas, entre os séculos XVIII e XIX, tendo como parâmetro outros grandes Estados modernos e regiões propulsores de profundas transformações no mundo ocidental. Não só a Universidade, mas a própria Geografia se encontrava em situação semelhante. Pondo em relação britânicos e alemães, o professor Capel (2010) localiza estudos em Geografia

nas Universidades da Inglaterra desde o século XVI, estudos que seguiram, no entanto, um percurso de pouco êxito, chegando ao seu quase total declínio no século XIX.

Contudo, obras como as de Humboldt (*Cosmos* traduzido para inglês em 1849) e de Ritter deram novo fôlego às pesquisas e abordagens geográficas nas Universidades inglesas na segunda metade do século XIX, ainda mantendo a Inglaterra em posição periférica no conjunto da produção europeia na Geografia (CAPEL, 2010). Maiores mudanças na estrutura universitária e na própria Geografia também não tardariam em outros países europeus. A França – país que influenciou de modo determinante a Geografia no Brasil a partir das matrizes de pensamento que de lá vieram (MOREIRA, 2010a; 2010b) – experimentou um desenvolvimento extraordinário do sistema universitário, seguindo os passos da modernização em marcha na Europa.

Um longo período de relativa estabilidade política, após quase duas décadas ininterruptas de confrontos no continente (1790-1810), favoreceu ao avanço da Ciência e do ensino superior em toda a Europa (HOBSBAWM, 1977). Eric Hobsbawm afirma não ter havido qualquer conflito armado entre mais de duas potências na Europa entre os anos de 1815 e 1914, com exceção da Guerra da Criméia. A Guerra franco-prussiana, por outro lado, deu-se entre os anos de 1870 e 1871, mas não parece ter trazido maiores prejuízos para as suas instituições universitárias.

O modelo universitário francês colocou o Estado no centro da instituição, submeteu o fazer acadêmico universitário. Voltou-se à formação de técnicos para a máquina administrativa e de professores para o sistema de ensino. A educação, como direito de todos, deveria ser viabilizada e contaria com os professores licenciados pela Universidade napoleônica, que democratizou o acesso, introduziu novas práticas de controle e avaliação subtraindo sua autonomia. Promoveu a homogeneização de conteúdos, introduziu as cátedras, exames, e ficou subordinada à administração ministerial (MARQUES, 2010, p, 69).

A França deu continuidade ao processo de modernização da estrutura acadêmica iniciada na Alemanha de Humboldt. Afora a questão da autonomia, que lhes distinguia, outros elementos foram introduzidos na Universidade pelos franceses e seguidos não só pelos alemães, mas por outros países europeus. Esses elementos seriam ainda incorporados pelas Universidades nascentes nos países de outros continentes sobre os quais a Europa ampliava sua influência.

A concepção de Universidade que punha no plano das prioridades a intenção de formar quadros profissionais para a máquina administrativa se relaciona intrinsecamente com a intenção de uma

Geografia aplicada¹⁷, que décadas mais tarde (1950/1960) aportaria na Bahia com o professor Jean Tricart e demais geógrafos no Brasil. Outro exemplo de como a estrutura universitária francesa disseminou sua organização mundo afora pode ser verificado na introdução das cátedras, dando ao campo científico uma orientação política e decisória extremamente hierárquica nos seus primeiros decênios (MARQUES, 2010). Ambas as questões serão vistas mais à frente.

A Geografia na França experimentou, igualmente, ainda na segunda metade do século XIX, um sensível desenvolvimento em termos de enquadramento na Ciência moderna. A elaboração de conceitos, teorias e métodos por autores como Vidal de La Blache e seus discípulos Jean Brunhes, Emanuel De Martonne e Albert Demangeon¹⁸ possibilitaram delimitações mais claras para a disciplina geográfica¹⁹, a despeito da diversidade de concepções de ciência expressas pelos diferentes geógrafos franceses nesse período.

Ainda na ambiência dessa situação histórico-geográfica européia do findar do século XIX, em termos dos novos padrões que se impunham à Universidade e à Ciência modernas, diferentes estágios podiam ser verificados na estrutura acadêmica e nos modelos de normatização e sistematização da ciência geográfica, por exemplo, em países que tiveram menor influência na Geografia desenvolvida décadas mais tarde no Brasil, tais como Portugal, Rússia, Inglaterra e Itália (CAPEL, 2010; MARQUES, 2010).

No entanto, interessa assinalar que, paralelamente aos desdobramentos nas histórias das Universidades e da Geografia acadêmica européias, a formação e a delimitação dos olhares disciplinares (das diversas disciplinas parcelares e não só da Geografia) não se restringiram às Universidades, embora estas gozassem de maior prestígio social, elevadas ao status de *locus* da moderna Ciência (CAPEL, 2010), e, nesse contexto, é que devem ser lembradas as sociedades

¹⁷ Informação obtida a partir de entrevista com o professor Sylvio Bandeira de Melo e Silva. Ver mais no capítulo *A Universidade (Federal) da Bahia e a Universidade de São Paulo na construção do campo disciplinar da Geografia*.

¹⁸ Para Larissa Alves de Lira (2014, Não paginado), “[...] a originalidade de Paul Vidal de la Blache e de seus discípulos repousava na recusa de colocar a geografia a serviço da história [...]. A questão não é se há a incorporação da perspectiva histórica nas pesquisas geográficas, certamente existentes, mas o modo como ela é inserida em tais pesquisas: como pilar fundamental da geografia, como campo particular, ou como auxiliar da disciplina [...]”.

¹⁹ Respondendo, por exemplo, à crítica durkeiminiana de ser a Geografia Humana, de Vidal de La Blache, um sub-campo da Sociologia (MORAES, 2005, 2007).

científicas, particularmente as sociedades geográficas, forjadas inicialmente com fins expansionistas.

A aparição dessas sociedades seguiu, de fato, o ritmo das políticas expansionistas dos estados europeus. Em 1788, criou-se, em Londres, a *African Association for Promoting the Discovery of the Interior Parts of Africa*, antecedentes do que mais tarde seria a *Royal Geographical Society of London* [...]. Em 1821, criou-se a Sociedade geográfica de Paris [...]. Em 1828, fundou-se a *Gesellschaft für Erdkunde*, de Berlim e, em 1830, a *Royal Geographical Society of London* [...]. Outras sociedades criadas antes da metade do século foram as do México (1833), a de Frankfurt (1836), o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado em 1838, e a Sociedade geográfica Russa de São Petersburgo (1845) [...]. A *American Geographical Society*, de Nova Iorque, foi fundada em 1852, a *Société de Géographie de Genève*, em 1858, e a *Real Sociedad Geográfica Española*, de Madri, em 1876 [...] (CAPEL, 2010, p. 84-85).

Embora tenham sido criadas com fins prioritariamente expansionistas, nem todas as sociedades geográficas agregavam membros com interesses geopolíticos dessa natureza. Algumas sociedades demandavam maior conhecimento sobre as bases biofísicas dos seus próprios territórios, intencionando vantagens políticas ou comerciais locais (CAPEL, 2010). O professor Capel traça um panorama das agremiações criadas e existentes até 1879, fazendo referência a uma edição do *Boletim da Sociedade Geográfica de Madri*, editado nesse mesmo ano:

O número de sociedades geográficas cresceu lentamente entre 1821, ano de criação da de Paris, e 1865, quando só existiam 16 sociedades. A partir dessa data, seu aumento foi espetacular. De ano em ano, criavam-se novas sociedades em grande número de países: só em 1873, apareceram cinco novas, sete, em 1876, quatro no ano seguinte, e oito, em 1878. Nesta época, existia um total de 50 sociedades; segundo um estudo realizado naquele ano e publicado no *Boletim da Sociedade geográfica de Madri*, o total de membros destas 50 sociedades era de 21.263, sendo a de maior número a *Royal Geographical Society* de Londres, com 3.334 membros. A maior parte, contudo, contava com um número de membros inferior a 1.000 (CAPEL, 2010, p. 94).

É importante salientar que as sociedades (e não só as geográficas) não tinham suas “fronteiras” muito bem definidas como as Ciências na Universidade, além do fato de ter algumas dessas sociedades, como as de Física, um caráter mais científico do que outras, a exemplo das sociedades geográficas. Outro dado curioso diz respeito ao fato de Humboldt não ter participado da fundação da sociedade de Geografia em Berlim, apesar de sua habilidade organizacional, acúmulo de conhecimentos geográficos e grande prestígio político, diferente de Ritter que chegou à presidência da *Gesellschaft für Erdkunde*, sendo considerado por alguns como a alma da instituição (CAPEL, 2010).

Funcionando como mais um veículo de afirmação da racionalidade européia moderna, engendradora nos anos que se estenderam da Expansão Ultramarina ao início dos processos de independência política dos países americanos, as sociedades científicas ganharam o Novo Mundo, encontrando entusiastas das disciplinas, os quais redefiniam suas perspectivas ou modos de ver a realidade. Com a Geografia não foi diferente²⁰.

A Sociedad Mexicana de Geografía e Historia (mais tarde Sociedade Mexicana de Geografia e Estatística), fundada em 1833, foi a quarta das sociedades geográficas que se criaram no século XIX; pouco tempo depois, foi criado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no Rio de Janeiro (1838). A sociedade mexicana teve, seguramente, seu antecedente no projeto de Humboldt de criar um Instituto Mexicano de Investigação científica [...]. Em 1822, num momento em que faltavam apoios políticos, Humboldt havia acalentado, momentaneamente, a ideia de se mudar novamente para o México, país que acabava de conseguir a independência e onde sua reputação científica era muito grande (CAPEL, 2010, p. 91-92).

Embora a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB não tardasse em comparação ao início dos trabalhos da Sociedade Mexicana de Geografia e História, esboçada por Humboldt e desdobrada pouco depois pelo governo mexicano no Instituto Nacional de Geografia e Estatística da República Mexicana (CAPEL, 2010), cabe ressaltar que o atraso na institucionalização da Geografia moderna no Brasil deve ser pensado em um contexto mais amplo, incluindo a compreensão de que os institutos e sociedades geográficas que aqui surgiram no século XIX, diferente dos de outros países, não estabeleceram nos seus surgimentos diálogos com Universidades, de modo a submetê-los a maior rigor técnico e científico. Pois como afirma Capel (2010, p. 103-104):

Afora algumas exceções, não parece que as sociedades de Geografia foram valorizadas num plano de igualdade por outras instituições, nem a qualidade de seus trabalhos apreciada pelos membros da comunidade científica. Parece-nos, contudo, que estes últimos consideravam as referidas sociedades como simples entidades de viajantes e aficionados.

²⁰ Com relação às sociedades de Geografia no Brasil, recomenda-se a leitura de MARY, C. P. A Geografia no Brasil nos últimos anos do Império. In: REVISTA DA SBHC, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 156-171, jul. | dez. 2005; e, PEREIRA, S. N. Obsessões geográficas: viagens, conflitos e saberes no âmbito da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. In: REVISTA DA SBHC, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 112-124, jul. | dez. 2005; GUIMARÃES, L. M. P. Debaixo da imediata proteção imperial: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). São Paulo, Ed. AnnaBlume, 2011 [1995], 2ª edição. GUIMARÃES, L. M. Da Escola Palatina ao Silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938). Rio de Janeiro. Ed. Museu da República, 2006; CARDOSO, L. P. C. O Lugar da Geografia Brasileira: a sociedade de Geografia do Rio de Janeiro entre 1883 e 1945. São Paulo: Editora AnnaBlume, 2013.

Por fim, cabe ainda lembrar, antes da próxima seção, centrada nas escalas nacional e local, que em âmbito geral a institucionalização da Geografia moderna, sua inserção no campo científico e a constituição de seu “olhar disciplinar” devem ainda ter sua história observada em outros fóruns, como os congressos internacionais, inicialmente articulados a partir da ampliação da colaboração internacional entre cientistas de áreas as mais diversas. Os encontros que, paulatinamente, se especializavam por temas, contribuíram sobremaneira com a delimitação das novas disciplinas (CAPEL, 2010).

Assim como na Universidade e nas sociedades científicas, os alemães foram, mais uma vez, protagonistas e decisivos na consolidação dos congressos científicos internacionais. Em Berlim, em 1828, novamente a figura de Humboldt surge na condição de presidente de um encontro que reuniu 464 cientistas de diversos países em torno das pesquisas sobre a natureza. Já a ideia de reunir geógrafos em um encontro internacional, dada a crescente especialização que incidia sobre a Ciência, nasceu quando da intenção de construir estátuas em homenagem a Ortelius e a Mercator, nas cidades de Antuérpia e Rupelmonte, em 1871 (CAPEL, 2010).

Nos primeiros congressos internacionais de Geografia, datados do final século XIX, eram debatidos temas que estabeleceriam as bases do campo disciplinar nascente, como a formalização do meridiano inicial, informes sobre expedições, metodologias de ensino da Geografia, padronização da cartografia e dos conteúdos geográficos, dentre outros, por profissionais de diversas áreas, como professores, comerciantes e políticos, estimulados pelas possibilidades oferecidas pela nova Ciência, seguindo os padrões das sociedades geográficas (CAPEL, 2010).

Uma das conclusões que não poderia faltar nas resoluções dos congressos era referente à institucionalização da geografia. Periodicamente, chamava-se a atenção sobre a importância dos conhecimentos geográficos e a utilidade de sua propagação através do ensino, assim como a necessidade de criar cátedras universitárias de geografia. A Alemanha era citada, freqüentemente, como exemplo, assim como, mais tarde, a França, e o tema era objeto de grande atenção em comunicações e discussões. Os congressos se convertiam em órgãos de pressão frente à opinião pública e os governos. Com suas resoluções, podiam ser utilizados para apoio de processos de institucionalização nos países que se encontravam mais atrasados (CAPEL, 2010, p. 136).

As disputas em torno dos temas, das convenções e do objeto adotados pela Geografia – a exemplo do meridiano central aceito e refutado ao mesmo tempo em sessões diferentes de um mesmo congresso (CAPEL, 2010) – demonstram a complexa trama na qual se institucionalizou a

Geografia moderna e sua inserção no campo científico. Trata-se, em verdade, de um desenrolar de acontecimentos sincrônico-diacrônicos em termos espaço-temporais, ainda que mais facilmente observados em iniciativas de maior relevância empreendidas por agentes, individuais ou coletivos, que conseguiram, nas suas trajetórias e posição (BOURDIEU, 2004), impovontades ou agregar esforços em torno de suas ideias.

As instituições e fóruns de construção do campo científico e, particularmente, do campo disciplinar geográfico, foram apreendidos nesse tópico prioritariamente na escala dos vetores e eventos internacionais, deixando para o tópico que se segue o esforço de maior detalhamento sobre as dinâmicas históricas locais responsáveis pelo estabelecimento da Geografia acadêmica no Brasil. Assim, o relacionamento entre as histórias da Universidade e da Geografia acadêmica seguirá os mesmos caminhos, dando, porém, progressivamente, ênfase às escalas nacional e local.

2.2 Uma breve história da Universidade e do campo disciplinar geográfico: a conformação de novas situações geográficas e as mudanças das centralidades regionais no Brasil

O exercício de mirar por outro ângulo a criação da Universidade e a produção geográfica no Brasil, pondo em destaque o estado da Bahia, será tarefa deste tópico. O esforço consiste em demonstrar, prioritariamente nas escalas nacional e local, como a implantação da instituição universitária e o desenvolvimento do campo científico e da Geografia como campo disciplinar dialogaram com os outros campos da vida social nos seus percursos históricos.

Veremos neste tópico que a institucionalização da Universidade na Bahia tarda pouco em relação ao eixo Rio de Janeiro-São Paulo e se insere no mesmo projeto de modernização do país. Se não houve Universidade e Geografia universitária na Bahia antes dos anos 1930, não foi por falta de esforços ou intenção de tê-las. Trata-se, em verdade, de determinações sociais sobre os rumos de sua realização e sobre os desdobramentos de intervenções e processos históricos-políticos aos quais estiveram submetidos a Universidade e o campo disciplinar. O esforço desta seção será o de revelar os agentes de tais intervenções e os processos em questão, demonstrando algumas das mais importantes contribuições da Geografia na Bahia ao campo disciplinar geográfico no Brasil.

Para tanto, tal como no tópico anterior, vale contextualizar, remota e rapidamente, a posição dos dois principais agentes fomentadores da educação formal no Brasil – o Estado e a Igreja – verificando a simbiose através da qual o campo religioso cumpriu no Brasil colonial um papel, à época, já relacionado em grande medida ao Estado-moderno na Europa e que poderia, por esses termos, ter sido assumido pela Coroa portuguesa. Mas não, no Brasil colonial a educação esteve a cargo da Igreja, ainda que em comunhão com os interesses do rei. A despeito dos inúmeros pedidos de criação de uma Universidade na Bahia, a Coroa respondeu sempre com o silêncio (MARQUES, 2010).

Os jesuítas ajudaram a encaminhar pedidos dos ilustres colonos brasileiros à Coroa, para a criação de uma Universidade na Bahia. No entanto, a influência dos religiosos não foi suficiente para conseguir o atendimento do pleito. Sem respostas da Coroa, os jesuítas continuaram expandindo a oferta de ensino superior no Brasil, seus Colégios se disseminaram por toda a Colônia e consideravam a formação oferecida como sendo universitária [...] (MARQUES, 2010, p. 77).

Cabe aqui uma importante observação acerca do entendimento sobre as noções de Universidade e ensino superior no Brasil colonial: há uma variação de interpretações entre historiadores e pesquisadores do tema sobre a existência da instituição universitária e sobre um ensino com status e regulação legítimos de serem tratados como de formação superior. O fato é que não conseguindo fundar uma Universidade em Salvador, no período colonial, a Igreja criou o Colégio da Bahia, seguido de outros Colégios.

Os reitores do Colégio da Bahia transformaram-no em uma importante instituição colonial, sempre articulada com os governos que se sucediam. As solenidades de diplomação no Colégio obedeciam ao protocolo da Universidade de Évora. Os jesuítas chegaram a elevar o Colégio da Bahia à condição de Universidade, graduando mestres em artes, mas sem o reconhecimento oficial da Coroa. Roma reconheceu o status de Universidade para o Colégio da Bahia [...] (MARQUES, 2010, p.77).

Variações interpretativas à parte, o que mais interessa aqui é a vontade de fundar uma Universidade na Cidade da Bahia, expressa, sobretudo, pelo clero e por colonos de posse, abastados, forçados a enviar seus filhos a Portugal para dar continuidade aos estudos básicos assegurados pela Igreja. Durante o período de um pouco mais de dois séculos e meio em que o Brasil esteve sob os mandos lusitanos, a capital da Colônia teve esse sonho negado por repetidas vezes (MARQUES, 2010). Mais do que o status, a Coroa negou a autonomia universitária para os Colégios, uma vez que o curso realizado na Bahia era admitido e contabilizado como parte

significativa dos cursos daqueles que posteriormente procuravam a Universidade de Coimbra²¹, dada a sua qualidade (NUNES, 2010).

Soma-se ao posicionamento contrário da Coroa à institucionalização da educação superior nas terras austrais, o argumento do sociólogo Fernando de Azevedo (1971 [1943]) de que o período colonial no Brasil foi marcado por uma nítida predominância da Literatura sobre a Ciência – a educação de orientação religiosa pôs em segundo plano o cultivo do saber relacionado com as novas práticas científicas que floresciam na Europa. Com a vinda da família real para o Brasil (1808), contudo, esboçaram-se mudanças em relação à situação da educação na Colônia. Fernando de Azevedo (1971 [1943]) destaca as ações do príncipe regente Don João para o avanço da educação no Brasil, mas pontua que a instabilidade política, nas escalas nacional e internacional, impediu maior desenvolvimento das instituições naquele momento.

O final do século XVIII, descreve o historiador Boris Fausto (2014 [2001]), caracteriza-se por eventos responsáveis por inflexões históricas na vida social na Europa e nas Américas: a queda do Antigo Regime (monarquias absolutistas), a ascensão do liberalismo, a eclosão da Revolução Industrial, o desenvolvimento agrícola, a expansão de mercados concomitantemente à formulação de ações protecionistas, a tendência internacional à extinção do trabalho escravo, entre outros eventos, definiram uma nova situação histórico-geográfica, diante da qual a Coroa bragantina se viu forçada a adotar uma série de medidas administrativas para acompanhar o movimento em curso.

Esses eventos podem ser tomados como alguns dos principais antecedentes e motivações que levaram o ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, o marquês de Pombal, a propor ao rei de Portugal, Don José I (1750-1777)²², ações que visavam à modernização político-econômica de Portugal e das colônias lusas nos diversos campos da vida social. O esforço era o de tornar a administração da Coroa mais eficiente e competitiva no âmbito internacional (FAUSTO, 2014

²¹ Segundo a professora e historiadora Antonietta D'Aguiar Nunes (2010), um quarto dos brasileiros formados em Coimbra foi de baianos.

²² Don José I foi pai de Dona Maria I e avô de Don João VI. Dona Maria I se casou com o tio, Don Pedro III de Portugal, irmão de D. José I. Disponível em: <http://casarealportuguesa.org/dynamicdata/Cronologia.asp>; e http://www.escolovar.org/historia_reis.de.portugal_resumo.78pages.pdf

[2001]). No tocante ao Brasil e à educação promovida ao longo do período colonial, relata o professor Boris Fausto:

Uma das medidas mais controversas da administração pombalina foi a expulsão dos jesuítas de Portugal e seus domínios, acompanhada do confisco dos seus bens (1759). Ela pode ser compreendida no quadro dos objetivos de centralizar a administração portuguesa e impedir áreas de atuação autônomas por ordens religiosas cujos fins eram diversos dos da Coroa [...] A Coroa portuguesa, ao contrário da espanhola, temeu a formação na própria Colônia de uma elite letrada. Já no século XVI, a Espanha criou na América várias universidades: a de São Domingos, em 1538, a de São Marcos, em Lima, e a da Cidade do México, em 1551. Nada disso ocorreu na América lusa durante todo o período colonial. [...] Para remediar os problemas criados com a expulsão dos jesuítas na área do ensino, a Coroa tomou algumas medidas. Foi criado um imposto especial – o subsídio literário – para sustentar o ensino promovido pelo Estado. O bispo de Pernambuco criou o seminário de Olinda, que se voltou em parte para as ciências naturais e a matemática. Pequenos clubes de intelectuais surgiram no Rio de Janeiro e na Bahia (FAUSTO, 2014 [2001], p. 60-61).

As ações promovidas para a modernização político-institucional da Colônia, primeiro por ordens do marquês de Pombal e, décadas depois, pelo já coroado rei D. João VI, não foram capazes de estabelecer no Brasil uma vida cultural que pusesse a Ciência e a instituição universitária no plano das referências primeiras da erudição dos colonos. A Literatura continuou a pautar a formação dos brasileiros ao longo de todo esse período, preparando-os para os cargos religiosos e para a vida na Colônia (AZEVEDO, 1971 [1943]).

Todas essas reformas empreendidas por D. João VI, – o criador de instituições no Brasil, não foram, de fato, suficientes para operarem transformações profundas na mentalidade colonial do país, que continuava a viver uma vida isônomia em torno de velhos focos de cultura. A instrução que se ministra nos colégios, mantém, pelo geral, um caráter estritamente literário, e a rede escassa, cujas malhas, na urdidura do sistema escolar em formação, são constituídas pelas instituições de ensino médio (colégios ou aulas), quase todas dirigidas ainda por padres, não colhe, no litoral e no planalto, senão um pequeno número de candidatos à Academia Militar, às escolas médico-cirúrgicas e, mais tarde, depois de 1827, às de direito. Toda a educação, montada à base desses cursos, nos colégios, em seminários e à sombra dos conventos, é ainda uma força centrípeta que atrai o homem para um foco absorvente, – a literatura, a eloquência e a erudição.[...] (AZEVEDO, 1971 [1943], p. 381-382).

A Ciência foi praticada de modo intermitente no período colonial no Brasil, com ações e avanços pontuais e isolados. Um exemplo notável diz respeito aos estudos do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira (Bahia, 1756 – Lisboa, 1815), médico baiano que se encarregou de descrever as bases biofísicas do Brasil, sobretudo as da Amazônia. Pelos trabalhos que realizou, lembra Fernando de Azevedo (1971 [1943]), Alexandre Rodrigues Ferreira ficou conhecido como o Humboldt brasileiro.

Autor da *Viagem filosófica*, ilustrada por desenhos coloridos, e de mais de uma centena de livros até hoje inéditos, passou pela amargura não só de saber que não seriam publicados como ainda de ver requisitados pelo General *Junot*, em 1808, a pedido de *Geoffroy de Saint-Hilaire*, os seus originais e desenhos e suas preciosas coleções de história natural que foram transportados do museu da Ajuda para o de Paris, e de que se aproveitou o naturalista francês, apoiando suas pesquisas nos trabalhos do grande naturalista brasileiro (AZEVEDO, 1971 [1943] p. 379).

No plano político-econômico, o professor Pedro Vasconcelos (2002) intitula o período de 1650 a 1763 de *período áureo* de Salvador. Mas a partir de 1680 a situação da capital da Colônia começou a mudar. A concorrência do açúcar das Antilhas passou a ser sentida acentuadamente pela economia baiana. Pouco tempo depois, em 1698, a descoberta de ouro em Minas Gerais, e seu respectivo escoamento pelo porto do Rio de Janeiro, abalaram de modo ainda mais grave a posição de centralidade que Salvador detinha, e, embora em 1717 tenha-se encontrado ouro também na Bahia, “[...] em 1728, foram descobertos diamantes, em Minas Gerais, causando novo impacto” (VASCONCELOS, 2002, p.75).

Apesar da ocorrência desses eventos, a Bahia manteve sua destacada posição nos cenários econômico e social da Colônia por um bom tempo. O professor Pedro Vasconcelos (2002) caracteriza a cidade de Salvador no período seguinte (1763-1823), pela continuidade de sua hegemonia mercantil no continente. A criação do primeiro curso superior instituído pela Coroa na Colônia, instalado na cidade de Salvador, no ano de 1808, é prova da posição que a cidade conseguiu sustentar, a despeito dos eventos adversos.

O primeiro curso de nível superior no Brasil foi criado ainda no reinado de D. Maria I, pelo príncipe regente D. João, quando passou em 1808 pela Bahia em direção ao Rio de Janeiro. Foi a Escola de Cirurgia da Bahia, criada em 18 de fevereiro junto ao Hospital Real Militar (estabelecido em fins do século XVIII pelo governador D. Fernando José de Portugal, junto ao antigo colégio dos jesuítas), sendo professores os cirurgiões Soares de Castro e Manoel Estrela [...]” (NUNES, 2010, p. 42).

Ainda nesse período, marcado pela continuidade da hegemonia mercantil de Salvador no continente, eventos importantes como a transferência da capital da Colônia (1763), da cidade de Salvador para a cidade do Rio de Janeiro, a constituição do Primeiro Império (1822-1831) e a Independência do Brasil, em 2 de julho de 1823, após as batalhas da cidade de Cachoeira e dos arredores dos atuais bairros de Pirajá, Campinas de Pirajá e São João do Cabrito, no entorno da

Baía de Todos os Santos, em Salvador²³, redefiniram a correlação de forças no território nacional em formação (TAVARES, 2008[1959], 2012; RISÉRIO, 2004).

Na Regência (1831-1840), momentos de incertezas ditaram o ritmo da vida política do jovem país²⁴, até a ascensão de Pedro II ao poder (1840-1889), quando, enfim, se iniciou uma nova fase do Estado brasileiro, marcado pela relativa estabilidade política de quase cinco décadas. Com a chegada de Pedro II ao poder, políticas territoriais de interesse nacional passaram a ser incentivadas e/ou efetivadas pelo próprio Império como, particularmente, a criação de escolas de ensino superior e centros de pesquisa, responsáveis por formar e capacitar profissionais especializados para a burocracia imperial (TAVARES, 2008[1959]; FAUSTO, 2014 [2001]).

Mas a referida conjuntura histórica definiu também a estagnação da antiga capital da Colônia, a partir de progressivos abalos político-econômicos vividos pela Bahia desde o fim do período colonial, adentrando os primeiros decênios da República. Os eventos ora descritos deram-se

²³ A primeira tentativa, em 1822, de livrar o território nacional do jugo lusitano teve êxito parcial. A possibilidade de uma retomada da colônia perdida por Portugal era real. Foi até mesmo cogitado pelo exército português marchar de Salvador para São Luís e Belém numa tentativa de reconquistar as terras do norte (TAVARES, 2008[1959]). Somente em 02 de julho de 1823, o Brasil, após batalhas em Salvador e no Recôncavo baiano, eliminou o risco da restauração da condição de Reino Unido de Portugal, expulsando o exército português e consolidando definitivamente a Independência nacional. Segundo Antônio Risério: “[...] O processo de Independência do Brasil não teve, para nós, o caráter pacífico que assumiu em regiões meridionais do país. [...] Na Bahia, não. Houve guerra – cerco, emboscada, fuzilaria, baioneta calada. O preço da autonomia foi pago com sangue. [...] Também o Extremo Norte, o Maranhão, em especial, conheceu, na mesma época e na mesma situação, o calor dos entreveros bélicos” (RISÉRIO, 2004, p. 314). Já o historiador Luis Tavares narra o fim dos conflitos que duraram mais de um ano e a vitória das forças nacionais em 02 de julho de 1823, em Salvador, do seguinte modo: “O embarque do Exército português se realizou na madrugada de 2 de julho. A cidade do Salvador amanheceu quase deserta. [...] Uma força de vanguarda se movimentou sob o comando do coronel Antero José Ferreira de Brito para explorar os pontos e trincheiras abandonados pelos portugueses. Seguiram-no os batalhões comandados pelo coronel Lima e Silva e pelo coronel José de Barros Falcão, tendo a frente o batalhão do Imperador, que recentemente chegara do Rio de Janeiro, seguindo-se o batalhão de Pernambuco, comandado pelo major Tomás Pereira de Melo e Silva. Vinha na retaguarda o grosso dos soldados. Estavam descalços e quase nus por causa das fardas rasgadas. Os negros do batalhão dos Libertos Imperiais fechavam a marcha. Essa foi a parte do Exército que entrou na cidade do Salvador utilizando-se da estrada das boiadas [...]. Com a vitória do Exército e da Marinha do Brasil na Bahia, naquele julho de 1823, consolidou-se a separação política do Brasil de Portugal e anulou-se o perigo de um ponto de apoio para qualquer intervenção armada da Europa, hipótese possível no desdobramento de uma política que já executara intervenções armadas na Espanha e no Piemonte (Itália)” (TAVARES, 2008[1959], pp. 248-249).

²⁴ O período regencial foi marcado por revoltas regionais. Na Bahia o principal levante ficou conhecido como Sabinada. “A Sabinada deriva da designação de seu principal líder, Sabino Barroso, jornalista e professor da Escola de Medicina. A Bahia vinha sendo cenário de várias revoltas urbanas desde a Independência, entre elas revoltas de escravos ou com sua participação. A Sabinada reuniu uma base ampla de apoio, incluindo pessoas da classe média e do comércio de Salvador, em torno de ideias federalistas e republicanas [...]. Os ‘sabinos’ não conseguiram penetrar no Recôncavo, onde os senhores de engenho apoiaram o governo. Após o cerco de Salvador por terra e mar, as forças governamentais recuperaram a cidade depois de uma luta corpo a corpo que resultou em cerca de 1.800 mortos” (FAUSTO, 2014[2001], p. 90).

paralelamente à perda gradativa da posição de centralidade ocupada por Salvador (RISÉRIO, 2004). No tocante à educação, a partir do início do século XIX, os cursos superiores passaram a ser reconhecidos e assumidos pelo Estado e a Bahia, apesar da perda crescente de prestígio e de posição de centralidade, foi contemplada com novos cursos de ensino superior antes da Proclamação da República (MARQUES, 2010; NUNES, 2010).

Até a instituição da República (1889), cabe lembrar rapidamente, são conhecidas em terras brasileiras as Faculdades de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro, a Escola Politécnica do Rio de Janeiro e as Faculdades de Direito de Recife e de São Paulo (MACHADO, 2009). No ano de 1832 a Escola de Medicina da Bahia agregou o curso de Farmácia. Em 1864 foi criado o curso de Odontologia, em Salvador, seguido da Academia de Belas Artes (1877). Já na República Velha (1889-1930), antes do findar do século XIX, são criadas, na capital baiana, a Faculdade de Direito (1891) e a Escola Politécnica (1896) (UFBA, 2015).

Um pouco antes do Império de Pedro II (1840-1889), ainda no período regencial (1831-1840), a educação passou paulatinamente a ser assumida com mais empenho pelo Estado brasileiro, em um momento em que a Geografia começou a aparecer nos currículos básicos, em um país em formação, contribuindo com a construção da imagem da nação (SOUSA NETO, 2000). Segundo o professor e historiador Luis Tavares (2008[1959], p. 272):

[...] O Liceu Provincial e a Escola Normal foram criados na Bahia em 1836. O Liceu, para substituir as aulas avulsas de Latim, Francês e Grego, e a Escola Normal para formar professores do ensino elementar. O primeiro Liceu instalou-se em 1837 no antigo Convento da Palma. Matricularam-se 323 alunos nas disciplinas obrigatórias: Filosofia Racional e Moral, Aritmética, Geometria e Trigonometria, Geografia e História, Comércio, Gramática Filosófica e Língua Portuguesa, Eloquência e Poesia, Análise e Crítica dos Clássicos, Desenho, Música, Gramática Latina, Gramática Grega, Gramática Francesa e Gramática Inglesa. Os acontecimentos da Sabinada envolveram alguns professores do Liceu [...] O Liceu não funcionou nos dois meses da revolução, nem nos anos imediatos. Nova lei, em junho de 1841, reformou os seus estatutos e estabeleceu exames prévios para matrícula nos cursos de Grego, Gramática Filosófica, Belas Artes, Filosofia, Retórica e Geografia. A conclusão do curso concedia aos aprovados o diploma de Bacharel em Letras.

Mas foi mesmo a partir do Império de Pedro II (1840-1889) que a educação superior passou a ser admitida e assumida efetivamente pelo Estado, implantada, contudo, em instituições isoladas de ensino, sem consolidar ainda uma estrutura universitária (MARQUES, 2010). Esse é um período que interessa sobremaneira à Geografia, pois paralelamente ao início da institucionalização

acadêmica dos cursos superiores no Brasil, aumentava o interesse pela disciplina geográfica, seja como ramo dos novos cursos superiores (a Engenharia Geográfica derivada da Engenharia Civil, ou a atenção dada pela Medicina Sanitária aos aspectos geográficos do território), seja nas sociedades e institutos geográficos que surgiram no Brasil imperial.

Nesse esforço de conjugar a um só tempo uma breve história da Universidade e da Geografia modernas, apresentando os “preparativos do casamento” que definiu a partir de então uma forma particular de abordagem e de interpretação da dimensão espacial da vida, é preciso destacar duas importantes observações. Primeiro deve-se lembrar de que, assim como ocorrido na Europa, a formação do olhar disciplinar geográfico nos trópicos se definiu inicialmente a partir de outras instituições diferentes da Universidade, por figuras de sobressaída participação na cena político-cultural nacional; depois, deve-se destacar o fato de boa parte dos autores precedentes à Geografia universitária no Brasil terem saído dessas novas Escolas superiores e agremiações científicas.²⁵

Dentre os espaços de formação do olhar disciplinar geográfico no Brasil até o início da década de 1930, o centro mais importante foi, sem dúvida, o Instituto Histórico e Geográfico do Brasil – IHGB. Fundado no Rio de Janeiro, em 21 de outubro de 1838, por iniciativa do cônego Januário da Cunha Barbosa e do marechal Raimundo José da Cunha Matos, o IHGB contou desde o início de suas atividades com o patrocínio da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, e com o financiamento de inúmeras pesquisas e proventos para alocação de sua sede e proteção política do próprio imperador Pedro II (GUIMARÃES, 2006, 2011 [1995]; IHGB, 2014).

Assim como outras agremiações semelhantes, já espalhadas pelos países da Europa e suas colônias, o IHGB era composto nas primeiras décadas de seu funcionamento por profissionais associados de áreas as mais diversas, dentre os quais, professores, advogados, militares, políticos e comerciantes, todos entusiasmados com as possibilidades oferecidas pela Geografia, no tocante ao conhecimento do território e dos recursos nacionais. Esperava-se, com a fundação do IHGB, conseguir o fomento e a expansão de associações regionais de mesma natureza por todo o país (GUIMARÃES, 2006, 2011 [1995]; IHGB, 2014).

²⁵ Foram organizados congressos e cursos de Geografia no Brasil, particularmente na Bahia e em São Paulo, antes da institucionalização das Universidades na década de 1930, conforme veremos mais à frente.

A historiadora Lúcia Maria Paschoal Guimarães (2011 [1995]) traça um panorama geral do quadro de associados do IHGB nos anos imediatos à sua criação, reconstruindo a ambiência cultural e ideológica dentro da agremiação. Guimarães aponta a presença, dentre os seus fundadores, de personalidades da Corte, além de sócios com destacada influência política em diferentes regiões do país, atestando ainda a exclusiva participação de indivíduos citadinos no IHGB, filhos ou eles mesmos militares e/ou funcionários públicos, além de alguns estrangeiros.

Pouco antes da antecipação da maioria do adolescente herdeiro da Coroa (1840), ainda no final do período regencial (1831-1840), a fundação do IHGB (1838) denotava certa aglutinação de membros partidários da restauração do I Império, dividindo espaço com setores das camadas urbanas apoiadores da maioria e emergentes na política nacional, expressando assim diversificações política e regional contrastantes com o final do II Império, quando os sócios eram quase todos oriundos do eixo centro-sul, com exceção daqueles remanescentes dos anos em que o antigo poder esteve concentrado na Bahia e um pouco disperso por Pernambuco (GUIMARÃES, 2011[1995]).

Analisando os quadros associados do IHGB já em meados do império de Pedro II, a professora Guimarães (2011[1995], p.46) observa a posição desses sócios no espaço social com as seguintes palavras: “O entrecruzamento das atas das sessões acadêmicas, com as listas dos integrantes do primeiro escalão do Império demonstra que até o final da década de 1870 os encontros do Instituto mais pareciam reuniões do Conselho de Ministros [...]”. Não só ministros, mas também a participação do neto do Imperador no IHGB, o príncipe d. Pedro Augusto de Saxe-Coburgo, explicita, pela presença de um importante membro palaciano, a relevância política doado ao Instituto ao longo de todo o II Império, além de maior concentração de sujeitos do eixo centro-sul nas bancadas deliberativas da agremiação (GUIMARÃES, 2011[1995]).

Mas não há dúvidas de que nenhum outro associado levou mais galhardia e respaldo político ao centro produtor e transmissor da memória e da erudição nacionais do que o próprio monarca Pedro II. “[...] Sua Majestade se converteu no frequentador mais assíduo do grêmio. De dezembro de 1849 até a sua partida para o exílio, participou de 508 reuniões ordinárias, sem contar as sessões públicas de aniversário e outras comemorações” (GUIMARÃES, 2011[1995], p. 48).

Porém, contraditoriamente, toda a relação de lealdade e dependência que o quadro associado e a instituição estabeleceram com o Imperador, descrita pela professora Guimarães, desdobrou-se em certa apatia acadêmica, ou, nos termos bourdieuanos, na falta de autonomia (ao que tudo indica voluntária) nas construções teóricas a respeito da geografia e da história do Brasil, prevalecendo um exacerbado respeito e inibição demasiada frente à presença imponente de Pedro II nas reuniões (GUIMARÃES, 2006, 2011[1995]).

Ainda assim, a despeito de todo o acanhamento na autonomia acadêmica dos associados, a agremiação permaneceu forte no papel de representante da erudição nacional, desenvolvendo, por décadas, pesquisas, encontros e debates temáticos de interesse do Estado, imprimindo ao longo das cinco primeiras décadas de sua existência uma relação peculiar marcada por uma relevante produção técnico-científica tutelada pela burocracia imperial de um lado, e, de outro lado, a referida inibição na autonomia acadêmica (GUIMARÃES, 2006, 2011[1995]).

Seja como for, os eventos políticos do final da década de 1880 mudariam não só os rumos da realização da história no Brasil, como também no IHGB. Décadas de relativa estabilidade política no país foram seguidas de um período turbulento, decorrente da crescente tensão entre monarquistas e republicanos e entre abolicionistas e conservadores, culminando na queda do Império e no exílio de Pedro II e da família real em Paris. O movimento que pôs fim ao Império de Pedro II e instituiu a Velha República no Brasil (1889) teve em setores das elites urbana e agrária regionais apoio decisivo, a exemplo da participação de cafeicultores paulistas (COSTA, 2010; FAUSTO, 2014 [2001]).

Essa é uma fase de suma importância para compreendermos a efetiva mudança ou inversão dos pólos decisórios na política nacional. Trata-se de determinações sociais objetivas que, ao mesmo tempo, possibilitaram e demandaram maior celeridade na modernização do aparelho estatal – perpassando pela formação e qualificação contínuas dos seus quadros profissionais – e na configuração territorial nacional (MORAES, 2005) caracterizada, no final do Segundo Império e nos primeiros decênios republicanos, segundo o professor Milton Santos (2005), por “arquipélagos” de infraestrutura e urbanização. Nesse decurso, o eixo centro-sul se firmou como região polarizadora das políticas econômicas nacionais em detrimento da antiga situação vantajosa dos estados do norte, com destaque para a Bahia.

Esse quadro é relativamente quebrado a partir da segunda metade do século XIX, quando, a partir da produção do café, o estado de São Paulo se torna o pólo dinâmico de vasta área que abrange os estados mais ao sul e vai incluir, ainda que de modo incompleto, o Rio de Janeiro e Minas Gerais [...]. De um lado, a implantação de estradas de ferro, a melhoria dos portos, a criação de meios de comunicação, atribuem uma nova fluidez potencial a essa parte do território brasileiro. De outro lado, é aí também onde se instalam, sob os influxos do comércio internacional, formas capitalistas de produção, trabalho, intercâmbio, consumo, que vão tornar efetiva aquela fluidez. Trata-se, porém, de uma integração limitada, do espaço e do mercado, de que apenas participa uma parcela do território nacional. A divisão do trabalho que se opera dentro dessa área é um fator de crescimento para todos os seus subespaços envolvidos no processo e constitui um elemento de sua crescente diferenciação em relação ao resto do território brasileiro. É com base nessa nova dinâmica que o processo de industrialização se desenvolve, atribuindo a dianteira a essa região, e sobretudo ao seu pólo dinâmico, o estado de São Paulo. Está aí a semente de uma situação de polarização que iria prosseguir ao longo do tempo, ainda que em cada período se apresente segundo uma forma particular (SANTOS, 2005, p. 29-30).

Consequente aos primeiros esforços ainda bastante polarizados de integração nacional realizados no Império de Pedro II e à criação das primeiras Faculdades, a República brasileira estabeleceu-se em uma conjuntura política marcada pela atuação de oligarquias familiares nos estados da União, acarretando a continuidade de restrições às possibilidades de implantação de Universidades. Prosseguiu assim a lógica espacial e organizacional das instituições de ensino superior isoladas, em quantidade crescente em todo o país (MARQUES, 2010).

Se as restrições à instituição universitária estenderam-se pelo alvorecer da República, a situação do IHGB, centro de sobressaída referência na erudição nacional, modificara-se radicalmente. A posição de prestígio social deu lugar a uma situação de adversidades político-financeiras. A República Velha não devotou ao Instituto e aos seus associados o acalanto e a notoriedade de outrora, pelo menos não em um primeiro momento (GUIMARÃES, 2006, 2011[1995]).

O Instituto Histórico, por sua vez, dava mostras de brava resistência. Permanecia fiel ao seu antigo patrono. [...] A cadeira ocupada pelo Imperador permaneceu vazia, situada no mesmo lugar de destaque na sala de sessões. Notícias e telegramas sobre suas atividades no exílio jamais deixaram de ser divulgadas, tanto nas reuniões ordinárias, quanto nas páginas da Revista, onde dentre outros assuntos deu-se grande publicidade da doação de parte de sua preciosa biblioteca ao IHGB [...]. Maiores demonstrações de apreço aconteceriam quando chegou ao Rio de Janeiro a notícia da morte do Imediato Protetor da 'Casa'. O Instituto guardou luto fechado. Mandou celebrar missa solene de sétimo dia, oficiada pelo Arcebispo D. João Esberard, cujo convite saiu estampado nos principais diários do Distrito Federal (GUIMARÃES, 2006, p. 23).

Passando por um período de crise desde a queda do Império, os quadros dirigentes e de sócios do IHGB sentiram a necessidade de efetivar ações administrativas e acadêmicas capazes de trazer à

agremiação soluções que sanassem o prestígio abalado. Tais ações, contudo, sobretudo as de cunho administrativo, podem ser figuradas como sem crédito de consenso, como, por exemplo, a proposta de admissão e posterior ingresso de associados investidos de certa distinção social, notadamente banqueiros, comerciantes e empresários, isentos de maior ilustração, mas garantidores da doação de, ao menos, dois contos de réis, quando da sua efetivação nos quadros da instituição, segundo a professora Guimarães (2006).

Mas as ações que intentavam reformulações administrativas e a superação das dificuldades políticas e financeiras não se restringiram à entrada de novos sócios. A partir de 1894²⁶ deu-se uma aproximação gradual com os dirigentes da instituída República. Parcerias foram firmadas com os recentes ministérios, dando-lhes apoio documental e técnico. Mapas e demais documentos geográficos e históricos foram cedidos aos novos governos da República Federativa. Solicitações de estudos e sistematização de informações sobre o território nacional à agremiação passaram a ser frequentes. O cenário de desvalia conferia sinais de melhoras (GUIMARÃES, 2006, 2011[1995]).

No tocante às práticas acadêmicas de maior relevância aos nossos anseios de pesquisa, foram planejados o *Dicionário Histórico, Etnográfico e Geográfico do Brasil*, uma publicação audaciosa e de escala nacional – além da instituição da primeira Faculdade de Filosofia e Letras, que fora instalada nas dependências do IHGB, em 1916. Uma leitura atenta das palavras da professora Guimarães sobre a realização do projeto do *Dicionário* e, posteriormente, sobre os direcionamentos ou concepções de Ciência e de Geografia que serviram de base à primeira experiência de ensino superior da ciência geográfica no Brasil, além de tudo que já vinha sendo produzido no Instituto, demonstra a proeminente influência dos autores alemães nos geógrafos do IHGB (GUIMARÃES, 2006).

Em relação ao *Dicionário*, foi lançado o primeiro e único volume, em 1922, composto por 37 livros e 1.734 páginas, a despeito da fragilidade dos procedimentos de coleta de dados, resultante da esperada dedicação e esmero não correspondidos pelos entes federativos que deveriam

²⁶ 1894 representa também, como evento, o ano de fundação do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia e do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

responder ao chamado de construção coletiva da obra, prestando informações sobre configurações territoriais e eventos históricos (GUIMARÃES, 2006).

[...] A ideia consistia em obter alguns elementos para traçar um panorama geral de cada município brasileiro, a começar pela sua localização espacial. É interessante notar que os itens classificados no elenco da geografia demonstram as influências das orientações de Alexander Von Humboldt, que percebia aquele campo do conhecimento em estreita articulação com as ciências naturais. [...] A minúcia e a quantidade das questões do formulário de Geografia reforçam a nossa premissa de que havia carência de informações completas e atualizadas sobre o país. Por outro lado, do ponto de vista formal, quando comparados com o roteiro de 1881, os itens refletem as transformações operadas naquela disciplina, que teve o seu campo de estudo alargado ao final do século XIX, à medida que passou a se ocupar da geografia humana, consoante às teses sustentadas por Friedrich Ratzel [...] (GUIMARÃES, 2006, p. 96-98).

Outra importante ação elaborada por sócios e diretores da agremiação para reerguê-la política e financeiramente diz respeito à criação da Faculdade de Filosofia e Letras do IHGB, que se manteve regular de 1916 a 1921. As referências à Faculdade, segundo a professora Guimarães (2006), trazem indícios históricos que induzem a crer se tratar de uma instituição esboçada a partir da experiência de uma Escola de Altos Estudos existente em um estabelecimento de ensino secundário no Rio de Janeiro e da realização de cursos livres, promovidos por esse colégio.

Pouco se sabe a respeito dessa Faculdade, cujo corpo docente reuniu expressivos nomes da intelectualidade brasileira. Os autores que tratam da história da educação no Brasil ignoram-na. [...] Max Fleiüss resolveu reproduzir a experiência no Instituto Histórico. [...] Além de tornar o Instituto mais dinâmico e de alargar sua esfera de atuação, o projeto poderia dispor de um corpo docente de alto gabarito, recrutado entre os integrantes da corporação (GUIMARÃES, 2006, p. 105-106).

Em 1913, iniciaram-se os trabalhos no intuito de fomentar encontros e cursos de caráter mais livre, dando os primeiros passos para a concretização da Faculdade três anos mais tarde. A Academia de Altos Estudos foi regulamentada e, posteriormente, transformada em instituição de ensino superior que, inicialmente, contou com dois cursos: um destinado à carreira diplomática e outro à carreira administrativa e financeira. Ao final dos cursos, os alunos entregavam suas monografias de 50 páginas, em média, versando sobre assuntos nacionais (GUIMARÃES, 2006). Os trabalhos desenvolvidos na Academia logo tiveram êxito, levando ao debate sobre sua transformação em Faculdade e sobre a ampliação dos cursos oferecidos.

Após exaustivos debates, em 13 de março de 1919, a Congregação da Academia de Altos Estudos decidiu reformular os seus Estatutos e transformá-la na Faculdade de Filosofia e Letras do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro [...]. Instituíram-se os seguintes cursos permanentes: Curso de Ciências Políticas e Sociais; Curso de Filosofia e Letras e o Curso Normal Superior, este último subdividido em seis habilitações: Línguas Clássicas (grego e latim), Línguas Modernas (português, inglês, francês, espanhol, alemão e italiano); Ciências Matemáticas; Ciências Históricas e Geográficas;

Ciências Físicas e Naturais e Ciências da Educação. [...] Seria conferido o grau de bacharel aos egressos dos Cursos de Ciência Política e Sociais e de Filosofia e Letras, enquanto receberiam o título de professor os concluintes do Curso Normal Superior. [...] (GUIMARÃES, 2006, p. 109).

A habilitação em Geografia e História na Faculdade do IHGB tinha a sua estrutura curricular dividida em três anos de curso, com os seguintes componentes disciplinares: a) primeiro ano: História da Língua Portuguesa, Dialetoologia, Estilística, Psicologia e sua aplicação à Pedagogia, Introdução aos estudos geográficos, Cosmografia do sistema solar, Geologia, Topografia, e, Cartografia; b) segundo ano: Geografia geral: física, econômica e política, Introdução aos estudos históricos, Arqueologia, Numismática, Paleografia, Diplomática, Etnografia e Demografia gerais e especiais do Brasil e da América; c) terceiro ano: Geografia especial do Brasil e da América, História geral, História da América e do Brasil, Línguas americanas e literaturas respectivas e Metodologia do ensino da Geografia e da História (GUIMARÃES, 2006).

Analisando a referida estrutura curricular da habilitação em Geografia e História, a professora Guimarães destaca, mais uma vez, a influência eminente de Friedrich Ratzel na produção do IHGB: “[...] A ordenação e a distribuição das matérias pelo currículo seguem os princípios enunciados pelo geógrafo alemão, resumidos na fórmula O meio faz o homem²⁷. Conceito, aliás, que vinha orientando as reflexões de diversos associados do IHGB” [...] (GUIMARÃES, 2006, p. 110).

Ainda que exitosa, a Faculdade teve vida curta. Segundo Guimarães (2006), o deputado José Augusto Bezerra de Medeiros apresentou um projeto de Lei visando tornar a Faculdade uma instituição de utilidade pública, deixando de ser privada. A iniciativa do IHGB era vista como uma ação concorrente à intencionalidade e aos recentes esforços do Estado republicano em fundar a instituição universitária no Brasil. A Faculdade não resistiu às pressões políticas que passou a sofrer por não aceitar ser transformada em instituição pública e, no ano de 1921, encerrou suas atividades.

Os documentos analisados pela professora Guimarães não lhe permitem afirmar com a mesma certeza depositada sobre os demais cursos que houve formação de professores de Geografia e

²⁷ Divergências à parte sobre o caráter determinista da obra de Ratzel, e uma possível rotulação dos seus textos por um bom número de geógrafos, o que importa aqui é a influência prussiana/alemã sobre os trabalhos desenvolvidos no IHGB.

História pela Faculdade do IHGB, embora alguns documentos sirvam de indícios históricos de que o Curso Normal Superior tenha fechado o ciclo de pelo menos uma turma, funcionando até a realização de exames finais (1921), paralelamente à formação de alunos de outros cursos (1920).

As fontes disponíveis não revelam a realização de formaturas no âmbito das habilitações do Curso Normal Superior. Mencionam apenas a colação de grau de dois bacharéis em Filosofia e Letras, os alunos Heitor Pereira e Manoel Azevedo Silveira Neto. Descobrimos, no entanto, indícios seguros de que o funcionamento regular daquele curso se estendeu até meados de 1921, uma vez que os programas e exames finais, bem como as respectivas atas continuavam sendo publicadas no Diário Oficial.

A primeira turma de bacharéis em ciências políticas e sociais colou grau na data 10 de junho de 1920. A solenidade contou com a presença do presidente Epitácio Pessoa e outras autoridades (GUIMARÃES, 2006, p. 111).

Da experiência da Faculdade do IHGB, um dos dados mais relevantes a esta tese diz respeito à influência dos alemães, visto que a formação de professores de Geografia parece também ter se dado, antes da década de 1930, no Curso Superior Livre de Geografia (1926-1927) da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, SGRJ – também patrocinada por Pedro II e com forte influência da então moderna Geografia desenvolvida nas Universidades da Alemanha (CARDOSO, 2009).

Os relatos históricos sobre o Curso Superior Livre de Geografia da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro relacionam-se com a influência da Geografia desenvolvida na Alemanha, agora dividindo espaço com as orientações vindas da França. “[...] Elaborado pelos sócios Carlos Delgado de Carvalho e Everaldo Adolpho Backheuser, o projeto do curso pretendia inserir uma nova concepção de Geografia na Sociedade, combinando as ideias de Friedrich Ratzel (1844-1904), com as de Vidal de La Blache (1845-1918)” (CARDOSO, 2009, p. 248).

No tocante à Delgado de Carvalho, natural da França, e com influência da Geografia desenvolvida naquele país, logo seria atraído pelo movimento de renovação pedagógica no Brasil, liderado pelo educador baiano Anísio Teixeira, participando ativamente da vida intelectual do país. Quanto à Backheuser, vinculado ao movimento católico de educação, trazia consigo uma vinculação com os direcionamentos científicos alemães: “[...] Defensor da geografia moderna, fundamentada na escola alemã, em especial nas concepções formuladas por Friedrich Ratzel, publicou *A estrutura política do Brasil. Notas prévias* (1929), e *Problemas do Brasil: estrutura geopolítica* (1933) [...]” (CARDOSO, 2009, p. 248).

No tocante ao curso oferecido entre os anos de 1926 e 1927, suas disciplinas foram assim subdivididas: a) ano de 1926: Cosmografia; Fisiografia e Peleografia; Meteorologia e

Climatologia; Métodos estatísticos e Desenho de cartas geográficas; Ecologia; Metodologia e história da Geografia; Etnografia e Antropologia; Geopolítica; Forças econômicas; e, Movimentos da população; b) ano de 1927: Fisiografia e Paleografia; Cosmografia; Antropogeografia; Estatística; Climatologia; Etnografia e Antropologia; Ecologia; Oceanografia; Modelagem geográfica; Excursões pelo Distrito Federal (CARDOSO, 2009).

[...] Embora na documentação disponível na Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro não exista nenhuma relação dos alunos laureados em Geografia e Ciências Correlatas, é viável supor que houve quem concluisse o Curso, uma vez que na *Revista* informa-se que a entrega dos diplomas poderia ser realizada em sessão solene na Sociedade ou diretamente na secretaria [...] (CARDOSO, 2009, p. 252).

Junto com a Faculdade do IHGB, o Curso da SGRJ aparece como uma das duas primeiras tentativas realizadas no Brasil, das quais se tem conhecimento até a atualidade, de ensino de Geografia por meio de uma regulação institucional mais rigorosa, capaz de oferecer os atributos bourdieuanos a uma comunidade identificada/legitimada socialmente a responder pelos rumos da disciplina geográfica. Porém, longe de esgotar as possibilidades de tratamento e reconhecimento da larga produção geográfica pré-universitária no Brasil, tais experiências devem nos servir como “fio condutor” de interpretações acerca das “permanências” e “abandonos” teóricos da Geografia contemporânea, verificados nos próximos capítulos.

Dando prosseguimento às premissas bourdieuanas de articulação entre estrutura social e sujeito social (MORAES, 2005; MACHADO, 2009), tentando apreender agentes e ações relevantes para uma historiografia do pensamento geográfico no Brasil, e retomando a ideia de que os idealizadores do IHGB intencionavam a criação de outros centros à sua imagem e semelhança nas províncias nacionais, devem ser mencionadas as contribuições do engenheiro geógrafo baiano Theodoro Sampaio, entre o Segundo Império e a Era Vargas, como exemplo de pesquisador que transitou e foi responsável direto pela organização de instituições brasileiras de abordagem geográfica, destacando sua atuação naquelas surgidas na Bahia e em São Paulo, ambas em 1894.

A relevante participação de Theodoro Sampaio na organização da pesquisa científica e na consolidação dos estudos geográficos no Brasil se deu em uma importante fase transitória da história nacional, perpassando o Segundo Império e as Repúblicas Velha e Nova. No IHGB, mas também no Museu Nacional, Theodoro Sampaio se destacou como um dos principais e mais

atuantes sócios, posição que lhe valeu convite para participar da Comissão Hidráulica do Império. A iniciativa da Comissão versava sobre o melhoramento do porto de Santos e estudos sobre as condições de navegação fluvial no Brasil (SILVA, A., 2006; COSTA, 2007). Dos trabalhos da Comissão resultou o importante livro *O Rio São Francisco e a Chapada Diamantina* (1905), marco da Geografia na Bahia e no Brasil, um esforço de apreensão das compartimentações do relevo e das feições de bacias hidrográficas, por meio de ricas ilustrações e descrições das paisagens (COSTA, 2007). Theodoro Sampaio é autor ainda de *O tupi na geografia nacional* (1901) e *História da fundação da cidade de Salvador* (obra póstuma).

Além das contribuições à Geografia no plano das pesquisas e publicações, Theodoro Sampaio teve importante papel organizador na iminência da institucionalização da Geografia universitária – foi membro do IHGB, sócio-fundador do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (1894), IHGSP, e membro do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (1894), IGHB, desde 1899. Da agremiação baiana, foi orador oficial de 1913 a 1921 e presidente de 1922 a 1927, quando se afastou para tornar-se deputado federal (SILVA, A., 2006). Nos primeiros anos da Geografia universitária no Brasil (1934-1935), Theodoro Sampaio foi ainda convidado a ser sócio da Associação dos Geógrafos Brasileiros – AGB, por seus fundadores Pierre Deffontaines, Caio Prado Jr., Rubem Borba de Moraes e Luiz Flores de Moraes Rego, tendo uma breve participação na principal entidade profissional dos geógrafos no Brasil, interrompida pela sua morte em 1937 (SEABRA, 2008).

Dentre as contribuições de Theodoro Sampaio para a conformação do campo disciplinar geográfico na Bahia e no Brasil, certamente uma das mais importantes diz respeito à sua regência na condição de presidente do 5º Congresso de Geografia, realizado em Salvador e promovido pela Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro – SGRJ, entre os dias 07 e 12 de setembro de 1916. Na República Velha (1889-1930), a SGRJ realizou oito congressos de Geografia de modo itinerante por diferentes capitais estaduais no Brasil. As jornadas acadêmicas tinham como objetivo analisar e discutir temas e questões à época associados à disciplina Geografia (CARDOSO, 2013).

Sistematicamente, os congressos foram realizados, por ordem cronológica ascendente, nas cidades do Rio de Janeiro (1909), de São Paulo (1910), de Curitiba (1911), de Recife (1915), de Salvador (1916), de Belo Horizonte (1919), de João Pessoa (1922) e de Vitória (1923). Após o fim da Primeira República mais dois congressos foram promovidos pela SGRJ: em Florianópolis (1940) e, novamente, no Rio de Janeiro (1945) (CARDOSO, 2013). Dos oito congressos realizados na República Velha, o maior em número de adesões, em trabalhos apresentados e em páginas publicadas foi o de Salvador – mil e cinquenta e sete adesões, cento e onze trabalhos apresentados e mil e oitocentas e setenta e sete páginas publicadas nos anais do evento, divididas em dois tomos (BAHIA, 1916; CARDOSO, 2013).

A título de comparação, o congresso realizado no Rio de Janeiro, observando os mesmos parâmetros, ocupa o segundo lugar com quinhentas e cinquenta e sete adesões, cento e oito trabalhos apresentados e mil e quatrocentas páginas publicadas, em doze volumes. Já o congresso de São Paulo contou com trezentos e quarenta e oito adesões e setenta e nove trabalhos apresentados e sem publicação de anais (CARDOSO, 2013). Particularmente no caso de São Paulo, a historiadora Luciene Cardoso destaca, como possíveis pontos motivadores da pequena proporção que tomou o congresso, a longa crise política vivida pelo país associada à sucessão presidencial e à morte de Afonso Pena, a proximidade da Primeira Grande Guerra (1914) acarretando incertezas e contingenciamentos de recursos e a empreitada pioneira de realização de um congresso de grandes dimensões fora da capital do país somada à precariedade dos sistemas técnicos de transporte e de telecomunicação.

No tocante ao congresso de Salvador, pode-se ler nos anais publicados (o primeiro volume data de 1916 e o segundo, de 1918) a dinâmica da jornada acadêmica e suas contribuições ao campo disciplinar geográfico. A sessão inaugural foi proferida pelo professor Bernardino José de Souza (Secretário Geral do congresso). A comissão organizadora do evento contou ainda com os seguintes nomes: Dr. Theodoro Sampaio (Presidente), Cons. Antonio Carneiro da Rocha, Cel. Aloysio de Carvalho, Dr. Annibal Revault de Figueiredo, Dr. Arnaldo Pimenta da Cunha, Dr. Francisco Marques de Goes Calmon, Dr. Braz Hermenegildo do Amaral, Lourenço Costa, Joaquim dos Reis Magalhães e Dr. Armando de Campos Pereira. A vice-presidência ficou a cargo de Braz do Amaral. Como presidentes de honra, foram ainda escolhidos Dr. Antônio Ferrão

Moniz de Aragão, governador do estado da Bahia, Dr. Joaquim José Seabra e Barão Homem de Mello, ex-governador e ex-presidente da província da Bahia, respectivamente (BAHIA, 1916).

Foi no dia 16 de setembro de 1915: uma assembléa majestosa, maior de 200 pessoas da fina flor da sociedade pernambucana, acclamou o nome celebrado da Bahia, indicada por unanimidade de avisos para sucessora dos triumphos científicos na investigação da terra brasileira [...] Agradei em nome da Bahia a escolha honrosa, e em momento solemne jurei que ella cumpriria o seu dever e na pugna futura não se forraria a trabalhos para perulstrar a senda illuminada que o Districto Federal iniciara e a paulicea gloriosa abrilhantara com a sua forma justíssima, e onde o Paraná e Pernambuco assentaram com fulgores o terceiro e quarto marcos milliairos [...] O seu Governo não desattendeu a grande obra patriótica e o Instituto Geographico e Historico, que vai, a lanço e lanço, conquistando as sympatias de todos os bahianos, empenhou-se na maior cruzada de sua história benemerita, na recordação dos avoengos illustres ou na sementeira de exemplos para a futuro: sob os auspícios de ambos é que se iniciaram e hoje chegam a termo os trabalhos preparatórios, agora transformados em realizações práticas para a glória de nossa terra (*sic*) (BAHIA, 1916, p. 08-09).

Tomando ainda como base as palavras do professor Bernardino José de Souza (BAHIA, 1916, p. 16), podemos observar, além da crescente expectativa de setores da sociedade em torno da Geografia, algumas das mais notáveis referências nas quais se apoiava naquele momento a produção geográfica dos associados do IGHB, mas também de um número significativo de pesquisadores da Geografia no Brasil. As menções primeiras são voltadas para os alemães e suas concepções de Geografia, mas as alusões não deixam de lado a disciplina desenvolvida por geógrafos de outros países.

[...] Poucas sciências suscitam hoje interesse mais amplo, mais práctico, mais científico. Muito longe de ser um aggregado ecclético de sciências varias, é uma cohesão systematica de partes dominadas por uma ideia central unificadora, que é a do homem no systema do mundo e do mundo no systema do universo. Alexandre de Humboldt e Karl Ritter desenharam-lhe novos horizontes e, quando, meiado o século 19, desapareceram os dois grandes vultos, campo vastíssimo nas suas raias, mas preciso no seu character legaram aos discípulos de dois continentes. A superfície da Terra é teatro das mais suggestivas investigações, desde que se considere não como um espaço inerte, mas como grandioso laboratório, em que tudo se transforma e tudo depende do jogo de vários elementos, collaborando as forças da natureza na obra da humanidade e cooperando esta para o desenvolvimento das energias phisicas e biologicas, com as que vive em íntima solidariedade no tempo e no espaço [...] eis o motivo primeiro dos enthusiamos dos pedagogos pela sciência de Reclus e Davis (*sic*).

Dentre as mil e cinquenta e sete adesões ao 5º Congresso de Geografia, realizado na cidade de Salvador, seis foram de estados da Federação, dezoito, de municípios, sessenta e três se referem às instituições e associações diversas interessadas pela Geografia, Trinta e quatro eram as damas e novecentos e trinta e seis o número de cavalheiros. Por ordem alfabética das províncias, as adesões se dividiram no Brasil da seguinte forma: Amazonas (01), Alagôas (18), Bahia (737), Espírito Santo (02), Ceará (19), Goyáz (06), Maranhão (05), Mato Grosso (06), Minas Gerais

(23), Pará (04), Parahyba (13), Paraná (08), Pernambuco (25), Piauí (02), Rio de Janeiro (79), Rio Grande do Norte (11), Rio Grande do Sul (10), São Paulo (23), Santa Catharina (17), Sergipe (12), Território do Acre (01)²⁸. Externas ao Brasil, as adesões contemplaram: Uruguai (01), Paraguai (01), Argentina (01) e Portugal (01) (BAHIA, 1916).

Ao longo dos cinco dias em que foi realizado o Congresso em Salvador, foram apresentados cento e onze memoriais, cento e quatro mapas, diversas fotografias de campo, além de retratos de geógrafos,²⁹ desconhecidas que eram as suas fisionomias do grande público, sendo eles: Pieter LUNDI, Agassiz, Frederico Hartt, Orville Derby, Henri Coudreau e Mme. Coudreau, Mouchez, Eliseu Reclus, Martius, Theodoro Sampaio, Euclides da Cunha, Cândido Rondon, Couto de Magalhães, Barbosa Rodrigues, Candido Mendes, Severiano da Fonseca, Antônio Rebouças, Moreira Pinto e Barão Homem de Mello. No congresso de Salvador foram realizadas algumas mudanças em relação às quatro jornadas que lhes antecederam, foram separadas em duas seções as subáreas denominadas de Geografia física e de Geografia política, foi introduzida a seção Antropogeografia, também denominada de Geografia humana, e a Geografia biológica passou a ser tratada como Biogeografia (BAHIA, 1916, CARDOSO, 2013).

Contudo, de todas as contribuições do evento à conformação do campo disciplinar na Bahia e no Brasil, a mais importante diz respeito à introdução de um método científico na Geografia, calcado no positivismo. Trata-se das monografias regionais descritivas, que foram realizadas em vinte e três municípios baianos no ano de 1916. Nas advertências preliminares da monografia que realizou em parceria com o Juiz de Direito da Comarca de Bom Conselho, João Mendes da Silva, sobre o município de Bom Conselho (em transição de denominação para Cícero Dantas, quando da ocorrência do congresso), o professor Bernardino José de Souza destaca os procedimentos que levou a termo para a ampla divulgação e realização das monografias regionais no estado da Bahia (BAHIA, 1916, 1918).

Por força do meu cargo de Secretário geral da Comissão Organizadora do 5º Congresso Brasileiro de Geographia, tive a honra de pedir a todos os Intendentes dos nossos Municípios, Juizes de Direito, Promotores e Juizes Municipais das nossas comarcas e termos, bem como os intellectuaes em geral, a feitura e remessa de monographias

²⁸ Como houve acentuadas mudanças nos limites municipais e estaduais no Brasil ao longo do século XX e início do XXI, preferimos manter, nesta seção, as denominações de reconhecimento dos entes federativos no momento de realização do Congresso.

²⁹ Os documentos referentes ao congresso reconhecem esses pesquisadores como geógrafos.

descriptivas dos Municipios ou Comarcas em que administrativamente e judicialmente se divide o estado da Bahia.

O pedido era opportuníssimo: não se conhecendo a Geographia do amplo território bahiano julguei, como julgo ainda, que um dos meios mais fáceis de se iniciar um trabalho geographico completo sobre o Estado, é a elaboração de monographias regionaes que, mais tarde, ajustadas e conjugadas por competentes, podem dar em resultado a Chorographia da Bahia, escoimada das falhas que tanto a adulteram. Nos labores desta propaganda publiquei no 'Diário Oficial' do Estado da Bahia de 5 de fevereiro de 1916 uma nota vulgarizadora do 5º Congresso, na qual apresentava o plano methodizado do que deviam conter as referidas monographias. [...] (*sic*) (BAHIA, 1918, p. 221).

As palavras do professor Bernardino de Souza denotam a vontade de se romper velhos vícios nas formas de se fazer Geografia no Brasil – *falhas que tanto a adulteram* –, vontade que também aparecerá reclamada nos textos de outros associados e colaboradores do evento. A metodologia que serviria de formato às monografias regionais descritivas foi publicada oficialmente em fevereiro de 1916, já os resultados vieram ao público no mês de setembro do mesmo ano. Os municípios baianos sobre os quais foram realizadas as monografias regionais descritivas, em 1916, além de Bom Conselho (Cícero Dantas), obedecendo às suas denominações no ano de realização do evento, foram, Jacobina, Geremoabo, Patrocínio do Coité (atual Paripiranga), São José do Riacho de Casa Nova, Mundo Novo, Ilhéus, Villa Bella de Palmeiras, Curaçá, Andaraí, Barreiras, Areia, Macaúbas, Camisão (atual Ipirá), Santa Rita do Rio Preto, Belomonte, Maragogipe, Cannavieiras, Nazareth, Montes Claros, Monte Santo, Umburanas, Morro do Chapeo e Juazeiro³⁰ (BAHIA, 1916).

Ao passo que reforçava a ideia da necessidade de introduzir um método que pusesse limites às imprecisões nas descrições espaciais em voga naquele momento, contribuindo para levar a produção da Geografia no Brasil para perto das práticas teórico-conceituais e investigativas modernas, o professor Bernardino José de Souza fazia também alusão à questão do ensino da ciência geográfica nas escolas, comprometido por um tímido repertório disciplinar e por uma prática pedagógica, a seu ver, carente de maiores reflexões.

As dificuldades vencem-se com bôa vontade e constancia e nós nos devemos alistar na segunda legião de emancipadores da mais cruel das escravidões – a da ignorância. Não nos arreceiemos do atrazo em que nos achamos, do descaso com que muita gente ilustre trata a sociedade da Terra e do Homem, do erradíssimo conceito que atribuem a tão bello ramo dos conhecimentos humanos. Não há muito Vidal de la Blache, o mais insigne dos mestres da França actual, fazia notar que as incertezas sobre a concepção da Geographia

³⁰ Alguns desses municípios são, na atualidade (2015), distritos de outro município, a exemplo Santa Rita do Rio Preto, distrito de Barra.

existe ou existiram em todas as nações. Entre nós causas múltiplas tem concorrido para o seu desapareço: o falseamento do seu conceito, a limitação dos estudos geológicos, a incultura geral, e os torcidos methodos pedagogicos ainda usados no seu ensino patenteiam-se nos em primeira linha (*sic*) (BAHIA, 1916, p. 17).

Na publicação do tomo II do 5º Congresso de Geografia, editado dois anos depois de sua ocorrência, em 1918, Dr. A. J. de Souza Carneiro expressa preocupações semelhantes às do professor Bernardino José de Souza quanto à falta de um método que garantisse maior rigor às contribuições documentais à Geografia. São palavras introdutórias que exaltam a possibilidade de os novos geógrafos ultrapassarem a imprecisão descritiva e os arroubos da imaginação que vinham pautando as representações espaciais dos lugares. O texto do Dr. A. J. de Souza Carneiro foi apresentado ao público com o título de *A nova orientação das monographias descriptivas regionaes*.

Afóra os grandes inconvenientes que a escola dos neo-geographos aponta e repudia, sobresahe o da liberdade de mentir e de exagerar, muito própria aos nossos escriptores, que fazem de sua região natal, o primeiro, o mais rico, o mais notável e o mais digno pedaço da terra de todo o mundo.

Para esse mal, que so nos tem servido de entorpecimento e de vaidade, os remédios são efficazes com a disposição scientifica das monographias regionaes, em cujos capítulos ficam as provas da verdade e da falsidade do autor (*sic*) (CARNEIRO, 1918, P. 181).

Quanto ao presidente do Congresso, Theodoro Sampaio não veio ao público expor monografias regionais, mas apresentou nada menos do que seis memoriais: *Do estudo e cadastro da força hydraulica dos rios brasileiros e da nacionalisação de suas aguas*, *A carta-hydrografica da Bahia de Todos os Santos e de seus arredores*, *Inscrições lapidares indígenas no Valle do Paraguassú*, *Movimentos sismicos na Bahia de Todos os Santos*, *Denominações geographicas indigenas em Torno da Bahia de Todos os Santos* e *A planta geral da cidade do Salvador da Bahia de Todos os Santos* (*sic*).

Concomitantemente ao exercício profissional e a organização de centros de pesquisa e eventos, Theodoro Sampaio ainda se ocupou da divulgação do conhecimento por outros meios escritos que cumpriam, à época, função de propalação, como o *Jornal da Bahia*, que editou por um curto tempo em Salvador (SOUSA; SANTANA, 2003). Citar a trajetória de Theodoro Sampaio em um mapeamento histórico sobre o pensamento geográfico no Brasil, põe em evidência, mesmo breve e indiretamente, a importância de outras instituições e agentes, fundamentais na conformação do olhar disciplinar geográfico. Em verdade, significa fazer alusão a centros tidos por muito tempo

como primeiras referências do saber erudito, posição perdida paulatinamente a partir da implantação das Universidades brasileiras, em um ambiente de transformações político-econômica e cultural no país (SILVA, A., 2006).

No tocante aos institutos de pesquisas geográficas e históricas estaduais, derivados do IHGB, esses se esforçaram em completar, desde meados do século XIX e em escala regional, os trabalhos desenvolvidos na agremiação nacional. O esforço era o de promover a prática científica e de inventariar os recursos territoriais do país paralelamente à consolidação do ideal nacional, articulado a partir da consolidação do Estado independente, nas primeiras décadas do século XIX (SILVA, A., 2006). Em relação ao Instituto Geográfico e Histórico da Bahia – IGHB, o cenário político-econômico de fundo, quando da sua fundação no alvorecer da República, pode ser resumido pela crise econômica aprofundada no estado desde o século XIX, somado a um alinhamento político majoritariamente monarquista, o que colocara a Bahia em uma posição bastante complicada (SILVA, A., 2006).

Por outro lado, a criação do Instituto baiano era, em si mesma, uma tentativa de evidenciar a capacidade do estado de se engajar no projeto nacional de civilização da sociedade, na medida em que a Bahia demonstrava-se capaz de abrigar e manter uma instituição exclusivamente dedicada ao saber. Nessa perspectiva, o Instituto foi concebido para ser, aos olhos da sociedade baiana e do país, não apenas um instrumento para a modernização do estado, mas um sintoma efetivo desta modernização em andamento [...](SILVA, A., 2006, p. 100).

Eram grandes as divergências e disputas internas no IGHB, referentes à possibilidade da participação na agremiação de pessoas historicamente vinculadas ao regime monárquico. A presença de clérigos e de outras personalidades apoiadoras do Império em tempos pouco remotos era vista por outros setores como algo indesejado frente ao projeto de associação da instituição aos ideais republicanos, de inspiração positivista – a República significava uma separação na antiga simbiose entre Estado e Igreja. A contenda foi superada com a ala majoritária assumindo os rumos do IGHB, dando-lhe um caráter cada vez mais científico e ligado à nova situação político-geográfica que se conformava no país (SILVA, A., 2006).

Na inauguração do IGHB, em 1894, nenhuma grande autoridade federal esteve presente, nem mesmo do IHGB, sugerindo que os tempos eram outros, a fundação de um instituto de pesquisa dessa natureza já não representava um grande acontecimento regional (SILVA, A., 2006). Isso

porque, no Brasil, iniciava-se de fato um esforço maior do Estado republicano em torno da ideia de Universidade, balizado por mudanças nos rumos do saber erudito e de sua organização (MARQUES, 2010).

A instalação da Universidade do Paraná, em 1909, atesta as mudanças em curso. Já “[...] no auge da prosperidade da borracha amazonense, fora criada a Escola Universitária Livre de Manaus, se transformando em 1913 em Universidade de Manaus [...]” (NUNES, 2010, p. 45). Em 1920 foi a vez da Universidade do Rio de Janeiro e, em 1927, instituiu-se a Universidade de Minas Gerais. Na presidência de Wenceslau Braz (1914-1918), o Ministro Carlos Maximiliano Pereira dos Santos restaurou e equiparou os institutos mantidos pelo Estado e normatizou o exame para ingresso nos cursos superiores, chamado pela primeira vez de vestibular (NUNES, 2010).

Porém, as referidas instituições não se firmaram e não sustentaram as funções prescritas no primeiro Estatuto das Universidades no Brasil. “[...] Permaneceu o caráter profissionalizante, não foram dadas as efetivas condições à realização de pesquisas e os institutos e as faculdades não criaram os laços necessários que tornariam a instituição uma Universidade” (MARQUES, 2010, p. 106). Somente a partir da década de 1930 se consolidariam as Universidades e os cursos universitários de Geografia no Brasil, permanecendo em sua maioria até os dias atuais. Com ajustes de estatutos e (ou) de nomenclaturas nas suas trajetórias, se inseriram no processo de modernização do país efetivando em graus diversos a unidade necessária à instituição universitária.

A pioneira nessa nova conjuntura foi a Universidade de São Paulo – USP, criada em 25 de janeiro de 1934, em comemoração aos 380 anos de fundação da cidade de São Paulo. No fim do mesmo ano foi criada a Universidade de Porto Alegre, seguida da Universidade do Distrito Federal (Rio de Janeiro), em 1935, e, a Universidade do Brasil, em 1937, também no Rio de Janeiro (NUNES, 2010; MARQUES, 2010). A Bahia, embora contasse com cursos de nível superior sediados em instituições de ensino isoladas, desde o início do século XIX, e com curso superior de Geografia e História desde 1941, aguardou doze anos em ralação à pioneira da nova conjuntura política do país, a USP (1934), para implantar sua primeira Universidade (1946), conforme veremos nas próximas páginas, passando a também contribuir – agora com toda a

legitimação social do campo científico – com a construção disciplinar da Geografia moderna no Brasil, se destacando por influentes trabalhos e articulações internacionais garantidores de uma posição central na produção do conhecimento geográfico em território nacional.

3 A UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA E A UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO NA CONSTRUÇÃO DO CAMPO DISCIPLINAR DA GEOGRAFIA

Concluimos o capítulo anterior chegando às raias da Era Vargas – fim da primeira República – momento em que o projeto de modernização do aparelho estatal e do território nacional criou os alicerces necessários para a edificação de uma efetiva instituição universitária e para maior enquadramento do saber geográfico na racionalidade moderna. Traçamos um itinerário por passagens nas quais foi possível observar eventos e vetores de base fundamentais ao campo disciplinar da Geografia desenvolvida no Brasil até os anos 1930 – um movimento de institucionalização balizado por processos internos e externos ao campo científico, colocado em relação com outros campos do espaço social.

Conforme foi visto até agora, data de alguns séculos a vontade de organizar em uma estrutura universitária o ensino superior no Brasil, ora restrito ao Clero, ora presente em instituições isoladas financiadas ou não pelo Estado ou mesmo em Universidades de vida curta e de pouca ou nenhuma prática universitária concreta. Ainda assim, a ideia de só haver Universidade, Ciência e pesquisa (geográfica) no Brasil após o marco historiográfico-institucional que toma como base a criação das Universidades de São Paulo (USP) e do Distrito Federal (UDF) e a Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) (1934-1935), foi posta em xeque nas páginas anteriores a este capítulo³¹. Do Sul ao Norte do Brasil, muitos foram os meandros percorridos pelo ensino superior e muitos foram os enlaces históricos entre Universidades, agremiações, trabalhos e publicações científicas e a conformação das disciplinas parcelares.

As páginas seguintes darão conta de continuar uma historiografia do pensamento geográfico no Brasil, e particularmente na Bahia e em São Paulo, atribuindo maior atenção ao período inaugurado pelas novas instituições de pesquisa e de ensino de Geografia criadas a partir da década de 1930, tomando esse encadeamento de eventos, ou arranjo dos fatos, não como a gênese da Geografia no Brasil, mas como um período de conjugação de esforços mais intensivos empreendidos e melhor articulados/controlados pelo Estado. As Universidades e os cursos de

31 O professor Manoel Fernandes de Sousa Neto (2005) compartilha da mesma opinião de que a Geografia e a formação de professores em Geografia não se iniciam com a tríade institucional USP-AGB-UDF.

Geografia criados após 1930 no país inauguraram um novo modo de lidar com as dimensões espacial da sociedade e social do espaço, determinado pelas primeiras matrizes de pensamento (vetores) que aportaram nessas instituições/cursos, manifestados na interpretação de jovens professores, sobretudo dos franceses que aqui chegaram, sobre as diversas e particulares situações geográficas no/do Brasil.

Os processos responsáveis pela construção e institucionalização do saber erudito tomaram novas feições com as mudanças políticas ocorridas no país após 1930. A fundação das novas Universidades no período seguinte à Primeira República, bem como a criação de cursos superiores de Geografia duradores até os dias atuais, impuseram no Brasil uma forma, ainda que diversa, de se fazer Geografia, seguindo mais estritamente as normas internacionais, calcada sobremaneira na racionalidade da Ciência moderna, aprofundando o conhecimento e o segmentando, ampliando a compreensão sobre certos aspectos do mundo, mas se afastando de outras formas de linguagem, como a Filosofia e, sobretudo, a Arte.

A contribuição de jovens professores estrangeiros, em parceria com outros locais, na organização dos novos cursos e da associação profissional dos geógrafos brasileiros modificou significativamente a tradição geográfica no Brasil. Discursos apaixonados marcados por arroubos poéticos e retóricas inflamadas, que vinham sendo desconstruídas paulatinamente, desde, pelo menos, o congresso de 1916 (BAHIA, 1916), cederam lugar de modo mais célere a uma construção científica ainda mais ancorada na intencionalidade proposital-instrumental moderna, modificando as formas e conteúdos dos textos e outras práticas explicativas da Geografia até então produzida no país (MORAES, 2005).

Ao longo deste capítulo será mantido o esforço de conjugar a um só tempo uma historiografia da Universidade e da Geografia, agora com o objetivo de demonstrar a situação socioespacial em que implantou-se essa nova forma de se conceber a disciplina. Trata-se, em verdade, de entender inicialmente o movimento de mudanças nas concepções de educação que se apresentavam frente à emergência da modernização e das transformações do próprio Estado brasileiro e do planejamento e da gestão da vida social do país em meio às incertezas e disputas próprias de um

novo momento político no território nacional, além de novos significados atribuídos às instituições de ensino superior.

O empenho do Estado brasileiro na modernização da estrutura universitária à época pode ser observado nas ações que colocaram o educador baiano Anísio Teixeira no centro das políticas nacionais para a educação, a partir de 1931, com destaque para a elaboração do projeto de criação da Universidade do Distrito Federal – UDF. Nesse período é instituído o ensino público e gratuito, em todos os níveis, a despeito das intenções contrárias.

Em 1931, Anísio Teixeira foi convidado pelo Interventor do Distrito Federal, Pedro Ernesto, para assumir a Direção do Departamento de Educação. A primeira medida que tomaram foi deflagrar uma campanha de expansão e modernização de ensino do sistema público. Fundaram o Instituto de Educação, que oferecia todos os níveis de ensino, públicos e gratuitos, do jardim de infância ao nível superior. Ambos desagradaram os adeptos da iniciativa privada, por defenderem a educação pública, em todos os níveis [...] (MARQUES, 2010, p. 111).

A partir do início da década de 1930 a educação tomou outros rumos no Brasil. Os ecos alemães ainda eram ouvidos e serviam de guia à modernização em curso. A ideia de a pesquisa e o ensino se desenvolverem em um ambiente de maior liberdade, e de serem garantidos pelo Estado, se firmava nas primeiras ações do Departamento de Educação. “Em 1931, o modelo que pautou a reforma da educação superior foi preponderantemente o da Universidade de Berlim, guiado pelas ideias de Humboldt [...]” (MARQUES, 2010, p.137).

Neste contexto, o Governo Federal elaborou seu projeto para a educação superior [...]. A reforma Francisco de Campos, em 1931, promoveu profundas alterações na educação e regulou a estrutura das Universidades brasileiras para a expansão. Mais uma vez, os baianos foram protagonistas, apresentando o projeto de criação da Universidade da Bahia. Em função dos antagonismos políticos, o Deputado Pedro Calmon, em 1935, viu a proposta ser engavetada (MARQUES, 2010, p. 91).

O reitorado de Humboldt na Universidade de Berlim, e os parâmetros de sistematização nos modos de pesquisar, introduzidos pelo naturalista após a volta de sua longa e exitosa expedição pela América Espanhola, garantiram aos alemães uma posição destacada na nova estrutura universitária que se impôs no Velho Continente e, aos poucos, no restante do mundo. O casamento entre Universidade e Ciência foi selado primeiramente na Prússia. Porém, as propostas de Anísio Teixeira, inspiradas em parte na estrutura universitária alemã para a educação e, por outro lado, nas modernas concepções pedagógicas norte-americanas, não se apresentaram na cena pública nacional sem encontrar fortes resistências.

[...] As posições de Anísio Teixeira em favor da educação pública contrariavam os interesses privados, ele sofreu pressões e terminou renunciando. Em seguida, o ministro Gustavo Campanema extinguiu a UDF e aproveitou sua estrutura física e acadêmica para criar a Universidade do Brasil, em 1937. Anísio Teixeira, embora não tenha conseguido levar adiante seu projeto universitário, saiu vitorioso. As instituições que surgiram posteriormente seguiram a arquitetura da UDF (MARQUES, 2010, p. 112).

Por outro lado, a reestruturação do aparelho estatal brasileiro, embrionada nas primeiras décadas do século XX, e levada a termo ao longo do primeiro período da Era Vargas (1930-1945), impulsionou fortemente a Geografia no Brasil. Além do aparelho estatal, o governo Vargas também empenhou grandes esforços de modernização do território nacional, suscitando conhecimento e explicação sobre a vastidão das terras brasileiras e sobre a diversidade de suas paisagens e recursos geográficos. Na monta em que se punha o tema das possibilidades territoriais do país no referido período, os geógrafos deram continuidade e ampliaram o processo de afirmação da Geografia como um saber capaz de levantar informações sistematizadas sobre os recursos disponíveis e sobre as relações entre a sociedade e o espaço (MORAES, 2005).

As primeiras décadas do século XX foram de grande dinamismo na formação brasileira, experimentando não apenas um significativo crescimento econômico e demográfico, mas também uma complexização considerável na composição da população. O trabalho livre, a industrialização e a urbanização atuaram para tornar a sociedade brasileira mais diversificada culturalmente e submetida a relações econômicas e políticas mais variadas [...] (MORAES, 2005, p. 124).

Estavam postas as condições objetivas para a institucionalização acadêmico-universitária da Geografia. O primeiro curso universitário de Geografia no Brasil foi o da USP (1934), seguido daquele organizado um ano depois na UDF (1935). A AGB³² (1934) tratou de completar a formação dos novos profissionais, promovendo pesquisas de campo, reuniões e debates preponderantemente em torno de temas sobre o território nacional (SEABRA, 2008). A Geografia no Brasil tem, pois, na tríade institucional USP-AGB-UDF (1934-1935), um marco quanto à possibilidade de serem titulados geógrafos no país por Universidades, e de esses geógrafos serem reconhecidos por seus pares, em uma comunidade organizada em torno de uma associação profissional (MORAES, 2005; SEABRA, 2008).

³² Não é objetivo dessa tese uma atenção maior à historiografia da AGB. Para maior conhecimento, recomenda-se IUMATTI, P.; SEABRA, M.; HEIDEMANN, H. D. (Org.). **Caio Prado Junior e a Associação dos Geógrafos Brasileiros**. EDUSP, 2008.

3.1 A Universidade Federal da Bahia e a Universidade de São Paulo: a Geografia como campo disciplinar acadêmico-universitário no Brasil, os seus primeiros anos e direcionamentos teórico-metodológicos

Sendo a USP a instituição de ensino superior pioneira nesse novo contexto político, engendrado após 1930, devem ser observadas, mesmo sucintamente, as intencionalidades e as determinações político-econômicas de fundo, que configuraram uma nova situação socioespacial no país e que foram norteadoras das iniciativas de setores da elite local de São Paulo, empenhados em fundar uma Universidade, para compreendermos, posteriormente, a constituição do próprio departamento acadêmico de Geografia na referida instituição. Em seguida, percorreremos caminho semelhante em relação à Universidade Federal da Bahia.

Em termos de conjuntura político-econômica, o Brasil, país de base agroexportadora, maior produtor mundial de café, e seu estado mais rico, São Paulo, sentiram os fortes abalos causados pela quebra da bolsa de valores de Nova York (1929). Esse é um evento importante que acelera as condições objetivas necessárias ao início dos processos de substituição da economia e de industrialização do país (FAUSTO, 2014 [2001]; COSTA, 2010; HISTÓRIA DA USP, 2014). Para sua realocação no cenário político-econômico mundial, era fundamental que o Estado brasileiro fomentasse a padronização da estrutura jurídica em âmbito nacional e local, garantisse a formação de quadros profissionais especializados, concebesse instâncias políticas e normativas para os diversos campos da vida social, além de dotar o território brasileiro de infraestrutura capaz de produzir a “fluidez” imperativa ao capital industrial (MORAES, 2005; SANTOS, 2005; SOUSA NETO, 2012).

Particularmente no caso de São Paulo, soma-se à guinada socioespacial dos anos 1930, que reconfigurou novas situações geográficas em escalas nacional e regional (SANTOS, 2005), a diminuição da centralidade decisória que o estado exercia no cenário nacional após o fim da política do “café com leite”, além do desejo crescente das elites locais de acompanhar o processo de urbanização/modernização que incidia intensamente sobre a Europa (COSTA, 2010; FAUSTO, 2014 [2001]; HISTÓRIA DA USP, 2014).

A garantia do revezamento na sucessão presidencial entre paulistas e mineiros no comando político do país havia sido abalada, inicialmente, pela intenção do paulista e ex-presidente da República Washington Luís de não apoiar a candidatura de um político mineiro, lançando Júlio Prestes às eleições para o Governo Federal. Em resposta, a aliança formada por Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba, indicou o nome do gaúcho Getúlio Vargas para a presidência nacional, pondo fim ao velho acordo definidor da gestão do Governo Federal desde as primeiras eleições republicanas, além de redefinir a política no país – o projeto derrotado em um primeiro momento nas eleições foi levado a cabo após a tomada do poder em 1930³³ (COSTA, 2010; FAUSTO, 2014 [2001]).

O Governo do estado de São Paulo e sua população adentraram a terceira década do século XX sentindo a ameaça da perda da centralidade que exercia no país, e, no bojo das reformas iniciadas pelo Governo Vargas, se anteciparam às novas políticas de modernização dos diversos campos do espaço social. Foram sob as condições históricas ora abordadas que as ações conjuntas do jornalista Júlio de Mesquita Filho e do professor Fernando de Azevedo se desdobraram no esboço de um projeto para a constituição da Universidade de São Paulo e na assinatura do Decreto nº 6.283, pelo Interventor de São Paulo, Armando de Salles Oliveira, que a instituiu no dia 25 de janeiro de 1934 (AZEVEDO, 1971 [1943]; HISTÓRIA DA USP, 2014). Com palavras testemunhais, o professor Fernando de Azevedo fala sobre a criação da USP:

[...] Todos nós sentíamos que, se já havíamos começado a introduzir, estávamos ainda muito longe de haver introduzido o método científico no ensino conforme um grau que se aproximasse do papel por ele representado na formação atual de nossas vidas. Daí a iniciativa que teve o governo de *Armando Sales de Oliveira* de fundar, pelo decreto de 25 de janeiro de 1934, a Universidade de São Paulo, constituída das escolas superiores profissionais existentes, de uma Faculdade de Ciências Econômicas, de uma Faculdade

³³ Cabe lembrar que foram dois os períodos de governos de Getúlio Vargas (1930-1945 e 1951-1954). O primeiro período de governo se divide em três fases: Governo Provisório (1930-1934), Governo Constitucional (1934-1937) e Estado Novo (1937-1945) (FAUSTO, 2014 [2001]). No tocante à Bahia, “Como se sabe, a Bahia não se engajou naquele processo revolucionário. Pelo contrário: a elite política baiana ficou, em sua maioria, contra Getúlio Vargas. Octávio Mangabeira, lembre-se, era o ministro das Relações Exteriores de Washington Luiz Pereira de Sousa – e logo se veria a caminho do exílio. Já Vital Henrique Batista Soares, homem do Banco Econômico, tinha renunciado ao Governo da Bahia, para o qual acabara de ser eleito, a fim de ser vice do paulista Júlio Prestes, na chapa que derrotou Getúlio na disputa presidencial.

E, quando os partidários de Vargas – políticos tradicionais da Aliança Liberal e “tenentes” – pegaram em armas para depor Washington Luiz, bloquear o caminho da dupla Prestes-Vital e tomar o poder, pensou-se em articular uma “resistência” legalista no eixo São Paulo-Bahia. Para isso, instalou-se aqui o quartel general das Forças em Operação no Norte da República, reforçado por navios da Marinha. A Bahia deveria enfrentar, com os fuzis da reação, o avanço dos fuzis da revolução, que vinham da Paraíba” (RISÉRIO, 2013, p. 55-56).

de Educação e de uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, segundo plano elaborado por uma comissão de que foi relator o autor desta obra e fazia parte, entre outros, *Júlio Mesquita Filho*, o mais ardente propugnador da ideia de criação de uma universidade em São Paulo. Já o Governo Provisório, por proposta de Francisco Campos, instituíra o regime universitário e baixara, em 1931, o primeiro decreto, regulando as universidades brasileiras. [...] (AZEVEDO, 1971 [1943], p. 687).

Assinado o Decreto e fundada a USP, o passo seguinte foi a constituição do seu quadro docente. Em 1934, o Governo de São Paulo enviou à Europa o professor Theodoro Ramos, encarregado da tarefa de contratar professores nos centros onde a estrutura universitária e o campo científico estivessem melhor organizados. Há aí uma estreita relação entre conjuntura histórica e epistemologia da Ciência – a Europa voltava a viver anos terríveis entre as décadas de 1930 e 1940, os partidos Nazista, na Alemanha, e Fascista, na Itália, ascendiam, em número e em força política, aterrorizando o mundo e trazendo sérios empecilhos às intenções do Governo paulista quanto aos nomes para a composição da lista, conforme relata o professor Antônio Cândido (HISTÓRIA DA USP, 2014).

Diante do impasse, ainda segundo o professor Antônio Cândido (HISTÓRIA DA USP, 2014), os professores estrangeiros passaram a ser escolhidos por critérios de exclusão: alemães e italianos, opositores políticos dos governos nazista e fascista, ou de vínculos pessoais impeditivos de continuarem a vida em seus países, a exemplo daqueles casados com judias, foram convidados a lecionar na USP nos cursos de ciências matemáticas e naturais, também chamadas de ciências “duras”, supostamente distanciadas de opiniões e julgamentos políticos. Quanto à Faculdade de Filosofia, Ciências Humanas e Letras – FFCHL/USP, que acolheu o curso de Geografia e História³⁴, restava-lhe os estrangeiros oriundos de países dirigidos por governos democráticos.

³⁴ O desdobramento dos cursos de História e Geografia no Brasil em duas disciplinas autônomas se deu no ano de 1955, aproximadamente quinze anos após os primeiros debates sobre as intenções de criar um curso superior de Geografia separado de outro de História, proposta, inicialmente, pelo Conselho Nacional de Geografia – CNG. O desenvolvimento teórico-metodológico do campo disciplinar geográfico, a assimilação de novas técnicas de mapeamento e sensoriamento remoto e o sentido prático atribuído ao conhecimento geográfico pelos órgãos de Estado, sobretudo os de planejamento, parecem ter pesado na formulação da proposta e na sua efetivação. Contudo, como é próprio da dinâmica do campo científico, a decisão não se deu sem divergências e disputa de opiniões. No tocante à USP, parece ter havido consenso em torno da posição do professor catedrático Pierre Monbeig, contrário à separação. “Professores de Geografia e História da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo compartilham da mesma visão de Monbeig e, em telegrama enviado ao Ministro Gustavo Campanema, em 25 de abril de 1944, se posicionam contrários à separação dos cursos e à proposta de nova estrutura curricular baseada na seriação das matérias. É também solicitada ao Ministro uma data para a discussão definitiva do assunto. Em resposta, Campanema se posiciona a favor da separação, mas remete a discussão aos professores da Universidade do Brasil” (MACHADO, 2009, p. 148-149).

Tem-se aí uma das razões de a França ter assumido maior influência na institucionalização da Geografia no Brasil após 1930, a despeito do pioneirismo e da proeminência dos alemães. O sociólogo Fernando de Azevedo, por sua vez, não apresenta as mesmas ressalvas que faz o professor Antônio Cândido quanto à contratação dos professores, mas aponta outras importantes questões sobre os primeiros anos de funcionamento da Instituição:

[...] Eminentíssimos professores e alguns entre os mais notáveis em suas especialidades, foram contratados na França, Itália e Alemanha para professar cursos na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, cuja a direção do governo de São Paulo confiou a *Teodoro Ramos*, professor da Escola Politécnica e um dos maiores matemáticos brasileiros. Em 1935, Anísio Teixeira criava a Universidade do Distrito Federal, constituídas de cinco escolas, – a Faculdade de Filosofia e Letras, a de Ciências, a de Economia Política e de Direito, a Escola de Educação e o Instituto das Artes, tendo enviado à Europa *Afrânio Peixoto*, nomeado Reitor, para contratar uma nova missão de professores estrangeiros. Essas duas Universidades, – a de São Paulo, cuja a Faculdade de Educação foi extinta em 1938 e na qual a Faculdade de Filosofia esteve a ponto de perecer à míngua de recursos (1938-1940) e a Universidade do Distrito Federal, absorvida em 1938 pela Universidade do Brasil, – tiveram a sua evolução atropelada de dificuldades, em parte decorrentes da mentalidade utilitária e profissional, ainda dominante no sistema de ensino superior, e em parte resultante do próprio “clima histórico” em que nasceram [...] (AZEVEDO, 1971 [1943], p. 688).

Mais uma vez, as palavras testemunhais de Fernando de Azevedo apontam e elucidam as dificuldades iniciais encontradas e o processo de instalação das primeiras Universidades, com destaque para a USP. Seja como for, os professores franceses lideraram em número a delegação dos principais pesquisadores que vieram constituir a Faculdade de Filosofia, Ciências Humanas e Letras – FFCHL/USP no seu primeiro ano de existência. É vasta a literatura que atribui aos professores franceses papel central na formação dos primeiros alunos da FFCHL³⁵ e, por conseguinte, dos primeiros geógrafos universitários academicamente titulados na USP.

Sobre o protagonismo dos professores franceses na criação dos primeiros cursos universitários de Geografia no Brasil e na formação dos primeiros geógrafos titulados por uma Universidade, encontramos novos elementos de interpretação nas palavras de Mme. Dumas, esposa de M. Dumas, professor e funcionário do governo francês, em entrevista concedida ao primeiro catedrático de Sociologia da USP, Paul-Arrousse Bastide, em um fragmento de vídeo que compõe o filme *O Brasil, os índios, e finalmente a USP*, de M. Tassara, inscrito na montagem do filme-documentário produzido pela TV Cultura, *História da USP*, ao relatar o esforço

³⁵ Sobre a influência dos professores franceses na formação dos primeiros geógrafos titulados na Universidade, ver, por exemplo, DANTAS, 2005; MORAES, 2005; SEABRA, 2008; MACHADO, 2009; MAMIGONIAN, 2011.

empreendido por seu marido na contratação dos professores franceses (HISTÓRIA DA USP, 2014).

Paul-Arbousse Bastide: Como surgiu a ideia de pedir uma equipe de professores franceses para constituir a Universidade de São Paulo? Como isso aconteceu, no começo?

Aimee Dumas: O meu marido, o professor George Dumas, conhecia Theodoro Ramos que estava encarregado pela Universidade de São Paulo para constituir uma equipe de professores em vários países: na Itália, na França, e outros. Logo que o meu marido soube que Theodoro Ramos chegara a Roma para recrutar os professores italianos, ele partiu ao seu encontro para que, na distribuição das cadeiras, os professores franceses fossem agraciados. Ele recebeu Theodoro Ramos, nós passeamos com ele por Roma, almoçamos na Embaixada da França. Nós não nos separamos durante oito dias. Ao fim de oito dias meu marido me disse: 'Eu estou muito satisfeito. Eles estão me pedindo oito professores para a Faculdade de São Paulo'.

Além de Arbousse Bastide (Sociologia), foram ainda convidados a compor o quadro docente inicial da FFCHL/USP Jean Pierre Maugué (Filosofia), Fernand Braudel (História), Claude Lévi-Strauss (Antropologia) e Pierre Deffontaines, seguido de Pierre Monbeig (Geografia) (SEABRA, 2008). A premissa, segundo a professora Beatriz Fétzon (HISTÓRIA DA USP, 2014), era a de não trazer professores renomados e já consolidados na vida acadêmica, mas jovens promessas universitárias, acadêmicos recém-formados e encantados com a ideia de fundar uma Universidade em um país novo. Podemos imaginar o ambiente encontrado pelos jovens professores lendo as palavras narradas por Pierre Monbeig no documentário *História da USP*, da TV Cultura (2014):

A nossa mocidade explica bastante o fato de que saímos da França. Moços, desejando saber um pouco mais do que existia no interior (*sic*) do hexágono francês. Chegando em São Paulo, levados para um hotel que era o hotel Terminus desse tempo, calor horrroso. Entrando no hotel, com uma porção de pingüins pendurados nas paredes e no teto. 'Mas que surrealismo, isso!' Depois soube que Mario de Andrade tinha dito que o Brasil é um país surrealista. Era verdade! Esses pingüins, esses bichos, das regiões polares nesses trópicos! Lévi-Strauss nos explicou que, primeiro, pingüim era uma marca de cerveja, segundo, estávamos chegando na quarta-feira de carnaval, como na canção, quarta-feira de carnaval, e isso era o '*décor*' para a festa de carnaval no hotel Terminus. Foi uma coisa muito engraçada! (risos).

A fala de Claude Lévi-Strauss, no mesmo filme-documentário, é igualmente ilustrativa da ambiência e das motivações dos jovens professores franceses:

É muito difícil falar objetivamente sobre esse período porque se trata, ao mesmo tempo, da minha juventude e, conseqüentemente, a nostalgia da juventude e a nostalgia do Brasil formam uma espécie de totalidade para mim agora. Mas, ir para a Universidade de São Paulo era a primeira oportunidade de trabalhar como professor do ensino superior porque eu era um jovem professor secundário. Era também a possibilidade de me encontrar em um terreno fantástico de experiências sociológicas, porque eu não posso imaginar um laboratório sociológico mais extraordinário do que São Paulo por volta de

1935. Sentia-se ainda a presença da velha cidade colonial em todas as partes e, ao mesmo tempo, construíam-se uma casa por hora, eu creio. E, conseqüentemente, toda a vida coletiva estava em plena transformação (HISTÓRIA DA USP, 2014).

Dentre os catedráticos de Geografia na USP, Pierre Deffontaines foi o primeiro. Discípulo de Jean Brunhes³⁶, Deffontaines é tido por alguns historiógrafos da ciência geográfica como um católico de esquerda, posição que o levou, por um lado, a certa rejeição entre os acadêmicos franceses conservadores e, por outro, a gozar de boa fluidez política e de um bom trânsito por uma extensa rede de relações sociais em diferentes países (SEABRA, 2008).

A personalidade de articulador e organizador, característica de Deffontaines, serviu à formação, divulgação e consolidação de centros de pesquisa por onde ele passou, devendo mesmo ser citado o papel central desempenhado pelo professor francês na reconstrução da Geografia na Catalunha, destruída pelo franquismo. A carreira de Deffontaines estava iniciando na França quando do convite para vir ao Brasil contribuir na fundação do curso de Geografia e História da USP (SEABRA, 2008). Suas passagens pelo Brasil (1934 e 1936-37) foram breves, comparadas ao tempo que permaneceu em solo brasileiro o seu sucessor na USP, o professor Pierre Monbeig (1935-1946).

Chegou a São Paulo em maio, onde permaneceu durante todo o ano letivo, que começou em 17 de julho. Deffontaines veio sem a família. Isso indica que não previa uma longa permanência. Na verdade, segundo o seu contrato, deveria, em setembro de 1934, manifestar-se sobre a permanência ou o retorno à França em 1935. Na carta que escreveu, em dezembro de 1934, saindo do Brasil de navio, referiu-se a um retorno, mas para o ano de 1936; e, em carta de meados de fevereiro de 1935, já sabia que Monbeig era o seu sucessor. Este viera com a família para cumprir um contrato de três anos renováveis – sua permanência acabou sendo prolongada pela eclosão da Segunda Guerra Mundial (SEABRA, 2008, p. 42).

Na sua primeira estadia, Deffontaines agrupou em torno de si pessoas imbuídas do desejo de desenvolver a Geografia no Brasil, particularmente no estado de São Paulo. Contudo, embora não precise a data, a professora Mônica Sampaio Machado (2009) chama a atenção para o fato de Pierre Deffontaines ter ministrado cursos na Bahia e no Rio Grande do Sul ainda na década de

³⁶ O avanço da Geografia universitária alemã no século XIX, conforme visto nesta tese, fez ressurgir nos estudantes europeus a disposição de deixarem seus lares em busca de um saber renovado. Com os franceses não foi diferente. Nesse contexto, foi possível o início de uma tradição acadêmica, nos termos bourdieuanos, com Vidal de La Blache retornando da Alemanha, tornando-se catedrático (1872) e doutorando seus primeiros alunos, Jean Brunhes e Emanuel De Martonne (1902) e Albert Demangeon (1905). Brunhes teve como discípulo Pierre Deffontaines. Demangeon doutorou Pierre Monbeig e De Martonne que, por sua vez, doutorou André Cholley (1925). Jean Tricart é tido como o principal aluno de André Cholley (MAMIGONIAN, 2011).

1930, quando da sua segunda passagem pelo Brasil (1936-1937), suscitando a existência de articulações entre grupos de pesquisadores da Geografia na Bahia e na região sul e sudeste.

A primeira passagem de Deffontaines pelo Brasil, conforme citado, durou poucos meses, mas deixou um legado organizacional e de cunho teórico-metodológico fundamental para a consolidação do campo disciplinar nas décadas seguintes no Brasil. Deffontaines retornou à Europa, no final de 1934, esperançoso de, em breve, se instalar novamente em São Paulo. Porém, a volta de Deffontaines para São Paulo foi inviabilizada pelo seu sucessor, Pierre Monbeig. Ambos os professores desenvolviam seus trabalhos na já existente subárea denominada Geografia Regional³⁷, e Monbeig optou por levar para a USP professores das outras vertentes. Monbeig, catedrático com plenos poderes, convidou Emanuel De Martonne para lecionar por um tempo na USP e, em seguida, acolhendo seus conselhos, desmembrou a cadeira em Geografia Física e Geografia Humana (SEABRA, 2008).³⁸

Coube a Deffontaines um novo convite do Governo brasileiro, em 1935, agora para compor os quadros da Universidade do Distrito Federal e organizar a Geografia no estado do Rio de Janeiro. O convite, negado em um primeiro momento pelo professor francês, foi aceito após tentativas frustradas de retorno a São Paulo (SEABRA, 2008; MACHADO, 2009). Deffontaines havia preparado um plano para o desenvolvimento da Geografia no Brasil, descrito em cartas enviadas ao seu aluno e co-fundador da AGB³⁹, Caio Prado Jr (SEABRA, 2008).

O projeto pensado por Deffontaines consistia, em síntese, em dar prosseguimento à análise regional nos moldes praticados no seu país, amparada nos trabalhos de campo, somada à

³⁷ Na França já existia as subáreas Geografia Física, Geografia Humana e Geografia Regional.

³⁸ As informações trazidas pelo professor Seabra, referentes as decisões tomadas por Pierre Monbeig, se referenciam em PETITJEAN, Patrick. *As missões universitárias francesas na criação da Universidade de São Paulo (1934-1940)*. In: HAMBURGUER, Amélia Império (org.) et AL. *A Ciência nas relações Brasil-França (1850-1950)*. São Paulo/EDUSP/FAPESP, 1996.

³⁹ “Em 17 de setembro de 1934, em uma casa do começo da Avenida Angélica, em São Paulo, onde morava Pierre Deffontaines, este e mais três intelectuais brasileiros – Caio Prado Jr., advogado e aluno do primeiro ano do curso de Geografia e História da recém-fundada Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL-USP), autor de *Evolução Política do Brasil* e militante do Partido Comunista Brasileiro; Rubens Borba de Moraes, escritor e bibliógrafo, conhecedor da historiografia brasileira; e Luiz Flores de Moraes Rego, geólogo formado pela Escola de Minas de Ouro Preto e, à época, catedrático de Geologia e Mineralogia da Escola Politécnica da USP – reuniram-se para fundar formalmente a Associação dos Geógrafos Brasileiros [...]” (SEABRA, 2008, p. 214).

organização do campo disciplinar na Universidade e na associação profissional criada à semelhança daquela existente na França, a Associação dos Geógrafos Franceses – AGF, além de ampla divulgação da Geografia no Brasil através da publicação da *Revista Brasileira de Geografia* e dos convites aos diversos campos da sociedade para conhecerem os trabalhos realizados no âmbito da USP e da AGB. Deffontaines elaborou uma primeira regionalização do território do estado de São Paulo. Seus alunos deram continuidade ao projeto desenvolvendo pequenas monografias sobre temas variados, descendo em escala geográfica (SEABRA, 2008).

Não cabe aqui crítica nem a concepção de região então dominante na Geografia (e não apenas na ‘francesa’) nem ao uso da monografia regional como método de investigação. Mas cabe lembrar que parte significativa das teses defendidas no Departamento de Geografia, sem entrar no mérito de suas qualidades diferenciadas, teve essa característica, pelo menos até a década de 1960. Por outro lado, não é possível que isso tenha sido uma consequência imediata apenas da presença de Deffontaines. Monbeig, seu sucessor, que aqui ficou por mais de dez anos, também valorizava significativamente esse tipo de investigação em Geografia Humana. Ainda que sua tese principal (*Pionniers et Planteurs de São Paulo*), defendida na França no final dos anos 1940, não se enquadre bem na ideia de “monografia regional clássica” (SEABRA, 2008, p. 74).

Mas as contribuições de Pierre Deffontaines ao campo disciplinar geográfico, como foi dito, não se restringem ao plano teórico-metodológico. O poder articulador do professor francês pode ser observado nas relações estabelecidas entre a Universidade, a associação de profissionais que ajudara a formar – a AGB, os então recentes órgãos do Estado brasileiro, criados para fins de conhecimento e gestão dos recursos do território – CNG e IBGE, e agremiações internacionais, a exemplo da UGI (SEABRA, 2008). Esse é um ponto fundamental para entendermos mais à frente os aportes políticos que possibilitaram a realização do XVIII Congresso da UGI, no Rio de Janeiro, em 1956.

O professor Manoel Seabra (2008) relata o papel desempenhado por Deffontaines para que a AGB participasse ativamente dos trabalhos de formação do CNG e para a efetivação de sua filiação à UGI, embora já houvesse, antes da criação da USP e do IBGE, convite do fundador da associação internacional, Emanuel De Martonne, ao IHGB e à Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, no sentido de integrar a Geografia desenvolvida no Brasil ao campo disciplinar nascente.

[...] Ainda em 1936, Pierre Deffontaines, trabalhando na Universidade do Distrito Federal, recentemente condecorado “Cavaleiro da Ordem do Cruzeiro”, enviou carta ao ministro das Relações Exteriores, embaixador Macedo Soares, solicitando também a filiação do Brasil à UGI.

Desse modo, a AGB participou da criação do Conselho Nacional de Geografia, no qual se integrou, conforme esclarece o próprio título da *Revista Brasileira de Geografia* em

que foi publicado o número I do Boletim da AGB. E, dado esse interesse no processo de criação, é possível supor, até segunda ordem, que essa integração, mesmo já no período do Estado Novo, tenha sido voluntária (SEABRA, 2008, p. 94-96).

No tocante ao sucessor de Deffontaines na USP, o professor Pierre Monbeig, esse vinha de uma formação similar à do primeiro catedrático de Geografia da USP. Alinhado a uma abordagem teórico-metodológica com forte presença das concepções lablacheanas de Geografia, e influenciado por seu orientador, Albert Demangeon⁴⁰, Monbeig se ateuve nos seus primeiros anos de atuação profissional à investigação de campo amparada no modelo de delimitação regional que buscava registrar e apresentar um inventário dos elementos presentes em cada região. Contudo, a passagem por um país como o Brasil, em amplo e acelerado processo de modernização/urbanização territorial, modificaria para sempre as concepções do jovem geógrafo francês (DANTAS, 2005).

Estando no Brasil, Monbeig toma consciência dos desafios que se colocam à geografia mais cedo do que se permanecesse na Europa. Ele é sensível à exigência de desenvolvimento que se apresenta no Brasil do Estado Novo: ele mensura o papel das cidades na exploração do espaço brasileiro e é tocado pela rapidez de seu desenvolvimento; percebe que o instrumento que constitui a análise dos gêneros de vida não dá conta do essencial num país de povoamento recente, onde a economia está em reconstrução permanente. [...] É através da evidência do papel da rede ferroviária e das cidades de São Paulo, em particular, que Monbeig chega a fazer sentir a especificidade desse espaço brasileiro. Ele permanece, em certo sentido, fiel ao espírito regional, mas apelando para um arsenal de métodos que ele teve de improvisar durante sua estadia no Brasil (DANTAS, 2005, pp. 18-20).

Nesses termos, Monbeig avançou na compreensão do espaço e das regiões no território brasileiro intensificando questões interpretativas referentes às técnicas, já presentes na obra de Vidal de La Blache, além da dimensão subjetiva dos grupos humanos, expressa em noções por ele utilizadas, como “mecanismos psicológicos” ou “forças/elementos espirituais”, e nas duras críticas que fez ao quantitativismo exacerbado confiante de classificar/organizar a complexidade social em modelos metódicos controlados (DANTAS, 2005).

Tal como Deffontaines, Monbeig também despendeu esforços no sentido de organizar e divulgar a Geografia no Brasil junto ao campo midiático, além de articular centros, instituições e agremiações de pesquisadores da ciência geográfica em escala nacional e internacional. Falando

⁴⁰ Ver nota nº 36 (pag.81).

sobre a prática dos geógrafos nos novos órgãos de Estado, criados na década de 1930, e a necessidade de sua divulgação, Monbeig nos diz:

Seria injusto não me referir ao Brasil, onde se recorre aos geógrafos para a realização de inquéritos práticos. A própria criação do Conselho Nacional de Geografia tem por finalidade o melhor conhecimento do país, indispensável à sua boa administração. Nossos colegas e amigos do C. N. G. já levaram a bom termo mais de uma pesquisa, tanto no Brasil Central quanto no Nordeste ou no Amapá.

Se a geografia ocupa cada vez maior lugar na administração do país, resta esclarecer a opinião pública a respeito daquilo em que pode consistir o trabalho do geógrafo (MONBEIG, 2005, p. 106).

A Geografia acadêmico-universitária no Brasil se valeu, pois, das transformações socioespaciais em curso no país, ao passo que engendrava explicações coerentes e projeções sobre as metamorfoses e conformações de novas situações geográficas verificadas na urbanização já esboçada na Era Vargas e intensificada nas décadas seguintes. Quanto à atuação dos professores franceses na Universidade de São Paulo e na concepção da Geografia produzida, esta foi fundamental para a mudança de postura dos geógrafos brasileiros – é curioso notar como os debates políticos foram sistematicamente negados nas primeiras décadas da Geografia acadêmico-universitária paulista, ainda que alguns de seus expoentes, a exemplo de Caio Prado Junior, participassem ativamente da vida política do país (SEABRA, 2008).

Em termos organizacionais internos à Universidade, uma estrutura extremamente hierárquica definia as possibilidades de ingresso e permanência nos quadros docentes das instituições universitárias brasileiras entre as décadas de 1930 e 1960. O modelo acadêmico francês que oferecia os aportes teórico-metodológicos às pesquisas geográficas pautava também as diretrizes de normatização e conduta dos corpos docente e discente nas instituições fundadas nesse período. A narrativa de José Bueno Conti, professor Titular aposentado da USP, são ilustrativas sobre a estrutura organizacional da prática acadêmica na Universidade de São Paulo, ainda na década de 1960.

[...] Eu fui convidado por um dos meus ex-professores daqui, para que eu viesse para cá. Naquele tempo não se fazia o concurso público como hoje. Naquele tempo não era assim, era o tempo das cátedras, que depois foi considerada uma coisa obsoleta e foi substituída... É uma história muito comprida... Mas então o catedrático tinha autonomia para convidar quem ele quisesse para entrar aqui no quadro e eu fui um convidado, mas a gente não entrava como professor, a gente entrava como... Chamava-se Instrutor. Era uma coisa antes do assistente. A gente não tinha autonomia nem para dar uma disciplina, [a gente] ficava sob orientação do

professor, o catedrático. Eu entrei aqui nessa condição. É claro que isso teve que ser submetido a uma decisão do conselho departamental que examinou o meu currículo. E eu era conhecido porque tinha sido aluno daqui. E fui aprovado. E entrei como professor aqui – foi nessa condição [...](DEPOIMENTO DE JOSÉ BUENO CONTI EM 03 DE OUTUBRO DE 2013).

O professor Bueno Conti seguiu narrando o seu percurso acadêmico desde um breve período de estágio na França, na Universidade Clermont-Ferrand, onde aconteceu a sua aproximação mais intensa com o subcampo da climatologia, seu regresso para São Paulo com o desenvolvimento de suas pesquisas de doutorado, inicialmente orientada pelo professor Aziz Ab'Saber e concluída sob a regência do professor Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro – em um momento em que não existia o curso de mestrado – e, por fim, sua titulação como Professor Titular.

[...] E depois eu vim a ser professor Titular, que seria o antigo catedrático. Nessa época foram abolidas as cátedras, foi criada uma nova estrutura universitária, se deu novas atribuições ao departamento. O departamento passou a ter todas as atribuições, a decidir sobre os novos professores, fazer concurso, não fazer, tudo isso passou a ser decisão do departamento, não mais do professor catedrático que desapareceu da estrutura da Universidade e foi substituído pelo chamado professor Titular. O professor Titular não teve mais os poderes que tinha o professor catedrático, que tinha plenos poderes de contratar, como tinha também o poder de descontratar. Ele tinha plenos poderes. Isso acabou, deixou de existir assim, desde aqueles tempos [...] (DEPOIMENTO DE JOSÉ BUENO CONTI EM 03 DE OUTUBRO DE 2013).

Assim como foram apresentados nas páginas anteriores os primeiros direcionamentos em termos teórico-metodológicos que marcam as décadas iniciais da Geografia acadêmica na USP, é importante também ressaltar o modo como se estruturou a Universidade em sentido organizacional interno no Brasil nos seus primeiros decênios, reproduzindo o modelo francês das cátedras, pois, em uma estrutura hierárquica e organizada nesses moldes o desdobramento das cátedras em números não significava necessariamente renovação nas concepções de Universidade e de Geografia então existentes.

Além dos já citados professores Pierre Deffontaines e Pierre Monbeig, formaram ainda o quadro docente do curso de Geografia e História da USP nas suas primeiras décadas, lecionando disciplinas geográficas, a partir de 1939, os professores Ary França (substituto de Monbeig), João Dias da Silveira (primeiro catedrático de Geografia Física) e, no ano de 1942, Aroldo Edgar de

Azevedo (primeiro catedrático de Geografia do Brasil). O Departamento de Geografia e História da USP foi criado em 1946 (ano de criação da UFBA e incorporação à Universidade do curso de Geografia e História criado em 1941 em Salvador) e desmembrado do curso de História, por lei federal, em 1956 (FFLCH – USP, 2010). Mais uma vez, é o professor Bueno Conti quem nos contextualiza sobre os aspectos teórico-metodológicos e organizacionais da USP nos seus primeiros quarenta anos.

[...] Bom, eu fui formado pela escola francesa de Geografia porque os meus professores tinham sido alunos diretos dos professores da chamada “missão francesa”, que veio para cá nos anos [19]30. E eles deram as aulas aqui – professor Pierre Monbeig ficou aqui onze anos, e vários outros... Emanuel De Martonne, professor Louis Papy, que eu conheci depois, pela vida acadêmica afora, mas não foram meus professores. Fazendo um parêntese: eu era aluno daqui quando ocorreu o Congresso Internacional de Geografia, no Rio de Janeiro, em 1956. E eu participei do congresso na condição de aluno. Eu fui lá no Rio de Janeiro para assistir ao congresso e daí eu conheci todos aqueles professores famosos... O professor Monbeig, eu ia atrás dele, como os alunos fazem hoje, para pedir o autógrafo, e acho que até hoje eu tenho guardado esses autógrafos. Então foi um momento muito importante da Geografia brasileira. E os meus professores tinham sido alunos deles, como no caso do professor Aziz [Ab’Saber], do professor Carlos Augusto [de Figueiredo Monteiro], professor João Dias da Silveira, da Geografia Física... Então eles deram para nós uma formação que veio da escola francesa. Como é que a escola francesa estudava a natureza? O clássico mais importante dessa época era o Emanuel De Martonne. Era um estudo abrangente da natureza, que priorizava a questão da natureza, mas não desconhecias as ações, as transformações realizadas pela sociedade, que era a linha meio lablacheana desse tempo, não é?! [...] Claro que depois do Congresso Internacional de Geografia houve uma abertura maior da Geografia brasileira que recebeu influência da Geografia anglo-saxônica, escandinava, alemã. Veio aqui, não em São Paulo, mas no Rio [de Janeiro], o professor Leo Waibel – um alemão que valorizava muito a questão da paisagem. Mas a minha formação foi essa e eu segui essa linha. Na condição de docente aqui me foi atribuído várias vezes, quando passaram a ser os cursos semestrais – antigamente não eram semestrais, eram cursos anuais, quando eu fiz, mas quando eu era professor já eram disciplinas semestrais... Então tínhamos a disciplina Fisiologia da paisagem, que só nós tínhamos aqui na USP. A fisiologia da paisagem era dentro da área da Geografia Física, mas levava em conta a ação transformadora da sociedade que desencadeava, por exemplo, os grandes deslizamentos, as catástrofes naturais em consequência do mau uso do espaço, do uso inadequado do espaço. A fisiologia da paisagem trabalhava com isso e eu fui professor dessa disciplina várias vezes. Então eu trabalhava nessa linha, nessa linha integradora. Interpretando a sociedade, a natureza, como uma coisa viva, e por isso que se chama fisiologia – se aplica aos organismos vivos, não é?! [...] Ao longo desse tempo é claro que... Evoluiu tanto a Geografia anglo-saxônica, escandinava. E houve uma época que ficou muito forte a influência do que se chamou Geografia quantitativa, sobretudo nos anos [19]70 e começo dos anos [19]80, que era uma Geografia feita com uma forte base

matemática, só que isso só teve grande relevância no Rio de Janeiro – lá no IBGE – um pouco na Universidade Federal do Rio de Janeiro e aqui em São Paulo, na UNESP de Rio Claro, onde os professores, por conta própria, fizeram cursos de estatística, de matemática, para ganhar mais base porque a gente, formado em Geografia, não tinha essa base matemática que era necessária. Eles fizeram esses cursos por conta própria e passaram a fazer muitos trabalhos nessa linha da Geografia quantitativa, muito fundamentada na estatística. Mas a USP não, a USP não entrou muito nessa orientação teórico-metodológica, não sei se porque partia da perspectiva e orientação francesa, mais humanística – aqui ficou dentro das ciências humanas. Com a reestruturação das universidades, na maior parte das universidades federais, a Geografia foi incluída nos Institutos de Geociências. Aqui não. Aqui se constituiu outro instituto a parte, de Geociências, e a Geografia fez questão de ficar na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, porque a história da tradição da Geografia é fortemente ligada à Ciências humanas aqui. Então talvez seja por isso que a Geografia quantitativa não teve muita penetração. Eu próprio não me lembro de ter feito nenhum trabalho na linha da Geografia quantitativa sentido estrito. Eu estudei na época para acompanhar o que estava acontecendo, mas não me entusiasmei muito com essa parte. E depois começou a se acusar que a Geografia quantitativa estava a favor do regime militar (risos), porque nesse período era uma Geografia muito dirigida pelo Estado – naquela época era um regime militar – então isso criou certa rejeição e aí eu não participei muito da Geografia quantitativa. Mas depois houve uma diversificação e hoje temos várias tendências aqui dentro das linhas teórico-metodológicas [...] (DEPOIMENTO DE JOSÉ BUENO CONTI EM 03 DE OUTUBRO DE 2013).

Assim como narrado pelo professor Bueno Conti, as palavras do professor Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro, em uma revisão-síntese sobre o desenvolvimento da Geografia no Brasil, entre os anos de 1934 e 1977, elaborada para apresentação no 3º Encontro Nacional de Geógrafos, promovido pela Associação dos Geógrafos Brasileiros, em 1978, na cidade de Fortaleza, demonstra a importância da presença dos professores estrangeiros, sobretudo os franceses, para a implantação e afirmação da Geografia acadêmico-universitária no Brasil, além da participação desses professores-pesquisadores na própria Universidade de São Paulo:

A orientação metodológica que se reflete nitidamente nesse período, e subsequente, é aquela da escola francesa sob a égide lablacheana. De Martonne é essencialmente a bíblia nos aspectos físicos, enquanto Brunhes, L. Febvre, Demangeon, lideram a abordagem dos aspectos humanos.

As elaborações monográficas preocupam-se com a explicação, interpretação dos fenômenos, segundo a receita da ‘geografia moderna’ que se cultiva na Universidade e se apregoa nos livros didáticos (Aroldo de Azevedo em quase monopólio nacional).

A influência americana menos clara, não é desprezível. Hatshorne (1939) já faz sentir os ecos de suas preocupações sobre a ‘essência’ da geografia. A abordagem de Preston James (*An outline of geography*) sobre os gêneros de vida nas grandes paisagens vegetais do globo é, sobretudo, sensível no Rio (Josué de Castro) (MONTEIRO, 1980, p. 14).

A renovação do quadro docente e das concepções de Geografia na USP, na UFBA e nas demais Universidades brasileiras se deu paulatinamente e sob embates teóricos e políticos que se inserem no movimento da história do pensamento geográfico, marcado por eventos determinantes nos rumos da epistemologia da ciência geográfica, sobretudo a partir da década de 1970. O percurso da Geografia no Brasil em um horizonte histórico mais próximo, e suas repercussões teórico-metodológicas nos trabalhos desenvolvidos nas duas Universidades e, particularmente, nos cursos de pós-graduação em análise, são tratados no próximo capítulo.

Já no final da década de 1970, compunham o quadro docente do Departamento de Geografia da USP, seguindo direcionamentos teórico-metodológicos diferentes ou próximos em alguns aspectos, professores como Aziz Ab'Saber, Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro, Olga Cruz, José Pereira de Queiroz Neto, José Bueno Conti, Nice Lecocq Muller, Pasquale Petrone, Renato Silveira Mendes, Jose Ribeiro de Araujo Filho, Antônio Rocha Penteadó, Mario de Biasi, Armando Corrêa da Silva, Luiz de Mello Rodrigues, Léa Goldenstein, Liliana Laganá, Rosa Ester Rossini, Eliana de Oliveira Santos, Maria Cecília França e Manoel Seabra, todos orientadores de dissertações e teses de geógrafos e professores de destaque no campo disciplinar geográfico (FFLCH – USP, 2010; USP, [2015]).

Nos quatro primeiros anos da década seguinte (1980-1983) ingressou um novo grupo de docentes no Departamento se somando aos demais, notadamente os professores Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Antônio Carlos Robert Moraes, Ana Fani Alessandri Carlos, Wanderley Messias da Costa, Sandra Lencioni e Maria Adélia de Souza. A professora Maria Adélia de Souza transferiu-se da Faculdade de Arquitetura da USP, onde era professora desde 1971, para o Departamento de Geografia da USP. Quanto ao professor Milton Santos, o mais eminente geógrafo brasileiro, seu retorno à Universidade brasileira, após os treze anos em que esteve fora do país, período imposto pelos graves acontecimentos políticos que acometeram a República, desde 1964, se deu de modo temporário entre 1979 e 1983, na Universidade do Rio de Janeiro. Sua efetivação por concurso público ocorreu em 1983, na USP. Na Universidade Federal da Bahia, de onde precisou se afastar em 1964, foi oficialmente reintegrado no ano de 1995 pelo reitor Felipe Serpa (DEPOIMENTO DE MARIA AUXILIADORA DA SILVA EM 03 DE JULHO DE 2014; DEPOIMENTO COM A PROFESSORA MARIA ADELIA APARECIDA DE SOUZA, 2003).

Dessas quatro primeiras décadas, pode-se verificar como elemento marcante ou transversal no curso de Geografia da Universidade paulista a forte influência dos professores/autores franceses, sem negar a diversidade de suas concepções teóricas, em detrimento da longa tradição das pesquisas geográficas dos alemães. São testemunho dessa compreensão as palavras do professor Antônio Carlos Robert Moraes (2000, p.153), estudante de graduação na década de 1970, em entrevista que concedeu a Paulo Roberto Scarim no final da década de 1990, narrando o momento em que resolveu dedicar-se ao estudo da vida dos autores alemães e de suas produções teóricas:

Moraes: Eu me surpreendi em primeiro lugar com a riqueza filosófica deles [os alemães], coisa que eu não via na Geografia contemporânea. Se você pegar o Ratzel, por exemplo, é um autor muito rico, um clássico mesmo. Dá para comparar o Ratzel ao Weber na Sociologia [...]. Quando fui ler o Ratzel, acho que ninguém lia Ratzel. Foi extremamente difícil encontrar um exemplar desse autor. Encontrei um exemplar do Ratzel em italiano na Biblioteca Municipal, depois fui encontrar o “Raças Humanas”, em inglês, na biblioteca da Escola de Sociologia e Política. Era preciso fazer uma garimpagem. O Ritter, pasmem! Eu fui encontrar na Biblioteca do Instituto Geográfico e Geológico, o IGG. Eu ia lá no zoológico, na Água Rasa, para ler o Ritter, que não podia sair da biblioteca. Era o único exemplar do Ritter que tinha em São Paulo, pelo menos acessível (*sic*).

Mesmo o processo de renovação epistemológica empreendida no Brasil nos anos 1970/1980, do qual participaram de modo ativo professores do Departamento da Universidade de São Paulo, encontrou na Geografia desenvolvida na França – essa também em renovação – boa parte das suas bases argumentativas, teórico-conceituais e metodológicas para sua auto-análise crítica e superação. As parcerias com a Geografia desenvolvida na França também se configuram como elemento de forte presença nos trabalhos do grupo responsável pelo desenvolvimento da ciência geográfica no estado da Bahia, conforme veremos.

No tocante ao campo disciplinar geográfico na Bahia, a despeito de todo seu desenvolvimento nos últimos decênios do século XIX, sua participação na nova lógica acadêmico-universitária não demora muito em relação à Geografia produzida nos centros à dianteira do processo. A Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, em Salvador, fora criada em 1941, já com o curso de Geografia e História, reconhecido em 1944 (LEAL; FERREIRA; MESQUITA, 2010), antecipando em poucos anos a criação da primeira Universidade baiana, a Universidade da Bahia, seguindo os passos da USP e da UDF.

O professor Ruy Simões (1990), ex-diretor da Faculdade de Filosofia e Ciências da UFBA, descreve, com palavras testemunhais, os antecedentes imediatos ao nascimento da Faculdade de Filosofia e Ciências da Bahia – faculdade que acolheu o primeiro curso superior de Geografia e História na Bahia e da qual foi aluno – proposta, inicialmente, pelo religioso Augusto Robert e inspirada nos Colégios dos jesuítas na Bahia do Brasil Colônia, responsáveis, à época, pela formação de professores:

Na Bahia, à mesma época, um irmão marista, diretor do Colégio Nossa Senhora da Vitória, projetara, aos moldes da Escola Normal Superior de França (*sic*), uma faculdade que objetivaria a formação de professores para o ensino secundário, normal e técnico. Sonhava com o renascer das licenciaturas em Salvador, surgidas quatro séculos antes, por obra dos jesuítas e extintas por um marquês tirânico (SIMÕES, 1990, p. 21).

Com reclames que se lembram das ações do marquês de Pombal, no tocante à expulsão dos jesuítas na Bahia, o professor Ruy Simões (1990) destaca que uma nova tentativa de criar em Salvador a Faculdade de Filosofia e Ciências, em quase meados do século XX, foi novamente frustrada, dessa vez pela intervenção de um arcebispo pernambucano contrário à sua instalação. Todavia, lembra Ruy Simões, não tardou para que o pedagogo Isaías Alves de Almeida, irmão do então Interventor Federal da Bahia, Landulpho Alves de Almeida, que havia o instituído Secretário de Educação e Saúde, levasse o projeto adiante, no início dos anos 1940, convidando um grupo de intelectuais para formar as bases da futura Faculdade.

Isaías era pedagogo e diretor de colégio – o Ypiranga. Especializara-se em Psicologia da Educação, nos Estados Unidos. Liderava um grupo de intelectuais integralistas, a maioria ensinando em faculdades ou cursos complementares dos Maristas – pré-médico, pré-jurídico, pré-politécnico. Criara e presidia a Liga de Educação Cívica da Bahia [...] Em maio de 1941, Isaías Alves já deligenciara a ‘organização do patrimônio e do fundo de financiamento da Faculdade de Filosofia da Bahia’, por intermédio da liga ‘no alevantado intento de guiar as novas gerações ao cumprimento do dever patriótico e humano da cultura superior’ [...] Sediar a faculdade foi mais fácil e simples: um comodato com a interventoria para a utilização do prédio da antiga Escola Normal, à avenida Joana Angélica, nº 183 – vago com a inauguração do grande complexo educacional, no Barbalho, denominado Instituto Normal, dotado de instalações ímpares na América do Sul, até então. Obra singular da interventoria Landulpho Alves de Almeida, posteriormente Instituto Central de Educação Isaias Alves (ICEIA) (SIMÕES, 1990, p. 21-23).

Um ponto importante e determinante nos rumos que tomaram o projeto e, posteriormente, a instalação da Faculdade de Filosofia da Bahia diz respeito à composição do seu quadro docente. O professor Isaías Alves posicionou-se de forma antípoda às premissas que pautaram a instalação da Universidade de São Paulo, no que se refere à busca da experiência acumulada dos professores

oriundos da tradição do campo científico na Europa, mais consolidado em termos estruturais e quanto às práticas científicas e pedagógicas e, particularmente, quanto ao trato com a educação superior. O professor Ruy Simões (1990) fala sobre a opção pela composição de um corpo docente “tipicamente baiano”, escolha de Isaias Alves, em oposição ideológica e pedagógica ao que pensava Anísio Teixeira, de quem comumente discordava. A distribuição por especialização contemplaria médicos, engenheiros, advogados e humanistas – leigos ou religiosos.

Em essência, essa alquimia foi prejudicial à faculdade. Embora muitos daqueles docentes fossem brilhantes no ensino médio e mesmo no superior. Capacíssimos nas matérias lecionadas, não o eram no ensino do ensinar. Todos se ressentiam de formação específica para o magistério, obtidas através de licenciaturas, ao invés da obtenção empírica.

Ademais, os luminares do grupo de Anísio declinaram de convites que receberam. E outros luzeiros, d’outras greis – porque livres pensadores, agnósticos ou socialistas, sequer foram cogitados. Daí, cadeiras como Filosofia, Ética e Estética, Língua Latina, Didática Geral e Especial não tiveram respaldo alto...

Prejuízos que perduram duas décadas, tornados públicos e notórios a partir de 1961; quando Aristides da Silva Gomes sucedeu Isaias Alves na diretoria. Sem mais delongas, sem qualquer discriminação, realizaram-se sete concursos em cinco meses: três para catedrático e quatro para livre-docente! (SIMÕES, 1990, p. 25).

Analisando a formação dos estudantes das licenciaturas diplomados pela Faculdade de Filosofia e Ciências da Bahia, entre os anos de 1945 e 1961, período correspondente à direção de Isaias Alves à frente da instituição⁴¹, Ruy Simões (1990) contabiliza o montante de oitenta e sete agraciados com o título de Licenciado em Geografia e História e mais quatro apenas com o título em Geografia, no montante de quinhentos e noventa e um licenciados titulados. Trata-se de um quantitativo inferior aos cursos de Letras Neolatinas (122) e Letras Anglo-germânicas (97), mas à frente do número de titulados nos cursos de História Natural (80), Matemática (59), Pedagogia (46), Filosofia (37), Letras Clássicas (28), Ciências Sociais (19), Química (06), História (03) e Física (03).

Dentre os titulados pela Faculdade de Filosofia e Ciências da Bahia nos cursos de bacharelado, somando um total de trezentos e oitenta e dois bacharéis diplomados no mesmo período, setenta e cinco formou-se em Geografia e História – quantitativo inferior apenas ao curso de Jornalismo (77). Seguem-se aos diplomados em Geografia e História aqueles que obtiveram título de Bacharel em Letras Neolatinas (43), Matemática (37), Letras Anglo-germânicas (37), Pedagogia

⁴¹ Cabe lembrar que nesse intervalo de tempo houve a separação entre os cursos de Geografia e História.

(29), História Natural (24), Ciências Sociais (20), Filosofia (19), Letras Clássicas (14), Física (02) e História (01) (SIMÕES, 1990).

Assim, como observado, com as licenciaturas a faculdade abasteceu o ensino médio, proporcionando aos colégios públicos a abertura de concursos e aos particulares contratações de professores de nível universitário específico; excepcionalmente, ensinou à própria universidade e a si mesma novos docentes, em profícua retroalimentação.

Neste desempenho de formação de professores especializados não se pode esquecer o Colégio de Aplicação e sua excelente contribuição laboratorial, estimuladora de atividades classe e extra-classe, que lhe grangeou (*sic*) renome e ultrapassou fronteiras, até a década de 70.

Imperdoável a sua extinção! (SIMÕES, 1990, p. 30).

No tocante à diretoria da Faculdade de Ciências da Bahia, entre os anos de 1941 a 1961, seu comando ficou a cargo de Isaías Alves, em seguida, de 1961 a 1964, Aristides da Silva Gomes assumiu sua administração e, entre 1964 e 1967, Thales Olympio Góes de Azevedo precedeu, na Direção, à Reforma Universitária de 1968. No curso de Geografia e História, a parte do quadro docente ligado à disciplina geográfica era composta pelos seguintes professores, segundo o livro de arquivos da Universidade da Bahia (1956):

Tabela 1 - Quadro de professores de Geografia da Faculdade de Filosofia da Universidade da Bahia, 1956.

Professor	Cargo
Lauro de Andrade Sampaio	Catedrático de Geografia do Brasil
Adriano Bernardes Batista	Catedrático interino de Geografia Humana
Dalmo Gildo Guimarães Pontual	Assistente de ensino
João Alfredo Guimarães	Assistente de ensino
Mário da Fonseca Fernandes de Barros	Assistente de ensino
Ana Amélia Ribeiro Cabral	Instrutora
Mary Santos Silva	Assistente voluntária de Geografia Humana e Geografia do Brasil do Colégio de Aplicação
Joaquim Costa Pinto Neto	Assistente voluntário de Geografia Humana
Waldir Freitas Oliveira	Assistente voluntário de Geografia do Brasil
Teresa Cardoso da Silva	Assistente voluntária de Geografia Física e Geografia do Brasil do Colégio de Aplicação
José Augusto Guimarães	Assistente voluntário de Geografia Humana e Geografia do Brasil do Colégio de Aplicação
Jaime Cunha de Gama e Abreu	Professor honorário de Geografia Física
Francisco da Conceição Menezes	Professor honorário de Geografia Humana

Fonte: Arquivos da Universidade da Bahia – Faculdade de Filosofia, 1956.

Em 1970, houve a primeira mudança da sede da Faculdade de Ciências da Bahia das instalações do prédio da Av. Joana Angélica, no bairro de Nazaré, para o Terreiro de Jesus, no bairro do Pelourinho, precisamente para o prédio ocupado pela Faculdade de Medicina, que por um tempo esteve fora de suas primeiras instalações. Quanto à segunda mudança, para a sua localização atual, na colina de São Lázaro, esta se deu em 12 de janeiro de 1974: “[...] Sítio bucólico, localização excelente em si mesma; originalmente Noviciado e Casa de Retiro das Ursulinas, adquirido pelo MEC, na gestão de Clemente Mariani Ribeiro Bittencourt, para instalação do centro regional do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Crinep) [...] (*sic*)” (SIMÕES, 1990, p. 37).

No bojo das Reformas de 1968, ocorreram não só mudanças de local das sedes das unidades, a organização interna às unidades também passaram por redefinições. Ruy Simões (1990) entende o processo de criação dos Institutos como uma das poucas ideias reformistas válidas a seu ver. Enxerga-os como possibilidade de ampliação das pesquisas de caráter mais especializado por áreas e de promoção de pesquisas e práticas de extensão mais completas e direcionadas por laboratórios e bibliotecas específicas. Contudo, para o ex-diretor da Faculdade de Filosofia e Ciências da Bahia, as potencialidades não ultrapassaram as intenções de se criar uma nova estrutura que agregasse os centros nascentes.

Quanto à sua estrutura, sofreu as amputações dos cursos de Física, de Química, de Matemática e os três de Letras, que originaram os respectivos institutos; o de História Natural – incorporado ao Instituto de Biologia, assim como o de Geografia ao Instituto de Geociências; o curso de Pedagogia – procriando a Faculdade de Educação; e o de Jornalismo – primeira amputação, antes mesmo da reforma – que ganhou a amplitude de Comunicação e foi agregado à Escola de Biblioteconomia, até a recente emancipação (SIMÕES, 1990, p. 55).

É preciso destacar que os anos 1940 – portanto duas décadas antes da Reforma da Educação, de 1968 – representa uma fase importante na historiografia da Universidade e do campo disciplinar geográfico no território baiano. A década de 1940 não representa para a Bahia uma inflexão histórica radical, no sentido de alternância ou reconquista da centralidade econômica e decisória do país, perdida com mais força desde o século XIX. Longe disso. Mas, digamos, significa um momento de tentativas conjuntas e articuladas, visando ao restabelecimento da economia e à realocação do estado em uma posição mais confortável na política nacional.

Pode-se dizer que a sociedade baiana, imersa em uma situação de estagnação e declínio político-econômicos, desde o século XIX, assistiu/participou, ao menos, a/de um movimento melhor orquestrado entre os campos, articulado na ação de agentes sociais em diferentes escalas geográficas. Nesse movimento, a Universidade foi vista como elemento central para as mudanças sociais pretendidas.

A estagnação foi alterada a partir da segunda metade da década de 40, quando assumiu o poder uma elite modernizante que atuava no governo local e federal. Clemente Mariani, Rômulo Almeida, Anísio Teixeira e deputados como Pedro Calmon dividiam os mesmos ideais. Estavam dispostos a recolocar a Bahia no cenário político, econômico e cultural do país, pretendiam superar o atraso em que o estado se encontrava. Entendiam que, isoladamente, o poder econômico não conseguiria realizar essa tarefa; assim, o poder cultural seria aliado central da Universidade propulsora de mudanças (MARQUES, 2010, p. 140).

Como membro dessa elite modernizante, deve ser citado o médico e professor Edgard Santos e o destacado papel por ele assumido na efetivação do velho sonho de fundar uma Universidade na Bahia. A força política de Edgard Santos, nomeado Ministro de Estado quase uma década mais tarde (1954)⁴², se manifestou cedo na vida pública, tendo participação decisiva na criação da nova instituição (1946), sendo indicado para o primeiro reitorado da Universidade da Bahia, dirigindo-a por quinze anos (MARQUES, 2010).

Após a Constituição de 1946, seguida da eleição do governo Eurico Gaspar Dutra, o professor Ernesto de Souza Campos, amigo de Edgard Santos, foi nomeado Ministro da Educação e Saúde, surgiu a oportunidade de se tentar a criação da Universidade da Bahia. [...] Edgard Santos não foi somente uma personalidade a frente de um projeto, representava a expressão de um pensamento coletivo, forças reunidas que permitiram uma configuração singular para a instituição nascente. O prestígio que gozava junto às autoridades federais, a visibilidade internacional que alcançara e sua ativa vida profissional, o conduziu ao comando da implantação da UBA (MARQUES, 2010, p. 135-138).

No ano de 1946, precisamente no dia 8 de abril, foi finalmente fundada a Universidade da Bahia – UBA, reunindo as antigas Faculdades e Escolas de ensino superior. Sua instalação se deu no dia 2 de julho do mesmo ano, data duplamente emblemática para a Bahia e para o Brasil. Emblemática, inicialmente porque representa a Independência do Brasil do domínio lusitano e, depois, porque ali de fato se efetivaria o projeto de Universidade de Anísio Teixeira, surpreendendo, anos mais tarde, intelectuais de diferentes partes do país com o desenrolar da pesquisa, do ensino e da extensão na jovem Universidade, a exemplo do professor e antropólogo

⁴² A participação de Edgard Santos no Ministério da Educação foi curta, durou apenas dois meses, sendo interrompida após a morte de Getúlio Vargas, em 1954 (MARQUES, 2010).

Darcy Ribeiro que, segundo a professora Marques (2010), afirmou na época não haver nada parecido no Brasil.

A centralidade que a Universidade da Bahia rapidamente atingiu na produção intelectual baiana e brasileira iria, nas duas décadas seguintes, se manifestar em diversos campos do espaço social, a exemplo do campo artístico, marcado por reviravoltas estéticas de amplitude nacional e internacional. Foi na Universidade da Bahia que surgiram os primeiros cursos superiores de Teatro, Dança e Música no Brasil. Movimentos como o Cinema Novo, a Bossa Nova e a Tropicália foram germinados na Universidade baiana, sempre, e por extensão, dialogando com outros espaços e grupos sociais diferentes da comunidade universitária.

A Arquitetura e o Urbanismo também viveriam anos “áureos” na Bahia entre 1940 e 1960, participando da modernização da cidade e do estado da Bahia, redefinindo suas formas e dando novos sentidos aos seus espaços (MARQUES, 2010; VASCONCELOS, 2002). No tocante à nomenclatura da Instituição, a adjetivação de Federal foi adicionada ainda no ano de 1950, com a Lei N° 1254, passando a se chamar Universidade Federal da Bahia – UFBA (MARQUES, 2010).

“Seguindo o modelo da USP, Edgard Santos convidou professores que pudessem contribuir para a execução do projeto de Universidade e cultura”. (MARQUES, 2010, p. 151). Nesse contexto de efervescência cultural, o reitor incentivou a criação de diversos laboratórios na UFBA, impulsionando a pesquisa e a extensão universitárias na Bahia. Foram criados laboratórios como os de Geoquímica, Fonética, Língua Portuguesa, dentre outros, além daquele que seria o marco da renovação da Geografia na Bahia, o Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais, fundado pelo professor Milton Santos, em 1º de janeiro de 1959, com o apoio dos professores Jean Tricart, Tereza Cardoso, Nilda Guerra de Macedo, Anna Dias Carvalho e Antônia Déa Erdens, criando as bases para o futuro Departamento de Geografia da UFBA⁴³.

O ânimo acadêmico que se instalou em Salvador por conta da criação da Universidade da Bahia (1946) contagiou também a Igreja, que logo fundou sua Universidade (MARQUES, 2010), não

⁴³ Informações retiradas do depoimento da professora Maria Auxiliadora da Silva, em entrevista realizada por André Nunes de Sousa, no dia 03 de julho de 2014.

tardando a também instalar seu curso de Geografia. Foi na Universidade Católica de Salvador que Milton Santos iniciou sua carreira de professor no magistério superior, antes de receber convite do reitor Edgard Santos para criar o Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais, em 1959. A professora Tereza Cardoso da Silva narra com as seguintes palavras os antecedentes do Laboratório, precisamente o seu primeiro encontro com o professor Milton Santos e o convite que o professor lhe fez para participar da nova equipe que ele coordenaria:

Conhecemo-nos em 1954, durante a aula expositiva que pronunciei como candidata ao posto de docente do Colégio Estadual Severino Vieira. Terminada a exposição, fui surpreendida por um anjo vestido de terno branco, muito elegante, que se apresentou como Milton Santos, jornalista e professor de Geografia, que gostou da minha exposição. Convidou-me para integrar uma equipe multidisciplinar que funcionaria na Faculdade de Filosofia para desenvolver estudos geográficos. Desde então, conheci ideias avançadas e a capacidade de liderança que o distinguiu como um grande renovador da Geografia (SILVA, 2011, p. 301).

As palavras da professora Tereza Cardoso da Silva denotam a intenção do professor Milton Santos em formar uma equipe de estudos geográficos desde, ao menos, 1954, contudo, como evento histórico basilar do Laboratório e do Departamento de Geografia da UFBA, deve ser referenciada aqui a realização do XVIII Congresso Internacional de Geografia, promovido pela União Geográfica Internacional – UGI, na cidade do Rio de Janeiro, no ano de 1956, onde deu-se a participação fundamental do professor Jean Tricart e sua contribuição decisiva ao desenvolvimento da Geografia, como agente articulador entre a Geografia praticada até então na Bahia e no Brasil e as modernas concepções de ciência européias.

Jean Tricart, discípulo de André Cholley⁴⁴, se formou em Geografia e História em meio às convulsões sociais que acometiam a Europa nos anos 1930, defendendo sua tese de doutorado, intitulada *La partie orientale du bassin de Paris*, aos 29 anos de idade. Com Tricart, esboços de uma Geografia marxista ganharam força e forma no artigo *Premier essai sur La geomorphologie et La pensée marxiste*, comentado e debatido pela comunidade acadêmica instigada pela provocações teóricas do professor francês, marcando a renovação da Geografia na França (MAMIGONIAN, 2011).

Deriva dessa articulação entre geomorfologia e marxismo a famosa teoria relacional entre morfogênese (processos externos) e pedogênese (processos internos) de tratamento das dinâmicas

⁴⁴ Ver nota nº 36 (pág. 81).

ambientais ou, precisamente, ecodinâmicas do relevo. Além da enorme contribuição aos estudos geomorfológicos e às tentativas de imprimir um método marxista à Geografia, Tricart ainda desenvolveu estudos de Geografias econômica, agrária e urbana, fruto de larga erudição e inquietação intelectual (MAMIGONIAN, 2011; DUARTE, 2011; QUEIROZ NETO, 2011).

No tocante ao congresso de 1956, as reuniões de cientistas em encontros especializados havia se tornado fórum privilegiado de normatização e deliberação nos rumos do campo científico, contribuindo com a institucionalização da Ciência moderna e com a conformação dos olhares disciplinares, desde as primeiras investidas de Alexander Von Humboldt, em 1828, na Alemanha, conforme foi visto no capítulo anterior. A UGI, por sua vez, fundada no ano de 1922, em Bruxelas, por iniciativa de Emanuel De Martonne, passou a também realizar encontros de cientistas profissionais da Geografia a cada quatro anos, embora a primeira reunião internacional de geógrafos tenha ocorrido em 1871 (BONFIM, 2007; CAPEL, 2010).

Em 1956, foi a vez de o Rio de Janeiro ser escolhido como local do encontro promovido pela UGI. Nas palavras de Deffontaines, em carta a Jean-Brunhes, o primeiro catedrático de Geografia da USP dizia: “O próximo Congresso foi definido no Brasil, esse é o país onde a geografia é realmente a mais progressista” (Extraído de Carta de Deffontaines a Mariel Jean-Brunhes, Québec, 17 de setembro de 1952 / Arquivo Nacional da França, Fundo Jean-Brunhes, Cota: 615 AP – 108)⁴⁵. A importância do evento para a historiografia da Geografia no Brasil pode ser verificada na atenção dispensada pelo Governo Federal e pela imprensa da época, mas, sobretudo, a partir das falas dos professores Milton Santos⁴⁶ e Aziz Ab’Saber que, segundo o professor Armem Mamigoniam (2013), foram os dois discípulos de Jean Tricart de maior expressão em âmbito mundial, reconhecidamente dois dos mais influentes nomes no campo disciplinar geográfico:

⁴⁵ Tradução nossa. Texto original: Le prochain Congrès a été fixé au Brésil, c'est le pays où la géographie est vraiment la plus progressive. In: (extrait de la lettre de Pierre Deffontaines à Mariel Jean-Brunhes Delamarre, Québec, 17 septembre 1952 / Archives Nationales de France, Fonds Jean Brunhes, COTA: 615AP-108).

⁴⁶ Cabe lembrar que antes do Congresso da UGI, de 1956, e da fundação do Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais, Milton Santos já havia publicado cinco livros temáticos de Geografia, acompanhando a moderna Geografia desenvolvida. Foram publicados por Milton Santos: *O povoamento da Bahia: suas causas econômicas* (1948); *Estudo sobre Geografia* (1953); *Os estudos regionais e o futuro da geografia* (1953); *Ubatuba: estudo de Geografia urbana* (1954); e *Zona do cacau: introdução ao estudo geográfico* (1955) (MACHADO, 2014).

Foi naquele congresso que se abriram as portas, para nós geógrafos brasileiros, para o mundo, com a vinda de grandes nomes que vieram prestigiar esse evento e que foi bastante divulgado na imprensa. É interessante notar que a abertura desse congresso contou com a presença do então presidente Juscelino Kubitschek [...] (DEPOIMENTO MILTON SANTOS, GEOSUL, 1992).

[...] No dia em que ia começar o congresso, desceu um avião no aeroporto Santos-Dumont (Rio de Janeiro) com quarenta geógrafos, biogeógrafos e pessoas interessadas em conhecer o mundo tropical da América do Sul. Eu, ainda jovem e sentimental com a ciência, olhava extasiado para aqueles que eram os autores dos meus livros, menos o DeMartonne, que, acho, já havia falecido.

Entre eles estavam o grande Max Sorre, Jean Tricart, André de Calleux, Jean Dresch, nomes que marcaram uma mudança total na minha vida. [...] De todas as pessoas que me influenciaram, a maior delas, penso, foi o professor Jean Tricart. Parcialmente, por outros motivos, também o professor André de Calleux, que era colega e escrevia em parceria com Tricart, além de Jean Dresch, grande conhecedor do Saara e que foi conosco pela excursão pelo Nordeste (AB'SABER, 2013, p.65-67).

O XVIII Congresso da UGI, no Rio de Janeiro, em 1956, se insere em uma conjuntura de articulação entre os interesses do Estado brasileiro em conhecer e planejar o território nacional e a concepção de Geografia aplicada que ganhava força na comunidade geográfica internacional nesse período (BOMFIM, 2007). Se, por um lado, o congresso do Rio de Janeiro possibilitou aos geógrafos brasileiros contato intenso com expoentes da moderna Geografia mundial, funcionou também, e na mesma medida, como espaço de incidência, convergência e/ou divergência de uma profusão de orientações teórico-metodológicas, praticadas segundo diferentes matrizes de pensamento, apesar das intencionalidades dominantes (BONFIM, 2007; DEPOIMENTO MILTON SANTOS, GEOSUL, 1992).

Para o professor Ruy Moreira (2010b) o XVIII Congresso da UGI acelerou no campo disciplinar geográfico brasileiro um movimento em marcha na Geografia mundial, marcando uma importante transição epistemológica na Geografia no Brasil, nos conduzindo à passagem de uma leitura integrada da paisagem para uma abordagem cada vez mais setorial da relação entre sociedade e espaço. Em verdade, Ruy Moreira nos fala de certo hibridismo nos trabalhos da geração 1950-1960, posterior aos primeiros geógrafos de formação fundadores da Geografia universitária no Brasil (1930-1940).

O congresso revela esses termos: trabalhos integralizados desenvolvidos e apresentados em sessões temáticas mais restritas (setoriais), indicando as tendências afirmadas nas décadas

seguintes. A complexidade e a segmentação dos lugares/momentos da vida se impunham como realidade a ser compreendida no mundo em transformação e, particularmente, em um território em pleno processo de modernização/urbanização (MOREIRA, 2010b).

A Zona do cacau é uma monografia regional vidaliana típica, o que não é de todo raro na obra de Milton Santos. A estrutura e o modo de análise que toma, encarna claramente Colonização, povoamento e plantação de cacau no sul do estado da Bahia, o texto de Monbeig, de 1940. A integralidade da paisagem é feita por superposição de camadas, seguindo a técnica monbeiguiana, com o povoamento e o habitat sobrepondo-se ao quadro natural e sendo sobreposto, por sua vez, pelo arranjo da economia cacauceira. Mas é a circulação e os seus efeitos de entrelaçamento entre o arranjo do espaço e o papel da cidade – também aqui numa inspiração de Monbeig – o traço forte da análise (MOREIRA, 2010b, p. 57).

As palavras empreendidas, a partir da análise de Ruy Moreira de uma obra de Milton Santos, datada de 1957, servem como exemplo das composições realizadas nessa fase transitória e híbrida da Geografia no Brasil, apenas não ressaltam que a feitura de monografias regionais descritivas tinham uma trajetória nos estudos geográficos na Bahia, desde 1916, independentemente da *técnica monbeiguiana*. Mas essas palavras são também emblemáticas de permanências na Geografia produzida e orientada na Universidade Federal da Bahia até pouco tempo, a despeito de toda a superação efetivada, dentre outros, pela teoria miltoniana, demonstrando a intrínseca relação entre história e epistemologia da Ciência, que está mais bem detalhada no quarto capítulo.

Voltando aos acontecimentos do congresso e seus impactos na Geografia no Brasil, deve-se ressaltar que em complemento aos debates realizados no encontro, foram realizados cursos, reuniões deliberativas e trabalhos de campo. No tocante às expedições de campo pelo extenso território brasileiro, essas totalizaram nove. O professor Milton Santos, juntamente com as sessões locais do IBGE e da AGB na Bahia, da UFBA e da Prefeitura Municipal de Salvador, conseguiu viabilizar a ida de um grupo de trinta geógrafos, oriundos de 12 países, a realizar uma expedição (precisamente a de nº6) pelo território baiano, iniciada em 20 de agosto de 1956 (SOUSA, 2013).

O roteiro dos trabalhos esteve concentrado, segundo a publicação resultante da expedição nº 6, em *A região litorânea do sudeste e os patamares do Planalto Sul-baiano, O Planalto Sul-baiano, O Recôncavo baiano e a cidade do Salvador e O sertão semi-árido (sic)*. O itinerário foi seguido

da seguinte forma: 1º dia: Rio de Janeiro – Ilhéus, 2º dia: Ilhéus e arredores, 3º dia: Ilhéus – Vitória da Conquista, 4º dia: Vitória da Conquista – Feira de Santana, 5º dia: Feira de Santana – Cruz das Almas, 6ª dia: Cruz das Almas – Cachoeira – Salvador, 7º, 8º e 9º dias: Salvador, 10º dia: Salvador – Feira de Santana, 11º dia: Feira de Santana e arredores, 12º dia: Feira de Santana – Cipó, 13º dia: Cipó – Paulo Afonso, 14º dia: Paulo Afonso, 15º dia: Paulo Afonso – Agua Branca – Tacaratu – Paulo Afonso (DOMINGUES; KELLER, 1958).

Dias depois, motivados pelos resultados da expedição nº 6, visitaram a Bahia, em setembro de 1956, para trabalho de campo na cidade de Salvador e na região do Recôncavo baiano, os professores Jean Tricart e Michel Rochefort (SOUSA, 2013). Os laços de admiração e amizade estabelecidos entre os professores Jean Tricart e Milton Santos se estreitaram nos anos seguintes ao Congresso da UGI, desdobrando-se em um convite do geógrafo francês para o doutoramento de Milton Santos na Universidade de Strasbourg, no leste da França. O convite ainda se estendeu, em um primeiro momento, a outras duas professoras baianas, como parte de um plano maior de Tricart para a criação de um instituto ou centro de Geografia aplicada na Bahia (SANTOS, DEPOIMENTO GEOSUL, 1992; SOUSA, 2014).

Sistematicamente, compunham a intenção de Jean Tricart e seu aceno a Milton Santos: a) a formação e qualificação de geógrafos baianos; b) o desenvolvimento de uma Geografia aplicada; e, c) o incentivo a pesquisas que pudessem ajudar a “alavancar” a economia do estado da Bahia (SOUSA, 2014; DEPOIMENTO DE MARIA AUXILIADORA DA SILVA EM 03 DE JULHO DE 2014). Assim, a convite do professor francês e antecedendo à criação do Laboratório de Geomorfologia Estudos Regionais, deram-se os primeiros doutoramentos de geógrafos baianos na Universidade de Strasbourg.

Em 11 de junho de 1958, foi a vez de Milton Santos com *O Centro da Cidade do Salvador: um estudo de Geografia Urbana*, aprovada e elogiada pelo júri como uma elevada contribuição ao entendimento sobre as cidades brasileiras. A da geógrafa Nilda Guerra de Macêdo foi sobre *Étude Géomorphologique des formations sableuses de la Moyenne Vallée du Nigere*, por fim, Tereza Cardoso da Silva defende *Problèmes Géomorphologiques du Nord-Est du Brésil*. Essas três teses representam, na Bahia, a primeira ruptura com os antigos métodos empregados pela geografia descritiva e de traço enciclopédico, como se pode ver na obra do antigo patrono dessa disciplina na Bahia, Teodoro Sampaio (SOUSA, 2014, p. 100).

Quando do seu retorno ao Brasil, em 1958, Milton Santos foi a uma reunião, convidado pelo então reitor da UFBA Edgard Santos. No âmbito das inovações em curso na Universidade baiana, o reitor pediu ao geógrafo que fundasse um laboratório, contudo, o centro de pesquisa não deveria trazer em seu nome a expressão ‘Geografia’, uma vez que Milton Santos ainda não pertencia ao quadro docente da UFBA. A confiança depositada pelo reitor no seu trabalho poderia causar desconforto entre os professores do antigo curso de Geografia e História da UFBA. Nesses termos, o Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais foi oficialmente fundado no dia 1º de janeiro de 1959 (DEPOIMENTO DE MARIA AUXILIADORA DA SILVA EM 03 DE JULHO DE 2014). As palavras da professora Maria Auxiliadora da Silva esclarecem a importância do Laboratório para a Geografia na Bahia e no Brasil:

[...] A Universidade até 1959... Não vou dizer o ano preciso, mas até a década de 1950 o que existia como Universidade [Federal da Bahia]? A Faculdade de Filosofia, em Nazaré, a Faculdade de Direito, onde hoje é a OAB, no início da Avenida Joana Angélica, a Faculdade Politécnica, que ficava onde hoje é a Fundação Politécnica, em São Pedro, a Faculdade de Belas Artes, que era na rua 28 de Setembro – aquela que liga o quartel dos bombeiros à igreja de São Francisco – e a Faculdade de Medicina, no Terreiro Jesus, no Pelourinho. Os cursos eram divididos dessa maneira... E esses laboratórios de pesquisa, não é?! [...] Milton Santos pediu ao Reitor para ter o apoio da Cooperação Francesa, que era liderada, era representada pelo professor Jean Tricart [...]. Então [o laboratório] foi oficialmente fundado em 1º de janeiro de 1959 [...]. Nós, por exemplo, tivemos a oportunidade de conhecer... [...] Os professores franceses ou portugueses, os professores Tricart, Julliard, Pierre Monbeig, Pierre George, Jean Dresch, esses professores todos eu conheci... o Rochefort... Nós tivemos a possibilidade de conhecer esses professores e fazer excursões com eles, o que era melhor. As excursões não eram como as de hoje, que vocês pagam um hotel, nada disso. A gente levava uma farinha seca com uma carne do sol, uma bananinha e água. A gente parava numas cidades pequenininhas, você dormia no chão às vezes. [...] Era muito animado e a gente aprendia muito [...]. O professor Tricart fez um estudo grande da bacia do Paraguaçu, da bacia do Itapicuru, fomos à zona do cacau. A Valença, fomos várias vezes, à zona do algodão... Cobrimos o estado da Bahia – o doutor Milton com os outros professores e a gente como ajudante, porque a gente era jovem e sem experiência ainda, mas a gente cobriu todo o estado da Bahia. De modo que esses grandes professores – Orlando Ribeiro – todos e tudo isso a gente conheceu por causa de Milton Santos. Mas isso foi feito de 1959 a 1964 [...]. Nessa época do Laboratório, Milton Santos foi também eleito representante civil de Jânio Quadros [na Bahia] e também presidente da Comissão de Planejamento Econômico do Estado da Bahia, mas mesmo assim ele não se descuidava do Laboratório. E tinha mais uma coisa: como ele era editorialista do jornal A Tarde – o A Tarde era o jornal mais importante –, ele tinha a possibilidade de publicar essas pesquisas no jornal, então assim que a gente terminava uma pesquisa ele chamava o jornal, mostrava a pesquisa e tudo ia sendo conhecido. E além dos geógrafos que ele escolheu, tinham

peessoas ligadas a ele que não eram da Geografia, como Fernando Pedrão, doutor Thales de Azevedo, que também tinha um laboratório, porque era um antropólogo importante. Então tinha muita gente que girava em torno do Laboratório. Tanto que doutor Milton uma vez em que foi à África, ele encontrou na biblioteca trabalho de Pedrão, porque todos os trabalhos que a gente fazia ele enviava para todas as bibliotecas que ele podia no mundo [...]. Então foi um momento de efervescência científica da Geografia na Bahia. E também todo o pessoal do Laboratório ele mandou para fazer cursos fora, principalmente na França, mas teve outros colegas como Joaquim Julio [de Oliveira] que foi para Dakar, no Senegal. E quando as pessoas viam que existia... Porque existia a USP, o laboratório da USP, existia o IBGE e logo depois, o terceiro, foi o laboratório daqui [da Bahia]. Depois é que vieram os outros. Então muitos geógrafos brasileiros vinham para cá. Orlando Valverde era um dos que vinham, veio muitas vezes. As pessoas do Brasil, os estudantes, quando viam esse trabalho aqui, que conhecia na época da AGB, pediam ao doutor Milton para vir para cá: Sylvio Bandeira de Mello e Silva [...], Joaquim Julio [de Oliveira], Douracy Soares, Terezinha Cavazini. Várias pessoas do Brasil inteiro e mesmo da França: Nicole Laquois, Alfred Zinque, porque na França você podia escolher qualquer país para fazer cooperação técnica. Tinha outras pessoas também do nordeste, Zélia Vilar de Melo, que veio do Rio Grande do Norte. Então foi um período muito bom de pesquisa. E as pessoas continuavam indo para a França para fazer doutorado. Eu fiz depois, eu não fiz nessa época porque eu era mais jovem, eu fiz depois quando o professor Orlando Ribeiro e o professor Tricart me convidaram – o doutor Milton já estava no exílio. Então veio 1964 e você sabe o que aconteceu. Aí Déa [Erdens] ficou como chefe do Laboratório e a gente continuou a trabalhar, Tereza Cardoso estava aqui, Nilda Macedo já havia falecido [...]. Ana Carvalho também já havia se desligado por questões pessoais. Ficaram Tereza Cardoso e Déa [Erdens] dirigindo o Laboratório. Tereza Cardoso ficou se dividindo entre o Laboratório e a Escola de Geologia que ela era professora [...] (DEPOIMENTO DE MARIA AUXILIADORA DA SILVA EM 03 DE JULHO DE 2014).

A partir do Laboratório, uma geração de geógrafos pôde se formar na Bahia seguindo as novas tendências da Geografia na Europa e, sobretudo, na França. Dentre os geógrafos formados pelo Laboratório, podem ser citados Anna Dias Carvalho, Nilda Guerra de Macêdo, Tereza Cardoso da Silva, Regina Celeste de Almeida Souza, Sylvio Bandeira de Melo e Silva, Neyde Gonçalves, Maria Auxiliadora da Silva, entre outros. A equipe do Laboratório foi ainda responsável pela criação do *Boletim Baiano de Geografia*, para dar maior visibilidade aos trabalhos desenvolvidos e para que o intercâmbio de artigos científicos pudesse ocorrer ampliando as possibilidades ainda restritas ao trânsito das publicações no jornal *A Tarde* (SOUSA, 2013; DEPOIMENTO DE MARIA AUXILIADORA EM 03 DE JULHO DE 2014).

Estudante na época de funcionamento do Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais, o professor Sylvio Carlos Bandeira de Mello e Silva é um exemplo dos geógrafos que saíram de seus estados (no caso, São Paulo), atraídos pelo dinamismo das pesquisas na Bahia. O professor Sylvio Bandeira é, reconhecidamente, um dos mais importantes pesquisadores da linha da Geografia quantitativa no Brasil.

Sylvio Bandeira de Mello e Silva: [...] Eu optei pela Geografia influenciado pelo meu pai, que foi professor de Geografia e História, em São Paulo. E fiz Geografia com o objetivo de ser professor de Geografia nos colégios de São Paulo. Mas ao fazer Geografia, em Campinas, na PUC de Campinas, eu tomei conhecimento que além da função de professor, o formado em Geografia, ou seja, o Bacharel em Geografia, poderia também atuar como profissional geógrafo. Isso começou a me atrair bastante porque eu tive professores que transmitiram bem essa aplicabilidade do conhecimento geográfico na possibilidade de você trabalhar não só como professor, no que se falava 'primário' e 'secundário', mas como profissional fazendo pesquisa, consultorias, etc. Estava surgindo essa possibilidade que já existia anteriormente, sobretudo ligada ao IBGE.

André Sousa: Antes o senhor falou dos professores. Recordar alguns nomes?

Sylvio Bandeira de Mello e Silva: Sim. Antônio Christofolletti, José Domingos Tírico, Vanda Navarro, Elí Pícolo e outros. Eram professores relativamente jovens naquela época e que tinham também uma grande vontade de trabalhar como Geógrafos, além de professores universitários [...]. Ah! Gil Sodéro de Toledo! E, sobretudo, o professor Christofolletti, que estava começando sua carreira. Eles transmitiram que a Geografia era também importante para ser pesquisada [...]. Estudando em São Paulo, em Campinas, eu tomei conhecimento do que se fazia na Bahia, na Universidade da Bahia, onde o professor Milton Santos havia criado o Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais. Tinha o Boletim Baiano de Geografia, que infelizmente acabou – é uma vergonha para a Geografia da Bahia – e nesses boletins havia publicações muito interessantes sobre Geografia aplicada ao planejamento, ao desenvolvimento. Artigos feitos por ele e por professores franceses que ele convidava na época – Jean Tricart e outros. Aquilo me atraiu muito: “Puxa, a Geografia aplicada ao planejamento público, governamental, ao desenvolvimento”. [...] Aí eu me atraí por essa literatura e, coincidentemente, a Universidade da Bahia, através do professor Milton Santos, ofereceu uma bolsa para recém formados – depois eram bolsas para aperfeiçoamento, que depois o CNPq até acabou, infelizmente acabou – ou seja, uma bolsa para o recém formado trabalhar profissionalmente ligado a um professor. E na minha Universidade ninguém se interessou muito em vir para a Bahia. Eu me interessei. Eu vim para a Bahia para trabalhar com essa bolsa de Geomorfologia e Estudos Regionais dirigida pelo professor Milton Santos e com colegas também geógrafos que já estavam trabalhando, de outras partes do Brasil – Minas Gerais, Paraná – estavam trabalhando aqui e, claro, colegas da Bahia, geógrafos da Bahia. Achei muito atraente essa possibilidade. E logo comecei a fazer trabalhos, junto com o professor Milton Santos e com outras pessoas, ligados à pesquisa em Geografia. E logo ele foi nomeado Secretário de Planejamento, na época ele era presidente da CPE – Comissão de Planejamento Econômico – e ele me

convidou para fazer alguns trabalhos lá, ligados ao planejamento econômico do Estado. Daí eu me envolvi com essa temática e achei bastante atraente, como geógrafo recém formado. Mas logo depois ele foi preso, infelizmente, pela ditadura militar, e eu fui substituí-lo na Faculdade de Filosofia, dando aula no lugar dele, com uma coragem muito grande, pois eu era muito jovem e para substituir o professor Milton Santos que já era uma pessoa muito conhecida, um grande nome da Geografia, na Bahia e no Brasil. Aí a carreira universitária começou a me atrair. Mas eu percebi que para fazer carreira acadêmica eu tinha que ter doutorado e na época o laboratório daqui tinha muita relação com a França, sobretudo Estrasburgo, Paris, Bordeaux, Toulouse, etc. E eu percebi que não havia mestrado e doutorado aqui no Brasil. Não existia. Só existia doutorado na USP, mas era só interno, eram as pessoas de lá, praticamente as pessoas de lá, que podiam fazer o doutorado. Aí eu me interessei em ir para a França, pensando no doutorado. Eu também não sabia se ia dar certo... Eu consegui uma bolsa, primeiro na Universidade de Clermont-Ferrand, no centro da França, depois uma bolsa do governo francês. Aí eu comecei a fazer o doutorado. Mudei de Clermont-Ferrand para Toulouse para fazer doutorado com o professor Bernard Kayser, que era um grande nome da Geografia. Voltei do doutorado e continuei minha carreira na Universidade Federal da Bahia. Quando eu voltei já estava sendo criado o Instituto de Geociências, e o curso de Geografia passou da Faculdade de Filosofia, onde ele estava – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – e passou para o Instituto de Geociências junto com o curso de Geologia e outros cursos que depois foram surgindo [...] (DEPOIMENTO DE SYLVIO BANDEIRA DE MELO E SILVA EM 03 DE JUNHO DE 2014).

Companheiro do professor Sylvio Bandeira de Mello e Silva na descoberta das pesquisas em Geografia desenvolvidas na Bahia, o professor Joaquim Julio de Oliveira recorda sua chegada ao Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais no início da década de 1960, além de alguns dos trabalhos realizados pela equipe do laboratório. Nas suas palavras é possível perceber o intercâmbio de experiências que pautou os trabalhos da equipe desde o início de suas atividades, além da importância dos trabalhos de análise regional desenvolvidos pelos pesquisadores do Laboratório funcionando de subsídios às políticas de modernização/urbanização do território baiano em curso.

No dia 10 de março de 1963, num vôo turbulento de Congonhas a Salvador, Sylvio e eu desembarcamos e fomos recebidos pelo geógrafo mineiro Douracy Soares que nos guiou nas primeiras experiências em Salvador e no Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais, que funcionava modestamente num anexo da Faculdade de Filosofia em Nazaré. Milton Santos víamos pouco, pois, em 1963, ele estava em atividades efervescentes ligadas ao Governo do Estado da Bahia, após a renúncia de Jânio, organizando a Comissão de Planejamento Econômico (CPE) e preparando a próxima assembléia da Associação dos Geógrafos Brasileiros, que seria realizada em Jequié – cidade do Governador Lomanto Junior. A equipe de geógrafos do então Laboratório era composta por estudantes oriundos de vários estados, o que permitia uma experiência única para os neófitos. Em julho de 1963 realiza-se, sob a presidência de Milton Santos,

com muito brilho, a assembléia da AGB, com a presença dos expoentes da Geografia francesa: professores Jean Tricart, Jean Dresch, Jean Gallais, Anne Rose Hirsch, Jaqueline Beaujeu-Garnier, entre outros [...] Após esse período, iniciamos uma nova fase de trabalhos e, com os convênios entre a Comissão de Planejamento Econômico do Estado da Bahia, presidida pelo Prof. Milton e o Laboratório de Geomorfologia, trabalhamos em um projeto importante para definir o nível de regionalização dos centros urbanos da Bahia e, na equipe de Nicole Lacroix, outra geógrafa francesa, empreendemos pesquisas sobre as correntes de transporte de mercadorias nos principais eixos rodoviários e ferroviários do estado, sempre com a supervisão do Prof. Milton Santos [...] (OLIVEIRA, 2011, p. 175-176).

As palavras da professora Neyde Gonçalves, eleita no final de 1993 a primeira Coordenadora do Mestrado em Geografia da UFBA, são também elucidativas das dinâmicas que animavam o referido período e da ambiência das pesquisas geográficas na Bahia que, destacadamente, consolidava-se como centralidade do campo disciplinar no Brasil. O estado voltava a ganhar força na cena acadêmica nacional, a partir do doutoramento de alguns professores-pesquisadores locais e da realização de pesquisas pela equipe do laboratório, de notoriedade nacional e internacional.

Eu fiz meu curso de Geografia na Universidade Católica do Salvador, na década de 1960. Mas por que eu fiz Geografia? Eu tive uma pessoa que me motivou bastante, ela foi uma das primeiras pessoas a fazer doutorado na França – Nilda Guerra de Macedo. Foi ela que me motivou. E também me motivou para esse lado da Geografia Física, porque foi uma época em que Geomorfologia era uma coisa... Uma coisa fora do comum. Então ela foi a primeira em Geomorfologia, seguida da professora Tereza Cardozo [da Silva]. Então foram as duas que depois que voltaram da França e com o professor Milton Santos... Doutor Milton, na outra linha de pesquisa, na Geografia Humana, e com o apoio do professor Tricart, fundou aqui o Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais. Então, ao tempo em que eu ainda estudava, eu fui agraciada com uma bolsa que dividi com uma colega que também fez doutorado na França posteriormente, na área da Pedologia – a Célia Motti – e começamos a fazer pesquisas no Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais. E muitos foram os professores franceses que aqui estiveram e que a gente teve essa oportunidade de conhecer: a professora Jaqueline Beaujeu-Garnier, professores da Geografia Física... Professores que marcaram. Então a gente tinha ainda como estudante o contato com esses professores, o que despertou muito essa vontade de fazer Geografia. O Instituto de Geociências foi fundado na década de 1970 e nós fomos transferidos para cá. E aqui começamos uma vida acadêmica no sentido de ensino e pesquisa (DEPOIMENTO DE NEYDE GONÇALVES EM 20 DE JULHO DE 2014).

O Instituto de Geociências – IGEO, que logo acolheria o Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais, o recém criado Departamento de Geografia e seus pesquisadores, foi fundado em 1968, no fluxo da Reforma Universitária do Governo Federal datado do mesmo ano (LEAL; FERREIRA; MESQUITA, 2010). O distanciamento forçado do principal líder do Laboratório, o

professor Milton Santos, causou grandes perdas para a Geografia na Bahia – não esqueçamos de que esse momento coincide com a institucionalização/criação dos programas de pós-graduação no eixo centro-sul do país, que já havia se consolidado como pólo ou centralidade decisória em termos político-econômicos nacionais, denotando o início de uma fase de diminuição da visibilidade dos trabalhos de Geografia realizados na Bahia no tocante à produção nacional.

Contudo, as cooperações internacionais não cessaram e foram organizadas pelos jovens professores que renovaram o quadro departamental, possibilitando a continuação das pesquisas de Geografia na Bahia. Dentre os pesquisadores do Laboratório que mais tarde compuseram o Departamento de Geografia da UFBA tem-se Ana Dias S. Carvalho, Antônia Déa Erdens, Dulce Barbe, Euda Maria Cunha Caldas, Florisvaldo Henrique Falk, Neyde Gonçalves, Maria Auxiliadora da Silva e Sylvio Bandeira de Mello e Silva (SILVA, M., 2006); 2013; DEPOIMENTO DE EMANUEL REIS DE JESUS, EM 29 DE JANEIRO DE 2015).

Somam-se aos já citados os professores Waldir Oliveira e Dalmo Pontual que ingressaram no Departamento de Geografia após a Reforma Universitária de 1968, vindos da antiga Faculdade de Filosofia e Ciências da Bahia. Formaram ainda o quadro docente, tomando como limite temporal meados da década de 1990, Maria Auxiliadora Moreira, Maria Elvira Passos Costa, Sônia Leão, Benozilda Esteves, Vital da Silva Duarte, Adriana Pondé, Ligia Ferraro, Norma Maria Freitas, Raquel Pepe, Zelita Azevedo Santana, Waldomiro dos Santos, Benedita Andrade, Joilda Fonseca, Douracy Soares, Barbara-Christine Silva, Terezinha Cavazine, Claudemiro Cruz Neto, Emanuel Reis de Jesus, Pedro de Almeida Vasconcelos, Dária Cardoso, Denise Magalhães, Creuza Lage, Yolanda Penauber, Vilma Pinto, Guiomar Germani e Angelo Serpa (SILVA, M, 2006; 2013; DEPOIMENTO DE EMANUEL REIS DE JESUS, EM 29 DE JANEIRO DE 2015).

No âmbito das cooperações técnicas estabelecidas no final dos anos 1970 e início de 1980, entre o Departamento de Geografia da UFBA e instituições internacionais, foi possível a continuidade da formação dos docentes do Departamento, uma vez que não se dispunha ainda de um programa de pós-graduação em Geografia na Universidade baiana, qualificando-se três especialistas, um mestre, quatro doutores e quatro pós-doutorados, formando as bases da pós-graduação criada em 1994 (SOUSA, 2013).

A partir das cooperações internacionais se desenhou na Geografia desenvolvida na Bahia, a exemplo de outros estados brasileiros, linhas teórico-metodológicas definidoras das pesquisas realizadas mais tarde nos cursos de pós-graduação expandidos em quantidade a partir da década de 1980. Noções como as de geossistemas foram assimiladas e associadas a outras concepções teórico-metodológicas já conhecidas e trabalhadas largamente nos estudos dos professores e estudantes do Departamento de Geografia da UFBA, a exemplo dos estudos monográficos ou os relacionais entre pedogênese e morfogênese.

Amparados na Teoria Geral dos Sistemas, concebida no início do século XX por Bertalanfy, o método da análise geossistêmica e a Teoria Sistema Clima Urbano passaram a influenciar sobremaneira a Geografia na Bahia após cooperações técnicas nas décadas de 1970 que trouxeram para a Universidade e órgãos estaduais baianos o professor Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro.

Monteiro, responsável pela superação/aprimoramento do método geossistêmico e criador da Teoria Sistema Clima Urbano, teve influência direta na formação/especialização de professores que compõem atualmente ou compuseram até pouco tempo o quadro docente do Departamento e/ou da pós-graduação em Geografia da UFBA. Foram alunos, estagiários, pesquisadores ou técnicos que trabalharam junto ao professor Monteiro nos cursos e expedições de campo realizadas na Bahia, e por ele influenciados, os professores: Neyde Gonçalves, Emanuel Reis de Jesus, Dária Cardoso e Denise Magalhães (DEPOIMENTO DE NEYDE GONÇALVES EM 20 DE JULHO DE 2014).

Por outro lado, as reviravoltas epistemológicas na história do pensamento geográfico no Brasil a partir da década de 1970, com destaque para a hegemonia do materialismo histórico, foram acompanhadas de perto pelos geógrafos baianos tendo, uma vez mais, o professor Milton Santos papel destacado. Embora o seu retorno à UFBA não tenha se efetivado imediatamente após a anistia política (1979), Milton Santos continuou influenciando fortemente os trabalhos desenvolvidos no Departamento e na pós-graduação de Geografia da UFBA através de suas publicações, cursos ministrados na Bahia e incentivo à abertura do curso de Mestrado.

Todavia, é preciso destacar que o período denominado de renovação crítica da Geografia no Brasil, nos anos 1970/80, ao que parece, não contou, na Bahia, com trabalhos que ganhassem notável expressão nacional. No referido período, na Bahia, ganharam vulto os trabalhos dos professores Sylvio Bandeira de Mello e Silva e Barbara-Christine Silva, na linha teórico-quantitativa, tendo, os referidos professores, alcançado notoriedade em âmbito nacional.

Mas conforme foi dito anteriormente, o horizonte temporal mais próximo marcado por eventos responsáveis por uma renovação da Geografia no Brasil e, particularmente, na UFBA e na USP, suas implicações nos rumos do campo disciplinar geográfico nesses centros, bem como uma análise mais detalhada dos aportes teórico-metodológicos esboçados, desenvolvidos ou que direcionam os trabalhos de professores e estudantes nos programas de pós-graduação em Geografia das duas instituições, são tratados no capítulo seguinte.

3.2 Os cursos de pós-graduação em Geografia na USP e na UFBA, um breve arranjo dos fatos

Na segunda metade do século XX, precisamente no ano de 1968, a implementação das Reformas dos Governos Militares para a Educação estabeleceu parâmetros de regulamentação para a pós-graduação no Brasil, até então auto-referenciada e concentrada espacialmente na região sudeste. O país, cabe lembrar, vivia um surto de urbanização capitalista e de industrialização, impulsionando a ampliação dos atos modernizadores de sua estrutura estatal e complexificando, segmentando e especializando suas organização e funções – além do próprio território – exigindo a formação continuada de quadros profissionais egressos das jovens Universidades brasileiras, lhes imprimindo as tarefas de compreender, explicar e gerir as novas demandas da vida social do país (MORAES, 2005; ALMEIDA & GUIMARÃES, 2013).

Imbuído de criar as bases necessárias para execução de um projeto que oferecesse maior especialização aos profissionais formados nas Universidades do Brasil, foi efetivado, três anos antes, ainda em 1965, o Plano Nacional de Pós-graduação – PNPG, criando programas de pós-graduação e cargos de Dedicção Exclusiva. A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de

Nível Superior – CAPES, instituída há pouco mais de uma década, em 1951, passou a ampliar suas ações nos poucos centros de pesquisa já consolidados. Em 1965 fora estabelecido um primeiro esforço de normatização através do Ato do Conselho Federal da Educação, mas as mudanças mais acentuadas viriam mesmo a partir de 1968 (MORAES, 2005; ALMEIDA; GUIMARÃES, 2013).

Até a década de 1960, a pós-graduação brasileira seguia, na maioria dos casos, o modelo francês, geralmente apenas com a titulação do doutorado. Vigorava o antigo sistema de cátedras, com os assistentes do professor catedrático fazendo as pesquisas determinadas por ele. Apenas em 1965 é que se estabeleceram os dois níveis de mestrado e doutorado. Em 1968 a reforma universitária seguiu o sistema norte-americano, extinguiu as cátedras e introduziu o sistema de créditos. [...] A institucionalização da pós-graduação no Brasil iniciou-se com o parecer 977 da Câmara de Ensino Superior, do Conselho Federal de Educação, conhecido como ‘Parecer Sucupira’. Flávio Suplicy de Lacerda, ministro da Educação do primeiro governo militar, de Castello Branco, foi quem optou por seguir o modelo norte-americano da pós-graduação, com titulações de mestrado e doutorado. Nesse modelo interpretou-se o mestrado como aperfeiçoamento da formação da graduação e o doutorado como a capacitação para realizar pesquisa (MOTOYAMA et al, 2004, p.49-50).

Paralelamente ao movimento de normatização da pós-graduação no Brasil, datada da década de 1960, foram também estimuladas a criação, a expansão e a padronização de veículos de disseminação do conhecimento acadêmico desenvolvido no território nacional, de modo a organizar um circuito por onde esse conhecimento pudesse ser mais facilmente divulgado e acessado por pesquisadores nacionais e internacionais, inserindo o Brasil de forma mais integrada no fluxo da produção científica global (ALMEIDA; GUIMARÃES, 2013; DANTAS, 2011).

Das revistas científicas editadas ainda no Império de Pedro II, como a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, iniciada em 1839, e a *Gazeta Médica da Bahia*, publicada a partir de 1866 (IHGB, 2014; ALMEIDA; GUIMARÃES, 2013), aos novos periódicos divulgados mediante a extensa disseminação da rede mundial de computadores pelos territórios a partir da segunda metade do século XX, há, por trás desse processo, gradual e não uniforme, que envolve instituições e normas, uma adequação da comunidade científica aos novos modos de inserção da produção acadêmica, acumulada no tempo e diversificada por região, no “circuito oficial” (DANTAS, 2011).

Trata-se, em verdade, de um processo que revela a própria legitimação no/do campo disciplinar, se concordarmos que no campo científico moderno “[...] a pesquisa torna-se legítima somente

após sua publicação em meios aceitos pela comunidade de pares, ou seja, o conhecimento científico os consolida como base epistemológica do saber humano quando é finalmente aceito pela comunidade dos cientistas” (ALMEIDA; GUIMARÃES, 2013, p. 17).

É a condição de ser legitimado pelos pares, mediante a “oficialidade científica”, o que está em jogo. No tocante ao campo disciplinar (geográfico) e os cursos de pós-graduação (em Geografia), a lógica acompanha e se configura sobre a referida forma: a publicização do saber produzido por meios de divulgação aceitos pela comunidade científica e seu enquadramento na normatização oficial acompanham a institucionalização, a consolidação e a diversificação (regional) dos centros de pesquisa.

A legitimação social é atribuída, pois, a partir da capacidade de resposta dos centros de pesquisa às diretrizes de produção do conhecimento (BOURDIEU, 2004). Contudo, não esqueçamos, essa capacidade de resposta é dada, também, e, sobretudo, em função de condições objetivas externas ao campo científico, oferecidas por vetores e eventos que incidem e se realizam dialeticamente e de modos diferente e desigual no território (sincronia-diacronia), criando uma diversidade de situações geográficas e de possibilidades para a realização histórica dos centros de pesquisa que nelas se instalam (SANTOS, 2006a).

No final da década de 1980, por exemplo, apenas existiam cursos de doutorado em Geografia nas Universidades estaduais de São Paulo – USP e UNESP (DANTAS, 2011), situação decorrente das transformações socioespaciais observadas neste e no capítulo anterior, responsáveis por uma inversão nas centralidades decisórias em termos político-econômicos no país, inversão conformada em pouco mais de um século e que deu a subespaços do território nacional condições mais favoráveis de inserção na modernização tardia que incidiu sobre o Brasil a partir da década de 1930.

O que houve com as Reformas para a Educação dos Governos Militares, de 1968, foi uma ampliação paulatina, tímida e ainda espacialmente concentrada dos programas de pós-graduação no Brasil nas diversas áreas do conhecimento. Se tomarmos como base o campo disciplinar geográfico após as reformas, teremos em destaque, na dianteira do processo, as seguintes

Universidades: USP (cursos de mestrado e de doutorado em Geografia Física e Geografia Humana, ambos em 1971), UFRJ (curso de mestrado em Geografia em 1972 e de doutorado em Geografia em 1992), UNESP de Rio Claro (curso de mestrado em Geografia em 1977 e de doutorado em Geografia em 1983), UFPE (curso de mestrado em Geografia em 1977 e de doutorado em Geografia em 2003), e UFS (curso de mestrado em Geografia em 1983 e de doutorado em Geografia em 2003) (DANTAS, 2011).

Após o chamado “milagre econômico” dos Governos militares, vivido pelo Brasil ao longo da década de 1970, a transição democrática e os governos seguintes ocorreram em meio a um período de instabilidade e de fragilidade econômicas do país, período que se estendeu, aproximadamente, do final da década de 1970 ao início da primeira década dos anos 2000. A partir de 2003, com a melhora da conjuntura econômica internacional e mudança de governo em âmbito nacional, houve uma breve inflexão no ritmo da economia interna e o Brasil experimentou anos de maior crescimento econômico até o início da década seguinte (2010)⁴⁷, possibilitando o fomento e a execução de um conjunto de políticas de desenvolvimento (GIAMBIAGI, 2005), nas quais se insere o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni.

Em consonância com a expansão dos cursos em nível de graduação, o país assistiu também nas últimas décadas a um aumento significativo dos cursos de pós-graduação, em diversas áreas do conhecimento. Paralelamente, as referidas fases econômicas e de aumento em quantidade dos cursos de pós-graduação coincidem com a continuação do processo de expansão dos sistemas técnicos de comunicação no território nacional, com destaque para o suporte tecnológico da rede mundial de computadores, intensificado no Brasil a partir da segunda metade dos anos 1990, possibilitando maior integração do Brasil ao “circuito oficial” da produção científica no mundo ocidental (SANTOS; SILVEIRA, 2001; ALMEIDA; GUIMARÃES, 2013).

Quanto aos antecedentes históricos do cenário nacional atual, o pioneirismo da Universidade de São Paulo no tocante ao enquadramento das disciplinas parcelares no Brasil, e particularmente da

⁴⁷ Entre a crise do petróleo de 1979 e o último ano do segundo Governo FHC, o crescimento médio do PIB foi de 2,6%, enquanto que ao final dos oito anos do Governo Lula o crescimento médio do PIB foi de 4,1% (IPEA, 2014).

Geografia, em uma nova tradição acadêmico-universitária, após 1930, signatária da normatização e da linguagem próprias ao campo científico moderno, também repercutiu na formação e titulação dos primeiros pós-graduados em Geografia no território nacional, ainda que regidos por processos institucionais diferentes dos atuais.

A primeira defesa de doutorado em Geografia na USP e no Brasil se deu em 1944, intitulada *Santos e a Geografia Humana do Litoral Paulista*, conferindo o título de doutora em Geografia a Maria da Conceição Vicente de Carvalho, orientanda do professor Pierre Monbeig, formada em Química Industrial pelo *Mackenzie College* e, posteriormente, em Geografia pela USP, passando ao cargo de professora de Geografia do nível secundário no estado de São Paulo. Após ter ingressado como aluna ouvinte no recém criado curso de Geografia e História da USP, em 1936, tornou-se aluna regular do mesmo curso e membro da AGB nos primeiros anos da Associação. Na década de 1940, exerceu por um tempo a função de professora do próprio Departamento de Geografia da USP (SEABRA, 2008; USP, 2015).

Ainda durante a década de 1940, além de Maria da Conceição Vicente de Carvalho, quatro outros geógrafos se doutoraram na USP: Ary França, Nice Lecoq Muller, João Dias da Silveira (primeiro Catedrático de Geografia Física) e Renato Silveira Mendes, todos, igualmente, professores do Departamento de Geografia da USP. Dentre os referidos geógrafos, apenas o último não foi orientando de Pierre Monbeig, mas sim de Pierre Gourou⁴⁸ (SEABRA, 2008; USP, 2015). Todavia, é importante lembrar que se trata de um período em que não havia ainda o curso de mestrado, criado apenas em 1973, e o curso de doutorado na Universidade paulista se realizava ao longo de dois anos (Depoimento de José Bueno Conti em 03 de outubro de 2013).

No seu percurso histórico, a USP contou desde sua fundação com uma concepção de trabalho e de vida acadêmica que aportou na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras junto com os professores franceses, responsável pela compreensão da necessidade da prática investigativa

⁴⁸ Um pouco menos conhecido dos geógrafos brasileiros, Pierre Gourou foi um geógrafo francês, dedicado à Geografia dos países tropicais, contribuindo com o imperialismo francês. Segundo Antônio Carlos Vitte (2009, p. 01): “As reflexões de Pierre Gourou sobre o mundo tropical, particularmente o sudoeste asiático representa um importante marco nas relações entre a geografia e o imperialismo. A partir de influências da medicina e de uma concepção de que os trópicos representavam a antítese do mundo europeu temperado, o discurso geográfico de Gourou formaliza uma visão míope sobre o mundo tropical e seus habitantes”.

continuada como elemento de afirmação e validação das verdades científicas, isso algumas décadas antes de outras centenas de Universidades no Brasil, e mesmo antes da implementação de uma política de Estado visando uma maior especialização dos profissionais formados nas jovens Universidades brasileiras.

Na década seguinte (1950), já sob a égide do recém criado Departamento de Geografia da USP (1946), mais três geógrafos se doutoraram na Universidade paulista: Eliana de Oliveira Santos, orientanda de João Dias da Silveira, e Aziz Ab'Saber e José Ribeiro de Araújo Filho, ambos orientados por Aroldo de Azevedo. Chegados os anos 1960, o número de doutores titulados ao longo dessa década também é de três geógrafos: Pasquale Petrone, orientando de Ary França, Antônio Rocha Penteado, sob orientação de Aroldo de Azevedo e, finalmente, Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro, orientado por Aziz Ab'Saber (USP, 2015).

Dessa forma, entre os anos de 1944 e 1970 totalizam onze os geógrafos titulados doutores em Geografia pela Universidade de São Paulo, desenvolvendo seus trabalhos científicos no que poderíamos chamar de antigo sistema, marcado ainda pela presença dos professores catedráticos, pela inexistência do curso de mestrado e condensação do curso de doutorado em dois anos e por um corpo discente formado por estudantes egressos da própria instituição em seu nível de graduação.

Embora os trabalhos de pós-graduação construídos por esses geógrafos sejam emblemáticos e tributários da assimilação, na recém criada Universidade de São Paulo, da compreensão da necessidade de uma formação continuada do professor, entendido a partir de então como professor-pesquisador, bem como bases para trabalhos de maior “fôlego” desenvolvidos nas décadas seguintes por esses mesmos professores-pesquisadores e seus orientandos, impulsionando através de suas publicações a pesquisa geográfica em outras partes do país, há de se observar, apesar de todos os esforços, as limitações em termos quantitativos e quanto à possibilidade de acesso dos estudantes externos à USP em relação ao curso de doutorado em Geografia na USP até o início da década de 1970.

Se tais pesquisas, concluídas e divulgadas posteriormente através de artigos em periódicos e livros científicos, foram responsáveis em grande medida pela continuidade de uma tradição e do início da “maioridade” dos estudos geográficos na lógica acadêmico-universitária no Brasil, sua abrangência formativa esteve naquele momento ainda bastante restrita ao estado de São Paulo. Somente na década de 1970, após a Reforma Universitária do Governo Federal, de 1968, ampliaram-se as possibilidades quanto ao ingresso de novos estudantes no curso de doutorado em Geografia da USP.

Não é demais lembrar que o desenvolvimento dos programas de pós-graduação resultou do projeto de racionalização e modernização da administração pública dos governos militares, no período de gestão do presidente general Emílio Garrastazu Médici, entre 1969 e 1973, e principalmente do presidente general Ernesto Geisel, entre 1973 e 1978, que deram forte ênfase à ciência e tecnologia e propiciaram um fomento em política científica sem paralelo em outras décadas. A pós-graduação foi defendida como uma necessidade imperativa, por razões que afetavam diretamente não apenas o desenvolvimento da ciência no Brasil, mas o pleno desempenho da própria graduação. Não era mais admissível a manutenção de um quadro docente de ensino superior sem formação continuada e sistemática; A pós-graduação daria uma dinâmica inteiramente nova à própria graduação; Assim, a integração do ensino e da pesquisa na Universidade se desenvolveu com a reforma de 1968, com forte investimento na pós-graduação (MACHADO, 2009, p. 163-164).

Em 1971, no bojo das mudanças promovidas pelo Estado para a Educação e aprofundando a segmentação característica da Ciência moderna, o curso de pós-graduação em Geografia na Universidade de São Paulo foi desmembrado em Programa de Pós-graduação em Geografia Humana e Programa de Pós-graduação em Geografia Física (único caso no Brasil), ampliados também com a abertura dos cursos de mestrado em Geografia Humana e Geografia Física (USP, 2015).

Ao longo da história dos dois Programas foram definidas linhas de pesquisa articuladas e propostas em função dos grandes eixos temáticos investigados por seu corpo docente, calcadas na sua dinâmica e mudança de gerações de pesquisadores e concepções de Geografia. Na atualidade (2015), o Programa de Pós-graduação em Geografia Humana se desenvolve pelas linhas de pesquisa: Espaço: imagens e representações gráficas, Geopolítica, planejamento e gestão do território, Metodologia em Geografia, O ensino da Geografia no Brasil, Sociedade urbana: metrópole e território, e Território, economia e desenvolvimento regional. Já o Programa de Pós-graduação em Geografia Física opera sob as seguintes linhas de pesquisa: Estudos

Interdisciplinares em Pedologia e Geomorfologia, Estudos Teóricos e Aplicados em Climatologia, Informação Geográfica: tratamento, representação e análise.

Desde meados da década de 1970, trabalhos desenvolvidos nesses dois programas de pós-graduação passaram a preencher não só as prateleiras das bibliotecas da Universidade paulista, mas das diversas Universidades nos diferentes estados que ainda não dispunham de cursos para a continuidade da formação de seus licenciados e bacharéis impulsionados, em grande número, a procurarem os centros de pós-graduação já consolidados, dentre os quais, a USP⁴⁹.

As dimensões e influência nacionais que atingiram os cursos de Pós-graduação em Geografia da USP podem ser verificadas a partir de uma série de gráficos e de mapas apresentados nos Apêndices desta tese. Pode-se perceber, por exemplo, que a Universidade paulista tem funcionado como centro polarizador que atrai para si pesquisadores oriundos das regiões Norte e Nordeste brasileiras, onde a expansão dos programas de pós-graduação, embora em curso, vem se dando de modo mais lento.

No tocante à Universidade Federal da Bahia, as cooperações técnicas dos anos 1960/70/80 funcionaram como embriões do seu Programa de Pós-graduação, que inicialmente contou com o curso de Mestrado em Geografia a partir de 1994 e, posteriormente, foi ampliado para Programa de Pós-graduação em Geografia, quando passou a abrigar, a partir do ano de 2011, um dos poucos cursos de doutorado da região Nordeste, efetivando um velho sonho iniciado na fundação do Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais, em 1959.

O ano de 1979 representa um marco para o velho anseio de fundar um programa de pós-graduação em Geografia na UFBA. Figurando como uma das Universidades da região nordeste do Brasil escolhidas para compor o convênio interuniversitário CAPES/COFECUB – uma iniciativa do Governo Federal em parceria com Ministérios e Universidades estrangeiras, com vias à capacitação dos quadros docentes e intercâmbio de conhecimento –, a cooperação foi assinada naquele ano tendo como coordenadores a professora Neyde Gonçalves, respondendo

⁴⁹ Quase cinquenta anos após a Reforma de 1968, porém, apenas a região Norte do Brasil ainda não contava com um curso de doutorado em Geografia no ano de 2013 (LENCIONI, 2013).

pela Universidade Federal da Bahia, e os professores Guy Lassère e Raymund Pebayle, de Bordeaux, como representantes franceses. Naquele ano de 1979, a maior titulação acadêmica no Departamento de Geografia vinculava-se aos professores Maria Auxiliadora da Silva, Antônia Déa Erdens, Barbara-Christine Silva⁵⁰ e Sylvio Bandeira de Mello e Silva, todos detentores do título de doutor em Geografia (DEPOIMENTO DE MARIA AUXILIADORA EM 03 DE JULHO DE 2014; SOUSA, 2013).

O ano de 1979 foi o da implantação do acordo CAPES/COFECUB, através do qual foi possível o avanço de pesquisa em Geografia na Bahia. Os coordenadores da primeira etapa e dois primeiros anos do convênio de cooperação interuniversitária foram a Prof^a. Neyde Maria S. Gonçalves, representando a Universidade Federal da Bahia, e os professores Guy Lassère e Raymond Pebayle, ambos da Universidade de Bordeaux. Em 1982, a Prof^a. Maria Auxiliadora e o geógrafo Jacques Hubschman foram os coordenadores, continuando em toda segunda etapa, e a cooperação agora era com a Universidade de Toulouse Le Mirail. O projeto, intitulado *Geossistemas, Planejamento e Desenvolvimento do Semiárido Baiano*, contou com a participação de 12 professores do Instituto de Geociências, além de pesquisadores da Escola de Agronomia e do Centro de Recursos Humanos e teve como parceiros oito geógrafos estrangeiros: Bernard Kayser, George Bertrand e Jean Paul Metalié, da Universidade de Toulouse Le Mirail; Jean Trauttman, da Universidade de Strasbourg; Paul Claval, da Universidade Paris IV; Michel Rochefort, da Universidade de Paris I; e Pierre Berrère, da Universidade de Bordeaux. Além de Michel Poinard, M. B. Pastor, Etienne Dalmasso e Claude Lecarpentier (SOUSA, 2013, p. 225-226).

No âmbito do convênio CAPES/COFECUB, foi fomentado um curso de especialização com duração de dois anos versando sobre análise regional no semi-árido baiano (1980-1981). Em 1982, assumiu a coordenação da cooperação técnica os professores Maria Auxiliadora da Silva, representante da UFBA, e Jacques Hubschman, da Universidade de Toulouse, dando continuidade aos estudos do semi-árido baiano, com ênfase no município de Barreiras e na região sisaleira, notadamente os municípios de Valente e Serrinha, agora contando com um maior número de professores tanto vinculados ao Departamento de Geografia como de outras unidades da UFBA. Externos à Universidade baiana, vieram à Bahia e participaram do projeto os professores Paul Claval, George Bertrand, Michel Rochefort, Etienne Dalmasso, Claude Lecarpentier, Bernard Kayser, dentre outros, vindos de diversas Universidades francesas (DEPOIMENTO DE MARIA AUXILIADORA EM 03 DE JULHO DE 2014; SOUSA, 2013).

Inscritas no único projeto renovado entre as Universidades da região do nordeste brasileiro (cada projeto tinha a duração de cinco anos), no âmbito do convênio CAPES/COFECUB, as pesquisas

⁵⁰ A professora Barbara-Christine Silva é autora do primeiro livro de abordagem quantitativa em Geografia no Brasil, em parceria com a professora Lucia Helena Gerardi, da UNESP, *campus* Rio Claro.

no semi-árido baiano ainda contribuíram para a ida de professores do Departamento de Geografia da UFBA para Universidades Francesas, a fim de desenvolverem seus estudos de doutoramento de forma integral ou parcialmente. Assim estiveram na França os professores Creuza Lage, Florisvaldo Henrique Falk e Benedita Andrade, retornando com a titulação de doutorado (DEPOIMENTO DE MARIA AUXILIADORA EM 03 DE JULHO DE 2014; SOUSA, 2013).

Paralelo ao CAPES/COFECUB, foram ainda realizados como esboço do futuro curso de Mestrado em Geografia dois cursos *lato senso* em análise urbana. Mas as raízes da pós-graduação em Geografia são também encontradas na participação de professores do Departamento de Geografia nos cursos oferecidos pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFBA. O Mestrado em Arquitetura e Urbanismo – M.A.U. foi fundado em 1983 e desde os seus primeiros anos contou com a participação dos professores do Departamento de Geografia Sylvio Carlos Bandeira de Mello e Silva, Barbara-Christine Silva e Pedro de Almeida Vasconcelos, recebendo também, mais tarde, na década de 1990, o professor Angelo Serpa. Além da aproximação temática, os convites se deram também pelo número diminuto de doutores no quadro docente do Departamento de Arquitetura e Urbanismo no início da década de 1980. Entre os anos de 1989 e 1991 o M.A.U. teve como vice-coordenador o geógrafo Pedro de Almeida Vasconcelos (DEPOIMENTO DE PEDRO DE ALMEIDA VASCONCELOS EM 23 DE NOVEMBRO DE 2015; SOUSA, 2013).

A partir de 1989 os professores de Geografia deram início à elaboração do projeto para a criação da Área de Concentração em Análise Regional no Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. No dia 06 de julho de 1990 houve uma reunião no Departamento de Geografia no intuito de se debater as alternativas à área de concentração ser instalada na Faculdade de Arquitetura ou no Instituto de Geociências, optou-se pela primeira. No dia 04 de dezembro de 1990 o projeto foi enviado para a Pró-Reitoria de Pós-Graduação e aprovado em 30 de janeiro de 1991. A abertura da primeira turma se deu ainda no semestre 1991.1 sob direção e responsabilidade dos professores doutores do Departamento de Geografia (DEPOIMENTO DE PEDRO DE ALMEIDA VASCONCELOS EM 23 DE NOVEMBRO DE 2015).

Embora a comissão para elaboração do projeto de abertura do Mestrado em Geografia tenha iniciado seus trabalhos em 1992, e o Mestrado em Geografia tenha sido criado e instalado no Instituto de Geociências, sob os auspícios do Departamento de Geografia, em 1994, a participação direta e efetiva contribuição dos professores do Departamento de Geografia na formação continuada de arquitetos-urbanistas, geógrafos e demais profissionais interessados no eixo temático urbano-regional iniciou-se ainda na década de 1980, conforme visto ((DEPOIMENTO DE PEDRO DE ALMEIDA VASCONCELOS EM 23 DE NOVEMBRO DE 2015; DEPOIMENTO DE MARIA AUXILIADORA EM 03 DE JULHO DE 2014, INFORMAÇÃO VERBAL DE NEYDE GONÇALVES).⁵¹

Ainda detalhadamente, nos primeiros dois anos da década de 1990, a professora Neyde Gonçalves, com auxílio dos professores Regina Celeste Sousa, Pedro Vasconcelos, Maria Auxiliadora Silva e Sylvio Bandeira de Mello e Silva, elaboraram e submeteram às instâncias competentes da Universidade Federal da Bahia o projeto de criação do Curso de Mestrado em Geografia da UFBA. Mas foi mesmo no dia 03 de novembro de 1993 que se realizou a instalação do Colegiado do Curso de Mestrado em Geografia, no Instituto de Geociências – IGEO, além da eleição da primeira gestão dos respectivos coordenador e vice-coordenador, escolhidos os professores Neyde Gonçalves e Florisvaldo Henrique Falk. A sessão foi encerrada, conforme consta no Livro de Atas, com referência e leitura de um trecho⁵² de livro do professor Milton Santos em alusão a todos os incentivos e apoios despendidos por ele para a fundação de um Programa de Pós-graduação em Geografia na Universidade Federal da Bahia (DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA DA UFBA,1993-1995).

Além dos professores Gonçalves e Falk, compuseram o corpo do Colegiado do Mestrado em Geografia, nos seus dois primeiros anos de funcionamento, na função de membros permanentes ou suplentes, os professores: Barbara-Christine N. Silva, Creuza Santos Lage, Maria Auxiliadora

⁵¹ Relato da Prof^a Neyde Gonçalves no I Seminário Internacional da Programa de Pós-graduação em Geografia da UFBA, 2015.

⁵² O trecho lido, segundo o Livro de Atas do Mestrado em Geografia da UFBA, está presente no livro *Pensando o espaço do homem*, de Milton Santos, e é aqui transcrito: “Devemos nos preparar para estabelecer os alicerces de um espaço verdadeiramente humano, de um espaço que possa unir os homens para e por seu trabalho, mas não para em seguida dividi-los em classes, em exploradores e explorados; um espaço matéria-inerte que seja trabalhada pelo homem, mas não se volte contra ele; um espaço Natureza social aberta à contemplação direta dos seres humanos, e não um fetiche; um espaço instrumento de reprodução da vida, e não uma mercadoria trabalhada por outra mercadoria, o homem fetichizado” (SANTOS apud DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA DA UFBA,1993-1995).

da Silva, Pedro de Almeida Vasconcelos, Benedita P. de Andrade, Sylvio Carlos Bandeira de Mello e Silva, Regina Celeste de Almeida Souza e Emanuel Fernando Reis de Jesus, além dos docentes externos convidados e representantes estudantis. Ainda na primeira gestão ingressaram como professores permanentes do Mestrado em Geografia da UFBA os professores Guiomar Germani e Angelo Serpa (DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA DA UFBA, 1993-1995).

O curso de Mestrado em Geografia da UFBA se manteve no seu primeiro ano com recursos advindos da própria Universidade, especificamente da Pró-reitoria de Pós-graduação, somente no segundo semestre de 1995, o curso finalmente entrou no Sistema de Pós-graduação Nacional. Há ainda um importante destaque a ser feito relativo à realização de dois cursos ministrados pelo professor Milton Santos nos primeiros anos do curso de Mestrado em Geografia da UFBA, o primeiro intitulado *O tempo na Geografia: as periodizações* e o segundo, *Fenomenologia da Paisagem*.⁵³

No primeiro ano de funcionamento do Mestrado de Geografia da UFBA ingressaram oito estudantes, que desenvolveram suas pesquisas sob orientação dos professores membros do Colegiado do Mestrado em Geografia da UFBA e segundo as linhas de pesquisa definidas nas primeiras reuniões do Colegiado, a saber, Análise Urbana e Regional e Estudos Ambientais e Análise do Território (DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA DA UFBA, 1993-1995). As dissertações defendidas concentraram-se, inicialmente, nas referidas linhas de análise, contudo essa última foi desativada entre os anos de 2004-2006.

⁵³ Essas informações foram tiradas do depoimento da professora Neyde Gonçalves no I Seminário Internacional do Programa de Pós-graduação em Geografia da UFBA, 2015, Quanto aos cursos, assim escreveu o professor Angelo Serpa sobre sua participação, como ouvinte, no curso Fenomenologia da paisagem, ministrado por Milton Santos no Mestrado em Geografia da UFBA: “[...] Estive presente como ouvinte em algumas aulas do curso ministrado por Milton Santos, quando da sua reintegração aos quadros da UFBA. As aulas transcorriam no Instituto de Geociências sob sua batuta, com extensa bibliografia e turma cheia de estudantes. Era um momento importante para a Geografia baiana, com a instalação do primeiro mestrado nesta área de conhecimento no estado”. (SERPA, 2011, p. 65). No ano de 2006, inspirado nas articulações teóricas possíveis apresentadas por Milton Santos, o professor Serpa retomou o projeto da disciplina Fenomenologia da paisagem: “[...] Essa foi uma experiência importante não só para mim, que coordenei a disciplina, mas para os estudantes, que, desse modo, descobriram a diversidade da abordagem espacial de Milton Santos, desconstruindo a visão unilateral e estrita de sua obra como exclusivamente ‘marxista’ e (ou) ‘dialética’. Milton Santos ensinou que não há ‘nenhuma contradição entre fenomenologia e dialética’ [...], apostando em um enfoque existencialista para a análise crítica da paisagem e das relações entre sociedade e natureza no mundo contemporâneo [...]” (SERPA, 2011, p. 66).

A aposentadoria seriada de diversos membros do Colegiado sem reposição das vagas por parte do Governo Federal no final dos anos 1990 e início dos anos 2000 levou os cursos de Graduação e Pós-graduação a uma situação alarmante, ameaçando-os de, pela primeira vez, no caso da Graduação, não oferecer vagas a novos alunos e, no tocante ao curso de Mestrado, “fechar as portas”, dado o prejuízo da nota que recebeu da CAPES em avaliação trienal.

A linha de pesquisa Estudos Ambientais e Análise do Território foi a que mais sofreu com as aposentadorias. A estratégia do corpo do Colegiado foi o de concentrar esforços na linha Análise Urbana e Regional, menos penalizada. O resultado desse momento de dificuldade em termos de produção acadêmica pode ser observado nos gráficos dispostos nos Apêndices, tomando-se o curso de mestrado como um todo ou, particularmente, a subárea da Geografia Física, mais ligada à linha de pesquisa Estudos Ambientais e Análise do Território.

Os esforços empreendidos por professores e estudantes reverteram a incômoda situação ainda na primeira gestão do professor Angelo Serpa (quarta gestão do curso, 2003-2005). O programa encontrava-se em termos quantitativos de docentes, no início da primeira gestão do professor Serpa, na condição de menor programa do país. Negociações e disputas no âmbito do Conselho Universitário, por parte dos professores, garantiram o direcionamento de novas vagas para o Departamento de Geografia. Foi efetivada também nesse período a criação de dois laboratórios, o Laboratório de Análise Urbano-Regional – NUAGEO e o Laboratório de Estudos Ambientais e Gestão do Território - LEAGET, tendo por objetivo propiciar a um só tempo o encontro e a ambiência favoráveis à troca de experiências entre os pesquisadores (professores e estudantes) ligados às duas linhas de pesquisa.

Data ainda desse período a criação do periódico da pós-graduação em Geografia da UFBA, intitulada Geotextos, uma revista científica semestral que se iniciou classificada segundo o sistema Qualis da CAPES como sendo B4, estando classificada em 2015 como B1. A linha de pesquisa Estudos Ambientais e Análise do Território foi reativada no Mestrado de Geografia no ano de 2006 após o acréscimo de novos professores. Ao final da segunda gestão do professor Serpa, a avaliação da CAPES para o curso de Mestrado em Geografia da UFBA havia, enfim, subido de 3 para 4.

No ano de 2011 foi aceita por parte da CAPES a solicitação para a criação do curso de Doutorado em Geografia da UFBA, dando início ao Programa de Pós-graduação em Geografia da UFBA. No ano de sua criação, doze foram os professores habilitados à orientação dos novos doutorandos, sendo dois externos e os demais membros atuais ou aposentados do Departamento de Geografia da UFBA, e dez os estudantes ingressos, pesquisando temas ligados à epistemologia da Geografia e história do pensamento geográfico; patrimônio histórico urbano e relações étnicas; educação no campo; estudos de população e metropolização; biogeografia; consórcios intermunicipais; turismo e produção do espaço litorâneo urbano; ecovilas e organizações espaciais sustentáveis e alternativas; Geografia urbana e o lugar das pequenas cidades; e, indicações geográficas e comércio. Esse vasto “leque” temático nos dá pistas sobre o atual momento da Geografia no Brasil e, particularmente, na pós-graduação em Geografia na UFBA. A primeira defesa do curso de doutorado ocorreu em agosto de 2015, tendo o Programa laureado a geógrafa Ednizia Ribeiro Araujo Kuhn com o título de Doutora em Geografia.

4 FALAS E REMINISCÊNCIAS DE UMA AULA QUE DUROU QUATRO ANOS: O SEGUNDO MOMENTO DE UMA EPISTEMOLOGIA EXISTENCIAL

Um argumento central pautou os capítulos precedentes: a ideia de que a relação dialética entre vetores e eventos que incidem e se realizam nos territórios, com natureza, extensão e duração variadas, conformam uma multiplicidade de situações geográficas e que essas diferentes situações geográficas direcionam o acesso dos homens e de suas instituições aos elementos e possibilidades oferecidos pelo espaço geográfico. Este foi o pressuposto encontrado nos escritos de Milton Santos e utilizado, inicialmente, para tentar seguir as pistas daquilo que seria uma epistemologia existencial, por ele proposta.

Em verdade, os caminhos percorridos nos três primeiros capítulos desta tese serviram à apresentação e à confirmação do primeiro momento do argumento central. Cabe agora pensarmos a epistemologia existencial sob outros termos complementares, sob os termos que tentam renovar a compreensão sobre as situações geográficas vividas pelos sujeitos da pesquisa social – pesquisador e pesquisado. Se a Geografia se ocupa cada dia mais das representações socioespaciais que nos chegam do mundo, que produzem espaço segundo intencionalidades as mais diversas, interessa também pensarmos um pouco mais sobre como nós, geógrafos, oferecemos o mundo aos nossos leitores – quais as bases de sustentação de nossas práticas explicativas? Quais os conceitos e quais as teorias? Quais os aparatos metodológicos?

Trata-se de encontrar o eixo das coexistências socioespaciais, de que fala Milton Santos (2006a), no movimento sincrônico-diacrônico, estrutural-conjuntural, que se impõe à sociedade, articulando interpretações e tramas explicativas mais ajustadas às particularidades e à totalidade da vida social, ressaltando, pelo ofício que escolhemos, sua dimensão espacial, a fim de melhor nos entendermos como sociedade e como comunidade científica.

Se o evento esgota as suas próprias possibilidades, jamais ele esgota ou utiliza todas as possibilidades oferecidas pelo mundo. [...] Seu destino é realizar a totalidade na particularidade, viver plenamente e ativamente essa particularidade e assim contribuir à permanência do todo, deixando-o renascer com novas características (SANTOS, 2006a, p. 160).

A realização histórica da totalidade nas particularidades cria muitos e variados modos de existência da sociedade no espaço geográfico, entrelaçados em um viver comum, em uma

coexistência socioespacial. Portanto, são muitas também as situações geográficas e as possibilidades de interpretação e de explicação sobre a vida da sociedade nesse mesmo espaço, o que não exclui as divergências e os embates teóricos próprios do movimento de realização do campo científico, intrínsecos à diversidade de leituras possíveis. Pensando nesses termos, tento transmitir nas próximas páginas impressões, sentimentos e relações teóricas daquilo que, para mim, teve o teor, o sentido, de uma aula, apresentando diferentes concepções de leituras geográficas com as quais tive contato a partir das narrativas de meus entrevistados.

Habitar o espaço-tempo da pesquisa, nas suas diacronias e sincronias, significa estabelecer novas práticas cotidianas de pesquisa e experiências estéticas que deem conta de representar de modo o mais fidedigno possível as espacialidades e as temporalidades do outro – espacialidades e temporalidades que, de algum modo (em alguma escala), são também as nossas. Assim, tento descrever as situações vividas em cada conversa/entrevista com colegas e professores e, ainda mais difícil de expressar, as situações às quais essas falas me remeteram. Não cabe agora a impessoalidade e a discrição habitual dos textos acadêmicos, mas uma prática explicativa que melhor nos remeta ao espaço-tempo dos colegas e dos professores entrevistados.

Nem todas as falas e situações estão expressas nos próximos tópicos. A opção foi a de trabalhar com alguns trechos tidos como emblemáticos de uma leitura capaz de apresentar pontos de aproximação, interseção ou divergência entre os relatos, a fim de construir uma compreensão sobre o lugar dos programas de pós-graduação em Geografia da UFBA e da USP no campo disciplinar geográfico, sobre suas histórias e sobre algumas de suas construções teórico-conceituais centrais. Transcritos em trechos de entrevistas dispostos ao longo do texto ou em quadro-síntese, os fragmentos apresentados nos servem de elemento interpretativo sobre a diversidade de compreensões dos geógrafos sobre a diversidade das situações geográficas que conformam o espaço em sua totalidade.

4.1 Motivações sobre a Geografia

O primeiro eixo temático abordado nas entrevistas se concentrou nas motivações acerca da Geografia. Desejava saber como os entrevistados chegaram até a Geografia acadêmica e,

particularmente, até a pós-graduação em Geografia. Pensando bem, todas as questões giravam em torno das motivações sobre a Geografia, cada uma ao seu modo. Mas, em um primeiro momento, interessava saber sobre os contatos iniciais com o campo disciplinar geográfico: lugares, momentos, pessoas, ensejos.

No começo, quando a gente chega à Universidade, quando se senta nos bancos da Universidade nos primeiros dias de aula, a gente costuma perguntar aos colegas o porquê da escolha pela Geografia e, comumente, retribuímos às repostas lhes dando explicações a respeito das nossas motivações e expectativas. É habitual também ouvir esse tipo de questionamento dos professores das turmas de introdução à Geografia, querem saber sobre os principais estímulos (de quem, de que) tivemos para escolhermos pôr a disciplina Geografia nas nossas vidas de modo, digamos, mais determinante. O curioso é que depois de um tempo a gente não mais se pergunta acerca das razões da nossa escolha, já não mais se pergunta sobre uma escolha tão importante e sobre o sentido e as implicações da decisão que tomamos nas nossas vidas e sobre a vida do outro.

Na contramão do “hábito do esquecimento”, a professora Guiomar Germani não só recepcionou a minha turma de graduação, no ano de 2002, com essas perguntas, como, ainda hoje, faz questão de, volta e meia, nos indagar, professores e estudantes, sobre a Geografia que estamos produzindo, para quê e para quem estamos produzindo o conhecimento na Universidade, qual o sentido da Universidade hoje e o que querem os estudantes com a pós-graduação.

Na tarde de 28 de julho de 2014, depois de algumas tentativas sem muito sucesso, enfim conseguimos realizar uma entrevista que, por vezes, agendamos, mas que sempre éramos surpreendidos por alguma demanda de maior urgência. Despendendo uma energia invejável a muitos acadêmicos, envolvida com inúmeras atividades e projetos, a professora Guiomar Germani tem se concentrado, nas últimas duas décadas em que trabalha no Departamento de Geografia da UFBA, no esforço de compreender os processos de (re)produção do espaço geográfico no campo e as implicações sociais decorrentes da forma como se estrutura espacialmente esse campo na atualidade, sobretudo aquelas imediatas à vida das pessoas que nele habitam.

No dia e no horário combinados, nos encontramos na sala do GeografAR – A Geografia dos Assentamentos na Área Rural, laboratório/grupo de pesquisa que a professora Guiomar Germani criou e que coordena desde 1996, ano em que ingressou como professora efetiva no Departamento e na pós-graduação em Geografia da UFBA. O GeografAR é um grupo de pesquisa que tem analisado as dinâmicas referentes à produção do espaço geográfico no campo, com destaque para o campo baiano, e os conflitos relacionados com essa produção. Além do esforço de compreensão sobre a atuação de distintos agentes sociais nesse processo de produção do espaço no campo – sobretudo o Estado, as empresas e os movimentos sociais – o grupo GeografAR desenvolve pesquisas relacionadas à reforma agrária, aos modos de acesso à terra, à educação no campo, ao trabalho análogo à escravidão e às populações tradicionais.

Na sala do GeografAR, na paisagem de nossa conversa, havia mapas pendurados nas paredes, espacializando mais de 450 pontos de conflitos por terra no estado da Bahia, levantados pelo grupo de pesquisa ao longo de quase duas décadas de trabalhos sobre o campo na Bahia. Pilhas de caixas de documentos e de livros dividiam o pouco espaço físico da sala com uma pequena mesa de madeira, uma bancada ainda menor, também de madeira, e computadores, além de uma mesa antiga de ferro, em tom acinzentado, onde trabalha a professora. Ali um número grande de estudantes de graduação, de mestrado e de doutorado se reveza nas pesquisas e na organização das atividades acadêmicas do grupo, como os seminários periódicos realizados nas dependências do Instituto de Geociências/UFBA, os trabalhos de campo, e as muitas publicações derivadas dessas atividades.

A professora Guiomar Germani me recebeu com o sorriso largo que lhe é característico, demonstrando toda a satisfação de, enfim, termos encontrado um tempo para a nossa conversa. Pedi ainda que eu puxasse uma das cadeiras e arranjasse um jeito de encaixá-la entre a mesa que trabalha e um armário repleto de livros, no pouco espaço físico que sobrava. A entrevista correu por mais de duas horas, interrompida apenas pontualmente, nos momentos em que a professora lembrava as demandas de maior urgência e, por vezes, questionava um de seus orientandos sobre o cumprimento das tarefas, antes que as lembranças lhe fugissem.

Já acomodados em um canto da sala, a professora Guiomar Germani começou narrando a sua aproximação e a sua opção pela ciência geográfica, ou, como ela gosta de dizer, seu batismo e sua crisma na Geografia:

Quanto à minha trajetória, ela... cabe começar por aí, ela é uma trajetória especial. Todas as trajetórias são especiais, não é?! Mas a minha é especial dentro da Geografia, porque eu não sou uma geógrafa pura, como dizem (risos), de ter feito graduação e pós-graduação em Geografia. Eu fiz a minha graduação em Administração de Empresas, na Universidade Estadual de Maringá. [...] E é interessante que, embora eu não tenha feito Geografia, a minha aproximação com a Geografia era muito grande. Eu tinha uma grande amiga, uma amiga de infância, que fazia Geografia, então eu acompanhava todas as atividades da Geografia, todas as excursões de campo da Geografia eu participava, desde as campanhas para arrecadar dinheiro, porque a Universidade não pagava tudo, eu fazia a viagem e eu participava do relatório de campo. Então eu tive, digamos, uma iniciação no curso de Geografia mais livre, uma Geografia mais livre [...] (DEPOIMENTO DE GUIOMAR GERMANI EM 28 DE JULHO DE 2014).

Mais do que as aulas de campo do curso de graduação em Geografia, frequentado pela amiga e que a professora Guiomar Germani acompanhava, ter nascido em uma região de expansão de fronteiras de modernização agrícola e de urbanização intensa parece ter marcado o seu olhar geográfico desde muito cedo, além das aulas com aquele que a professora refere ter sido seu grande professor de Geografia.

“[...] Eu nasci e fui criada em área de expansão de fronteiras, primeiro em Santa Catarina e, depois, no Paraná. Então essa relação com o espaço e com a dinâmica do espaço, uma cidade sendo construída, por exemplo, como Maringá... Eu cheguei a Maringá pequena, mas eu cresci junto com Maringá, uma cidade que para ser construída derrubou tudo que tinha, uma floresta foi derrubada para se construir a cidade. Eu vivi então essa dinâmica e eu acho que isso marca um pouco a vida da gente. Não na formação teórica da Geografia, mas na convivência. E a minha família, a gente viajava muito, e eu digo que o meu grande professor de Geografia foi o meu pai porque ele falava: ‘a estrada velha passava por aqui’, ‘vamos passar depois para a Serra da Papuda’, ‘vamos chegar a tal lugar’. Então essa relação com os elementos da natureza sempre foi muito próxima a mim [...]” (DEPOIMENTO DE GUIOMAR GERMANI EM 28 DE JULHO DE 2014).

Os caminhos da professora Guiomar Germani até a Geografia acadêmica passariam ainda pelo Planejamento, a exemplo de outros tantos de nossos entrevistados, conforme veremos ainda nessa seção, mas os descontentamentos com a rotina nas funções que assumiu por duas ocasiões em que trabalhou no planejamento territorial do estado, logo na sua chegada à Bahia, redefiniriam não só os seus rumos em direção à Universidade, como para o próprio campo disciplinar

geográfico, primeiramente ocupando o cargo de professora substituta e, depois, se efetivando no quadro docente do Departamento de Geografia da UFBA.

Nesse intervalo de tempo, entre os trabalhos que desenvolveu junto ao governo do estado da Bahia e a sua efetivação no quadro docente da UFBA, a professora se candidatou e foi aprovada no curso de Doutorado em Geografia da Universidade de Barcelona, sendo orientada pelo professor Horácio Capel. Os trabalhos de campo com a amiga na infância tiveram para a professora o sentido do seu primeiro curso de Geografia, o segundo viria ao longo do seu doutorado e, o terceiro, na aplicação que se impôs nos preparativos para prova de ingresso no Departamento da UFBA. Foi assim que quando se deu conta, já estava na Geografia.

[...] Não havia completado um ano [de professora substituta na UFBA] e abriu concurso para vaga efetiva. Eu me candidatei. Acho que foi o meu terceiro curso de Geografia, pois os dez pontos foram toda a Geografia. Um mês para preparar dez pontos. Trabalhei pra burro. E no meu concurso estava na banca Carlos Walter Porto-Gonçalves, e eu digo que ele é o meu padrinho de crisma da Geografia. Quando eu dei a aula do concurso, a sala estava cheia de gente... Eu fiz a prova escrita, quando chegou a prova do memorial, eu li o memorial e a banca precisava fazer a arguição, aí o Carlos Walter me vira e fala o seguinte: 'A gente já avaliou a sua prova escrita e a sua prova didática, agora eu quero lembrar que você vai ser professora de Geografia, você vai formar professores de Geografia, você não é formada em Geografia, então a gente tem por obrigação saber do seu compromisso com a Geografia'. E completou: 'Por que você escolheu Geografia?' Eu poderia ter feito várias coisas, mas porque eu escolhi fazer doutorado em Geografia? E daí eu comecei a responder para ele. Conteí que quando eu me dei conta... Conteí minha trajetória para ele, profissional, acadêmica, e cheguei à conclusão que eu não escolhi a Geografia, quando eu me dei conta já estava na Geografia. Não tinha para onde escapar. Foi ótimo eles me sabatinarem, pois o corporativismo na Geografia é muito grande, muito grande. Então fui batizada por Horácio Capel e crismada por Carlos Walter (risos) (DEPOIMENTO DE GUIOMAR GERMANI EM 28 DE JULHO DE 2014).

É interessante notar como as paisagens e os lugares de nossas histórias podem marcar um modo particularmente sensível de percebermos e de nos interessarmos pelas dinâmicas do espaço geográfico. A descoberta da Geografia acadêmica como possibilidade de um conhecimento sobre o mundo a partir de uma perspectiva particular/disciplinar não seria, para muitos de nós, também, uma espécie de rememoração, uma redescoberta de algo que, de algum modo, já conhecíamos (já havíamos sido apresentados) e já nos sentíamos atraídos?

As primeiras palavras da professora Guiomar Germani se assemelham às falas iniciais de outros entrevistados, em alguns de seus aspectos, sobretudo naqueles concernentes às memórias acerca da descoberta da dinâmica do espaço, da importância das aulas de campo para essa descoberta e da influência de professores que, cedo, incentivaram a observação atenta da paisagem, esclarecendo seus elementos e sua formação. Dos exemplos de pesquisadores tomados, ainda na infância, por “inquietações geográficas”, que lhe fizeram se aproximar, mais tarde, do campo disciplinar geográfico, o professor José Bueno Conti tem participado nas quatro últimas décadas da formação de um grande número de professores-pesquisadores atuantes em diversos programas de pós-graduação em Geografia⁵⁴, em diferentes regiões do Brasil.

Em uma sala simples de piso de taco de madeira e de móveis antigos, moldados em ferro, no segundo andar do prédio de Geografia e História da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da USP, próximo a uma das rampas de acesso ao imenso vão livre da FFCHL, nosso encontro se deu no fim da tarde do dia 03 de outubro de 2013 e foi intermediado por um de seus ex-alunos com quem tive contato prévio. O professor Bueno Conti me convidou a entrar na sua sala e pegar uma cadeira, pediu que eu ficasse à vontade e pediu também um pouco mais de explicação sobre os interesses da pesquisa. Sobre sua mesa havia alguns livros e papéis, além de um pequeno globo terrestre de enfeite feito em vidro. Quando lhe disse que se tratava de um estudo sobre as trajetórias e as tendências da Geografia nos programas de pós-graduação na UFBA e na USP, logo situou suas compreensões geográficas em uma história que começa ainda na sua infância, na descoberta das convenções, dos elementos e das dinâmicas da paisagem, e que se desdobraram nas escolhas que o professor fez ao longo de sua vida profissional.

[...] Eu me lembro de um dia a professora ter mostrado para nós, que devíamos ter onze ou doze anos, uma bússola, que eu nunca tinha visto antes, e eu fiquei encantado e eu disse: ‘professora, isso está apontando o norte’. E ela disse que sim. [...] Então no local em que eu vivia, que era uma cidade pequena no interior de São Paulo – chama-se Atibaia – eu queria saber o que estava ao norte, o que estava ao sul, e assim por diante. [...] A cidade fica na região da pré-Mantiqueira, então, por exemplo: ‘Por que a região é morreada?’, ‘O que isso significava também para o clima?’, ‘Por que havia aquela sazonalidade do período seco e do período chuvoso?’. O período chuvoso provocava cheias no rio que passava nas intermediações da cidade... O rio tinha um nome... Rio Atibaia, tributário da Bacia

⁵⁴ Foram orientandos do professor José Bueno Conti, os professores Neyde Gonçalves e Emanuel Fernandes de Jesus, do Programa de Pós-graduação em Geografia da UFBA, e Yuri Tavares Rocha, do Programa de Pós-graduação em Geografia Física da USP.

Tietê. Então, todo ano, naquela época de dezembro/janeiro havia enchentes e eu queria saber por que acontecia sempre naquele mês e não em outra época [...].
(DEPOIMENTO DE JOSÉ BUENO CONTI EM 03 DE OUTUBRO DE 2013).

Do curso científico, equivalente ao atual curso médio do ensino fundamental, o professor Conti recorda a importância que teve uma de suas professoras, egressa do então recente curso de Geografia e História da USP, na descoberta da organização dos elementos do espaço e, assim como a professora Guiomar Germani, o professor Bueno Conti deu destaque na sua fala às aulas de campo como parte fundamental da sua descoberta da própria Geografia.

[...] Tivemos uma professora muito boa que era formada aqui pela USP, e era a nossa professora lá, e ela fazia aulas de campo que me deixavam encantado. Levava a gente para os lugares mais altos e mostrava como eram os caminhos, como se organizava a ocupação da terra... ‘Está vendo que todos os caminhos se organizam em uma direção’? Era na direção da cidade de São Paulo, a capital, [era] o poder de atração das grandes cidades. Aí que eu entendi que a gente poderia interpretar a paisagem e saber o que aquilo queria... E eu fiquei empolgado com a Geografia, não é?! E ela dizia: ‘E isso aqui é só a Geografia local que vocês estão vendo, mas isso vale para todas as outras escalas, até na escala planetária’. Então foi por isso que eu achei que não tinha nada mais interessante de me dedicar aos estudos do que a Geografia. Resumindo a história, foi por isso que eu vim e entrei para a faculdade [...] (DEPOIMENTO DE JOSÉ BUENO CONTI EM 03 DE OUTUBRO DE 2013).

Outros entrevistados também guardam nas suas falas semelhanças com o que expressaram os professores Guiomar Germani e José Bueno Conti, a respeito das motivações encontradas, de modo mais ou menos determinante, nas experiências geográficas que tiveram ainda no ensino fundamental, mediadas por professores que foram responsáveis pelo estímulo a um olhar geográfico mais atento. A professora Ana Fani Alessandri Carlos é um dos exemplos do grupo de entrevistados que narrou a sua chegada à Geografia acadêmica em termos parecidos aos dos outros dois professores, trazendo, contudo, outros elementos complementares definidores de suas escolhas profissionais.

No dia 04 de outubro de 2013, também em um final de tarde, realizamos a entrevista, eu e a professora Ana Fani Carlos. A exemplo de outras salas de professores e de laboratórios de pesquisa em que estive, havia alguns móveis em ferro e em madeira antigos, um padrão comum nas salas dos professores na FFCHL, além de muitos livros e de trabalhos encadernados sobre as

cadeiras e a mesa. Com movimentos constantes que faziam das expressões corporais a continuação das palavras, a professora Ana Fani Carlos iniciou seus relatos se (nos) remetendo também aos anos de estudante secundarista no Colégio de Aplicação da USP.

[...] O Colégio de Aplicação da USP abriu outra perspectiva completamente nova na minha vida, que era o fato de que você toma... Você tem uma participação ativa no seu processo de formação. Então as salas de aula eram pequenas, era o lugar do debate, o lugar da crítica... E eu aprendi desde cedo que a crítica é essencial para o processo do conhecimento, que a crítica não quer dizer destruição do que existe e não é pessoal [...] Mas a crítica se refere a um dos principais comportamentos da Filosofia, que é você criticar, quer dizer, você construir alguma coisa a partir do debate com o outro. É que a gente não cria muita coisa, não é?! Mas tudo que se cria é a partir do debate com o outro. E esse movimento do debate é o movimento da crítica – isso eu aprendi no Colégio de Aplicação da USP. [...] Nesse momento eu trabalhei muito com Literatura, eu tinha uma professora de História maravilhosa, eu fiz teatro e eu tinha um professor de Geografia extremamente estimulante. [...] Então eu me lembro de ler livros do Josué de Castro, do Bresser Pereira, do Caio Prado Jr. ainda no colégio, no clássico [...] (DEPOIMENTO DE ANA FANI ALESSANDRI CARLOS, EM 04 DE OUTUBRO DE 2013).

Segundo a professora Ana Fani Alessandri Carlos, esse foi um momento de muitas dúvidas, já que o seu envolvimento com as Artes, sobretudo com a Literatura, lhe apontava outras possibilidades para a continuação dos estudos. Todavia, os cursos livres de Teatro e de Literatura estrangeira parecem ter abrandado ou resolvido, de algum modo, a sua vontade de desbravar esses outros caminhos acadêmicos possíveis. Sobre sua aproximação com o campo disciplinar geográfico, assim narrou a professora a sua chegada ao curso de graduação em Geografia na Universidade de São Paulo:

[...] Eu acho que o que aconteceu comigo acontece com muitas pessoas: eu não achei nada estimulante. Porque o Colégio de Aplicação tinha sido tão interessante que o que eu estava vendo na Geografia não tinha a mesma motivação. E aí o que apareceu como novo para mim foi a Geologia, e aí eu fui para a Geologia. Eu fui fazer o curso na Geologia e conheci o professor Sérgio Estanislau do Amaral, que tinha um livro de Geologia, era um grande geólogo, e eu me apaixonei por aquilo... E aí eu comecei a trabalhar com ele. Então eu ia às discussões da Geologia, eu freqüentava a casa dele... Eu tenho um martelo. Quer ver o meu martelo? Aqui está o meu martelo. Meu pai fez esse martelo para mim. Até hoje eu tenho o martelo [...] (DEPOIMENTO DE ANA FANI ALESSANDRI CARLOS, EM 04 DE OUTUBRO DE 2013).

Enquanto a professora abria a gaveta da mesa em que trabalha para mostrar o martelo feito pelo seu pai e com o qual seguia para as excursões de campo juntamente com os estudantes e os

professores do curso de Geologia, lembrava o seu interesse e a sua ligação com as disciplinas da subárea da Geografia Física. Trata-se de uma curiosidade que também permeia a história de outros estudantes que mais tarde se destacariam como professores do Programa de Pós-graduação em Geografia Humana da USP, a exemplo de Antônio Carlos Robert Moraes e de Wanderley Messias da Costa, que fizeram iniciação científica com o professor Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro, em climatologia (OLIVEIRA, 2000; MORAES, 2000). Já a aproximação da professora Ana Fani Alessandri Carlos foi mesmo com as disciplinas “da terra”.

[...] Então eu cheguei para o professor Queiroz e disse: ‘você me aceita para ser sua orientanda de iniciação científica’? E ele disse: ‘Não!’ ‘Mas como não’? Eu disse. ‘Eu sou ótima aluna!’ ‘Porque você vem do Colégio de Aplicação, e quem vem do Colégio de Aplicação tem as melhores condições do mundo para fazer Geografia humana’. Aí eu fiquei tão furiosa com ele, que falei: ‘tá, vou fazer Geografia humana!’ (risos) [...] A gente vinha dia de sábado discutir com o professor e aí se abriu todo um universo para se discutir teoria e método em Geografia. A gente comprou uns livros de metodologia e começamos a trabalhar, e com filósofos, evidentemente, e começamos a trabalhar nesse nível da epistemologia da Geografia durante algum tempo. [...] Quando eu me formei, eu fui chorar na sala dos professores: ‘professores, eu fiquei um tempão aqui, eu não sei nada de Geografia, eu não sei o que é esse tal de espaço geográfico’ (risos). Isso era em (19)76, (19)75 (?). Eu não sabia nada sobre espaço geográfico [...]. E me disseram: ‘minha filha’... – e esse é o meu lema até hoje – ‘minha filha, no dia que você achar que sabe alguma coisa você está morta, então essa sua sensação de que você não sabe nada é um ótimo estimulante para você se abrir para outras coisas’ (DEPOIMENTO DE ANA FANI ALESSANDRI CARLOS, EM 04 DE OUTUBRO DE 2013).

Além das experiências e das reminiscências da época de estudante secundarista, chama a atenção na fala da professora Ana Fani Carlos a importância do exercício do debate no seu processo formativo, lhe acompanhando até o ingresso e continuação na pós-graduação em Geografia Humana. O debate, aliás, é elemento marcante também na narrativa da professora Guiomar Germani sobre os anos de formação na Universidade, sobretudo no primeiro curso de pós-graduação que frequentou na década de 1970, momento de acesso às novas leituras trazidas pelos seus professores, a partir de suas experiências internacionais, sobretudo na França. Datam desse momento os primeiros contatos e pesquisas da professora Guiomar Germani com autores dedicados à questão urbana, como Henri Lefebvre e Manuel Castells, embora o desenvolvimento dos seus trabalhos tenha tomado, mais tarde, o rumo das investigações referentes às dinâmicas socioespaciais do campo (DEPOIMENTO DE GUIOMAR GERMANI EM 28 DE JULHO DE 2014).

Certo é que as primeiras palavras narradas pelos três professores, Guiomar Germani, Ana Fani Carlos e José Bueno Conti, assim como as falas de outros entrevistados, apontam elementos sobre as bases teórico-metodológicas que marcariam, anos depois, com mais força, os seus trabalhos. Contudo, nesta seção, os trechos de falas apresentados foram escolhidos por situar o início das inquietações ou descobertas geográficas de alguns dos entrevistados ainda nos primeiros anos de formação, na educação básica, o que evidenciou a importância da figura de seus primeiros professores de Geografia, além das experiências das aulas de campo e de suas primeiras leituras geográficas (as dos livros e as das paisagens). Essas foram questões colocadas também por alguns dos estudantes entrevistados, embora de forma bem mais concisa⁵⁵. Todavia, a maior parte dos relatos, de professores e de estudantes, fixa mesmo o seu início logo no contato com a Geografia acadêmica, apresentando, conforme foi dito, elementos de interpretação sobre suas vinculações teórico-conceituais.

Mas essa relação entre a(s) Geografia(s) que se ensina(m) e as experiências de apreensão teórica ou empírica das dinâmicas, primeiro da paisagem e, depois, do espaço, mediadas pela figura de um ou mais professores, não se resumiu, na fala dos entrevistados, aos primeiros anos de sua educação formal. Há exemplos de relatos que atribuem ainda a alguns professores papel central nas escolhas pela Geografia como perspectiva profissional e acadêmica de interpretação do mundo. Os professores Emanuel Fernando Reis de Jesus, Neyde Gonçalves, Maria Auxiliadora da Silva, Marco Antônio Tomasoni e Wendel Henrique foram alguns dos entrevistados que citaram a participação de professores, nos seus respectivos processos formativos, como um importante elemento definidor das motivações para suas escolhas sobre a Geografia e (ou) sobre os caminhos na pós-graduação em Geografia.

O professor Angelo Serpa também engrossa o coro dos que fazem referência à influência marcante e decisiva de alguns professores na sua decisão de abraçar a Geografia como perspectiva acadêmica de compreensão do mundo. Nos encontramos para a entrevista na sua sala

⁵⁵ O modo como foram estruturadas as entrevistas possibilitaram, de fato, aos professores, uma maior lembrança da fase de suas vidas vinculada à educação básica. Aos estudantes, os questionamentos gravitavam mais em torno do próprio curso de pós-graduação.

de trabalho, no Instituto de Geociências da UFBA. Uma sala com móveis simples e de dimensões razoáveis, essa é uma primeira imagem que se tem da sala do professor Serpa. Um filtro d'água e uma pequena mesa com um computador e uma impressora dividiam ainda o espaço com a mesa de trabalho e um pequeno armário de ferro cheio de livros e de exemplares de dissertações e de teses.

Um banco de madeira me serviu de apoio, parecia mais alto e que ficaria mais à vontade do que nas cadeiras de acolchoados pretos que completavam o mobiliário. Havia painéis de divulgação de resultados de pesquisas expostos nas paredes, referentes a trabalhos realizados ao longo de quase duas décadas, pelos grupos de pesquisa que coordena, o Espaço Livre de Pesquisa-Ação e o Territórios da Cultura Popular, que versam, sobretudo, sobre práticas culturais em bairros populares e apropriação do espaço público em Salvador e, mais recentemente, no interior do estado da Bahia.

O professor sentou-se à mesa ainda mantendo certo ar de dúvida. Na condição de orientador da pesquisa, o professor Serpa, inicialmente, evitou a entrevista. Pensava que a posição dos agentes no campo científico/disciplinar (orientador e orientando), como diria Bourdieu, poderia trazer algum tipo de prejuízo à espontaneidade desejada em uma entrevista. Creio que o professor Serpa se esforçou de algum modo em exercitar a Fenomenologia que ensina em sala de aula, pondo a história, ou, pelo menos, uma parte possível da história, “em suspensão”, se afastando dos “*a priori*”, como exercício hermenêutico. Falou como se falasse a qualquer outro aluno que não fosse um de seus orientandos.

Diferentes dos outros entrevistados, o professor Serpa não fixou suas primeiras palavras no início de sua vida acadêmica e (ou) profissional, mas, em um movimento de digressão, partiu da simbologia do título de professor Titular, que recebeu no ano de 2012, como marco de legitimação de uma carreira que iniciara fora do campo disciplinar geográfico.

[...] Então eu acho que um dos momentos mais marcantes foi justamente esse concurso para professor Titular numa Universidade em que a área de Geografia foi consolidada a partir de uma iniciativa... De algumas iniciativas. Mas me parece que aquele convite formulado lá atrás, pelo Reitor Edgard Santos, ao professor Milton Santos, foi decisivo para a história desse Departamento e para a história da Geografia na Bahia, enquanto área disciplinar, e que o professor Milton Santos

tentou fazer concurso para Geografia Humana [...] e que ele jamais conseguiu fazer esse concurso. Isso é algo que me orgulhou muito, por estar ocupando uma vaga que, acredito, é de direito do professor Milton e que ele nunca foi professor Titular de Geografia Humana desta Universidade porque esta Universidade não lhe deu a chance de sê-lo [...] (DEPOIMENTO DE ANGELO SERPA EM 29 DE ABRIL DE 2015).

O professor Serpa seguiu contando ainda sobre o seu doutorado na Áustria, na *Universitaet Fuer Bodenkultur Wien*, e o seu retorno ao Brasil, precisamente para a Faculdade de Arquitetura da USP, onde permaneceu por algum tempo como bolsista recém-doutor. Foi nesse momento que o professor estreitou ainda mais uma aproximação que havia começado, já no seu doutorado, com autores e com a disciplina Geografia, se submetendo, em seguida, ao concurso para preenchimento da vaga de professor adjunto de Geografia Regional no Departamento da UFBA, em Salvador. Seu interesse teórico pelo planejamento regional, mas, sobretudo, pela categoria paisagem, alinhavou um percurso que se iniciou em uma formação interdisciplinar, no Planejamento, e que se definiu, anos mais tarde, por uma opção disciplinar lhe levando à condição de professor Titular de Geografia Humana.

No início da fala do professor Serpa, as primeiras referências a um professor se concentram mesmo na figura do geógrafo Milton Santos, mas não cessaram por aí. As referências a Milton Santos continuaram ao longo da entrevista, contudo, dividindo espaço com outros dois acadêmicos a quem o professor Serpa atribui uma influência determinante sobre as suas escolhas profissionais. Além do professor Milton Santos, foram também fundamentais nos seus percursos acadêmico e geográfico o professor Paul Claval, ex-coordenador e fundador do laboratório *Espaces, Nature et Culture* da Universidade de Paris IV, onde o professor Serpa desenvolveu um de seus estágios de pós-doutoramento e onde atua ainda hoje como pesquisador colaborador, além do reitor Felipe Serpa.

[...] Foi um tempo em que eu me apropriei muito de clássicos da Geografia, muito por ser instigado por ele [Milton Santos]. Ele dizia: 'Você está aqui [na USP], essa biblioteca tem todos os clássicos, você lê alemão, você lê francês, você lê inglês, aproveite seu tempo aqui, além da pesquisa que você está fazendo, para se preparar para o concurso'. Bom, ele acabou sendo presidente da banca do concurso, e ele, apesar desse contato, apesar de alguma amizade que surgiu aí, era sempre muito formal. [...] Bom, aí eu vim e fiz o concurso, e o Mestrado em Geografia havia acabado de ser criado [...] Então esse momento me animou, acho que esse momento foi muito importante, de volta para a Bahia, a legitimação desse concurso de

Geografia Regional que não foi simples [...], eu não fui poupado pelo professor Milton em nenhum momento, todo o rigor dele estava ali presente [...] (DEPOIMENTO DE ANGELO SERPA EM 29 DE ABRIL DE 2015).

Nesse momento, assim como fez a professora Ana Fani Carlos, o professor Serpa também se levantou da cadeira para abrir o armário de ferro e pegar um objeto que considera emblemático de seu percurso na Geografia. Dessa vez não foi o martelo de campo, mas sim um livro de Milton Santos onde está grafada uma dedicatória do eminente geógrafo fazendo alusão à semelhança de ambos não terem tido uma iniciação formal na Geografia (graduação) e ao esforço necessário por parte de ambos à legitimação de seus trabalhos perante aos pares do campo disciplinar geográfico.

[...] Eu me sinto, na Geografia... Eu me sinto vindo para a Geografia pelas mãos de Milton Santos, era isso que eu queria dizer. É quase como se ele tivesse sido o meu tutor, foi quem me emprestou legitimidade, e isso, para mim, é uma responsabilidade enorme (com ênfase). E pode ser uma visão equivocada de minha parte também, emotiva, não sei... Mas não me parece muito comum no perfil do professor Milton Santos... Isso sempre me intrigou um pouco, onde é que ele viu esse potencial [...]. O contato com o professor Claval foi muito importante também para legitimar o meu trabalho, o trabalho do grupo de pesquisa, o trabalho de orientação na Universidade, tanto aqui como na França. Eu tinha experiência com países de língua alemã, então foi importante essa experiência na França, por um ano, e a partir daí houve um aprofundamento maior desse interesse pela Fenomenologia, dessa relação entre Dialética e Fenomenologia, tudo isso acontece nesse momento [...]. Aí eu quero citar outro personagem. É um personagem ao mesmo tempo afetivo, mas é um personagem muito importante para eu compreender o que é a Universidade e porque eu queria isso para a minha vida... Que é o meu pai. Meu pai na época que eu voltei, ele ainda era reitor da Universidade, ele dizia para mim que não queria de jeito nenhum que eu fosse para São Paulo, minha ideia inicial era tentar concurso na USP, seja na FAUSP, seja nas Ciências Humanas, e ele sempre dizia que a Bahia precisava muito mais de mim do que São Paulo, de que a UFBA estava vivendo um grande momento, e estava mesmo, naquela época, ainda que com muita dificuldade orçamentária. A dificuldade orçamentária não é o principal problema da UFBA, ou das Universidades Federais, é um problemão, mas não é o principal. Antes havia uma ebulição, havia menos pressão do que a gente tem hoje, as demandas talvez fossem menores, isso dava uma sensação de que você tinha mais tempo para pensar, para dialogar com os pares, havia um clima de Universidade – estou falando de 1995-1996 – que se degradou rapidamente [...] (DEPOIMENTO DE ANGELO SERPA EM 29 DE ABRIL DE 2015).

Outros pesquisadores com quem conversei seguiram caminho similar, destacando as influências de alguns acadêmicos em suas trajetórias na Geografia. Dentre os entrevistados que situaram seu

contato com o campo disciplinar e com a pós-graduação em Geografia pondo em evidência a participação marcante de alguns de seus professores, a professora Maria Adélia de Souza fez questão de relembrar na nossa conversa-entrevista a importância que tiveram na sua vida acadêmica alguns dos mais notáveis teóricos da ciência geográfica e de ciências correlatas, além da Filosofia, em um claro gesto de admiração e de gratidão em relação a esses seus professores.

No dia 02 de outubro de 2013, ainda pela manhã, por algum motivo que não recorro, cheguei muito cedo ao prédio da FFCHL/USP. A movimentação no Departamento e na Secretaria da Pós-graduação em Geografia da USP costuma ser mais intensa nos turnos da tarde e da noite, diferente da UFBA. Os professores também pareciam estar mais presentes nas suas salas e nos laboratórios nesses dois turnos. Ao chegar ao meio do vão livre do prédio, talvez por volta de 08h30min da manhã, avistei a professora Maria Adélia de Sousa tomando um café na cantina, cercada por um bom número de estudantes. Eles conversavam e riam.

A professora Maria Adélia estava na Universidade para um dia de seminários e de orientação coletiva com o seu grupo de orientandos. Já havia um contato prévio entre nós, mas eu não esperava encontrá-la naquele momento. Timidamente, me aproximei e fui falar com ela. Depois de uma breve conversa, a professora pediu que eu fosse à sala em que estaria trabalhando no final da tarde. Pontualmente, às 17:00 horas, bati à sua porta. Os seminários haviam acabado de terminar e a professora pediu aos estudantes ainda presentes que nos deixassem um pouco a sós. As mesas estavam arrumadas de modo retangular, com carteiras dispostas ao redor. Sentei-me próximo à professora e relembrei-lhe o motivo da entrevista, a professora então iniciou sua fala discorrendo sobre o seu começo na Geografia acadêmica:

Eu entrei na USP para fazer Geografia em 1959, terminei meu curso de graduação, bacharelado e licenciatura, em 1962 e, nessa trajetória, na graduação, eu começo muito apaixonada pela geomorfologia. Depois, pela biogeografia, até fazer um trabalho de campo com a professora Nice Lecoque Muller, quando eu passei a me encantar pela [Geografia] urbana. E desde o curso de graduação, durante largos anos, cerca de quase quarenta anos de minha vida eu vou me dedicar exclusivamente à Geografia urbana e ao Planejamento urbano. Para ter essa competência, ainda na contextualização da minha formação profissional, eu me formo em [19]62 e em [19]63 eu vou para Paris fazer aquilo que na época se chamava Diploma de Estudos Superiores, porque aqui no Brasil não existia ainda a pós-graduação. E eu fui muito motivada a fazer esse diploma na França por um estágio que eu comecei a fazer no meu terceiro ano de graduação, numa Sociedade fundada pelos padres dominicanos

na França e que tinha um braço aqui no Brasil, Sociedade essa liderada pelo padre Lebret, que é um dos fundadores das questões do planejamento territorial na França e aqui no Brasil. A influência do padre Lebret na formação dos planejadores urbanos brasileiros, tanto aqui em São Paulo quanto no Nordeste, especialmente em Pernambuco, foi muito grande. Então eu fiz esse estágio, nessa Sociedade, que se chamava SAGMACS [Sociedades de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais], que fez muitos planos e foi pioneiríssima na feitura de planos e planejamentos urbanos e regionais no Brasil. Então, bebendo dessas águas, que eu monto esse contexto da minha formação profissional, que depois vai evoluindo, eu vou fazer esse Diploma de Estudos Superiores, que corresponde ao Mestrado, tanto é que esse título aqui na USP foi reconhecido como Mestrado. Eu tive que traduzir o trabalho, fazer uma nova arguição, mas esse título, esse Diploma de Estudos Superiores, em Economia e Sociologia, que eu recebo na França, aqui na USP virou Mestrado em Geografia Humana. Esse Diploma eu fiz lá em Paris, sob a orientação do professor Celso Furtado. Eu sempre transitei, como geógrafa, multidisciplinarmente. Eu sempre trabalhei, fui orientada, por não geógrafos. Isso que eu acho que me dá uma facilidade maior para entender a Geografia, porque eu fui testada durante toda a minha vida profissional, tanto na Academia quanto trabalhando em instituições ligadas ao planejamento brasileiro. Eu sempre tive que ter muita firmeza na defesa dos argumentos geográficos do meu trabalho. Então eu sou uma geógrafa-planejadora, e exerci essa coisa ensinando Geografia para arquitetos durante quatorze anos, na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP e, depois, vim para a Geografia da USP, em 1982, de braços dados com Milton [Santos], quando o professor Milton Santos vira professor Titular aqui e eu decidi sair da FAU e vir para a Geografia para nos juntarmos e realizarmos um projeto estratégico de reerguimento da Geografia brasileira que fizemos juntos, e acho que fomos muito bem sucedidos [...] (DEPOIMENTO DE MARIA ADÉLIA DE SOUZA EM 02 DE OUTUBRO DE 2013).

Durante os trabalhos de campo, ao longo da realização das entrevistas, foi interessante notar que a passagem profissional pelo Planejamento urbano e regional é um elemento não só de similaridades entre um número significativo dos professores entrevistados, a exemplo de Guiomar Germani, José Bueno Conti, Pedro Vasconcelos, Angelo Serpa, Emanuel Reis de Jesus, Marco Antônio Tomasoni, Dária Cardoso e outros, além da própria professora Maria Adélia de Souza, como também se constitui como experiência basilar na construção e (ou na) assimilação de perspectivas teórico-metodológicas em suas trajetórias acadêmicas.

Na trajetória desses professores, o Planejamento acompanha ou foi substituído, em algum momento, pela dedicação exclusiva à Academia. A possibilidade de mais tempo para as pesquisas, de maior autonomia de trabalho e do exercício da docência parecem ter sido fatores

determinantes na escolha da Universidade em detrimento dos órgãos de Estado dedicados ao planejamento e à gestão dos territórios.

As primeiras experiências geográficas ainda na educação básica, a participação de alguns professores que marcaram um modo particularmente sensível de observação das dinâmicas espaciais associado às aulas de campo, além de, no caso de alguns, uma passagem (ou permanência) no exercício do planejamento e da gestão dos territórios, figuram como os elementos transversais nas falas destes que assumiram a Geografia como vida profissional e como via acadêmica de compreensão do mundo.

A intenção primeira dessa seção foi mesmo a de compreender motivações correntes que levaram boa parte dos entrevistados a optarem pela disciplina Geografia na sua vida profissional e como modo de compreensão do mundo. O trabalho desta e das próximas seções é o de apresentar pontos de aproximação, convergência ou divergência na maioria dos relatos, exemplificando com algumas falas tidas como emblemáticas essas relações. Nos próximos tópicos, outras tantas falas, de diferentes entrevistados, nos aproximam da compreensão dos lugares dos cursos de Pós-graduação em Geografia da UFBA e da USP, suas histórias e seus direcionamentos teórico-metodológicos.

4.2 Sobre direcionamentos teórico-metodológicos

O segundo eixo das entrevistas versava sobre os direcionamentos teórico-metodológicos que têm norteado os trabalhos dos pesquisadores entrevistados. Desejava saber a respeito das principais referências sobre as quais apóiam suas construções teóricas e verificações empíricas. O objetivo era o de apreender os eixos centrais em termos de teoria e método, deixando de lado particularidades ou certo nível de detalhamento mais minucioso relacionados às leituras que diferenciam a produção acadêmica dos entrevistados, podendo ser muito distintas entre si, ou, eventualmente, se aproximar sob um mesmo esteio teórico, metodológico e conceitual. A ideia também não era enrijecer nem criar “rótulos” que neguem o próprio movimento de realização do trabalho acadêmico com suas assimilações e refutações, continuidades e descontinuidades no

tempo, mas observar grandes linhas teórico-metodológicas a partir da análise das entrevistas e, quando necessário, de outros textos complementares.

O período que se estende de meados do século XIX até a primeira metade do século XX foi marcado, segundo Milton Santos (2006a), pela consolidação de técnicas que revolucionaram o sentido do espaço-tempo no mundo. Essas técnicas, ou sistemas técnicos, para melhor dizer, articulados/condicionados a/por movimentos políticos (consolidação do Estado-moderno, criação de grandes impérios coloniais, etc.), iniciaram um processo mais agudo de relacionamento multi-escalar entre economia e política, que culminou, na segunda metade do século XX, na chamada globalização. Esse desenvolvimento técnico e sua inserção nos territórios foram responsáveis por uma reestruturação espacial em escala planetária, modificando não só as formas espaciais, mas as próprias relações entre os homens e entre os lugares (SANTOS, 2006a).

Em escala nacional, particularmente, a realização desses eventos e a incidência desses vetores foram responsáveis por uma maior complexificação do espaço geográfico, pela conformação de uma nova situação geográfica mediada por um adensamento técnico fixado de modo combinado e desigual no próprio território brasileiro e por mudanças na vida social, sobretudo no tocante à urbanização intensa que a população brasileira experimentou a partir da segunda metade do século XX. O modo como se deu a realização e a incidência desses eventos e desses vetores, respectivamente, seja em escala global ou em escala nacional, atribuiu ao espaço geográfico o que muitos autores denominaram de caráter fragmentário/fragmentado, ou, simplesmente, produziu uma fragmentação espacial (SANTOS, 2006a).

É também sob os termos de um ciclo fragmentário, iniciado nos anos 1940, que o professor Ruy Moreira (2010b, p. 81) observa o próprio movimento epistemológico da Geografia. Sobre o esforço dos geógrafos brasileiros em compreenderem os processos em curso, Ruy Moreira fala em duas ondas de renovação na ciência geográfica no Brasil (aproximadamente entre 1940/1950 e 1970/1980), nas quais acredita haver um “fio” de transversalidade em que trabalhos de professores-pesquisadores expoentes do campo disciplinar geográfico se ligam, na trama teórico-metodológica que desenvolveram, a fim de não perderem a ideia e a prática da integralidade herdadas dos autores clássicos da Geografia.

Há um certo clamor por uma visão geral e mais integrada da Geografia nessas duas ondas. E que se expressa em dois sinais. De um lado, a ideia de integração que Lacoste vai designar projeto unitário. De outro, a ideia de umnexo aglutinador do todo unitário que seja na Geografia ativa, seja na 'new Geography', seja nas correntes dos anos 1970 converge epistemicamente para a categoria do espaço. No Brasil, esse é um tema que vem combinado a outro, mais nacional e mais histórico. O de uma Geografia que se combine numa unidade, ao mesmo tempo que dê origem a uma teoria geral de Brasil. É com essa característica que desde os anos 1940 a ideia de integração atravessa o pensamento geográfico brasileiro (MOREIRA, 2010b, p.81).

Se a ideia e a prática da integração estiveram presentes de modo afirmativo na leitura de um mundo mais orgânico, de relações que se bastavam nos lugares, onde as escalas geográficas de origem e as escalas geográficas de impacto dos eventos e dos vetores não variavam/divergiam muito (SANTOS, 2006a), elas reaparecem intencionadas de diferentes modos nas leituras geográficas que se seguem aos ciclos fragmentários, de que fala Ruy Moreira (2010b). A leitura sobre a relação sociedade-natureza toma, assim, novos contornos. Se a relação é integrada, se ela é mediada pelos sistemas técnicos, compreendida pela ação do trabalho no espaço-tempo ou vista como paradoxo epistemológico, é o que será discutido a partir de agora.

Os esclarecimentos do professor Ruy Moreira colaboram com o esforço de traçar linhas gerais sobre os direcionamentos teórico-metodológicos dos entrevistados, pois se trata de direcionamentos que são tributários, em algum aspecto, do esforço unitário (MOREIRA, 2010a). A reestruturação espacial em escala planetária, em suas distintas fases, e a inserção do Brasil na modernização de maneira tardia, porém intensa, colocou um problema central para a Geografia: a necessidade de acompanhar o movimento em curso, mais agudo e mais complexo, levou à comunidade geográfica a, paulatinamente, questionar a concepção de ciência de síntese, ponte entre a *physis* e o mundo produto humano, ou entre a superfície da Terra e o espaço, como distinguira Kant (MOREIRA, 2010a, 2010b).

Uma espécie de mal-estar traz no seu decurso uma dimensão política e outra epistemológica, muitas vezes confundidas e possíveis de serem separadas apenas sob uma perspectiva didática. Uma dimensão política, posto que, no processo contínuo de afirmação dos saberes parcelares, a especificidade da conjugação sociedade-natureza apareceu sempre como um elemento de distinção, portanto um trunfo de legitimação frente às outras disciplinas no campo científico. Mas a especificidade trouxe também, no confronto das ideias com outras áreas do conhecimento, um

desconforto de ordem epistemológica, perpassando, inevitavelmente, pelo método da disciplina e pela ontologia do ser do espaço (MOREIRA, 2010a, 2010b).

A simbiose Geografia-História, que ajudou a sustentar a coerência metódica dos autores clássicos (LIRA, 2014), também viu seus alicerces ruídos pelos movimentos de segmentação e de especialização do conhecimento. A Geografia no Brasil acompanhou a tendência mundial a partir do final da década de 1930, pedindo o “divórcio” e se afastando da História na década de 1950, ainda que enfrentando resistência por parte dos primeiros catedráticos que aportaram nas Universidades do sul do país (SEABRA, 2008; MACHADO, 2009). Uma reaproximação apenas se daria duas décadas mais tarde, em uma espécie de resgate de método, tendo como influência central a obra *Por uma Geografia Nova*, de Milton Santos (MOREIRA, 2010a).

Como que num repente, a noção da historicidade do espaço é internalizada na geografia e o conceito de espaço geográfico ganha nova cara. [...] Milton Santos submete o discurso geográfico a uma completa releitura. E isso numa extensão que vai da crítica epistemológica à teoria do objeto. [...] Os pensamentos neopositivista e estruturalista são hegemônicos no meio intelectual nesse tempo. [...] Na geografia neopositivista, a morte da história dera-se na forma da redução do espaço a um mero discurso de pontos e linhas. A uma ideia de espaço só com forma, despojado de conteúdo. Fala-se nela de pontos, querendo-se falar de cidade. E fala-se de linhas, querendo-se falar de rede e fluxos de transportes. O que, todavia, é a cidade e o que é a rede de transporte, o que exprimem como forma de realização da história, disso não se cogita. A visão estruturalista do espaço como instância trazida à geografia por Milton Santos oferece o elemento essencial à crítica da abordagem neopositivista, embora nela o sujeito da história, contraditoriamente, seja sublimado (MOREIRA, 2010a, p. 27-28).

Esse foi um dos períodos de renovação teórico-metodológica pela qual passou a Geografia, polarizada pelo materialismo histórico e dialético, mas que se constituiu, em verdade, em um movimento marcado por uma diversidade de concepções sobre a Geografia, submetendo alguns temas a uma profunda releitura ao passo em que outras questões, também caras à Geografia, foram esquecidas ou a elas foi dispensado pouca atenção, a exemplo da linguagem cartográfica. Mas não foi apenas o método o que esteve em jogo. O próprio objeto da Geografia se apresentava como elemento das contendas acadêmicas (MOREIRA, 2010a).

No bojo desse processo, coincidem em alguns aspectos as leituras que fazem Milton Santos e Ruy Moreira sobre a natureza do espaço geográfico, esse produto social. Os pressupostos de que o espaço é história, de que a história se realiza no espaço e de que a Geografia se assenta sobre um objeto historicamente determinado, fazem da Geografia uma ciência social, segundo o

professor Ruy Moreira (2010a). Os objetos que compõem o espaço de modo sistêmico, com suas formas-conteúdos, têm os seus significados, valores e potencialidades determinados pela totalidade social da qual fazem parte, em um contexto histórico específico (MOREIRA, 2010a, SANTOS, 2006a).

Tendo por objeto uma categoria de caráter social, o caráter científico da Geografia fica determinado pelo caráter do seu objeto. Ora, o espaço é essencialmente um ente social. [...] O espaço não é suporte, substrato ou receptáculo das ações humanas. E não se confunde com a base física. O espaço geográfico é um espaço produzido. Nele a natureza não é mera base ou parte integrante. É uma condição concreta de sua produção social. E isso porque a natureza é uma condição concreta da existência social dos homens. Conquanto a “primeira natureza” não seja o espaço geográfico, não há espaço geográfico sem ela (MOREIRA, 2010a, p. 64-65).

Não é objetivo aqui esmiuçar tal compreensão sobre a natureza do espaço geográfico (essa que é uma dentre outras tantas possíveis), nem o texto caminhará por um percurso de também esquadrihar as divergências de concepções sobre a Geografia e sobre a existência de um objeto da Geografia, particularmente nas duas ondas ou movimentos de renovação vividos pela disciplina no Brasil⁵⁶, que aponta Ruy Moreira. Essas questões serão analisadas no momento em que as falas dos entrevistados nos convidarem a pensarmos um pouco mais sobre elas. O objetivo é mesmo o de demonstrar, em primeiro lugar, que o campo disciplinar sentiu as transformações em curso no espaço-tempo, da escala global à escala local, o que forçou a Geografia, particularmente no Brasil, a uma releitura de si, questionando as suas “lentes” de observação do mundo. E, depois, é preciso ressaltar a compreensão de que uma pluralidade de concepções emergiu como proposta dessa releitura.

É nessa pluralidade que Ruy Moreira (2010b) enxerga e localiza a busca por uma teoria geral na Geografia no Brasil em autores como Aziz Ab’Saber (ciclos de tempo e ciclos de espaço, na Teoria dos redutos-refúgios, conformando unidades morfoclimáticas e biogeográficas nas quais habitam as populações), Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro (Teoria clima urbano, denotando atenção particular à ação do homem, na produção da cidade, sobre as transformações

⁵⁶ Sobre os processos de renovação da Geografia no Brasil recomenda-se a leitura de SCARIM, P. C. **Coetâneos da crítica**. Contribuição ao estudo do movimento de renovação da geografia brasileira. [Dissertação de Mestrado]. São Paulo: DG/FFLCH/USP, 2000; SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo. EDUSP, 2008; MOREIRA, R. **Para onde vai o pensamento geográfico?** São Paulo. Ed. Contexto, 2006; MOREIRA, R. **Pensar e ser em Geografia**. São Paulo, Ed. Contexto, 2010; MOREIRA, R. **O pensamento geográfico brasileiro 1** – as matrizes clássicas originárias. São Paulo, Ed. Contexto, 2008; MOREIRA, R. **O pensamento geográfico brasileiro 3** – as matrizes brasileiras. Ed. Contexto, 2010, dentre outros.

do clima), Milton Santos (Teoria tempo-espaço: a gênese e a genealogia do espaço dadas pela historicidade de suas formas-conteúdos) e Armando Correa da Silva (a Geossociabilidade do ser na história), para ficarmos somente com alguns autores que passaram pela USP e (ou) pela UFBA, influenciando as pesquisas nos seus programas de pós-graduação até a atualidade, deixando de lado outros esforços de integração realizados no Brasil. Os modelos explicativos, para Ruy Moreira (2010b), revelam, em última instância, a herança kantiana na Geografia.

[...] É com Kant que a superfície terrestre entra na teoria geográfica como fenomênica e o espaço como base abstrata de ordem dos arranjos. Por um tempo essas duas categorias andaram juntas e como um só eixo, até que se separaram em eixos diferentes e ao fim o espaço suprime a superfície terrestre como tema e eixo da Geografia [...] (MOREIRA, 2010b, p. 144).

Essa compartimentação que se observa no campo disciplinar geográfico, denominada também por Ruy Moreira (2010b) de ciclo fragmentário, expressão da lógica industrial e das divisões social e intelectual do trabalho, que emerge no Brasil com a Modernidade tardia em que o país se insere (1930/1940), se vê questionada, ainda segundo o professor Moreira, mais fortemente após a crise ecológica que despontou no mundo nos anos 1970, pondo em dúvida as práticas explicativas deslocadas exclusivamente para uma ou para outra dessas duas categorias – superfície terrestre e espaço. É nesse movimento que as ondas de renovação se realizam primeiro nos anos 1940/50 e, mais tarde, nos anos 1970/80, de onde os esforços teóricos citados nessa seção são expressões autênticas.

A essas duas gerações segue-se outra, em um movimento que combina assimilações, negações e (ou) superações sobre as bases das pesquisas geográficas no Brasil, revelando uma ligação (influência) na produção acadêmica que desenvolvem e que se revelam tributárias, em alguma medida, das construções teórico-metodológicas de autores que pensaram/produziram a Geografia nos seus momentos de inflexões epistemológicas.

As conversas com os entrevistados caminharam por aí. Como numa aula, o aprendizado veio das observações que fizeram colegas e professores, agora sobre os aportes teórico-metodológicos de suas práticas investigativas na Geografia. Foi de um estudante de doutorado da UFBA que vieram algumas importantes questões esclarecedoras sobre o momento da ciência geográfica na atualidade, a partir de sua leitura referenciada no transcurso histórico da disciplina. Um estudante

um tanto diferenciado, é verdade. Diferenciado diante desse novo contexto em que se ingressa muito cedo, muito jovem, nos cursos de pós-graduação, às vezes com algum prejuízo no tocante ao processo formativo.

Cursando doutorado em Geografia na UFBA na fase de realização das entrevistas desta tese, o professor Claudemiro Ferreira da Cruz Neto, do Departamento de Geografia da UFBA, caminhou por uma leitura que reafirmou as indicações do professor Ruy Moreira (2010b). A entrevista, na verdade, serviu como uma espécie de formalização das muitas conversas que tínhamos constantemente na UFBA. A entrevista ocorreu na sala em que ocupa do prédio de Geociências da UFBA, uma sala simples, como as outras vinculadas aos cursos de Geografia: uma mesa, duas cadeiras e uma pequena bancada, além de um armário de ferro – esse sim, com algumas preciosas raridades geográficas: livros e textos, alguns com os quais fui até presenteado pelo professor Claudemiro, entusiasta da minha pesquisa.

A minha vida profissional toda foi dentro da Geografia, então, eu assisti a Geografia dos últimos trinta anos passar, e eu considero hoje um momento excepcionalmente favorável, porque eu vejo uma diversidade, uma pluralidade teórico-metodológica como eu nunca vi antes. A história do pensamento geográfico é a história da hegemonia de uma determinada corrente do pensamento sobre as demais. Subordinando, subjugando as demais perspectivas, não é? Hoje isso não é o que se dá. Hoje você tem, de um lado, essa diversidade, que é muito interessante, porque permite um espectro muito largo no campo da filiação filosófica, o que vai implicar em uma diversidade muito grande de metodologias de pesquisas e que tem um segundo aspecto que eu considero importante que é a qualidade [...]. Então, você tem, de um lado, um leque de perspectivas e, de outro, uma qualificação cada vez maior dentro desse leque de perspectivas. As pessoas hoje são obrigadas a dialogar sobre os seus fundamentos de pesquisa. Então, diante da diversidade elas não podem mais se ancorar em determinados paradigmas para se justificar. Elas têm que ir, na medida do possível, apresentar o seu projeto com articulação de suas bases ontológicas, epistemológicas e metodológicas, e a gente já começa a ver isso acontecendo na Geografia. Acho que alguns autores ajudaram a fazer essa qualificação. Eu, particularmente, enxergo o Ruy Moreira como o grande nome da Geografia brasileira hoje e, ao lado dele, Carlos Walter Porto-Gonçalves, que é um cara que sempre produziu desde o início desse movimento de renovação. Alguns nomes como Paulo César da Costa Gomes, Rogério Haesbaert, Marcelo Lopes de Souza, Pedro Vasconcelos, são pessoas que vêm elevando a produção. É uma geração intermediária àquela que fez o movimento de renovação, e você tem hoje um leque de jovens doutores, recém-doutores, jovens doutores produzindo com muita qualidade já com base nessa referência. Então, eu acho que em Ciência é muito isso, amadurecimento e acúmulo e ultrapassagem [...] (DEPOIMENTO DE CLAUDEMIRO FERREIRA DA CRUZ NETO EM 28 DE FEVEREIRO DE 2013).

Dos elementos apontados pelo professor Claudemiro da Cruz Neto, três se destacam e se entrelaçam. O primeiro é a constatação de uma obra que vem sendo produzida com muita qualidade por uma geração intermediária entre os “autores da renovação” e os jovens que estão iniciando a vida acadêmica. Em segundo lugar, característica da geração intermediária, a diversidade de concepções ontológicas, epistemológicas e metodológicas para a Geografia se coloca como traço marcante, ainda que o esforço da unidade pareça não ter desaparecido, cabendo mais falar, talvez, em um desacordo na afirmação ou na compreensão sobre as bases de sustentação da disciplina. E, por último, e próprio do movimento do campo disciplinar, o esforço da unidade vem enredado a um movimento de superação das bases que amparam as pesquisas geográficas.

As questões colocadas pelo professor Claudemiro da Cruz Neto, conforme foi dito, reafirmam a análise do professor Ruy Moreira sobre os esforços de síntese realizados na história do pensamento geográfico, que tentam dar respostas aos processos de fragmentação em curso, marcados por fases de transição em que as perspectivas geográficas são confrontadas, assimiladas e (ou) refutadas no seu percurso. Dentre os entrevistados, o professor Sylvio Carlos Bandeira de Mello e Silva foi um dos que destacaram as fases de transição da Geografia no Brasil, esclarecendo as críticas e as motivações nas quais se apoiaram os primeiros esforços de superação ao método analítico-descritivo no Brasil.

Vindo de São Paulo para a Bahia, estimulado pelas possibilidades de realizar uma Geografia aplicada, muito em voga nos anos 1950/1960, a partir da passagem e das contribuições do professor Jean Tricart no Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais, dirigido por Milton Santos, do qual foi pesquisador associado, o professor Sylvio Carlos Bandeira de Mello e Silva foi responsável, juntamente com outros colegas, pela elaboração de regionalizações do estado da Bahia, adotadas pelo estado nos anos 1970 e desenvolvidas a partir de teorias locacionais com as quais começou a trabalhar ainda nos primeiros anos de sua vida profissional, tornando-se, juntamente com a professora Barbara-Christine Nentwig Silva, também do Programa de Pós-graduação em Geografia da UFBA, referências das mais destacadas no campo disciplinar geográfico no Brasil, no tocante à corrente teórico-quantitativa da Geografia.

Professor Titular do Departamento de Geografia da UFBA desde 1975, hoje aposentado, o professor Sylvio Bandeira se vincula como professor-pesquisador e orientador nos cursos de mestrado e de doutorado em Geografia na UFBA, ao passo que também coordena o Programa de Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, da Universidade Católica de Salvador. Nossa entrevista se deu nas dependências da Universidade Católica, na sua sala de trabalho, no dia 03 de junho de 2014. No fragmento de fala do professor Sylvio Bandeira, aqui apresentado, pode-se observar críticas e motivações sobre o momento de inflexão epistemológica que se pôs a partir da década de 1950, bem como as repercussões da corrente teórico-quantitativa no estado da Bahia.

[...] Quando eu estudei Geografia esse tema não era muito debatido, ninguém discutia muito teoria e metodologia em Geografia. Fazia-se Geografia fazendo Geografia. É claro que havia uma teoria por trás e havia uma metodologia por trás, mas elas não eram explicitadas, elas não eram muito discutidas e muito aprofundadas. Havia toda a seriedade em fazer a pesquisa, levantar dados e informações e ser fidedigno, ser coerente com a realidade e tentar interpretá-la e aplicar algumas ideias geográficas no planejamento, no ensino. A Geografia não tinha um grande problema teórico-conceitual, mas a teoria que, eu diria, estava por trás – e só mais tarde isso ficou claro para mim – era a teoria da Geografia regional. Ou seja, boa Geografia seria a Geografia regional, a região seria a escala ideal para se trabalhar porque ela conteria tudo o que você precisasse saber, estaria na região. Então não seria pequena demais como a escala local, e nem seria grande demais, que seria estudar o mundo. Ficou aparente, ficou claro que o geógrafo ele deveria estudar o mundo pelas suas regiões e compará-las e aprofundar o conhecimento regional, isso é uma tradição da Geografia européia, da Geografia [norte-] americana, sobretudo européia, que influenciou muito a geografia brasileira, tanto na linha do IBGE, que se formou na década de [19]30, quanto na linha das Universidades, que se formou a partir da USP, também na década de [19]30. Uma boa Geografia era uma Geografia regional. Quer dizer, a teoria da Geografia era, no fundo, uma teoria regional. Você tinha que ter uma teoria no sentido de uma explanação para cada região, o que, mais tarde, ficou claro para mim [...]. Era muito sério, porque o discurso era o de aprofundar o conhecimento regional que, historicamente, você tinha que saber da região desde a geologia até a cultura humana. Mas, depois, passou a ser mais especializada, as regiões segundo setores, as regiões urbanas, as regiões agrárias, etc. Mas, historicamente, a verdadeira região seria a região total (risos), a região natural combinada com a região humana [...] (DEPOIMENTO DE SYLVIO BANDEIRA DE MELLO E SILVA EM 03 DE JUNHO DE 2014).

O professor Sylvio Bandeira seguiu situando o lugar que passou a ocupar, paulatinamente, a natureza nas análises regionais, coincidindo com aquilo que Ruy Moeria denominou de primeiro ciclo fragmentário, iniciado nos anos 1940 e que na década de 1960 aparece com mais força. Esse

é um período de crítica e de revisão à teoria regional de síntese e ao método analítico-descritivo que já aportara no Brasil, e particularmente na Bahia, desde 1916, e consolidado quase duas décadas mais tarde (1934-1940) nas Universidades e centros de pesquisa instalados em São Paulo e no Rio de Janeiro.

[...] Mas, pouco a pouco, começou a se especializar, a minha própria tese de doutorado já não tinha uma base física muito grande, era muito pequena, era uma região definida pelas áreas de influência urbana, um sistema urbano-regional. Então essa era uma ideia. Agora, eu voltei da França com esse doutorado que eu fiz sobre o Recôncavo-sul, com essa visão que foi transmitida para mim da melhor forma possível por meus professores brasileiros, os franceses, na perspectiva dessa aplicabilidade do conhecimento. Ou seja, para você tentar contribuir para resolver problemas regionais ou urbanos, etc. [...] Voltando da França, eu comecei a ensinar Geografia econômica para estudantes de Economia e Administração, na época, e eu percebi que a Geografia econômica que eu ensinava, no começo, na Escola de Economia, lá na Piedade, muitas coisas os jovens estudantes já tinham visto no vestibular, Geografia econômica do mundo, Geografia econômica industrial, Geografia agrária, [Geografia] urbana, etc. Eles já tinham muitas informações e era preciso repensar o que ensinar. Eu cheguei tentando ensinar como era o mundo do ponto de vista econômico, a distribuição espacial das atividades econômicas, e comecei a perceber que eles sabiam muita coisa também por conta do vestibular, o vestibular era puxado, e eles tinham que estudar bastante Geografia. Aí eu comecei a perceber que havia alguma coisa que a Geografia podia contribuir nessa área da Economia, da Geografia econômica e de toda a Geografia. Aí comecei a tomar conhecimento, com base nessa experiência, com base naquilo que já vinha acontecendo na Geografia brasileira, com a chamada linha teórica e quantitativa da Geografia. Isso já vinha acontecendo no IBGE, com o professor Speridião Faissol, um grande geógrafo, Pedro Geiger, e lá em São Paulo, em Rio Claro, com Antônio Christofolletti, que foram uns pioneiros da Geografia teórico-quantitativa no Brasil. De um lado o IBGE, de outro, sobretudo, [UNESP de] Rio Claro. A USP não participou dessa primeira fase e acho que até pouco participou depois. Mas Rio Claro foi um grande centro e o IBGE também. E depois surgiu um grande centro em Minas Gerais, na PUC de Minas [...] (DEPOIMENTO DE SYLVIO BANDEIRA DE MELO E SILVA EM 03 DE JUNHO DE 2014).

Esse fragmento de fala coincide com as palavras dos professores José Bueno Conti e Maria Adélia de Souza, que, assim como o professor Sylvio Bandeira, também não reconhecem nos trabalhos desenvolvidos na USP maior influência da linha teórico-quantitativa no momento em que a Geografia no Brasil experimentou inicialmente essa concepção de tratamento analítico do espaço. Em seguida, o professor Sylvio Bandeira destacou a crítica central da linha teórico-quantitativa ao modo de se fazer Geografia até então no Brasil.

[...] Aí eu comecei a ler, procurei a literatura, participei de eventos no IBGE, conversei muito com o professor Faissol, professor Geiger, e comecei a ler sobre teoria, teoria econômica aplicada à Geografia: no caso, a teoria locacional. A teoria da localização das atividades econômicas, teorias feitas tanto por economistas como por geógrafos. E aquilo me atraiu muito, porque havia muita lógica e havia muitas possibilidades de expansão do conhecimento geográfico, de tornar o ensino mais interessante para economistas [...] E aí eu comecei a ensinar mais nessa linha, eu estudei profundamente a teoria locacional, toda a teoria locacional, alemã, anglo-saxônica, toda ela, desde os clássicos, desde Von Thünen, [François]Perroux, etc. Eu tinha, tenho, alguma facilidade em inglês, francês e comecei a estudar alemão também, porque me casei com uma alemã, uma geógrafa alemã, então havia a possibilidade de ler alemão, com alguma dificuldade até hoje, mas eu leio, aí eu fui estudar e me atraiu muito porque deu uma visão de que a Geografia seria além de uma Geografia regional, ela teria uma teoria geográfica – no caso, geográfica e econômica – capaz de explicar outras regiões ao mesmo tempo. Por que, o que acontecia? O problema da teoria regional do pensamento geográfico é que ela ficou voltada... Ela dificultou a produção de uma teoria geral, para cada região havia uma teoria, mas faltava uma teoria geral e isso foi dito pelos geógrafos da década de [19]40/[19]50, que a verdadeira Geografia seria... Até antes, o Hettner, Alfred Hettner, da Geografia alemã, do início do século XX, foi um grande teórico da Geografia regional, ele dizia que cada região seria única (com ênfase), mais ou menos assim, única e excepcional. Por ser tão diferente das outras, você não teria a possibilidade de ter uma teoria comum. Isso foi assim passado, não claramente, pela Geografia alemã tradicional, pela Geografia francesa tradicional, pela geografia americana... [...] (DEPOIMENTO DE SYLVIO BANDEIRA DE MELO E SILVA EM 03 DE JUNHO DE 2014).

Mas a fala do professor Sylvio Bandeira é também reveladora das repercussões que tiveram as análises de base matemático-estatística na Geografia desenvolvida no estado da Bahia. O professor atesta a pouca disseminação que teve a linha teórico-quantitativa, entre os colegas de departamento e entre os estudantes, durante os anos em que foi professor dos cursos de graduação e de pós-graduação em Geografia da UFBA antes de sua aposentadoria.

[...] Bom, eu trabalhei com essa temática, sobretudo com a minha esposa, Barbara-Christine [Nentwig Silva], com alunos de iniciação científica, que na época tinha outro nome, e bolsistas, e uma colega da Geografia, Sônia de Oliveira Leão, uma colega muito importante que também se apaixonou por essa linha, e ela, já com bastante experiência, resolveu estudar também a teoria geográfica espacial via a mesma teoria quantitativa e fez o mestrado aqui em Ciências Sociais e resolveu estudar no Canadá a teoria geográfica e a aplicabilidade da Geografia quantitativa aqui e a partir da teoria de Von Thünen, a Teoria do Estado Isolado, e ela... É fantástica essa colega. Ela estudou profundamente inglês para passar no exame, para ir para lá, que era difícil, ela passou e ela estudou matemática e estatística, ela se virou, e foi fazer o doutorado lá no Canadá. E fez muito bem (com ênfase). Ela fez

uma tese que deve estar em português, lá no Instituto [de Geociências/UFBA] deve ter, Padrões de uso do solo agrícola no estado da Bahia, evolução dos padrões, e ela usou fortemente a teoria de Von Thünen, do Estado isolado, para explicar historicamente, a evolução das áreas agrícolas em torno de Salvador e em todo o estado da Bahia, de forma brilhante... E eu tenho a honra de dizer que ela foi muito influenciada por mim, na busca do seu tema, e ela diz isso, ela aceitou, não foi nenhuma imposição, e não poderia ser, acontece que ela se apaixonou também e estudou profundamente tudo isso aí e fez um trabalho brilhante sobre essa temática da Geografia Agrária baiana que, infelizmente, não foi muito adiante com outros colegas. Ela foi a colega, acho de todo o Departamento, que mais aplicou, alguns outros em algumas áreas, algumas áreas específicas, climatologia, geomorfologia, mas não houve uma aceitação muito ampla não, entre os estudantes também não foi muito fácil, eu também não fui fanático demais, exigente demais, nem obriguei ninguém a trabalhar dessa forma, alguns trabalharam parcialmente, mas com trabalhos, eu diria, sobretudo, buscando rigor analítico. Isso sim, o grande mérito dessa corrente é o rigor analítico, processual, e não fazer trabalhos apenas descritivos, como era na época. Bom, então não foi difundido. Talvez eu tenha esperado um pouco mais. Não foi amplamente difundido, tanto assim que eu acho que a teoria geográfica, o ensino da teoria geográfica mudou bastante lá [na UFBA], não só na graduação como na pós-graduação, e a metodologia da pesquisa também mudou bastante. Não só na graduação, como na pós-graduação. E a cartografia também. Ou seja, não foi amplamente seguida. Isso eu quero registrar (DEPOIMENTO DE SYLVIO BANDEIRA DE MELO E SILVA EM 03 DE JUNHO DE 2014).

Citado pelo professor Claudemiro como nome de destaque no campo disciplinar geográfico, outro entrevistado com quem tive a oportunidade de aprender mais sobre o momento atual da Geografia e os seus dilemas foi o professor Pedro de Almeida Vasconcelos, também professor Titular aposentado do Departamento de Geografia da UFBA e atuante como professor-pesquisador e orientador nos cursos da pós-graduação. Encontrei o professor Pedro Vasconcelos na Universidade Católica de Salvador, instituição em que também leciona e orienta em nível de pós-graduação, no Programa de Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social. Dentre os professores, Pedro Vasconcelos foi o primeiro a ser entrevistado, apontando questões centrais que balizaram o restante da pesquisa. A entrevista se deu em uma das salas de estudo da Universidade Católica, uma sala pequena com seus móveis de acolchoados azuis-marinhos. O professor iniciou sua fala relatando o percurso de “idas e vindas” entre a disciplinaridade e a interdisciplinaridade que marca sua trajetória acadêmica.

Eu fiz a graduação em Geografia e, em seguida, o mestrado foi na área de urbanismo [1973]. Quer dizer, num certo sentido eu me desviei da Geografia, mas, por outro lado, a partir daí, a proximidade vai ser maior com a escala dos estudos

urbanos. *Eu me afasto do regional, do nacional, não é?! Então eu sempre procurei, diante da amplitude da Geografia, me especializar, digamos, com o urbano e com o estudo sobre as cidades, na medida em que eu já tinha essa experiência com o urbanismo, que é pluridisciplinar. [...] O doutorado [1985] foi sobre o trabalho informal, mas no doutorado eu comecei a me interessar pelas questões históricas. No Canadá [local do doutorado] a influência era muito grande da linha teórico-quantitativa, embora já estivéssemos nos anos 1980. O meu orientador não queria que eu fizesse análise histórica, eu fiz por conta própria, pois a análise dos dados quantitativos da época não respondia à migração em Salvador, aí eu tive que começar estudar sobre a escravidão... Ou seja, Salvador me obrigou a aprofundar a questão histórica, mas muito como autodidata, porque eu não tinha orientação nessa área. Vindo pra o Brasil, terminado o doutorado, trabalhando no Planejamento, eu fiz concurso para a UFBA. Na UFBA eu comecei a dar aulas na graduação, mas, de fato, o que me encaminhou foi o que eu estava fazendo em Arquitetura, antes mesmo de ter entrado na Geografia da UFBA. Então na UFBA eu dividia a disciplina Teoria sobre a cidade, com outro nome, que era Estrutura urbana e uso do solo, com a professora Ana Fernandes [em Arquitetura], e eu comecei a me interessar e a trabalhar para entender os autores que estudavam a cidade, e eu não queria trabalhar de “segunda mão”. Sempre procurei me dedicar ao estudo do que o autor mesmo escreveu, e foi a partir daí que deu origem àquele livro Dois séculos de pensamento sobre a cidade, que era a própria tentativa de ligar ensino e pesquisa, e do ensino na pós-graduação ser dado com material próprio e não com material dos outros. Em seguida eu fiz pesquisa para o CNPq – eu sou pesquisador desde 1987 do CNPq – sobre Salvador. Porque eu achei que, por um lado, eu tinha levantamento teórico sobre a cidade, dos autores desde o século XIX, e, por outro lado, eu queria aplicar isso na cidade, no caso Salvador. E é a partir daí que eu começo, um pouco paralelo a Maurício de Abreu, a trabalhar na Geografia histórica, mas também como autodidata. Aí as leituras entram na vizinha, na História, em outras disciplinas, para encontrar apoio. Por exemplo, Braudel, foi muito importante para mim, Milton Santos, certo?! Mas eu mesmo, para trabalhar Salvador, eu criei uma metodologia própria. Eu não encontrava nada que me satisfazia. Então teve essa tentativa de trabalhar, mas com muita independência. [...] Eu não procuro ser de uma corrente, nem na Geografia, nem ideológica. Acho que isso limita o intelectual. E outra coisa: não se pode entrar parcialmente numa corrente, no meu entendimento. Então se a pessoa se aplica na corrente marxista, tem que ser um conjunto de conceitos. Não pode ficar um pouco de marxismo, um pouco de fenomenologia, etc. Nesse sentido eu sou um pouco mais rigoroso. Então, nesse sentido, eu não me vinculo a uma corrente. É uma certa independência intelectual, o que pode ser criticado. A gente fica um pouco como se fosse eclético, mas na realidade, eu procuro ser coerente, não utilizar correntes divergentes, entende?! É uma busca incessante de saber as origens dos autores, os encaminhamentos, as contradições, etc.[...] (DEPOIMENTO DE PEDRO VASCONCELOS, EM 13 DE MARÇO DE 2013).*

O professor Pedro Vasconcelos relata uma vida acadêmica que se iniciou em uma Geografia já um pouco mais setorizada do que aquela que encontrou o professor Sylvio Bandeira nos seus primeiros anos de formação. Embora reconheça nas proposições de Milton Santos e de Fernand

Braudel aportes teóricos e metodológicos profícuos à construção de uma Geografia histórica, aportes pelos quais foi influenciado, o professor Pedro Vasconcelos desenvolveu metodologia própria amparada na delimitação de períodos históricos de tempos longos e, depois, na verificação, nos recortes espaço-temporais definidos, do contexto histórico detalhado, dos principais agentes sociais e das transformações espaciais desdobradas das ações desses agentes (VASCONCELOS, 2012). Nessa metodologia se fundam trabalhos de fôlego como os que deram origem ao livro *Salvador: transformações e permanências (1549-1999)*. O professor Pedro Vasconcelos é também autor daquele que talvez seja o principal manual de Geografia urbana (e das “ciências da cidade”) já escrito na Universidade: *Dois séculos de pensamento sobre a cidade*.

Tratando do tema da coerência epistêmica e dos dilemas que inquietam a Geografia, o professor Pedro Vasconcelos localizou um ponto central, também apontado por Ruy Moreira (2010a, 2010b), e que retorna nas falas de outros entrevistados, referente ao lugar da natureza na teoria geográfica. Não só o lugar, mas o próprio sentido atribuído à natureza nos estudos geográficos.

[...] a Geografia foi institucionalizada no século XIX como um campo do saber, mas nós temos dificuldades internas de ordem epistemológica. Na medida em que é um campo específico, me protege um pouco, mas as dificuldades para mim são amplas no sentido dessa dualidade da disciplina que, de um lado, tem como objeto a natureza e, de outro, a sociedade.

André Sousa: Isso é uma limitação epistemológica?

Pedro Vasconcelos: Isso eu acho que dificulta. A gente foge um pouco do debate, foge da questão na prática. Mesmo que nos dê certo respaldo... Quando eu trabalhei, por exemplo, com Salvador, a gente inclui certas condições da natureza na problemática que encontra ou nas análises que faz sobre a realidade urbana, mas não é fundamental, no meu caso. E isso fazia parte do princípio da própria disciplina, o paradigma dominante na época era o de tentar explicar as mudanças sociais a partir das relações com a natureza. A mim não satisfaz. Nesse sentido a gente vai tomando um campo... E outro ponto também que eu penso que dificulta a nossa questão é o transbordamento disciplinar. A gente necessita, como eu já falei, ir ao campo vizinho, como na História, como no caso do Braudel, na Sociologia e mesmo na Filosofia, mas aí com riscos porque os autores vêm de contextos diferentes, de períodos diferentes e, às vezes, o objeto disciplinar é outro. Então a gente tem uma dificuldade na identidade da disciplina e, por outro lado, as temáticas extrapolam as fronteiras disciplinares. Quando eu estudo Salvador, é muito difícil um estudo estritamente geográfico de Salvador. Transborda um pouco. Mas isso é até rico, é até positivo, mas a gente fica nessa questão dos limites disciplinares. É uma contradição: limite disciplinar e identidade disciplinar (DEPOIMENTO DE PEDRO VASCONCELOS, EM 13 DE MARÇO DE 2013).

A problemática apontada pelo professor Vasconcelos explicita a necessidade da compreensão sobre a variação interpretativa dentro da Geografia acerca do lugar e do sentido da natureza nas investigações e nas construções teóricas da disciplina no Brasil e, particularmente, nos programas de pós-graduação em Geografia em análise, o que perpassa por um entendimento sobre o leque de concepções teórico-metodológicas ou de filiações filosóficas que norteiam e dão embasamento às leituras geográficas e às produções acadêmicas dos entrevistados.

O trabalho de Paulo Roberto Scarim (2000) sobre a onda de renovação da Geografia nos anos 1970/1980, a segunda à qual se refere Ruy Moreira (2010a, 2010b), traça algumas diferenciações fundantes entre as concepções de pesquisadores que tiveram papel relevante na inflexão epistemológica vivida pelo campo disciplinar no referido período. Ali, nas entrevistas concedidas, alguns professores do Programa de Pós-graduação em Geografia Humana da USP relatam suas passagens pelo movimento de renovação na condição de estudantes/jovens doutores ou como teóricos já com larga experiência, além da contribuição que deram ao movimento na leitura e na interpretação que fizeram das novas correntes teóricas que se opunham ao positivismo e ao positivismo lógico, então dominantes na Geografia no Brasil.

Desse trabalho se lê que a própria assimilação do marxismo, perspectiva que logo se tornaria hegemônica no processo de renovação da Geografia dos anos 1970/1980, nem de longe se deu de modo homogêneo entre os pesquisadores. A leitura e a assimilação dos textos de Marx e dos marxistas assumiram um caráter diversificado entre os professores ou grupos de professores. Trata-se de diferentes concepções que levaram às diferentes compreensões sobre as relações da sociedade com a natureza e sobre as possibilidades de uma análise a respeito de um objeto próprio da Geografia.

Representante de uma dessas concepções ou leituras do marxismo na Geografia, o professor Antônio Carlos Robert Moraes foi um dos entrevistados desta tese na Universidade paulista. A entrevista ocorreu no dia 03 de outubro de 2013, no Laboratório de Geografia Política da USP, no final da tarde, após mais um encontro do professor com uma turma de pós-graduação em uma aula sobre os processos de formação territorial do Brasil.

O Laboratório de Geografia Política me serviu de apoio durante os meus trabalhos de campo na Universidade de São Paulo, por convite do professor Manoel Fernandes de Souza Neto, membro do laboratório. Um laboratório espaçoso, de boa infraestrutura e com uma pequena, porém, apreciável biblioteca. Os estudantes ligados às linhas de pesquisa dos professores associados ao laboratório estavam sempre presentes. No centro da sala, uma mesa de médio porte nos servia de suporte. Já os mapas e os cartazes nas paredes serviam de exposição das atividades acadêmicas realizadas por membros do laboratório, destacadamente aquelas nos campos da história do pensamento geográfico e da Geografia política. Com a disposição que sempre teve para atender os estudantes, o professor Antônio Carlos Robert Moraes não fez nenhuma objeção e de imediato aceitou conversar um pouco após a aula.

Olha, eu posso dizer que basicamente trabalhei sempre com... Fundamentado no que poderíamos chamar de uma visão oxigenada do marxismo. Eu falo uma visão oxigenada porque há visões muito ortodoxas e visões que eu considero duras do marxismo, muito ortodoxas, e eu sempre fui de um marxismo light, trabalhando com autores modernos, influenciado por Gramsci desde jovem. Tive aulas com um professor baiano, falecido recentemente – uma pessoa que teve muita influência na minha formação – que foi o professor Carlos Nelson Coutinho. Fiz vários cursos com ele. E, por outro lado, um outro autor importante sobre a minha formação, sobre o qual eu fiz vários cursos, que era o György Lukács, que eu estudei com um professor chamado José Chasin e estudei também com o Leandro Konder. Esses, de certo modo, são os autores fundamentais. Na Geografia fui aluno de mestrado e de doutorado do Armando Corrêa da Silva – figura de não só um nível teórico bastante elevado, como uma figura humana extraordinária e, principalmente, uma figura muito aberta do ponto de vista intelectual, [uma pessoa] muito avançada de cabeça e que me transmitiu essa abertura de pensar não só a Geografia, mas o mundo de uma forma não ortodoxa, de uma forma aberta, tolerante... E tenho tentado praticar essas ideias. Sem dúvida nenhuma tive também uma influência grande, pela convivência, do professor Milton Santos, assim como pela amizade, principalmente pela amizade, mais do que pela teoria, do professor Manoel Corrêa de Andrade, que antes de tudo foi um amigo meu muito grande... Diria que são essas as referências maiores na minha formação (DEPOIMENTO DE ANTÔNIO CARLOS ROBERT MORAES EM 03 DE OUTUBRO DE 2013).

Na entrevista que concedeu a Paulo César Scarim, no ano de 2000, o professor Moraes situa as suas compreensões sobre o marxismo, sobre o método materialista, histórico e dialético e sobre a natureza do objeto da Geografia, remontando seu percurso teórico no campo disciplinar geográfico desde os primeiros anos no curso de graduação, momento em que teve maior aproximação com a subárea da Geografia Física:

[...] Continuo achando que essa é uma questão de método séria. Para mim, o marxismo é o método das Ciências Humanas – coisa que na época eu intuía e só foi sendo reforçado ao longo da minha vida – o método para explicar a sociedade. Então não tem climatologia nem geomorfologia marxistas. Eu mesmo já escrevi absurdos desse tipo [...]. A climatologia é dinâmica, não tem nada de dialética. Dialética é outra coisa. Mas, na época, eu não sabia o que era dialética, então eu chamei a climatologia dinâmica de dialética. Mas não é correto isso. Dialética é uma forma própria dos fenômenos sociais. Não existe, no meu modo de entender, dialética da natureza, esse é um mal passo de Engels (2000, p. 145-146).

Em uma publicação datada de 2014, o professor Moraes reafirma o que disse no ano de 2000:

A própria dialética é, assim, vista como uma forma exclusiva de análise dos fenômenos e processos sociais, pois pressupõe um movimento objetivado por ações conscientes, isto é, que se desdobra por meio de atos teleológicos de sujeitos reais. Nesse entendimento não há possibilidade lógica de conceber uma dialética da natureza ou do espaço, pois a manifestação dialética demanda a consciência e a vontade de um sujeito. Desse modo, a adoção de tal lógica vai emergir como elemento limitador do alcance da possibilidade de atuação disciplinar para as orientações metodológicas que a utilizem, como é o caso da teoria social de Marx [...] (MORAES, 2014, p. 2014).

As questões referentes ao lugar da natureza e ao seu método de tratamento na abordagem geográfica que faz o professor Moraes são equacionadas nos seus textos a partir da assimilação de um conjunto de teorias e de conceitos trazidos do marxismo para a Geografia, podendo-se destacar a teoria da renda, na atribuição de valor ao espaço, e a noção de segunda natureza, na qual a natureza é vista como recurso apropriado no movimento histórico da sociedade. Deriva dessas formulações amparadas no método materialista, histórico e dialético, a compreensão de que o objeto da Geografia se põe na relação (MORAES, 2000), ideia contestada por outros autores de destaque no campo disciplinar.

[...] Na minha opinião – eu já falo isso no *A valorização do espaço* e reafirmo hoje – o espaço não é objeto de nada. Ciência Social estuda sociedade nas suas várias relações e a Geografia estuda a relação da sociedade com o espaço. Ou seja, é a relação que é o objeto, não o espaço. Penso que esse seja o tema central, o cerne da questão (sic). (MORAES, 2000, p. 147).

Desenha-se assim uma importante divergência à qual têm dado atenção os debates da Geografia contemporânea: a análise do ser social no espaço ou a análise do ser do espaço. Em outras palavras, como conceber o espaço tal e qual um ente social passível de tratamento analítico? Milton Santos (2006a) e Ruy Moreira (2010a) respondem com a associação da sociedade ao próprio espaço. Para ambos não há externalidade entre sociedade e espaço. O espaço geográfico é expressão da sociedade se realizando no tempo. É uma de suas dimensões, sendo, portanto, um espaço relativo.

Outra perspectiva de compreensão da dimensão espacial na Geografia, também de influência materialista, histórica e dialética, com presença destacada nos dois programas de pós-graduação em análise, nos trabalhos de professores e estudantes, pode ser verificada nas construções teóricas tributárias dos textos de Henri Lefebvre – textos que entram em cena no campo disciplinar geográfico nos anos 1970, na segunda onda de renovação, oferecendo como base teórico-metodológica o esforço que fez o filósofo em tratar o espaço como categoria do real, no seu presente e nas suas possibilidades (no seu devir).

Em termos analíticos, Lefebvre constrói tríades conceituais como recurso de compreensão da realidade urbana que nasce junto com a Modernidade. A especificidade de suas tríades reside no fato de que Lefebvre articula um combinado filosófico estranho aos olhos de muitos. É em Hegel, Marx e Nietzsche, a um só tempo, que Lefebvre ancora sua compreensão sobre o espaço urbano na Modernidade. De Hegel vem a dimensão da linguagem-pensamento, de Marx, a prática social-material, e de Nietzsche, o ato poético-criativo. As tríades lefebvreanas operam segundo essa lógica. Dentre as muitas tríades construídas pelo filósofo, aquela correspondente às dimensões do percebido, do concebido e do vivido do espaço, é, de longe, a que mais se destaca na Geografia como a mais usual. As dimensões do percebido (linguagem-pensamento, Hegel), do concebido (prática social-material, Marx) e do vivido (ato poético-criativo, Nietzsche), são operadas conjuntamente como recurso que dá a força analítica ao método do filósofo francês (SCHIMID, 2012; SERPA, 2014).

Trata-se, como foi dito, de uma perspectiva de abordagem presente de modo destacado nos dois programas em análise. Dentre os entrevistados, a professora Ana Fani Alessandri Carlos é um exemplo de pesquisadora também influenciada pelos textos de Henri Lefebvre. No correr da entrevista, a professora esclareceu a influência desse e de outros autores sobre os seus trabalhos, destacando o período imediato à sua formatura no curso de graduação, em que se dedicou à leitura dos “filósofos do espaço” e dos autores clássicos da Geografia:

[...]Então, evidentemente, eu fui ler, aleatoriamente, os filósofos do espaço. Eu fui ler Kant, Spinoza, Einstein com a Teoria da relatividade... [...] Foi isso que eu fiz durante quatro anos. Li Hegel, li Nietzsche... [...] E nesses quatro anos, eu mergulhei de um lado nos filósofos e de outro lado eu mergulhei numa leitura sobre os chamados clássicos da Geografia, junto com a Sandra Lencioni, porque a gente

achou também que durante a graduação a gente tinha lido textos, mas não tinha lido livros. Então pegamos de novo o [Jean] Brunhes, o [Max] Sorre, [Maurice] Le Lannou, [André] Cholley... Eu e a Sandra sentamos e pegamos a obra dos chamados geógrafos clássicos – [Richard] Hartshorne – e fomos ler tudo. [...]. Por que, qual era o meu objetivo naquele momento? O meu objetivo era pensar o espaço da Geografia, que na época eu chamava de espaço geográfico. Hoje eu cheguei à conclusão de que não existe o espaço geográfico, mas enfim... Aquilo que eu chamava de espaço geográfico, que é o nome da minha primeira dissertação de mestrado, que se chama Reflexões sobre o espaço geográfico. [...] Mas, lembre-se de que eu disse que gostava de Literatura, e eu também gosto de Arte. [...] Bom, como a minha paixão era o urbano, afinal de contas eu nasci na metrópole e a metrópole sempre me colocou questões, só que a reflexão primeira era sobre o espaço, eu fui caminhar para a Geografia urbana e eu fui trabalhar com os autores que trabalhavam a cidade. Então eu fui trabalhar com Mario de Andrade, a [Clarice] Lispector, Charles Baudelaire. O Charles Baudelaire me colocou num outro patamar. Ah, o Balzac! (com ênfase). A primeira construção que eu li, a ideia mais genial, o conceito mais interessante de cidade que eu vi na vida e que me influenciou vem do Balzac. O Balzac, ao caracterizar uma de suas personagens na Comédia humana, ele define a cidade. Essa definição de cidade do Balzac influenciou o meu modo de pensar a cidade. Portanto, as minhas influências são mais heterodoxas... Para pensar a cidade foi o Balzac mais do que especificamente o Lefebvre. Ela vem do Balzac. E o meu debate sobre a modernidade e as relações espaço-temporais vem do Baudelaire. O Baudelaire me colocou em contato com os gregos, [...] o pessoal da Tragédia, que escreveu entre os anos 460 e 404 a.c., que é quando surge a Democracia [...] (DEPOIMENTO DE ANA FANI ALESSANDRI CARLOS EM 04 DE OUTUBRO DE 2013).

Nesse momento, a professora Ana Fani Carlos pontuou a sua formação heterodoxa e a influência dos textos de Marx na sua compreensão sobre os processos de produção do espaço. Compreensão essa que a faz se afastar da ideia de um espaço geográfico como objeto próprio da Geografia. O espaço aparece na leitura da professora como momentos de realização da sociedade, portanto objeto transversal a uma multiplicidade de leituras possíveis, sendo a Geografia, disciplina parcelar, uma dessas leituras possíveis.

[...] Na realidade, a influência do Lefebvre é mais metodológica. [...] Por isso que o meu trajeto sempre foi os limites e as potencialidades da Geografia. Eu sou, de forma incoerente, uma geógrafa o tempo todo. Um pouco incoerente por que eu trabalho... Eu digo hoje que não existe um espaço geográfico, mas um espaço real, concreto, uma prática espacial, que a Geografia pode analisar se não ficar resumida a ideia de um objeto geográfico. Está certo?! Então é contraditório porque apesar de eu ser geógrafa eu questiono a ideia de a Geografia ter um objeto especificamente geográfico. Então eu acho, por exemplo, que para pensar a cidade hoje, pensar as transformações da cidade, Baudelaire, Walter Benjamin, passam a ser absolutamente centrais e para pensar essa cidade os gregos são absolutamente centrais. Então o Sófocles, o Ésquilo... Mas é também o Vernant. O Vernant é um helenista. Ele tem

livros fabulosos sobre os gregos que me ajudam. Eu tenho uma biblioteca sobre os gregos que me ajudam a pensar o mundo moderno – para pensar a Democracia, para pensar a produção do espaço. Então o que está posto é a questão da produção do espaço. Foi com o Marx que eu descobri a produção do espaço, não foi com Lefebvre – foi com Marx! – porque na minha primeira dissertação de mestrado eu ainda não tinha tido contato com a obra do Lefebvre. [...] Então eu construí para mim a noção de produção do espaço a partir da leitura do Marx – a ideia de que os homens fazem história se produzindo a si próprios e a realidade. Foi na [obra] de Marx que eu construí a tese da minha vida que é a ideia de que o processo de produção do mundo, da história, do indivíduo, tal como Marx coloca, se realiza produzindo espaço. Essa foi a minha contribuição para a Geografia. Quer dizer, prolonguei o pensamento do Marx trazendo para uma perspectiva de pensar o espaço não como objeto sozinho da Geografia, mas pensar o espaço como momento de reprodução da sociedade. A partir daí – isso está na minha dissertação de mestrado – a partir daí eu avancei nesse debate com a seguinte definição, que o espaço seria formado por uma tríade: ele é condição, meio e produto da reprodução social. Isso não é do Lefebvre! Muitas pessoas dizem que essa frase é do Lefebvre. Não! Essa ideia é minha (risos)! [...] Eu tenho muito diálogo com a Arte da passagem do século XIX para o século XX [...] Bem, então foi com todas essas influências que eu criei a história da metageografia que é a ideia de que é preciso abarcar... não é criar outra Geografia, mas é preciso abalar os fundamentos da Geografia na direção de compreender a Geografia não como tendo um objeto de pesquisa próprio dela, fechado nela e com método dela, mas entender uma problemática espacial, colocando no centro a produção do espaço com uma articulação absolutamente imprescindível entre teoria e prática. Então nem epistemologia, nem empirismo, mas uma Geografia que se situa numa articulação indissociável entre a teoria da produção do espaço e a realidade, a cidade como teoria e prática, a produção do espaço como teoria e prática [...] (DEPOIMENTO DE ANA FANI ALESSANDRI CARLOS EM 04 DE OUTUBRO DE 2013).

Se, para o professor Moraes, o objeto da Geografia é a relação da sociedade com o espaço, nas observações da professora Ana Fani Carlos, o espaço aparece como categoria do real, produto e produtor das relações sociais, e a Geografia como um olhar possível sobre esse real, sobre a produção do espaço, enriquecido pelo diálogo com a Filosofia e as Artes. A professora Ana Fani Carlos lembrou ainda, ao longo da entrevista, do professor Maurício Abreu que cunhou a expressão ‘linha lefebvreano-marxista’ para designar a perspectiva de análise que influencia fortemente os trabalhos desenvolvidos por membros do Laboratório de Geografia Urbana – LABUR/FFCHL/USP, e que a professora, com as ressalvas que devem ser feitas a todo rótulo, acredita resumir ou se aproximar bem da abordagem feita sobre a disciplina por parte dos membros do laboratório.

É interessante notar que os fundamentos teórico-conceituais com uma mesma raiz (nesse caso, o marxismo) não levam, necessariamente, aos mesmos caminhos analíticos e nem às mesmas sínteses sobre a realidade e sobre a disciplina como possibilidade de compreensão dessa realidade. Como bem expressou a professora Ana Fani Alessandri Carlos, as construções teóricas partem de outras já realizadas, em um processo cumulativo, de refutação e (ou) de superação de suas bases.

Se, conforme o professor Ruy Moreira (2010a, 2010b), as ondas de renovação impulsionaram e foram impulsionadas por esforços de integração e de releituras das bases de sustentação da disciplina, dos quais somos, em alguma medida, expressão de sua continuidade, o desenrolar do campo disciplinar no tempo agregou outras contribuições às sínteses geográficas, dando à geração intermediária, de que fala o professor Claudemiro da Cruz Neto, um caráter de pluralidade quanto às abordagens conceituais e às filiações filosóficas.

Além da agregação de novas leituras às sínteses geográficas realizadas no tempo, a ideia de que o espaço não pré-existe à ação humana, presente nas falas dos professores Antônio Carlos Robert Moraes e Ana Fani Alessandri Carlos, também se constitui como elemento presente no relato do professor Angelo Serpa. Os trabalhos desenvolvidos pelo professor Serpa expressam uma trajetória que tem dado às categorias paisagem e espaço público uma posição central na sua perspectiva analítica sobre a Geografia. A experiência e o envolvimento com associações de moradores de bairros periféricos da capital baiana, já anteriores à sua partida para doutoramento na Áustria (1991-1994), lhe valeram também uma aproximação, em termos conceituais, com as categorias periferia, periferização e bairro, marcando o seu trabalho até a atualidade (DEPOIMENTO DE ANGELO SERPA EM 29 DE ABRIL DE 2015).

A aproximação do professor com os movimentos sociais de bairro é apresentada ao longo de sua vasta produção bibliográfica, na articulação que realiza entre teoria e empiria. Na entrevista concedida, o professor Serpa narrou ainda outra questão central nas suas análises geográficas correspondente à articulação entre os processos de objetivação e de subjetivação responsáveis pela produção do espaço, sobretudo nas escalas urbano-local e urbano-regional, articulação que o faz um dos expoentes das novas abordagens culturais em Geografia no Brasil, com destacada

participação nos fóruns nacionais dedicados às temáticas culturais no campo disciplinar geográfico.

[...] Outra questão importante é esse diálogo entre dialética marxista – neomarxista, porque a gente tem uma abordagem muito mais lefebvreaana do que marxista quando a gente aborda a dialética nas nossas pesquisas... Essa necessidade de ampliar o entendimento sobre essas noções de subjetividade, de apropriação, de uso, que tem a ver com paisagem e com espaço público e com essa ideia de que o espaço não pré-existe à ação humana, que ele é uma produção humana, tudo isso norteia uma aproximação que, para mim, é quase uma necessidade epistemológica de aproximar essa abordagem mais dialética, lefebvreaana e marxista, de uma abordagem fenomenológica e aprofundar o estudo nisso. Para isso, foi fundamental a disciplina Fenomenologia da Paisagem, uma disciplina que foi criada pelo professor Milton Santos [...]. Então é um aprofundamento autodidata [...]. Eu sou bem disciplinado e o que me move é o prazer, para eu me entregar com disciplina a alguma coisa, eu preciso ter prazer na coisa e ela precisa me parecer muito importante. E me parecia muito importante aprofundar a leitura em Fenomenologia. Hoje, esse curso que eu estou dando, já é o quarto, e eu me sinto muito mais maduro e descobrindo coisas novas [...]. Felipe [Serpa] dizia assim: ‘quando eu quero fazer pesquisa e me estimular, eu crio um tópico especial na pós-graduação, tem um grupo de estudantes interessados no tema, que o escolheram, já que não é obrigado a fazer, e você tem uma possibilidade de discutir, de aprofundar, de formular, de estudar’. E eu acho que muitas coisas que eu fiz na Universidade passam por essa ideia. E, por outro lado, se tem essa experiência em sala de aula, que é lugar de produção de conhecimento. Muita gente acha que sala de aula é lugar de reprodução. Não, sala de aula é lugar de produção. E eu também não acredito em teoria sem empiria, então essa trajetória é muito marcada por uma preocupação em articular teoria e empiria. Daí a gente cai em todas aquelas críticas sobre a fenomenologia, sobretudo nos primeiros fenomenólogos, Husserl, Hegel, críticas que o Sartre faz, inclusive, de que eram muito idealistas, de que não conseguiram superar o idealismo, então acho que há uma preocupação nos nossos grupos também com a pesquisa empírica, que eu considero muito importante para fazer essas reflexões e essas articulações epistemológicas que a gente está fazendo entre dialética e fenomenologia [...] (DEPOIMENTO DE ANGELO SERPA EM 29 DE ABRIL DE 2015).

No esforço de sintetizar em poucas palavras o seu direcionamento teórico-conceitual, o professor Serpa expressou a influência sartriana nas leituras acadêmicas que faz sobre o seu próprio trabalho e sobre o trabalho do outro.

[...] Eu acho engraçado como as pessoas lêem o seu trabalho [...]. Eu acho que eu sou lido na França, pelos pares, como lefbvreaano-marxista, e no Brasil como alguém eclético, muitas vezes, que mistura dialética com fenomenologia. Tem gente que defende que eu tenho uma abordagem estritamente fenomenológica, ou estritamente lefebvreaana, mas eu sinto também que com o tempo, com os trabalhos, com as publicações, com as defesas de dissertações e agora de teses, isso vai ser, de alguma

maneira, suavizado no Brasil. Eu dialogo bem tanto com quem trabalha com fenomenologia pura quanto com quem trabalha com marxismo puro.[...] E na Alemanha e Áustria, sou visto como fenomenólogo [...]. É interessante... a partir da perspectiva do outro. Aí é impossível não se lembrar de Sartre. Você existe na existência do outro, a sua existência é confirmada na existência do outro, então me interessa sempre como as pessoas lêem o trabalho que a gente faz, a que áreas são atribuídas esse trabalho. Eu acho que eu trabalho com Geografia, produção do espaço, e dos conceitos... A partir de paisagem os conceitos se ampliaram, foram para lugar, região... Território eu confesso que tenho alguma resistência. A produção do espaço, sobretudo na escala do urbano [...] (DEPOIMENTO DE ANGELO SERPA EM 29 DE ABRIL DE 2015).

Questionado sobre o diálogo entre a Geografia Física e a Geografia Humana e as concepções de sociedade e de natureza comumente adotadas por essas duas subáreas, tema trazido por outros entrevistados como dilema central da Geografia, o professor Serpa referenciou, mais uma vez, sua perspectiva disciplinar sobre a prática daqueles professores tidos como as suas duas maiores inspirações na Geografia.

[...] Não é uma coisa simples. A gente precisa pensar que essa coisa da especialização e da fragmentação ela é um problemão. Eu vejo que isso é mais evidente na Geografia Física. E isso também é mais evidente nas novas gerações. Isso é importante que a gente perceba. E que a gente perceba também que essa separação, embora sempre tenha existido ou tenha em alguns momentos se aprofundado na história do pensamento geográfico... [...] Por exemplo, aqui no Departamento, eu tenho colegas de Geografia Física que a gente adoraria ter tempo para se articular, refletir, discutir, dialogar as coisas que a gente pensa. Cadê o tempo? Então tem vários processos que impedem esse diálogo, o que não significa uma não vontade para o diálogo, isso é o que eu estou querendo dizer. Não é algo simples mesmo, mas eu acho que é possível. E é possível se a Universidade voltar a ser um lugar de produção de conhecimento que dê tempo aos professores-pesquisadores para refletir, para pensar, mas a gente está sob uma pressão que é impossível sentar com um colega de Geografia Física para pensar, porque você tem suas pesquisas, o colega também, tem os orientandos, tem tanta coisa, mas a gente exprime isso no corredor enquanto uma vontade, mas eu sinto que essa vontade é cada vez mais restrita, e quanto mais jovem, menos vontade para o diálogo, mais especializado... Eu posso estar sendo injusto na minha análise, mas eu acho que é um problema de geração também, que renunciou a essa possibilidade, até porque não conheceu essa outra Universidade, não tem esse outro parâmetro, como eu tive contato, como eu tive a sorte de ter com Milton Santos, com Claval, com geógrafos, a meu ver, que faziam uma Geografia mais integrada, mais ampla [...]. Mas, respondendo bem objetivamente, esse diálogo é necessário, é possível, mas há muitas coisas que impedem esse debate, não necessariamente por falta de vontade dos pares de dialogar. Em alguns contextos sim, talvez haja a falta de vontade, como, por

exemplo, onde as novas gerações, mais especializadas, predominem. Mas eu acredito que natureza e processos sociais eles só fazem sentido para a Geografia se a gente falar realmente de natureza apropriada e de natureza como fator social [...]
(DEPOIMENTO DE ANGELO SERPA EM 29 DE ABRIL DE 2015).

As sínteses geográficas aparecem como esforço de unidade também nas palavras do professor Serpa: o espaço entendido como produto das relações humanas e a natureza como um recurso apropriado no movimento histórico da sociedade marcam igualmente as palavras do professor Serpa, denotando sua compreensão sobre a ciência geográfica e o seu objeto de estudo. Mas o esforço de unidade é ainda retomado pelo professor na aproximação que desenvolve entre materialismo histórico e fenomenologia, dialética e hermenêutica, como leitura teórica e como estratégia metodológica de apreensão dos processos de objetivação e de subjetivação responsáveis pela produção do espaço.

Mas essa aproximação significa, antes, momentos complementares da pesquisa, e não sobreposição ou junção, como erroneamente se pode pensar. Trata-se, aliás, de um esforço esboçado desde os primeiros anos de Geografia acadêmico-universitária no Brasil, com Pierre Monbeig, presente nas noções de ‘elementos’ ou ‘forças espirituais’ e ‘mecanismos psicológicos’ que, por vezes, se utilizou nos seus textos (DANTAS, 2005), mas que reaparece com grande estofo e como inspiração para o professor Serpa na obra *A natureza do espaço*, de Milton Santos, onde a paisagem é entendida como categoria hibridamente produzida e apropriada nas suas dimensões objetiva e subjetiva, bem como a partir da renovação das abordagens culturais em Geografia em âmbito internacional, sobretudo nos estudos de geógrafos franceses e ingleses, a partir do final da década de 1990.

Todavia, se as filiações filosóficas e teórico-conceituais dos entrevistados e a superação contínua dessas bases passam por esforços de sínteses, passam também, no seu decurso, por refutações em muitos casos, a partir de experiências que vão redirecionando os caminhos seguidos pelos pesquisadores no tocante às assimilações e à superação nas abordagens geográficas. Trata-se de uma questão que pode ser verificada, sobretudo, na fala dos entrevistados que experienciaram as ondas de renovação às quais se refere o professor Ruy Moreira (2010a, 2010b).

Tendo participado ativamente do processo de renovação da Geografia no Brasil nos anos 1970/1980, a professora Maria Adélia de Souza descreveu esse período de inflexão epistemológica apresentando as concepções dominantes na disciplina no referido período e seu posicionamento frente às mudanças em curso.

[...] Eu vou sempre fazer o meu trabalho em dois campos conversando. Como geógrafa, portanto analisando a paisagem, o uso do território e tudo mais, e como planejadora. Como planejadora eu fui me dedicando ao planejamento urbano, ao planejamento das cidades, e, aqui em São Paulo, quando eu volto da França, com o meu mestrado em [19]66, e fico aqui preparando o meu doutorado que eu vou defender lá [na França] em [19]75, orientada pelo professor Michel Rochefort, onde vou tentar fazer uma abordagem teórica sobre os estudos da urbanização no estado de São Paulo, e, claro, muito influenciada pela tese de doutorado do professor Rochefort – que ele acabara de defender e de criar os conceitos de rede e hierarquia urbanas – então eu vou trabalhar com isso no início dos anos 1970 e fazer meu doutorado tentando entender a rede e a hierarquia urbanas do estado de São Paulo, já avançando em algumas coisas sugeridas pelo próprio professor Rochefort, no sentido de fazer andar a ideia dele. Foi uma beleza essa experiência, e essa orientação do professor Rochefort. Então eu tive sempre que ter uma dupla formação: eu tive que estudar tudo da [Geografia] urbana e tudo do urbanismo, do planejamento. E foi assim que eu me preparei para me tornar uma geógrafa pioneiríssima no trabalho do planejamento urbano brasileiro. Eu antecedi a minha grande colega daqueles mesmos tempos – final dos anos 1960 e início dos anos 1970 – que é outra pioneira, que é a professora Lísia Bernardes. Lísia, geógrafa do IBGE, que vai depois se dedicar ao planejamento. No IBGE ela era geógrafa e depois ela começa a trabalhar... E foi aí que eu a reencontrei e a conheci pessoalmente, foi a Lísia trabalhando como planejadora urbana, metropolitana, em função das coisas que ela começou a fazer depois dos anos [19]70. Mas eu comecei antes dela, embora fosse mais nova do que ela. [...] Bom, os anos [19]70 eram anos complicados, não é?! Eu trabalhava no governo de São Paulo, dava aula na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP e era militante política à noite (risos), no combate à ditadura. Então eram tempos muito difíceis, muito complicados. E quem estava morando no Brasil tinha que trabalhar e encarar essa realidade. A Geografia, a Geografia radical, que surge, que tem um marco lá na AGB de Fortaleza em [19]78... Mas antes dela, eu experimentei isso no doutorado e não aderi, teve a chegada aqui no Brasil da tal da Geografia quantitativa, que foi muito... Eu estava no Governo nessa época também e aqui na Universidade e havia uma pressão muito grande para que se lesse, para que se aderisse a essa forma de quantificação. Eu fui me dedicar a esse estudo para ver se isso tinha cabimento, porque eu nunca tive preconceito nenhum contra nenhuma forma do fazer geográfico – um dos capítulos da minha tese de doutorado é sobre a [Geografia] quantitativa. Fui estudar análise fatorial, matemática, tudo, mas cheguei à conclusão de que aquilo não me ajudava, porque eu vinha de uma tradição francesa, humanista, onde eu aprendi que não é a quantidade das coisas o que importa, mas a qualidade dos processos. Isso me deu uma condição de poder refutar a Geografia quantitativa e começar, sobretudo com a ajuda do movimento de Economia e Humanismo, e do Celso Furtado, a entender os processos

de desigualdades. Essa coisa da desigualdade passa a me chamar a atenção, a partir da orientação do professor Rochefort – eu fui aluna de Pierre George, eu fui aluna de Rochefort, e eu fui aluna de [Jean-Paul] Sartre. Então eu tenho uma formação vinculada à busca da liberdade e de um entendimento desses processos, inclusive de um ponto de vista filosófico [...] (DEPOIMENTO DE MARIA ADÉLIA DE SOUZA EM 02 DE OUTUBRO DE 2013).

Inicialmente, cabe destacar que, no tocante ao seu percurso teórico-metodológico, as palavras da professora Maria Adélia de Souza coincidem com os relatos dos professores José Bueno Conti e Sylvio Bandeira de Mello e Silva, sobre o fato de o método quantitativo não ter encontrado no Departamento e na Pós-graduação em Geografia da USP interesses destacados que fizessem dessa perspectiva analítica uma linha que sobressaísse frente às demais possibilidades de leituras geográficas, sobretudo nos momentos de inflexão que se seguem aos ciclos fragmentários de que fala Ruy Moreira.

A professora Maria Adélia de Souza é, reconhecidamente, uma das principais interlocutoras que dividiu com o professor Milton Santos, ao longo de quase três décadas, um projeto político e epistemológico de releitura profunda da Geografia em âmbitos nacional e internacional. Assim como Milton Santos, a professora Adélia defende um posicionamento radicalmente humanístico de compreensão do espaço geográfico e da Geografia, centrado nas possibilidades de emancipação que o espaço geográfico oferece à sociedade e às suas instituições.

O espaço geográfico é elevado, na compreensão de ambos os professores, à condição de instância social, ultrapassando as ideias que o tomam como “palco” de realização da vida social, como um ente externo à sociedade. O espaço é entendido antes como dimensão da sociedade, um determinante-determinado, nas suas distintas fases de realização histórica. O espaço é, de forma concomitante, acúmulo de tempo e história viva. O território usado pela sociedade revela as dinâmicas, as contradições e as possibilidades intrínsecas ao modo com que se realiza a sociedade através do espaço geográfico, sendo o lugar, ponto sobre o qual incidem vetores de natureza quantitativa e qualitativamente variadas, concebido como o *locus*, por excelência, do acontecer solidário – espaço onde pode emergir outras sociabilidades (SANTOS, 2006a, SOUZA, 2003).

Em entrevista à Revista Geosul, no ano de 2003, a professora Maria Adélia esclarece ainda mais sua compreensão sobre o objeto da Geografia e sobre a relação de base das análises geográficas entre sociedade e natureza.

[...] nos últimos quarenta anos o mundo mudou e, conseqüentemente novos paradigmas precisam ser construídos para a sua compreensão. A Geografia, mais do que qualquer outra ciência, que se preocupa com o estudo do Planeta, precisou enfrentar este desafio, e o fez. Ao invés de discutirmos se a Geografia deva ser Física ou Humana, como diria o Milton, o mais importante é discutirmos sobre seu objeto. Para mim, para a Geografia que ensino e pesquiso, é o espaço geográfico; esse objeto é uma instância social. Portanto, ele não admite a dissociação entre homem e natureza, a segunda natureza. E mais, o espaço geográfico é uma totalidade, que hoje entendo que começava já a ser buscada por Vidal de La Blache quando propõe a Geografia Humana, a realização da monografia regional. Um esforço de método para juntar sociedade e natureza, ainda que utilizando o método analítico descritivo [...] (SOUZA, 2003, p. 178).

Nas formas espaciais em que a sociedade se expressa estão implicadas as intencionalidades dos agentes sociais, fazendo dessas feições geográficas ou sistemas de objetos formas-conteúdos e história em movimento (SOUZA, 2003). É a partir dessa perspectiva – perspectiva de forte influência sartriana – de apreensão e de compreensão sobre a natureza do espaço geográfico que a professora Maria Adélia de Souza tem feito avançar as construções teórico-metodológicas do professor Milton Santos, das quais, conforme foi dito, foi interlocutora por quase três décadas.

As pesquisas relacionadas ao planejamento urbano e regional no Brasil têm dividido a atenção da professora Maria Adélia de Souza com a sua contínua releitura das bases teórico-metodológicas de sustentação da ciência geográfica. Nesse percurso entre a disciplinaridade (na afirmação das possibilidades oferecidas pela leitura geográfica do mundo) e a interdisciplinaridade (no diálogo que estabelece com os outros saberes na prática do planejamento), a professora tem contribuído para o avanço e para a interpretação sobre o papel de mediação que os sistemas técnicos estabelecem – na intencionalidade das suas formas-conteúdos – nos territórios, conformando as distintas situações geográficas que possibilitam acessos (usos) diferenciados aos objetos geográficos por parte dos grupos humanos.

As perspectivas de análise que tomam como base as construções teóricas de Milton Santos se constituem também como centrais nos trabalhos desenvolvidos no Programa de Pós-graduação em Geografia da UFBA. Além do professor Serpa, o qual explicita em suas palavras as influências que recebeu do eminente geógrafo, além de outros autores, é bastante presente nos

trabalhos desenvolvidos na pós-graduação em Geografia da UFBA essa fonte teórica como referência que auxilia as leituras de mundo. Dentre os professores-pesquisadores do programa da UFBA, a professora Guiomar Germani também faz alusões à contribuição de base miltoniana aos estudos do grupo de pesquisa GeografAR, sobretudo nos seus primeiros anos, acrescida no tempo de outras leituras, categorias e teorias que se complementam nos trabalhos do grupo.

[...] O ponto de partida era Milton Santos. A leitura geográfica do espaço rural... quando você está lendo, você vê que tem várias leituras, então a gente não vai fechado. A gente parte então dessa leitura, que vê a forma, a função, a estrutura e o processo que, de certa forma, é uma coisa aparentemente limitada, mas que permite abrir a perspectiva. Então a gente não parte para... Qual é o tempo, o marco zero? Quando a gente chega ao assentamento [a gente vê] como era antes, sua trajetória? Essa linearidade aparente do processo não é porque a gente acha que seja linear, mas é para tentar analisar, porque você precisa ter elementos para analisar e para vê o que é que vai dar o tom, o que é determinante em tal processo, o que é determinante sempre se lembrando da correlação entre processo social e processo espacial. E tudo isso alimentado, ou antecedido, por um conceito, que também define uma metodologia, que é a totalidade. Então embora a gente se debruce sobre o espaço geográfico, e o espaço geográfico rural, esse espaço é parte de uma totalidade. Não é que eu tenha de dar conta de tudo, mas, nesse pedacinho, que vou definir para estudar, eu preciso fazer um esforço para identificar o movimento da sociedade, e ele vai se manifestar, e eu preciso parar para olhar, porque ele não aparece logo de cara. Então esse exercício da observação, que na Geografia Tradicional era ponto-chave... Primeiro tem de estar atento, tem de observar. O que nos chama a atenção e nos leva a fazer as perguntas? Então o início é aparentemente muito óbvio, mas dá resultados, faz você chegar. Então tem a questão do princípio da totalidade. Então é Marx, óbvio, que dá um suporte imenso para a gente [...]. Você precisa entender a forma e o significado do conteúdo, aí Milton Santos vai ajudar a gente a chegar nisso. Então a gente vinha numa discussão em que o principal era a luta pela terra. E a gente define também, como eixos de análise, a produção do espaço, os movimentos sociais, e as políticas públicas. Como o Estado e os movimentos sociais vão produzindo diferentes espaços, como vão marcando a geografia de uma forma diferente? [...] A questão agrária pode ter várias formas de interpretação, mas a gente trabalha a dimensão territorial, porque independente de como você entenda, ela vai ter sempre uma dimensão territorial, que está na base dela, que é a apropriação privada da natureza para a constituição da propriedade ou para a constituição do território. Então é essa dimensão territorial que nós tentamos ressaltar nos nossos estudos. E é a dimensão territorial que vai evidenciando o que Marx fala, de que o modo de produção capitalista ele solapa, ele destrói, as duas fontes de riqueza: a terra e o homem/trabalho. [...] E, mais recentemente, a gente passa a incorporar, além da questão do trabalho, os estudos da colonialidade. Carlos Walter [Porto-Gonçalves] vem desenvolvendo esses estudos. Estudos sobre a modernidade incluída no marco da colonialidade, aonde a concepção de campo e cidade, urbano e rural, ela é interessante, porque toda a modernidade e todo esse tempo atual que a gente vive – se você pega o Brasil hoje, toda a economia

brasileira, ela tem uma centralidade no agro, é agroexportadora, como no período colonial, que é a base para o superávit primário, quer sejam os grãos, quer sejam os minérios, é onde se produz a riqueza para o superávit primário. Então o agronegócio, agroexportador, e hoje o extrativismo, a mineração, passa a ter todo o empenho do Estado em garantir a reprodução desses capitais [...] (DEPOIMENTO DE GUIOMAR GERMANI EM 28 DE JULHO DE 2014).

Outra perspectiva de análise que sobressai nos trabalhos científicos nos programas de pós-graduação em Geografia da UFBA e da USP diz respeito à abordagem sistêmica do espaço geográfico. Embora haja nas abordagens sistêmicas do espaço, assim como nas outras perspectivas já apresentadas, variações teóricas e nuances de apreensões metodológicas e conceituais, podemos apontar alguns aportes analíticos comuns que sustentam a coerência metódica dos trabalhos ancorados nessa linha de pesquisa e que, comumente, recorrem a um repertório-base apresentado em trabalhos de referência desenvolvidos no campo disciplinar geográfico. Os trabalhos de Antônio Christofolletti, ao longo das décadas de 1950/60/70, sobretudo sobre os sistemas/subsistemas das bases biofísicas do espaço, são exemplares desta afirmação.

A estrutura do sistema é constituída pelos elementos e suas relações, expressando-se através do arranjo de seus componentes. O elemento é a unidade básica do sistema. O problema da escala é importante quando se quer caracterizar os elementos de determinados sistema. Um rio é elemento do sistema hidrográfico, mas pode ser concebido como sistema em si mesmo [...] Conforme a escala que se deseje analisar, deve-se ter em vista que cada sistema passa a ser um subsistema (ou elemento) quando se procura analisar o fenômeno em escala maior (CHRISTOFOLETTI, 1974, p. 02).

Além das categorias *sistema/subsistema*, *elemento*, *arranjo* e *escala*, apresentados nesse fragmento de texto, Christofolletti (1974) referencia três características principais que devem ser analisadas nas abordagens sistêmicas e que são intrínsecas a todo sistema/subsistema: *tamanho* (define o número de variáveis que o compõe), *correlação* (trata-se da relação entre as variáveis) e *causalidade* (diz respeito à direção da causalidade, definindo as variáveis que são dependentes e as que são independentes dentro do sistema). Já os mecanismos de *retroalimentação* (também denominados *feedback*), segundo Christofolletti, trazem a noção (possibilitam a verificação) de *equilíbrio* aos sistemas.

Os estudos sistêmicos têm se destacado, com sobressaída presença, nas últimas quatro décadas, na subárea da Geografia Física. A leitura sistêmica como recurso interpretativo esteve presente

também, ao longo da história do pensamento geográfico no Brasil, em estudos relacionados a sistemas/redes urbanos/as, em pesquisas de professores e (ou) estudantes, não só nos programas de pós-graduação em Geografia da UFBA e da USP, mas em Universidades e centros de pesquisas nas diferentes regiões do país, a exemplo do IBGE e outras instituições governamentais. Contudo, a abordagem sistêmica nos estudos urbano-regionais tem cedido espaço continuamente para as abordagens de base materialista e de base hermenêutica, desde os anos 1970.

Também as abordagens da chamada Geografia ambiental, que crescem no campo disciplinar geográfico no Brasil, se apresentam ao campo científico e aos demais campos do espaço social como um esforço de síntese que tenta superar a dicotomia entre sociedade e natureza, se utilizando frequentemente das leituras sistêmicas. Como bem afirmou o professor Ruy Moreira (2010a, 2010b), trata-se de um esforço de síntese que ganhou força após a emergência da crise ecológica que acometeu o mundo após os anos 1970. As palavras do professor Marco Antônio Tomasoni são ilustrativas das preocupações e das articulações teórico-metodológicas e conceituais que tentam tratar analiticamente de processos/fenômenos que se implicam em múltiplas escalas, resultado da reestruturação espacial pela qual passou o mundo após a Segunda Grande Guerra (1939-1945), conformando uma nova situação geográfica que passamos a denominar de globalização.

Assumindo a crise ambiental como produto das relações sociedade e natureza, percebemos que há claramente de um lado, uma crise societária, e de outro, um problema de transformação dos sistemas ambientais em escala global, ainda que dinamizadas ou intensificadas pela ação humana. A primeira revestindo-se em facetas de crise econômica; política; técnica; social (valores, ética, moral, etc.), onde sua mascaração nos leva apenas a absorver discursos fragmentados, dificultando nossa compreensão das escalas em que elas ocorrem e de suas relações. A segunda reflete-se de forma difusa e complexa, na abordagem de temas como aquecimento global, desertificação, camada de ozônio, elevação dos oceanos, perda da biodiversidade, desastres naturais, etc, que são observados segundo uma percepção espaço-temporal limitada, apesar dos avanços dos mecanismos de “leitura” do planeta, o que restringe a compreensão dos ritmos e alternâncias dos sistemas que mantém e impulsionam estas dinâmicas (TOMASONI, 2004, p. 17).

É importante ressaltar que nem todas as abordagens ambientais em Geografia têm seus aportes teórico-metodológicos e conceituais exclusiva ou prioritariamente associados à leitura sistêmica do espaço. Alguns trabalhos acadêmicos na subárea da Geografia ambiental tomam como referência teórica o materialismo histórico e o método dialético e, em menor volume de produção

acadêmica no Brasil e nos trabalhos dos programas analisados (vide Apêndice), aparecem também pesquisas referenciadas nas abordagens culturalistas e no método hermenêutico. Em verdade, trata-se, muitas vezes, de construções teórico-metodológicas e conceituais híbridas, ecléticas, como, aliás, é comum em todo o campo disciplinar geográfico no Brasil.

Dentre os pesquisadores entrevistados nesta pesquisa, o professor Luis Antônio Bittar Venturi, Coordenador do Programa de Pós-graduação em Geografia Física da USP quando da realização dos trabalhos de campo desta tese, é um dos acadêmicos que tem trabalhado com a abordagem sistêmica em suas investigações junto ao Programa. A entrevista ocorreu no dia 26 de março de 2014, na sala do professor Bittar Venturi, que falou sobre suas pesquisas e apontou as variações teórico-conceituais e metodológicas da abordagem sistêmica, a despeito de sua raiz comum.

Eu trabalho numa área de interface. Geografia dos recursos naturais é a minha área. É um tema que ele nem pode ser tratado apenas dentro da Geografia Física, porque se não o recurso se transforma num elemento da natureza, e nem só sob um enfoque da Geografia Humana, porque se não o recurso, ele vai virar um dado econômico. Então o próprio nome da área, recurso, é algo a que se recorre, portanto tem um componente histórico aí, social. E natural, porque a dinâmica da natureza é que determina onde é que eles estão e como ele se distribui na Terra. Embora seja uma área de interface, eu tenho uma formação mais voltada para a teoria da paisagem dentro da perspectiva sistêmica, porque os recursos eles só podem ser entendidos dentro da paisagem, dentro de uma combinação de elementos de paisagem que explica porque que existe esse recurso aqui e não ali, e tudo isso é resultado da dinâmica da natureza. Então a paisagem sistêmica, dos autores clássicos, que concebem a paisagem como uma resultante da inter-relação contínua entre os seus componentes, inclusive o homem – mais aí o homem entra como componente antrópico, essa é... A paisagem na perspectiva sistêmica é minha base mais fundamental teórica e metodológica. Ela já indica, inclusive, uma postura analítica em que eu tenho que desmembrar a paisagem nos seus componentes para ver como eles se inter-relacionam para eu recompor a paisagem, para depois entender tudo que ocorre ali, em termos de recursos, e depois, sim, entender como que se dá a apropriação e a exploração desses recursos. Então eu diria que o meu principal referencial teórico-metodológico é sistêmico... Eu nem iria lá atrás, na Teoria Geral dos Sistemas. Tem alguns atores que fizeram muito bem essa importação da Teoria Geral dos Sistemas para a Geografia, como, por exemplo, Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro, alguns franceses, alguns russos, entre os clássicos que a gente conhece, outro é o próprio Christofolletti... E a Geografia se aproveitou muito bem disso. Todas as teorias que os alunos trabalham, eles têm esse suporte sistêmico. Eu poderia citar vários, a gente trabalha com várias dessas teorias: a biorresistência, a ecodinâmica do [Jean] Tricart, a própria paisagem geossistêmica do [Georges] Bertrand, os temas agroambientais do Jurandy [Ross], Carlos Augusto [de Figueiredo Monteiro] com a análise rítmica do clima, [...] eu poderia citar assim,

pelo menos, uns quinze ou vinte autores que desenvolveram teorias que nos servem de fundamento para as pesquisas, com essa perspectiva da paisagem, que beberam da fonte da Teoria Geral dos Sistemas, que o Carlos Augusto [de Figueiredo Monteiro] chama de o “seio de Abraão” (risos), de onde todos vieram (risos), dentro dessa perspectiva. Então, normalmente, todas as questões relacionadas ao meio ambiente, aos recursos naturais, ao planejamento territorial voltado para conservação de áreas, todos esses temas são desenvolvidos até hoje sob esse paradigma teórico sistêmico. E, em termos metodológicos, se você for pensar... bom, poderia dizer, uma análise sistêmica, que é uma análise integrada e dinâmica. Esse é um método mais forte, essa estratégia metodológica mais forte do geógrafo. É uma análise integrada e dinâmica, que poderia também chamar de sistêmica, que é com esses aportes teóricos, não é?! E existem algumas variações [...] (DEPOIMENTO DE LUIS ANTÔNIO BITTAR VENTURI, EM 26 DE MARÇO DE 2014).

Outro pesquisador com destacada influência no campo disciplinar geográfico no Brasil, particularmente no tocante à geomorfologia e aos estudos ambientais, entrevistado para esta tese, foi o professor Jurandyr Ross. O professor Jurandyr Ross narrou ao longo da entrevista a sua rica experiência no Projeto RADAM-BRASIL (inicialmente denominado Projeto Radar da Amazônia (RADAM), e depois expandido para outras regiões do país, passando a se chamar RADAM-BRASIL). O projeto RADAM-BRASIL (1970-1985) esteve inserido no rol das ações dos governos militares para criar subsídios ao planejamento em escala nacional, mediante extensos mapeamentos e inventariação dos recursos territoriais do país. Mais do que um projeto de cunho técnico, para o professor Jurandyr Ross, o Projeto RADAM-BRASIL lhe possibilitou um acúmulo de experiências que lhe serviram ao exercício de revisão teórico-metodológica da geomorfologia e a uma proposta de classificação do relevo no Brasil.

Eu acho que todos os trabalhos, na Universidade ou fora da Universidade, eles são de duas mãos. Você... isso é – embora eu não seja um marxista – isso é dialético. Quer dizer, você ensina e aprende o tempo todo. Essa é a grande vantagem de você trabalhar com pesquisa e ensino, pesquisa e ensino o tempo todo. E o RADAM-BRASIL, embora fosse um projeto técnico-científico, ele foi para mim uma verdadeira porta para a pós-graduação, uma verdadeira especialização, porque lá eu entrei sabendo algumas coisas, mas eu aprendi muito do Brasil, eu aprendi muito da técnica, não é?! Então os seis anos em que eu fiquei lá, foram seis anos de muito e intenso trabalho, [a gente] fazia muito campo, fazia muito mapa, discutia com os geólogos, discutia com os pedólogos, então tinha uma relação de trabalho que era muito rica, porque ao mesmo tempo em que você ficava especializado na sua área, você fazia uma interdisciplinaridade obrigatória com os colegas dos outros temas. E isso foi de um valor inestimável para o meu conhecimento, para o meu aprendizado. [...] Então essa passagem foi fundamental. Ao sair desse trabalho, onde trabalhei no Centro-Oeste, no sul da Amazônia, eu saí com uma excelente ideia do que era o Brasil, na perspectiva geomorfológica, e foi graças a isso que eu pude chegar aqui,

nos primeiros anos que eu fiquei aqui, eu pude fazer uma síntese do relevo brasileiro e publicar aquela proposta de classificação. Ela veio muito em função daquilo que eu aprendi no RADAM-BRASIL e do que foi produzido no RADAM-BRASIL pelos colegas meus, por mim e pelos colegas meus [...] porque até então nós tínhamos uma classificação de relevo de 1944, e nós estávamos em 1989, [19]88, [19]89, [19]87... Então eu demorei até um pouco, porque eu entrei para trabalhar aqui na USP em [19]83, em janeiro de [19]83. Eu gastei seis anos para tomar coragem e apresentar no ambiente acadêmico, digamos assim, uma proposta, que foi apresentada em [19]89, no Simpósio de Geografia Física, que ocorreu em Nova Friburgo, no Rio de Janeiro. Foi a primeira vez que eu apresentei. [...]

André Sousa: E a repercussão que o senhor acha que isso teve?

Jurandyr Ross: A repercussão quando eu apresentei isso lá no Simpósio foi muito insignificante. O pessoal que era do RADAM entendeu, alguns perguntaram algumas coisas, eu respondi, porque eu estava com uma roupagem teórica diferente da do RADAM, eu adaptei o RADAM do ponto de vista técnico-científico e dei uma roupagem teórico-metodológica da geomorfologia dos soviéticos, não é?! Que agora são os russos.

André Sousa: E qual é essa roupagem?

Jurandyr Ross: É a roupagem de tratar a questão do relevo em duas grandes componentes: uma morfoestrutural e uma morfoescultural e tratar, portanto, a classificação do relevo, nessas duas perspectivas e não só na perspectiva morfoclimática ou só na perspectiva morfoestrutural, mas sim com todas... Ou seja, definindo unidades morfoestruturais e dentro de cada unidade morfoestrutural, as unidades morfoesculturais. Esse foi assim, digamos, o teor essencial [...]
(DEPOIMENTO DE JURANDYR ROSS EM 01 DE OUTUBRO DE 2013).

O professor Jurandyr Ross prosseguiu sua fala citando as influências e trabalhos de grande destaque na geomorfologia no Brasil, dentre os quais o professor Aziz Ab'Saber, como um dos pioneiros que desenvolveu a geomorfologia no país com textos que são tomados ainda na atualidade como referência aos estudos geomorfológicos e ambientais, ainda que publicados na década de 1960. Dentre os autores franceses, o professor Jurandyr Ross lembra Georges Bertrand e Jean Tricart como referências das mais destacadas nas mesmas áreas. No tocante aos russos, o professor Jurandyr Ross atribui a autores como Mescrejacov, Gerazimov e Sotchava papel fundamental nas sínteses geográficas que construiu ao longo de sua carreira. No correr da entrevista, solicitei ainda ao professor Jurandyr Ross que falasse um pouco da influência do Estado soviético na geomorfologia russa e a perspectiva de se trabalhar sob um aporte metodológico marxista, perspectiva difundida em meados do século XX nos países europeus e que logo chegaria também ao Brasil.

Não, isso era muito em cima do discurso obrigatório. Na prática, as bases teóricas da geomorfologia não dão para adaptar o marxismo nelas, não é?! Mas o discurso era um discurso que passava por isso. Mas eu descobri mais tarde um pouco, não

pelos geomorfólogos – mas também pelos geomorfólogos – mas, sobretudo, pelos biogeógrafos russos que o tratamento não era um tratamento dialético especificamente, mas era um tratamento sistêmico. Daí vem os geossistemas que são uma invenção dos alemães e dos russos, os russos soviéticos, que é uma abordagem sistêmica, os geossistemas, que depois [Georges] Bertrand incorporou na literatura da Geografia francesa, que veio para o Brasil via Bertrand. Mas os geomorfólogos não faziam um discurso muito atrelado, eles eram mais técnico-científicos, com exceção talvez do Guerazimov, que foi um dos geomorfólogos que virou ambientalista, digamos assim, trabalhava com questão ambiental mais ampla, tipo [Jean] Tricart, tipo [Aziz] Ab'Saber, que saíram da geomorfologia, mas abriram o leque [...] (DEPOIMENTO DE JURANDYR ROSS EM 01 DE OUTUBRO DE 2013).

Foram apresentadas até aqui algumas das contribuições teórico-metodológicas e conceituais mais presentes/influentes nos trabalhos desenvolvidos nos programas de pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia e da Universidade de São Paulo, seja naqueles realizados por experientes professores, seja nas construções acadêmicas dos candidatos à titulação de mestres e doutores em Geografia nesses centros, influenciados pelos aportes disciplinares seguidos por seus orientadores. Foram apresentados também fragmentos de textos/narrativas que servem de panorama não só da diversificação das bases de sustentação das práticas explicativas desses pesquisadores, que podem ser agrupadas em grandes eixos teórico-conceituais, como também evidencia que esses grandes eixos são, em verdade, em sua maioria, articulações que acolhem com mais ou menos abertura aportes teóricos e conceituais diferentes que se entrelaçam ou que se estabelecem a partir de associações de maior proximidade epistemológica, mas que são renovados pelo próprio movimento de constituição e de (re)afirmação da disciplina no tempo.

Não há, nessa seção, a intenção de esgotar, rotular ou enrijecer, as possibilidades quanto ao trato teórico e quanto às práticas explicativas desenvolvidas pelos acadêmicos entrevistados. A intenção é de, apenas, apresentar aportes teórico-metodológicos e conceituais de destaque nos dois programas em análise. São mais amplos e variados os aportes das pesquisas realizadas nesses centros, portanto, antes de darmos seguimento à próxima seção, e mesmo antes de passarmos a alguns comentários, ainda na presente seção, sobre as entrevistas com os estudantes, apresento um quadro-síntese com fragmentos de entrevistas de professores que não estão dispostas de forma mais extensa neste tópico. Esse quadro-síntese não esgota a gama de tratos analíticos presentes nos programas investigados – uma vez que não entrevistamos todos os

professores –, mas nos serve para verificar um pouco mais as perspectivas teórico-metodológicas que têm pautado os trabalhos dos professores-pesquisadores dos programas, além de tornar menos extensa e, talvez, cansativa a seção.

Tabela 02 – Quadro-síntese: Fragmentos de falas emblemáticas e ilustrativos dos demais professores entrevistados

Professor	Fragmentos de falas emblemáticas e ilustrativos
Catherine Prost	<i>Para mim, sempre foi muito claro que o método dialético é o método que eu me identifico, por essa politização que eu tenho. [...] Eu diria que... claro, eu tive influência do Yves Lacoste, [eu tive] uma boa relação com ele [...] eu acho que a influência [de Yves Lacoste] é justamente no gosto do estudo dos conflitos. Eu não gosto de brigar, quer dizer, eu gosto de brigar na política [...]</i>
Cristóvão Brito	<i>Bom, quanto à perspectiva conceitual, teórica, metodológica, eu me apoio em autores que tratam de alguns temas com bastante clarividência, um deles é a ideia, o conceito, de rede geográfica. Então esse conceito é muito forte para mim. Me permite fazer uma abordagem trans-escalar dos agentes. E quem desenvolve bem esse conceito, aqui no Brasil, é tanto a professora Leila Dias, como o professor Milton Santos. [...] Outro conceito muito forte que eu utilizo é o conceito de território. [...] eu utilizo bastante a ideia do poder, [...] a ideia da Hannah Arendt.</i>
Antonio Puentes	<i>Eu venho trabalhando muito com o tema dos recursos hídricos, especialmente na área [da Geografia] física, usando os conceitos principais de geossistema, Teoria Geral dos Sistemas, principalmente na área de bacias hidrográficas, hidrologia, área ambiental, fazendo sempre o link entre a parte ambiental e a parte social ou sócio-econômica, geralmente numa análise integrada.</i>
Daria Cardoso Nascimento	<i>Quando eu passei [na Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia] para a pesquisa que seria a pesquisa e a cartografia juntas então, seis anos, se não me engano, seis a oito anos, com o professor Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro, ele foi quem... o trabalho com geossistemas e o trabalho, nesse período, com ele, foi que me deu todo o suporte de ensinar aqui nessa área de análise da paisagem.</i>
Antonio Angelo da Fonseca	<i>Aqui a gente conseguiu, com a ajuda dos colegas, montar um laboratório, que é o Laboratório Estado, Território e Desenvolvimento, e desenvolver pesquisas e organizar eventos e hoje eu trabalho nessa perspectiva da política, da relação política e território, sem perder de vista a questão da discussão regional, cada dia mais voltando para ela. E eu trabalho com disciplinas de caráter mais teórico, seja a Teoria da Geografia, seja a Geografia Regional e, na pós-graduação, com abordagem sobre federalismo e descentralização, como também a análise do espaço regional.</i>

Conclusão Tabela 02 - Quadro-síntese: Fragmentos de falas emblemáticos e ilustrativos dos demais professores entrevistados

Professor	Fragmentos de falas emblemáticos e ilustrativos
Neyde Maria Gonçalves	<i>Trouxemos aqui o professor Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro, ele veio aqui e dava inicialmente cursos de extensão em climatologia [...] Depois eu fui para a USP, fiz um estágio no laboratório de climatologia com o professor Carlos Augusto, assisti ao primeiro curso de climatologia urbana que ele deu na pós-graduação, e eu me apaixonei por estudar climatologia urbana.</i>
Emanuel Reis de Jesus	<i>Posteriormente, em 1976, parece, foi implantado o projeto do Atlas Climatológico da Bahia, que teve a orientação do professor Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro. Durante três anos tivemos uma verdadeira... Um laboratório onde eu já comecei a gostar de climatologia e mais ainda, que eu tive a oportunidade de ter um grande mestre como comandante desse projeto e que a partir daí eu comecei a me empolgar de fato com a climatologia.</i>
Rita de Cássia Cruz	<i>Em final dos anos [19]80, eu estava muito influenciada por uma... Por certa hegemonia, eu diria, da temática ambiental. Então foi assim que eu fiz meu TGI sobre turismo em impactos ambientais e costeiros. Então logo depois do TGI defendido em [19]91 eu entrei no mestrado com essa mesma perspectiva de estudar impactos ambientais, atividades turísticas em áreas litorâneas. [...] Portanto, os autores, nos quais eu me apoiei, eram autores que, na época, discutiam de uma forma mais decisiva, impactos ambientais, de modo geral. Quando eu terminei o mestrado, ao estudar o que estava acontecendo na zona costeira, eu tive despertada a minha atenção para o papel das políticas públicas na produção dos espaços para o turismo [...] Eu pude perceber que o que estava acontecendo ali se replicava para outros trechos do litoral nordestino, e eu me senti instigada, por entender esse processo numa escala geográfica mais ampla [...].</i>

Fonte: Dados do Autor.

Após a apresentação do quadro-síntese sobre perspectivas teórico-metodológicas dos professores, entendidos como multiplicadores/direcionadores, em potencial, de suas perspectivas nos trabalhos desenvolvidos pelo corpo discente, há de se observar algumas questões nas falas dos estudantes entrevistados. Diante da diversidade de entendimentos sobre as bases ontológicas, metodológicas e teórico-epistemológicas abordadas nesta seção, que expressam parte das compreensões dos professores dos programas em análise sobre a disciplina – diversidade própria ao movimento de realização do campo disciplinar, mas que também traz incertezas e dificuldades ao trato teórico da dimensão espacial da sociedade – as narrativas de um número significativo de

estudantes aparecem, por vezes, carentes de maior clareza quanto a essas questões. De modo geral, os estudantes falaram com muito mais desenvoltura e firmeza das suas escolhas temáticas do que sobre suas opções teórico-metodológicas e conceituais.

As dificuldades citadas podem ter razões variadas: as mudanças de opção em curso no próprio desenvolvimento do trabalho acadêmico, no tocante às escolhas que vão se redefinindo ao longo do processo, ou mesmo a exigência imposta pelo campo econômico/profissional à formação continuada, induzindo, por vezes, ao ingresso pouco refletido ou não tão bem preparado/planejado nos cursos de pós-graduação, são algumas das hipóteses possíveis (voltaremos a essa discussão na próxima seção).

Dentre as sessenta e oito entrevistas realizadas com estudantes dos programas de pós-graduação em Geografia da UFBA e da USP, quatro fragmentos de fala são apresentados a seguir como trechos emblemáticos e ilustrativos do grupo de candidatos aos títulos de mestre ou de doutor em Geografia que apresentou bastante clareza quanto aos aportes teórico-metodológicos e conceituais escolhidos para a trajetória ao longo do curso e para a apreensão analítica dos objetos de estudo dos seus trabalhos. Os quatro fragmentos de falas, a seguir, apresentam, além da firmeza e da desenvoltura no trato teórico, um pouco da variação das temáticas abordadas nos programas em estudo.

Bom, atualmente eu pesquiso no campo da História do Pensamento [Geográfico] e me interessa, particularmente, a utilização da hermenêutica como método na interpretação e recuperação do pensamento de teóricos, em geral na Geografia, particularmente, no caso de Milton Santos, que é a minha tese de doutorado. [...] Quando eu cheguei à Geografia, nos inícios dos anos de 1980, a Geografia vivia o auge do movimento de renovação crítica e eu vinha de uma militância do Partido Comunista, tinha alguma leitura no marxismo e encontrei na Geografia Crítica a minha 'praia'; fiquei muito à vontade com a literatura; a primeira vez que eu tive contato com os artigos desse movimento foi na revista da [editora] Vozes, hoje uma revista histórica e algumas coletâneas. Tive a oportunidade de ter contato logo com Ruy Moreira, com Carlos Walter, com Douglas Santos, com pessoas que estavam à frente desse movimento através do diretório acadêmico e me filiei; toda a minha trajetória na graduação foi feita com base no pensamento crítico de base marxista. O mestrado deu continuidade, mas já foi um momento de inflexão, o mestrado iniciado em 2002 e terminado em 2005, que versou sobre o orçamento participativo como política territorial do governo do PT em Alagoinhas e, nesse momento, essa pesquisa me provocou um desencantamento com as possibilidades teóricas dessa abordagem, pelo menos no estágio em que ela se encontrava, de lá para cá eu acho que ele

avançou bastante, mas os meus interesses é que se modificaram. Então, eu passei a pesquisar mais no âmbito das disciplinas que eu lecionava: Teoria da Geografia e História do Pensamento Geográfico e, a construção da minha tese de doutorado me encaminhou na direção da fenomenologia hermenêutica, particularmente, na versão de Paul Ricoeur, que é um pouco diferente do que a gente conhece de hermenêutica através de... e estou caminhando por aí. Na verdade é assim, não desconheço a importância e a validade do materialismo histórico na Geografia, mas a minha pesquisa hoje com os meus caminhos acadêmicos me levam em outra direção, que eu não encontrei muitas possibilidades de respostas nas questões que eu estava levantando diante do materialismo, então, eu fui buscá-la na fenomenologia hermenêutica (DEPOIMENTO DE CLAUDEMIRO FERREIRA DA CRUZ NETO, DOUTORANDO EM GEOGRAFIA PELA UFBA, EM 28 DE FEVEREIRO DE 2013).

Quando eu saí da graduação, eu tinha... eu confesso que eu tinha uma visão muito fragmentária da Geografia, eu via tudo de modo muito... por 'caixinhas', de forma muito positivista – não estou dizendo que minha formação era positivista –, bom, todo mundo tem um pouco de positivista – a Universidade brasileira é isso –, mas era tudo muito separado. Quando eu entrei na pós-graduação eu consegui articular esses conteúdos e hoje eu não vejo muita diferença, não consigo, por exemplo, ver diferença entre História, Geografia, Política, Antropologia, Filosofia, está tudo misturado, acho que essa é uma grande conquista da FFCHL [USP], estar na Faculdade de Filosofia aqui da USP permite que você frequente esses ambientes todos e amplie o modo como você enxerga o fazer científico. Nesse sentido, dentro dos debates aqui no laboratório, no grupo da [professora] Fani, no grupo da [professora] Amélia, a discussão sobre a superação das ciências parcelares, ela é básica, ela é fundante, de que modo você consegue produzir um conhecimento sobre a realidade a partir da sua ciência parcelar, mas sem se restringir apenas a ela. Então me parece que o método materialista e dialético vai nesse sentido. Ele permite que a gente extrapole os limites entre as disciplinas, entre as fronteiras disciplinares que apenas limitam o nosso raio de observação (DEPOIMENTO DE JÚLIO CÉSAR DE FERREIRA SANTOS, DOUTORANDO EM GEOGRAFIA HUMANA, EM 04 DE OUTUBRO DE 2013).

Eu me interessou muito – isso é um estudo que eu desenvolvo há dez anos, praticamente – eu me interessou muito pelo lugar, pela categoria lugar, pelo interesse que eu tenho do cotidiano. E esse cotidiano estudado dentro da Geografia, o recorte geográfico para estudar esse cotidiano, é o lugar, e o lugar tem me chamado atenção em diversas correntes teóricas, tanto no marxismo quanto no... também me chama atenção na fenomenologia, me chama atenção também no pós-estruturalismo. É uma categoria, enfim, que eu me identifico e procuro crescer cada vez mais [...] Eu sempre prestei muita atenção nas contradições de nossa sociedade e isso sempre me levou a ter um aporte, a minha orientação teórico-metodológica tem uma forte influência do marxismo. Mas essas contradições sempre me chamaram muito atenção na escala da realização dos processos, de como esses processos se realizam

no cotidiano, e aí eu estou falando do lugar. Então, toda a minha trajetória vem de uma inquietação que eu tenho em relação a esse cotidiano, a essas contradições que se realizam no cotidiano, que vem de uma experiência inclusive durante aquele momento que eu participei da extensão universitária, eu tive contato com a sociedade do entorno, com diversas classes sociais e tornou-se visível, uma vez que, eu fazia extensão paralelamente ao meu curso de Geografia, e, tornaram-se visível para mim as contradições, os problemas sociais, então, aquilo me inquietava, a teoria que conseguia me apontar alguns caminhos, as teorias que inicialmente me apontaram alguns caminhos foram as teorias de inspiração marxista, mas depois outras coisas me inquietaram também e o marxismo não deu conta, não vou dizer marxismo, mas a teoria de inspiração marxista não deu conta e eu tive que estudar, tive que adentrar por outras teorias, não é? Continuei na carreira acadêmica porque percebi que outra profissão, outra forma de me ocupar profissionalmente não acalmariam minhas inquietações, não iam me satisfazer. Ser professor hoje no ensino básico no Brasil impossibilita você de se debruçar com força, com dedicação nessas contradições, então, eu também meio que coloquei de lado um pouco a profissão de ensino básico e ensino médio, e a carreira acadêmica vem disso, dessa inquietação que me persegue, até hoje eu estudo o lugar, hoje presto atenção à teoria de inspiração marxista, até por que... Procuo novas teorias, tento me aprofundar no pós-estruturalismo... É isso. (DEPOIMENTO DE SHANTI NITYA MARENGO, DOUTORANDO EM GEOGRAFIA PELA UFBA, EM 31 DE JANEIRO DE 2013).

[...] Eu comecei fazer pesquisa na graduação, no primeiro ano de faculdade, e aí gostei, fiz três anos de pesquisa no Departamento de História, na área de história da Geografia, e continuei e continuo trabalhando com história da Geografia, só que o mestrado e o doutorado na área da Geografia mesmo. [...] Eu gosto muito da Geografia clássica, basicamente dos métodos do Vidal de La Blache, e o impulso que ele ganhou através de um historiador chamado Fernand Braudel, [...] então eu estudei muito a obra do Braudel e do Vidal e me influenciei bastante pela obra do Vidal, então de alguma maneira eu posso te dizer que me aproximo do método braudeliano. O tema é essa relação entre Geografia e História, é o que mais me interessa, porque eu acho que algumas questões estão respondidas nessa relação, porque o Braudel 'adotou' o Vidal e deu um impulso para a teoria dele e porque a Geografia crítica, mais ou menos contemporânea, não quis saber muito da Geografia clássica. Então eu acho que tem algumas coisas a se explicar a partir desse contato entre intelectuais ao longo da história da Geografia [...] (DEPOIMENTO DE LARISSA ALVES DE LIRA, DOUTORANDA EM GEOGRAFIA HUMANA PELA USP, EM 01 DE OUTUBRO DE 2013).

Esses fragmentos de falas, conforme já foi dito, são exemplares da diversidade de leituras possíveis dentro da Geografia ou do diálogo que se estabelece entre o olhar geográfico e outras disciplinas, mas são, sobretudo, ilustrativos de alguns trabalhos que são realizados exprimindo a presença de aportes teórico-metodológicos e conceituais de modo bastante claro e consistente. Todavia, foi comum perceber na fala dos estudantes entrevistados, tanto em nível de mestrado

como de doutorado, certa imprecisão quanto aos aportes de sustentação dos trabalhos ou uma disposição maior para tratar dos temas de pesquisa.

Soma-se às hipóteses já citadas no tocante a não explicitação dos métodos e teorias, como aquela que referencia o próprio processo de pesquisa como momento de (re)descobertas, assimilações e/ou refutações, trazendo incertezas quanto aos aportes da pesquisa, outras conjecturas como as que dão aos trabalhos de iniciação científica, ainda em nível de graduação, ou mesmo à participação em grupos de pesquisa e de estudos ao longo da pós-graduação papel de destaque, como processos/momentos que teriam a função de elucidar as bases com as quais se quer/se pode trabalhar ou mesmo aquelas com as quais não sentimos confiança para trilhar o caminho científico – este, por si só, um caminho de incertezas.

4.3. Expectativas sobre o futuro da Geografia e da Universidade

Ao longo desta tese, o esforço foi o de articular um discurso historiográfico pautado nas diacronias e sincronias de vetores e eventos que incidiram e se realizaram no território nacional, sobretudo na Bahia e em São Paulo, sendo responsáveis pela configuração de diferentes situações socioespaciais no tempo, verificando os processos de constituição do campo disciplinar geográfico. Todavia, é importante que nos esforcemos também em vislumbrar, a partir da percepção e da prática cotidiana da comunidade, alguns caminhos para os quais apontam o campo disciplinar geográfico.

Se o passado articula e participa do presente, conforme nos chama a atenção o professor Milton Santos (2006a), a partir da incidência e desdobramentos dos eventos-vetores, é no presente, por outro lado, que podemos definir os rumos futuros da Universidade e do campo disciplinar, a partir das possibilidades inscritas no nosso espaço-tempo. Entender a lógica que incide e absorve o trabalho acadêmico na atualidade, atribuindo-lhe uma aceleração vertiginosa e uma intencionalidade proposital-instrumental que negam suas premissas originais, impulsionando o seu aprofundamento nas divisões social e territorial do trabalho, engendradas pela racionalidade moderna, parece ser o maior desafio que se impõe à Universidade e à comunidade acadêmica dos nossos tempos.

Esta seção trata de algumas preocupações e perspectivas/anseios que ouvi da comunidade entrevistada, nos seus relatos a respeito dos rumos da disciplina – tendências que se evidenciam ou que são desejadas para o campo disciplinar geográfico e para a própria Universidade. Assim como no caso das perspectivas apresentadas na seção anterior, de natureza diferente, as questões abordadas pelos professores-pesquisadores sobre os rumos da Universidade e sobre os rumos do campo disciplinar também foram expressas de modo bastante diversificado. Algumas falas se concentraram em aspectos de cunho mais teórico-epistemológico, outras se pautaram em elaborações sobre o papel social da Universidade, aspectos abordados separadamente nas entrevistas, mas agregados aqui às perspectivas sobre o futuro da instituição e do campo; outros, ainda, discorreram sobre a participação dos estudantes na vida acadêmica.

São apresentados aqui alguns trechos emblemáticos e representativos desses pontos abordados. Pensando em termos de perspectivas teórico-metodológicas que se conformam como tendências para a Geografia no Brasil, assim narrou o professor Wendel Henrique sobre suas impressões acerca do futuro da disciplina:

As tendências... Eu acho que essas... O reforço das tendências culturais é uma tendência, da abordagem cultural, é uma tendência forte, com cuidado para que as questões culturais não virem um novo empirismo, onde cabe tudo e para que não seja uma oposição radical à Geografia crítica, no sentido de uma Geografia cultural acrítica, onde se analisa o frevo pela beleza do frevo ou o Litoral Norte pela beleza paisagística de lá. Então é uma tendência, mas com certo cuidado de não negar a teoria e a crítica. Os estudos urbanos continuam fortes, por conta, inclusive, desses grandes eventos, da concentração de população nas cidades. Nas questões ambientais há um certo descolamento da geomorfologia em relação à Geografia, certa setorização muito profunda da geomorfologia, o que pode ser um risco à sua permanência dentro da Geografia, seria uma perda muito grande. Uma radicalização das demandas cartográficas, da compreensão desses sistemas de informações geográficas, do mapeamento. Acho que há uma tendência de retorno da discussão regional e do lugar, quebrando um pouco a hegemonia da discussão sobre território. E uma ampliação das abordagens possíveis. Hoje dificilmente a gente encontra vinculações teórico-metodológicas ortodoxas. Há, até, certo policiamento, ninguém se diz marxista ortodoxo. Hoje ser 'multi' é o que está na moda. Essas relações entre as Geografias... A gente passa por várias instituições – acho que essa é a riqueza de ser migrante... Eu estudei numa instituição que tinha uma vinculação teórica clara, a UNESP, de Rio Claro, uma Universidade de Geografia Física. Christofolletti era a referência básica para tudo e para todos, aliado à Geografia da percepção com a Livia de Oliveira. Eu saí de Rio Claro, apesar de sempre estudar

em Rio Claro, fui trabalhar em outros lugares, a escola me permitiu ver outras teorias, quando eu cheguei à Santa Catarina eu me deparei com outra realidade teórica, uma vinculação com uma parte muito específica da teoria de Milton Santos, que é a formação sócio-espacial, essa é a corrente hegemônica em Santa Catarina, formação sócio-espacial, ciclos da economia, uma valorização da dimensão econômica, e quando eu cheguei aqui na Bahia as possibilidades se ampliaram. A UFBA não tem, na Geografia, apesar de ser majoritariamente de abordagem urbano-regional, não tem uma vinculação teórica hegemônica. Claro que aqui se valoriza Milton Santos, mas não há um policiamento – e isso é importantíssimo – teórico que colegas de outras instituições falam e reclamam. Aqui a gente tem certa liberdade dentre as várias possibilidades teóricas que a Geografia nos coloca. Então hoje o mais bacana da Geografia da UFBA é que a gente pode escolher as teorias e estamos um pouco livres de policiamento teórico-metodológico (DEPOIMENTO DE WENDEL HENRIQUE, EM 21 DE MARÇO DE 2013).

Já o professor Marco Antônio Tomasoni demonstrou sua preocupação com a confirmação/tendência do aprofundamento das especializações e das fragmentações no campo disciplinar geográfico e no processo formativo do alunado. A tensão entre um chamado ideológico às multidisciplinaridades e à transdisciplinaridade e uma realidade que se realiza fragmentando a compreensão sobre o mundo, aparece, para o professor Tomasoni, como um dos desafios da prática didática atual dos geógrafos/candidatos a geógrafos.

[...] Então uma sociedade que elimina a Geografia da sua base curricular para mim é uma sociedade que cria um empecilho para ela se entender e, obviamente, isso não é uma coisa feita aleatoriamente, isso é uma coisa proposital. Essa importância está dada, eu falei da importância talvez de forma subliminar, mas se eu for falar de cada ponto, eu poderia me ater a cada trabalho, a cada coisa que eu já vi acontecer e o quanto as pessoas que não são geógrafos têm a admiração pelo olhar e pela análise que o geógrafo faz para entender os espaços, os lugares, as regiões e o espaço global. [...] Está aí uma pergunta complexa também, porque ao mesmo tempo em que você tem um mundo se abrindo com a perspectiva da interdisciplinaridade, da transdisciplinaridade, de uma perspectiva holística, a gente observa que há, em outras áreas do conhecimento, uma maior verticalização e uma maior especialização. É claro que aqueles que vão se formar... Está sendo cada vez mais exigido desses que estão nos cursos, um conhecimento que está ficando muito complicado de se dar, porque cada vez a gente tem que ir mais para dentro dos outros campos do conhecimento para buscar informações que aperfeiçoem as nossas análises. Então você tem essa perspectiva, que é um chamamento ideológico à interdisciplinaridade, a essa coisa mais holística, mas, no mesmo caminho, você tem exatamente essa verticalização. Então eu vejo que por conta de “n” questões que estão associadas ao progresso da Ciência, à formação curricular, à vida acadêmica, você acaba tendo uma especialização excessiva, então aquela formação de olhar mais transversal, ela obviamente tende a sumir. É uma tendência (DEPOIMENTO DE MARCO ANTÔNIO TOMASONI, EM 09 DE ABRIL DE 2013).

Centrado um pouco mais nas questões relacionadas aos estudantes em nível de pós-graduação e nas possibilidades que a estes se apresentam, o professor Pedro de Almeida Vasconcelos voltou a apresentar, na sua fala, observações e preocupações sobre os rumos na formação dos professores-pesquisadores com quem tem contato nas disciplinas e nos seminários que dirige nos cursos de pós-graduação na UFBA.

[...] O contato que eu tenho com alunos de pós-graduação, sobretudo o doutorado, que eu tenho essa oportunidade, eu vejo que a maior parte está vinculada ao ensino. E nesse sentido o doutorado vem completar o nível mais elevado da formação. E a gente tem discutido lá nos seminários, não é?! Em alguns casos, me parece que alguns alunos não têm ideia do grau de importância que é o doutorado para a continuidade de suas atividades. [...] Quer dizer, há uma certa hierarquia nos estudos. Se a pessoa chegou num grau de doutorado ela deve almejar ensinar no nível mais elevado, que é o ensino universitário e continuar a carreira. Então isso eu sinto ainda um impacto nessa expectativa dos alunos. [...] (DEPOIMENTO DE PEDRO VASCONCELOS, EM 13 DE MARÇO DE 2013).

O professor Pedro Vasconcelos seguiu fazendo referências à formação segmentada nos cursos de graduação, interpretando a pós-graduação como a possibilidade/o momento de superação dessas cisões que estão na base das estruturas disciplinares em que se fundamentam as Universidades no Brasil. Particularmente no caso da Geografia, o professor Vasconcelos expressa novamente suas preocupações quanto ao lugar da natureza no pensamento geográfico e nas divisões disciplinares internas ao campo e que se conformaram ao longo da história do pensamento geográfico.

[...] Talvez na pós-graduação se consiga mais, com as disciplinas de teoria, de metodologia, dar uma visão mais global, mas, mesmo assim – e a própria experiência do doutorado está mostrando –, é em detrimento da Geografia Física, como ela é minoritária... não é?! Talvez em outras instituições a Geografia Física seja mais forte. [Aqui] os alunos da Geografia Física ficam, digamos, sobrando na grande discussão teórica que domina na Geografia Humana, que trabalha hoje em dia com as questões filosóficas, epistemológicas, ontológicas que a gente tem. Então isso eu acho uma dificuldade. A USP resolveu parcialmente isso criando dois programas de pós-graduação. Mas a USP é gigantesca, a gente não pode comparar. Tem em torno de 400 alunos na pós-graduação. É outra escala. Mas a gente aqui tem essa dificuldade. Mas sem ainda um tempo para avaliar, a impressão, o que me preocupa um pouco é que existe pouca exigência no doutorado. Por exemplo, um aluno que acabou de fazer um mestrado, para passar para um doutorado, na medida em que ele tem quase toda a dispensa [de disciplinas], não há... Quase que só os seminários ficam como exigência. É algo para se pensar, porque há um perigo de o doutorado virar um ‘mestrado’, de não haver um rigor que pudesse ocorrer com

novas exigências, para que esse grau acadêmico não caia em longo prazo. Eu sempre falo nos seminários que a gente deve fazer um esforço para elevar o nível o mais alto possível, o debate, a discussão de pensamentos, porque é o nível mais elevado. Pós-doutorado não existe. Existe estágio [de pós-doutoramento]. A formação do pesquisador e do acadêmico é o doutorado. Então a gente precisa fazer um esforço muito grande. [...] E outra questão também é: a existência de disciplinas obrigatórias faz com que as outras tenham menos peso. Uma disciplina optativa já cai de status, o aluno se inscreve ou não se inscreve. Você pode ter dois ou três alunos se a temática não for de interesse geral. É outra questão, outra problemática, que a gente tem de refletir e pensar para o futuro: o status da disciplina. Será que todas poderiam ser obrigatórias? Ou a gente cria rigidez? (DEPOIMENTO DE PEDRO VASCONCELOS, EM 13 DE MARÇO DE 2013).

O professor Pedro Vasconcelos, mais uma vez, aponta questões centrais no debate atual da disciplina e da própria função da Universidade nos seus estágios formativos. Quanto às disciplinas, esse ponto se apresentou como uma das divergências nos relatos dos estudantes da pós-graduação em Geografia da UFBA e da USP, aparecendo de modo muito controverso, se comparamos as falas dos estudantes da UFBA e da USP.

A Universidade paulista tem um sistema com menos créditos nos seus cursos de pós-graduação em Geografia e mais flexível também, ao passo em que, no Programa de Pós-graduação em Geografia da UFBA, a creditação é de vinte e seis pontos (o equivalente, na prática, a mais ou menos seis a oito disciplinas). Ainda no tocante à UFBA, os alunos que cursam os vinte e seis créditos no mestrado estão isentos de os cumprirem no doutorado, caso o intervalo entre os dois cursos seja de até três anos.

A questão controversa é que muitos estudantes da UFBA, em entrevista, apontaram como um problema na realização dos seus trabalhos a alta creditação necessária ao longo dos cursos de mestrado ou de doutorado (para os doutorandos novatos na instituição ou afastados há mais de três anos), enquanto alguns estudantes da USP afirmaram que se sentem “soltos”, sem referências mais dirigidas quanto ao número e às disciplinas que deveriam/valeriam ser cursadas, tomando como referência seus objetos de estudo.

Por outro lado, pensando ainda no corpo discente, mas sob outros termos, a professora Ana Fani Alessandri Carlos chama a atenção para a lógica produtivista que se instalou na Universidade e seus impactos sobre o processo formativo dos novos geógrafos e pós-graduados em Geografia.

[...] Existem duas perspectivas aí que se deve esclarecer. A primeira é a seguinte: a Universidade, historicamente, ela se volta à constituição do que é o humanismo, ela não é a preparação de técnicos para o mercado. Então a Universidade, ela forma o cidadão. E porque ela forma esse cidadão não se forma uma massa efêmera. Porque se a Universidade se volta para a técnica e a técnica a cada seis meses se modifica, quando você termina de dar um diploma para o aluno, seis meses depois já está obsoleto o que ele tinha que fazer. Então eu acho que precisa ter uma consciência dos alunos que eles não estão buscando na Universidade um lugar no mercado, eles estão na Universidade com o sentido de se formar enquanto cidadãos, de ter o compromisso com a construção de um pensamento capaz de desvendar o mundo – esse é o compromisso da Universidade. Não existe transformação da sociedade sem um pensamento sobre o mundo, e o papel da Universidade é construir essa compreensão sobre o mundo. Se você se nega ou se recusa a fazer isso você está na contramão daquilo que é o sentido da Universidade e aí você estará entrando num mundo de alienações. Não é? ‘Eu vou para a Universidade para ter um diploma, porque se eu tiver um mestrado ou um doutorado eu tenho um emprego melhor e assim sucessivamente’. Esse raciocínio que existe no alunado – não em todo o alunado, mas que existe – é o fim da Universidade e é o fim da própria pessoa porque ela rapidamente ficará obsoleta, porque o que ela aprendeu é efêmero, se ela não tiver uma fundamentação, é efêmero. E alguns professores também acham isso: ‘Eu tenho que publicar rapidamente porque eu tenho que arranjar dinheiro. Dinheiro para quê? Para fazer pesquisa. Mas essa pesquisa tem que ser rápida...’. Tudo tem que ser rápido. E tudo rápido é nada. Tudo rápido não traz nenhuma contribuição. E a Universidade é pública e o sentido de público não é a Universidade aberta para todo mundo. O sentido do público é o sentido de que a Universidade faz parte da sociedade, e ela tem que pensar o mundo e ela tem que compreender o mundo em que nós vivemos. Sem isso não há projeto de construção de sociedade, não tem transformação, não tem nada, fica todo mundo preso nas armadilhas da ideologia (DEPOIMENTO DE ANA FANI CARLOS, EM 04 DE OUTUBRO DE 2013).

Se voltando aos termos epistemológicos, a professora Ana Fani Alessandri Carlos reafirmou a possibilidade da coexistência de múltiplas perspectivas de análise na Geografia, porém, ressaltou a necessidade de uma leitura ancorada no movimento da sociedade e na produção do espaço na sua dimensão real.

Bom, nós temos várias tendências na Geografia, e acho que essas tendências tendem a continuar. Por exemplo, a Geografia marxista com as “n” possibilidades, a geografia cultural com várias possibilidades... Uma Geografia regional... Então você tem várias possibilidades para a Geografia. Eu acho que esse quadro que nós temos hoje de correntes de pensamento ele vai se desdobrando e se realizando dentro dos

limites e das possibilidades de cada uma delas se colocar. Agora, se os limites delas forem se afastar da realidade aí é um problema, porque para além de cada uma delas, especialmente, existe uma visão de Universidade, uma compreensão sobre o papel da Ciência, existe uma compreensão sobre o papel do pesquisador na sociedade, e eu acho que isso antecede e isso une qualquer uma das tendências, porque existe um compromisso ético, um compromisso moral com a sociedade, porque nós somos parte dela e a Universidade tem um papel, tem uma responsabilidade. O 'público' da Universidade não é abrir um espaço para todo mundo, mas é exercer as suas missões. Então para além de cada uma delas [as tendências] eu acho que tem um nó em comum entre todas que é importante a gente manter com o debate, porque a prática neoliberal está invadindo todas as esferas da pesquisa geográfica como nas Ciências de uma maneira geral e ao fazer isso a Geografia se banaliza (DEPOIMENTO DE ANA FANI CARLOS, EM 04 DE OUTUBRO DE 2013).

As perspectivas apontadas, conforme foi dito, ainda que apresentem nuances e preocupações mais ou menos específicas, convergem para pontos comuns: a pluralidade epistêmica vivida pelo campo disciplinar geográfico na atualidade, oposta às fases de realização histórica do campo em que uma abordagem se sobrepôs às demais, a crise de sentido pela qual passam a Universidade e a comunidade científica contemporâneas, pressionadas e submetidas a uma lógica perversa que fragmenta e aliena o exercício acadêmico de elaboração e de comunicação do mundo, em sua totalidade e (ou) nas suas particularidades, bem como a compreensão sobre os estágios de realização da vida acadêmica com as respectivas responsabilidades e autoridades que se implicam em cada um desses momentos, podem ser resumidos como os pontos centrais que pautaram as falas dos professores sobre os rumos da instituição universitária e da Geografia.

Antes das considerações finais, quero concluir esta seção com a fala que ouvi no Laboratório de Geografia Política da USP do saudoso professor Antônio Carlos Robert Moraes, professor que tanto contribuiu para a história do pensamento geográfico e para a epistemologia da Geografia, em termos nacionais e internacionais. O professor Moraes falou de suas expectativas com relação ao futuro da Geografia e da Universidade.

Olha, são muito variados. Eu vejo hoje em dia... O próprio futuro é muito incerto e dentro desse incerto o próprio futuro da Geografia é absolutamente incerto. Há diferentes práticas, há diferentes caminhos, mas eu – para usar uma expressão do Gramsci [de quem] eu disse antes – eu tento sempre aliar o otimismo da vontade com o pessimismo da razão, de modo que as dificuldades não me tornem imóvel, não me imobilizem, e tentar lutar, participar das coisas, não me desanimar, e tentar

contribuir... Hoje mesmo nós estamos aqui conversando, a gente está ouvindo ao longe um movimento de alunos por uma causa extremamente justa, uma eleição direta que nós ainda não temos na Universidade de São Paulo, para reitor. Acho que esses jovens são o futuro e essa causa deles, muito justa. Partilho desse desejo e vejo neles um motivo para ser otimista com o futuro, mais do que sou otimista com a minha geração [...], há uma geração que vem aí – tomorrow people – e eu quero estar com esses jovens aí, estar com eles, falar para eles, falar com eles principalmente, e acredito que com um pouco de força nossa – não mecanicamente, obviamente – mas com um pouco de esforço nosso, a história estará do nosso lado. Não é?! (DEPOIMENTO DE ANTÔNIO CARLOS ROBERT MORAES, EM 03 DE OUTUBRO DE 2013).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No texto *Por uma epistemologia existencial*, o professor Milton Santos traz uma frase alegórica na qual afirma que D. João VI veio para a Bahia, em 1808, com o argumento de que fugia de Napoleão, quando, em verdade, o trazia consigo. Mas qual é a simbologia dessa frase alegórica? O que significa dizer que o príncipe regente chegou à Bahia trazendo Napoleão na bagagem – esse peso enorme? E o que representa esse vento – 1808, no/para o território nacional?

Quanto a Napoleão, nós sabemos: figura emblemática no conjunto dos movimentos que puseram a burguesia de pé na história. O estrategista representa a própria restauração do Estado liberal, além de servir de metáfora às bases e à consolidação de uma racionalidade proposital-instrumental (HARVEY, 2009) que nasceu na Europa e que, rapidamente, ganhou o Ocidente. Racionalidade entendida como um vetor, diria o professor Milton Santos, incidindo e se realizando em tecidos sócio-espaciais pré-existentes, lugares que lhe acolhem e que reconfiguram suas formas-conteúdos (as do vetor e as dos lugares).

O que se impôs, com a modernidade – metaforizada por Milton Santos na imagem de Napoleão – foi um conjunto de práticas e de ideias que tentaram desvincular o homem da pré-modernidade, negando as formas de organizações e valores sociais precedentes (HARVEY, 2003, 2009). Estabelecendo, a partir de então, uma forma, ainda que diversa, uma racionalidade, dominante, hegemônica, de reprodução da vida social, aprofundando o conhecimento e o segmentando.

Como evento, 1808, por outro lado, além de marcar no calendário nacional a chegada da família real, e de toda a Coroa bragançina, no Brasil, representa também o ano de fundação da primeira instituição de ensino superior reconhecida e assumida pelo Estado no Brasil, instituída na passagem do príncipe regente e da rainha, D. Maria I, pela Bahia: a Escola de Cirurgia da Bahia, mais tarde rebatizada Escola de Medicina da Bahia (NUNES, 2010; VASCONCELOS, 2002).

Foi esse o discurso historiográfico que tentamos articular a partir da ligação entre eventos e vetores que consideramos como antecedentes fundamentais à institucionalização, à consolidação e à realização da Universidade e do campo disciplinar geográfico no território nacional,

demonstrando, a partir de processos sincrônicos-diacrônicos, estruturais-conjunturais, como a conformação de diferentes situações socioespaciais no tempo participam na condição de determinações sociais, instâncias, diria o professor Milton Santos, da própria história das instituições da sociedade, o que quer dizer, prestígios, possibilidades, dificuldades, capacidades de inserção e/ou refutação frente aos vetores que incidem sobre elas, etc.

Todavia, era necessário ainda desvendar o sentido mais profundo de uma epistemologia existencial, proposta pelo professor Milton Santos. Uma epistemologia existencial que não significasse uma recusa cega aos vetores da racionalidade moderna que incidiram e se realizaram nos últimos três séculos no nosso território – aliás, esse mesmo produzido historicamente, mas uma epistemologia atenta e sensível à diversidade de situações espaciais conformadas no tempo, oferecendo possibilidades diferentes e (ou) desiguais aos homens e suas instituições.

Mas pensávamos também em uma epistemologia existencial que significasse, igualmente, uma postura renovada do pesquisador. Como bem expressou o professor Angelo Serpa, no âmbito dos trabalhos do Grupo Espaço Livre de Pesquisa-Ação: “[...] o desafio é sempre o de viver o que se pesquisa, o que se pensa, o que se escreve, praticar de forma radical o existencialismo, a aceitação da existência do outro como igual à minha, viver na existência do outro para nos descobrir a nós mesmos, ser-com o outro, como propõe lindamente Sartre. E isso não é só uma proposta filosófica e científica, é uma proposta de vida.”⁵⁷

A questão de como renovar nossa postura de pesquisador, coexistindo no viver comum, de que fala o professor Milton Santos (2006a), experienciando a história, como propõe Walter Benjamin (1996), e a força do lugar do outro e sua existência, pressupõe repensarmos o nosso próprio processo de pesquisa e as práticas explicativas de nossos trabalhos acadêmicos. Em outras palavras, habitar o espaço-tempo da pesquisa, nas suas diacronias e sincronias, significa estabelecermos novas práticas cotidianas de pesquisa e novas experiências estéticas que dêem conta de representar de modo o mais fidedigno as espacialidades e temporalidades diferentes das nossas, mas que são, de algum modo (em alguma escala), as nossas também.

⁵⁷ SERPA, A. Email para SOUSA, A. N. [mensagem pessoal]. Mensagens recebidas por <anunesds82@gmail.com.> em 25 de abril de 2015.

Dialética e contraditoriamente, a teoria geográfica e as imagens de mundo produzidas por nós só podem ser superadas, isto é, ser postas em outro patamar, quando submetidas à existência do outro, quando postas em relação com a força do lugar do outro. Um outro que existe de forma diversa à minha existência, que tem uma história e um lugar, isto é, uma temporalidade e uma espacialidade, diversas às minhas.

Esta pesquisa não teve, como dissemos ainda nos primeiros parágrafos deste trabalho, a intenção de se constituir como uma investigação comparativa entre os dois centros e as duas regiões abordados/as. Não era objetivo comparar centros que ganharam dimensões muito distintas no seu percurso histórico-espacial. Nada disso. A ideia era mesmo a de tentar demonstrar que centralidades acadêmicas não são construídas apenas a partir das elaborações teórico-conceituais ou mesmo de ações pioneiras no tocante ao desenvolvimento das disciplinas internamente à instituição, mas sim a partir de uma série de vetores e de eventos internos e externos ao campo disciplinar e às instituições, realizados em múltiplas escalas.

Ações pioneiras e importantes construções teórico-metodológicas foram verificadas, nesta tese, ao longo da história das duas instituições e regiões abordadas, a UFBA e a USP, a Bahia e São Paulo. Mas essas ações e construções tiveram desdobramentos diferentes/particulares no tempo e na historiografia oficial. Como um colecionador, nos propõe Walter Benjamin (1996), quem se propõe a reconstituir/articular uma história deve juntar os fragmentos, juntá-los ao máximo, mesmo aqueles aparentemente sem valor histórico, livrando-os do esquecimento, para depois montar um quebra-cabeça com peças que parecem não se esgotar, ampliando nossa compreensão de mundo.

As passagens percorridas ao longo da tese tentaram remontar um quebra-cabeça que amplie o entendimento sobre a história do pensamento geográfico no Brasil. Um entendimento que agregue novas-velhas contribuições e descobertas sobre uma história que se mostra aberta, articulada num fluxo comum (diacrônico-sincrônico, é verdade) em que a história do outro seja também, em alguma medida (em alguma escala) a minha também. Ser-com o outro significa,

pois, ampliar a minha própria existência. Tomar consciência da força do lugar do outro é reconhecer o mundo em sua infinitude de possibilidades.

Com as reformas dos Governos Militares para a Educação, de 1968, a pós-graduação, até então concentrada espacialmente e institucionalmente endógena, foi regulamentada no Brasil: país que vivia um surto de urbanização capitalista e de industrialização, que ampliava os atos modernizadores de sua estrutura estatal complexificando, segmentando e especializando sua organização e funções – além do próprio território – exigindo a formação continuada de quadros profissionais oriundos das jovens Universidades brasileiras, imbuídos das tarefas de compreender, explicar e gerir as demandas da vida social do país (MORAES, 2005).

Todavia, lembrando novamente as palavras de Milton Santos, essa vida comum, com hierarquias e diferenças, se realiza com pulsões variadas. Isso significa que há uma dialética dos eventos e dos vetores, em tempo e extensão – ou seja, em múltiplas escalas – que põe o espaço na condição de determinante-determinado. As instituições e regiões que, por conjuntura histórico-espacial haviam tomado a dianteira do processo de institucionalização do saber acadêmico universitário poucas décadas antes, também se anteciparam no desenvolvimento dos novos programas de pós-graduação no país.

Somente no início da década de 1990 o velho sonho de criar um curso de pós-graduação em Geografia na UFBA, que remontam aos tempos do Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais, foi possível de ser concretizado. Em meados da década de 1990 a Bahia, enfim, havia se inserido no rol das Universidades com cursos de pós-graduação em Geografia no Brasil, voltando a ter destaque em fóruns nacionais especializados. Agora, passados pouco mais de vinte anos, parece que temos subsídios para refletirmos sobre o lugar da referida instituição na estrutura em que se organiza o saber científico no país e na lógica normativa da pós-graduação contemporânea.

A experiência acadêmica cotidiana nos faz pensar que se há, por um lado, em países como o Brasil, processos de aprofundamento na modernização e na urbanização e de adição substancial no quantitativo populacional, que ampliam e complexificam as demandas explicativas para a vida

social nos seus diversos campos – o que pressupõe maior esforço e mais volumosa produção acadêmica em termos quantitativo e qualitativo –, observamos, também, por outro lado, uma corrida em termos de produção científica na Academia, nas diversas escalas, decorrente do modo como vem se estruturando as Universidades e os parâmetros avaliativos da Ciência ocidental nas últimas décadas.

O adensamento técnico que possibilitou a ampliação e a disseminação da produção científica pelos territórios, somado às políticas de expansão dos programas de pós-graduação no Brasil, apontam novas tendências para as dinâmicas do campo científico e, particularmente, para os programas de pós-graduação em análise, algumas delas expressas nas falas de nossos entrevistados.

Todavia, se o espaço, seja lá qual for a escala, conforme Milton Santos (2006a), é a ordem das coexistências possíveis, parece então que não há apenas uma possibilidade para nossas pesquisas e para o futuro da instituição universitária. Podemos aderir ao produtivismo que domina a Universidade brasileira, reproduzindo modismos acadêmicos, desenvolvendo trabalhos de vida curta, ou re-conhecer nossa história e lugar para podermos construir o caminho que podemos e que merecemos. Uma história e um lugar de vanguarda.

REFERÊNCIAS

AB'SABER, A. O legado de Jean Tricart para as ciências geográficas. In: SILVA, T. C (Org.). **Da teoria à prática da Geografia global: abordagens transdisciplinar proposta por Jean Tricart**. Santa Catarina Ed. GCN/CFH/UFSC, 2011.

AB'SABER. **O que é ser geógrafo**. Memórias profissionais de Aziz Nacib Ab'Saber em depoimento a Synara Menezes, 4ª edição, Rio de Janeiro/São Paulo, Editora Record, 2013.

ALMEIDA, E. C. E.; GUIMARÃES, J. A. **A pós-graduação e a evolução da produção científica brasileira**. São Paulo, Editora SENAC, 2013.

ANPEGE. **Estatuto da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia – ANPEGE**. Brasil, 2010. Disponível em: http://www.anpege.org.br/downloads/anpege_estatuto_2010.pdf Acesso em: 20 jun. 2015.

ANPEGE. **Histórico ANPEGE**. Brasil, 2015. Disponível em: <http://www.anpege.org.br/?op=1> Acesso em: 20 jun. 2015.

AZEVEDO, F. **Obras Completas**. Vol III. 5 ed.iação ver. e amp. São Paulo, Editora Melhoramentos/Edusp, 1971(1943).

BAHIA, Imprensa Oficial do Estado. **Anaes do 5º Congresso Brasileiro de Geographia**, I Volume, Salvador, 1916.

_____. **Anaes do 5º Congresso Brasileiro de Geographia**, II Volume, Salvador, 1918.

BECK, H.; SCHOENWALDT, P. **“O último dos grandes” – Alexander Von Humboldt**: perfil de um gênio. Bonn, Goethe-Institut / Institut für Auslandsbeziehungen / Inter Nationes, 1999.

BENJAMIN, W. **Obras escolhidas I**: magia e técnica, arte e política. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1996.

_____. **Passagens**. Belo Horizonte, EDUFMG, 2006.

_____. **Obras escolhidas III**: Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo. São Paulo, Ed. Brasiliense, 3ª edição, 4ª reimpressão. 2011.

BOMFIM, P. R. A. **A ostentação estatística** (um projeto geopolítico para o território nacional: Estado e planejamento no período pós-64). Tese de Doutorado. Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2007.

BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo, Ed. UNESP/INRA, 2004.

_____. **A distinção**: crítica social do julgamento. Porto Alegre, Ed. Zouk, 2006.

BUSS, M. D. Apresentação: A Geomorfologia e o pensamento Marxista. In: SILVA, T. C (Org.). **Da teoria à prática da Geografia global: abordagens transdisciplinar proposta por Jean Tricart**. Santa Catarina Ed. GCN/CFH/UFSC, 2011.

CAPEL, H. Geografia contemporânea: Ciência e Filosofia. In: VILLALOBOS, J. U. G. (Org.). **Geografia contemporânea: Ciência e Filosofia**. Maringá, EDUEM, 2010.

CARDOSO, L. P. C. O Projeto Pedagógico da Sociedade de geografia do Rio de Janeiro: o Curso Superior Livre de Geografia (1926-1927). In: **Revista HISTDBR** On-line, Campinas, nº36, p. 246-256, dez.2009. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/36/art18_36.pdf> Acesso em: 01 mar. 2015.

CARDOSO, L. P. C. **O Lugar da Geografia Brasileira**: a sociedade de Geografia do Rio de Janeiro entre 1883 e 1945. São Paulo: Editora AnnaBlome, 2013.

CARLOS, A. F. A. Entrevista a Paulo Cesar Scarim. In: SCARIM, P. C. **Coetâneos da crítica**. Contribuição ao estudo do movimento de renovação da geografia brasileira. [Dissertação de Mestrado]. São Paulo: DG/FFLCH/USP, 2000 [ANEXOS].

_____. Questões para a construção de uma política de pós-graduação em geografia. **Revista da ANPEGE**, ano 1, nº1, Curitiba-PR, 2003.

_____. Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: CARLOS, A. F. A., SOUZA, M. L. e SPOSITO, M. E. B (org.). **A Produção do Espaço Urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo. Ed. Contexto, 2011.

CARLOS, A. F. A., SOUZA, M. L., SPOSITO, M. E. B. Introdução. In: CARLOS, A. F. A., SOUZA, M. L. e SPOSITO, M. E. B (org.). **A Produção do Espaço Urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo. Ed. Contexto, 2011.

CARNEIRO, A.J.S. A nova orientação das monographias descriptivas regionae. In.: BAHIA, Imprensa Oficial do Estado. **Anaes do 5º Congresso Brasileiro de Geographia**, II Volume, Salvador, 1918.

CARVALHO, M. S. **A Geografia desconhecida**. Londrina: EDUEL, 2006.

CASCUDO, L. C. A carnaúba. In: **Revista Brasileira de Geografia**. Ano XXVI, abril-junho de 1964, Nº 2, pp.15-71.

CHRISTOFOLETTI, A. **Geomorfologia**. São Paulo: Edgard Blücher, Ed da Universidade de São Paulo, 1974.

COSTA, E. V. **Da Monarquia à República**: momentos decisivos. 9ª ed. São Paulo, Ed.UNESP, 2010.

COSTA, I. F. **O rio São Francisco e a Chapada Diamantina nos desenhos de Teodoro Sampaio**. Dissertação (Mestrado em Ensino, Filosofia e História das Ciências), Universidade Federal da Bahia, Universidade Estadual de Feira de Santana, 2007.

CRUZ NETO, C. F. Tributo a Ruy Moreira. In: SILVA, M. A. (Org.) **Encontro de Gerações: Seminário Nacional Contribuição à Geografia Brasileira**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2013.

DANTAS, A. **Pierre Monbeig: um marco da Geografia brasileira**. Porto Alegre. Ed. Sulina, 2005.

DANTAS, E. W. C. A volta dos periódicos. **Revista da ANPEGE**, v. 7, n. 1, número especial, p. 119-134, out. 2011.

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA DA UFBA. **LIVRO DE ATAS DO MESTRADO EM GEOGRAFIA**, 1993-1995.

DESLANDES, S. F. O projeto de pesquisa como exercício científico e artesanato intelectual. In: **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29ª ed. Petrópolis, RJ. Ed. Vozes, 2010.

DOMINGUES, A.J.P.; KELLER, E.C.S., **Bahia**. Editora do Conselho Nacional de Geografia, Rio de Janeiro, 1958.

DUARTE, G. M. A Geografia de Jean Tricart: um panorama sobre algumas características. In: SILVA, T. C (Org.). **Da teoria à prática da Geografia global: abordagens transdisciplinar proposta por Jean Tricart**. Santa Catarina Ed. GCN/CFH/UFSC, 2011.

FAUSTO, B. **História Concisa do Brasil**. São Paulo, EDUSP, 2014 [2001].

FFLCH – USP, 2010. **Projeto Político Pedagógico do curso de graduação em Geografia do Departamento de Geografia**, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/Plenaria/Projeto_Politico_Pedagogico_2010-1.pdf> Acesso em: 28 dez. 2014.

GAGNEBIN, J. Prefácio. In: **Obras escolhidas I: magia e técnica, arte e política**. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1996.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e de grupos. In: M.W. BAUER & G. GASKELL (orgs.), **Pesquisa qualitativa com texto, imagem, e som. Um manual prático**. Petrópolis. Ed. Vozes, 2002.

GIAMBIAGI, F. et al. **Economia Brasileira Contemporânea**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005

GUIMARÃES, L. M. P. **Da Escola Palatina ao Silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)**. Rio de Janeiro. Ed. Museu da República, 2006.

_____. **Debaixo da imediata proteção imperial**: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889), 2ª ed. São Paulo, Ed. AnnaBlume, 2011 [1995].

HAESBAERT, R. **Regional-Global**: dilemas da região e da regionalização na Geografia Contemporânea. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

HARVEY, D. *Paris, capital of modernity*. New York, Routledge, 2003.

_____. **A Condição Pós-Moderna**. 18ª Ed. São Paulo. Edições Loyola. 2009.

HESS, H. Prefácio. In: LEFEBVRE, H. **Hacia um romanticismo revolucionario**. Buenos Aires, Nueva Vision, 2012.

HISTÓRIA da USP, Produção Vanine Ferro. São Paulo: TV CULTURA, 2014. Online. Disponível em: <<http://jornal.fmrp.usp.br/?p=16589/&data=2014-01-31>> Acesso em 20 set. 2014.

HOBBSAWM, E. J. **A Era das Revoluções**: 1789-1848. 9ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1977.

IBGE, **Produto Interno Bruto dos Municípios 2012**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=21&z=p&o=30&i=P>> Acesso em 01 Jul. 2015.

IHGB. **Resenha Histórica**. Disponível em: <<http://www.ihgb.org.br/ihgb2.php>> Acesso em: 02 dez. 2014.

IPEA. **PIB (preços 2013) - referência 2000**, Brasil, 2014. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>> Acesso em: 22 jun. 2015.

IUMATTI, P.; SEABRA, M; HEIDEMANN, H. D. Caio Prado Jr. e a Associação dos Geógrafos Brasileiros: Textos Integrais e Imagens Selecionadas. In: IUMATTI, P.; SEABRA, M; HEIDEMANN, H. D. (Org.). **Caio Prado Junior e a Associação dos Geógrafos Brasileiros**. São Paulo, EDUSP, 2008.

KANT, I. **Du premier fondement de la différence des régions de l'espace**. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1970 [1768]. Introduction, traduction et notes par S. Zac.

_____. Introdução à Geografia Física. In: **Revista GEOgraphia**, Ano IX, Nº 17, 2007 – Tradução de Leonardo Arantes.

KIMBLE, G. H. T. **A Geografia na Idade Média**. 2ª Ed. rev., Londrina / São Paulo, EDUEL / Imprensa Oficial, 2005.

LATOURET, B. **Jamais fomos modernos**. São Paulo, Ed. 34, 2009.

LEAL, L. R. B.; FERREIRA, Y. A.; MESQUISTA, F. J. G. Instituto de Geociências. In: TOUTAIN, L. M. B.; SILVA, R. R. G. **UFBA do século XIX ao século XXI**. Salvador, EDUFBA, 2010.

LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo, Ed. Ática, 1991.

_____. **La presencia y la ausência**: contribucion a la teoria de las representaciones. México: Fundo de Cultura Econômica, 2006a.

_____. **O direito à cidade**. 4ª edição, Ed. Centauro, São Paulo, 2006b.

_____. **A revolução urbana**. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2008.

_____. **Hacia um romanticismo revolucionario**. Buenos Aires, Nueva Vision, 2012.

LENCIONI, S. **Região e Geografia**. São Paulo. EDUSP, 2009.

_____. Linhas De Pesquisa Da Pós-Graduação Em Geografia: Mudanças, Esquecimentos E Emergência De (Novos) Temas. **Revista da ANPEGE**, v. 9, n. 11, p. 5-19, jan./jul. 2013.

LIRA, L. A. Vidal de la Blache historiador. In: **Revista Confins**. Nº 21, 2014. Não paginado. Disponível em: <<http://confins.revues.org/9636>> Acesso em 23 Abr. 2015

MACHADO, L. O. Origens do pensamento geográfico no Brasil: meio tropical, espaços vazios e a ideia de ordem (1870-1930). In: IN: CASTRO. I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. **Geografia: conceitos e temas**. , 15ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

MACHADO, M. S. **A construção da geografia universitária no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, Apicuri/FAPERJ, 2009.

_____. A força do lugar na obra de Milton Santos. In: Machado, M. S. & Martin, A. R. (org.). **Dicionário dos geógrafos brasileiros**. Rio de Janeiro, Ed. 7 Letras/FAPERJ, 2014.

MARY, C. P. A Geografia no Brasil nos últimos anos do Império. In: **REVISTA DA SBHC**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 156-171, jul. | dez. 2005.

MARQUES, M. I. C. **UFBA na memória**: 1946-2006. Salvador, EDUFBA, 2010.

MAMIGONIAN, A. A Geografia francesa nos meados do século XX e a contribuição de Jean Tricart. In: SILVA, T. C (Org.). **Da teoria à prática da Geografia global: abordagens transdisciplinar proposta por Jean Tricart**. Santa Catarina Ed. GCN/CFH/UFSC, 2011.

_____. Gervásio Rodrigo Neves: um geógrafo gaúcho. In: SILVA, M. A. (Org.) **Encontro de Gerações**: Seminário Nacional Contribuição à Geografia Brasileira. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2013.

MONBEIG, P. Papel e valor do ensino de Geografia e de sua pesquisa. In: DANTAS, A. **Pierre Monbeig: um marco da Geografia brasileira**. Porto Alegre. Ed. Sulina, 2005.

MONTEIRO, C. A. F. **A Geografia no Brasil (1934-1977): avaliações e tendências**. São Paulo: Universidade de São Paulo: Instituto de Geografia, 1980.

MONTOYAMA, S.; CAPOZZOLI, U. [et al.] (Org.). **Construindo o futuro – 35 anos de Pós-Graduação**. São Paulo: Editora Parma Ltda., 2004. 228p.

MORAES, A. C. R. Entrevista a Paulo Cesar Scarim. In: SCARIM, P. C. **Coetâneos da crítica**. Contribuição ao estudo do movimento de renovação da geografia brasileira. [Dissertação de Mestrado]. São Paulo: DG/FFLCH/USP, 2000 [ANEXOS].

_____. **Território e história no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. **Geografia: pequena história crítica**. São Paulo. Ed. Annablume, 2007. 21ª edição.

_____. Ocidentalismo e História da Geografia brasileira. In: LEMOS, A. I. G; GALVANI, E. (Org.). **Geografia, tradições e perspectivas: a presença de Pierre Mobeig**. São Paulo: Departamento de Geografia da USP/Expressão Popular/CLACSO, 2009.

_____. Geografia, interdisciplinaridade e metodologia. In: **Revista GeoUSP: espaço e tempo**, Volume 18, nº 1, 2014.

MOREIRA, R. **Para onde vai o pensamento geográfico?** São Paulo. Ed. Contexto, 2006.

_____. **O pensamento geográfico brasileiro 1 – as matrizes clássicas originárias**. São Paulo, Ed. Contexto, 2008.

_____. **Pensar e ser em Geografia**. São Paulo, Ed. Contexto, 2010a.

_____. **O pensamento geográfico brasileiro 3 – as matrizes brasileiras**. Ed. Contexto, 2010b.

NUNES, A. d’A. A formação universitária na Bahia desde os tempos coloniais. In: TOUTAIN, L. M. B.; SILVA, R. R. G. **UFBA do século XIX ao século XXI**. Salvador, EDUFBA, 2010.

OLIVEIRA, A. U. Entrevista a Paulo Cesar Scarim. In: SCARIM, P. C. **Coetâneos da crítica**. Contribuição ao estudo do movimento de renovação da geografia brasileira. [Dissertação de Mestrado]. São Paulo: DG/FFLCH/USP, 2000 [ANEXOS].

OLIVEIRA, J. J. Milton Santos: Mestre e Amigo. In: SILVA, M. A. (Org.). **10 anos sem Milton Santos**. Salvador, ALBA, 2011.

PEREIRA, S. N. Obsessões geográficas: viagens, conflitos e saberes no âmbito da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. In: **REVISTA DA SBHC**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 112-124, jul. | dez. 2005.

QUEIROZ NETO, J. P. Tricart e a relação entre pedogênese e morfogênese. In: SILVA, T. C (Org.). **Da teoria à prática da Geografia global: abordagens transdisciplinar proposta por Jean Tricart**. Santa Catarina Ed. GCN/CFH/UFSC, 2011.

RICOTTA, L. Sobre a Ciência e a Beleza em Alexander Von Humboldt. In: Vitte, A. C. (Org.) **Kant, o kantismo e a Geografia: histórias, percalços e possibilidades investigativas**. Curitiba: Editora Apriss, 2014.

RISÉRIO, A. **Uma História da Cidade da Bahia**. Rio de Janeiro, Versal Editores, 2004. 2ª edição.

_____. **Edgard Santos e a reinvenção da Bahia**. Versal Editores, Rio de Janeiro, 2013.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo. EDUSP, 5ª edição, 2005.

_____. **A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. São Paulo. Edusp, 2006a.

_____. Por uma epistemologia existencial. In: SILVEIRA, M. L.; LEMOS, A. I. G.; ARROYO, M. (org.). **Questões territoriais na América Latina**: 1 ed, Buenos Aires. CLACSO, 2006b.

_____. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo. EDUSP, 2008a.

_____. **Espaço e Método**. São Paulo. EDUSP, 5ª edição, 2008b.

SANTOS, M. & SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. São Paulo, Editora Record, 2001.

SCARIM, P.C. **Coetâneos da Crítica: uma contribuição ao Estudo do Movimento de Renovação da geografia Brasileira**. 2001. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Geografia) - Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001

SCHMID, C. A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional. **GEOUSP**, São Paulo, v. 32, p. 89-109, 2012.

SEABRA, M. Caio Prado Jr. e os Primeiros Anos da AGB: Descrição comentada e estudo introdutório de documentos diretamente relacionados à Associação dos Geógrafos Brasileiros, do Dossiê AGB do Acervo Caio Prado Jr., do IEB-USP. In: IUMATTI, P.; SEABRA, M; HEIDEMANN, H. D. (Org.). **Caio Prado Junior e a Associação dos Geógrafos Brasileiros**. São Paulo. EDUSP, 2008.

SELIGMANN-SILVA, M. Walter Benjamin e a tarefa da crítica. In: **Revista Cult** – Nº 106 – Setembro/2006 – Ano 9.

SENNETT, R. **Carne e pedra**. São Paulo/Rio de Janeiro, Ed. Record, 2006.

SERPA, A. Milton Santos: inspiração para uma abordagem dialética e fenomenológica da paisagem. In: SILVA, M. A. (Org.). **10 anos sem Milton Santos**. Salvador, ALBA, 2011.

_____. Teoria das representações em Henri Lefebvre: por uma abordagem cultural e multidimensional da geografia. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 487-495, 2014.

SILVA, A. J. M. **Instituto Geográfico e Histórico da Bahia – origem e estratégias de consolidação institucional (1894-1930)**. Tese de doutorado (Programa de Pós-graduação em História), Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais da UFBA, 2006.

SILVA, J. B. da e DANTAS, E. W. C. A pós-graduação em Geografia no Brasil: uma contribuição à política de avaliação. **Revista da ANPEGE**, nº2., ANPEGE, São Paulo, 2005

SILVA, M. A. **Criação do Laboratório de Geomorfologia e estudos Regionais (1956-1969)**. 2006. Disponível em: <[HTTP://www.fpa.org.br/o-que-fazemos/atividades/seminários/seminários-arquivo/criacao-do-laboratorio-de-geomorfologia-e-est](http://www.fpa.org.br/o-que-fazemos/atividades/seminários/seminários-arquivo/criacao-do-laboratorio-de-geomorfologia-e-est)> Acesso em: 19 nov. 2013.

SILVA, M. A.; GONÇALVES, N. M. S. Contribuições do Professor Tricart à Geografia da Bahia. In: SILVA, T. C (Org.). **Da teoria à prática da Geografia global: abordagens transdisciplinar proposta por Jean Tricart**. Santa Catarina Ed. GCN/CFH/UFSC, 2011.

SILVA, R. C. **Análise da produção científica em programas de Pós-graduação em geografia no Brasil (1987-2006)**, Manaus: UFAM, 2010 [Dissertação de Mestrado].

SILVA, T. C. Encontros com Milton Santos. In: SILVA, M. A. (Org.). **10 anos sem Milton Santos**. Salvador, ALBA, 2011.

SIMÕES, R. **A Faculdade de Filosofia e sua Identidade Perdida**. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1990.

SLEMIAN, A.; PIMENTA, J. P. Ventos liberais para o Oeste. In: **Revista de História da Biblioteca Nacional**. Ano 8. Nº 86. Novembro de 2012.

SOUSA, J. M.; SANTANA, J. C. B. Teodoro Sampaio, o cientista e a questão racial. In: **ANPUH – XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA** – João Pessoa, 2003.

SOUSA, W. M. A. **Uma história da teoria dos dois circuitos e ensaios**. TCC (Graduação em Geografia) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Geociências, 2014a.

_____. Maria Auxiliadora da Silva. In: SILVA, M. A. (Org.) **Encontro de Gerações: Seminário Nacional Contribuição à Geografia Brasileira**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2013.

SOUSA NETO, M. F. A ciência geográfica e a construção do Brasil. **Revista Terra Livre**, São Paulo, n.15, p.9-20, 2000.

SOUSA NETO, M. F. A história da Geografia no Brasil. In: **Revista Tamoios**. V1. N 1. (2005). Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tamoios/article/view/570/618>> Acesso em: 19 nov. 2013

_____. **Planos para o Império: os planos de viação do segundo reinado (1869-1889)**. São Paulo: Alameda editorial, 2012.

SOUZA, M. A. A. Entrevista. **Revista Geosul**, v.18, n.35, 2003.

SPOSITO, E. S. **A propósito dos paradigmas de orientações teórico-metodológicas na Geografia contemporânea**. São Paulo. Revista Terra Livre. Nº 16, 2001.

_____. **Geografia e Filosofia**. São Paulo. Ed. UNESP, 2004.

TAVARES, L. H. D. **História da Bahia**. São Paulo: EDUNESP / Salvador: EDUFBA, 2008, 11ª edição.

_____. **Independência do Brasil na Bahia**. Salvador: EDUFBA, 2012.

THERY, H. As franjas pioneiras, de Pierre Mobeig aos nossos dias. In: LEMOS, A. I. G. & GALVANI, E (Orgs). **Geografia tradições e perspectivas: a presença de Pierre Mobeig**. São Paulo, Departamento de Geografia da USP/ Expressão popular/ CLACSO, 2009.

TOMASONI, M. A. Considerações sobre a abordagem da natureza na Geografia. In: SANTOS, J. M.; FARIA, M. **Reflexões e contribuições geográficas contemporâneas**. Salvador: Co-edição UNEB/UEFS, 2004.

UFBA. **Histórico**. Disponível em: <<https://www.ufba.br/historico>> Acesso em: 26 jul. 2015.

USP. Pós-graduação. **Programa de Geografia Física**. Histórico e contextualização. [2015] Disponível em: <<http://prpg.usp.br/posgf>> Acesso em: 6 jan. 2015.

USP, Biblioteca Virtual de Direitos Humanos. **Declaração de Bolonha**. [2014] Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-n%C3%A3o-Inseridos-nas-Delibera%C3%A7%C3%B5es-da-ONU/declaracao-de-bolonha-1999.html>>. Acesso em 25 jun. 2015.

VASCONCELOS, P. A. **Salvador: transformações e permanências (1549-1990)**. Ilhéus, BA: Editus, 2002.

_____. **Dois séculos de pensamento sobre a cidade**. 2ª Ed. Salvador: EDUFBA / Ilhéus: Editus, 2012.

VITTE, A. C. Da metafísica da natureza à gênese da geografia moderna. In: **Revista GEOgraphia** – Ano VIII – Nº 15 – 2006.

_____. Pierre Gourou e a Geografia tropical francesa. **Anais do II Encontro de História do Pensamento Geográfico**, 09-12/11 de 2009. Disponível em: <<https://enhpgee.files.wordpress.com/2009/10/antonio-c.pdf>> Acesso em: 30 jan. 2015.

_____. Filosofia e Geografia em Immanuel Kant. In: Vitte, A. C. (Org.) **Kant, o kantismo e a Geografia**: histórias, percalços e possibilidades investigativas. Curitiba: Editora Apriss, 2014.

LISTA DE DOCUMENTOS

CARTAS

Lettre de Pierre Deffontaines à Mariel Jean-Brunhes Delamarre, Québec, 17 septembre 1952 / Archives Nationales de France, Fonds Jean Brunhes, COTA: 615AP -108

DEPOIMENTOS – REVISTA GEOSUL

SANTOS, M. Depoimento concedido a Armen Mamigonian, Ewerton Vieira Machado, Maria Dolores Buss e Raquel Maria Fontes do Amaral Pereira. **Revista Geosul**. Santa Catarina: UFSC, nº12/13, ano VI, 2º semestre de 1991 e 1º semestre de 1992, p. 170 a 201.

SOUZA, M.A.A. Depoimento com a Professora Maria Adelia Aparecida de Souza à Revista Geosul. Vol.18, n. 35, **Revista Geosul**. Santa Catarina: UFSC, 2003.

APÊNDICE A – Produção Discentes (Dissertações e Teses) e origem dos pesquisadores dos cursos de pós-graduação da UFBA e da USP

Esse apêndice serve de subsídio para visualizarmos a produção discente nos referidos centros, situando suas produções acadêmicas no contexto nacional atual mediante parâmetros avaliativos adotados pelo próprio campo científico/disciplinar, sobretudo aqueles referentes aos diagnósticos trienais⁵⁸ da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, que tem por objetivo normatizar, fomentar e divulgar a pesquisa da pós-graduação *stricto sensu* no Brasil (ALMEIDA & GUIMARÃES, 2013).

Trata-se de um levantamento da produção científica dos pesquisadores dos centros em análise sob uma perspectiva quantitativa, porém não estatística, visto que os gráficos, tabelas e mapas aqui apresentados se baseiam em uma análise de conveniência, conforme descrito nos aportes metodológicos, e não na operacionalização de variáveis controladas por rigorosas técnicas matemáticas (SPOSITO, 2004). Trata-se de uma descrição quantitativa, uma espécie de “censo” – com licença didática para uso do conceito – capaz de apresentar, por variados modos gráficos, o universo total dos dados disponíveis nas plataformas pesquisadas no período destinado às suas coletas.

As informações aqui apresentadas foram levantadas em trabalhos de campo junto à Secretaria do Programa de Pós-graduação em Geografia da UFBA e extraídas de *sites* oficiais, sobretudo os dos próprios Programas de pós-graduação em análise, da Biblioteca digital da USP e da CAPES e da plataforma de currículos Lattes, sendo assim, foram trabalhados os dados referentes e os intervalos de tempo disponíveis nessas fontes pesquisadas.

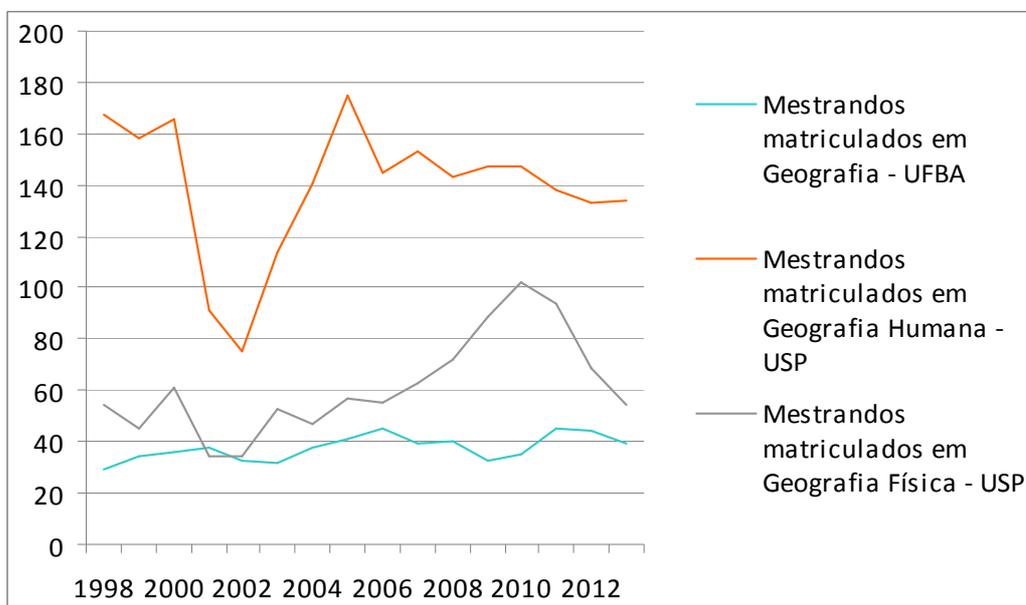
Inicialmente, quando observamos o total de 21.067 mestrandos em Geografia matriculados no Brasil, na série histórica de 1998-2013, o curso de Mestrado em Geografia da UFBA aparece com 601 matrículas, representando, aproximadamente, 2,8% do montante, enquanto o curso de mestrado em geografia Humana da USP totalizava 2.227 matrículas, representando,

⁵⁸ Cabe lembrar que até o período de desenvolvimento do texto da tese as avaliações da CAPES tinham periodização trienal. Na atualidade (segundo semestre de 2015) as avaliações passaram a ser quadrienais.

aproximadamente, 10,5% do total de matrículas em cursos de mestrado em Geografia no Brasil. O curso de Mestrado em Geografia Física da Universidade paulista soma um total de 983 matrículas, representando um valor próximo a 4,7% do total de matriculados.

No tocante ao comportamento desses dados, é preciso fazer uma observação para o fato de que matrícula é um dado cumulativo, isto é, cada discente em nível de mestrado se matricula mais de uma vez ao longo do seu curso, fazendo com que o indivíduo seja contado mais de uma vez até a defesa ou desistência do trabalho. Os números apresentados no gráfico 01, logo abaixo, variam em função da tríade matrícula-defesa-desistência. Em casos mais raros, pode constar, na adição, uma única matrícula de um indivíduo (caso de desligamento e re-inserção do estudante no programa com o trabalho em vias de conclusão) até a soma de seis ou sete matrículas em fases em que os prazos para defesa em cursos de mestrado em programas de pós-graduação no Brasil eram mais alargados e menos rígidos. O importante é compreender que a referida tríade não opera de modo uniforme.

Gráfico 01 – Mestrandos matriculados nos programas de pós-graduação em Geografia da UFBA e da USP, 1998, 2012



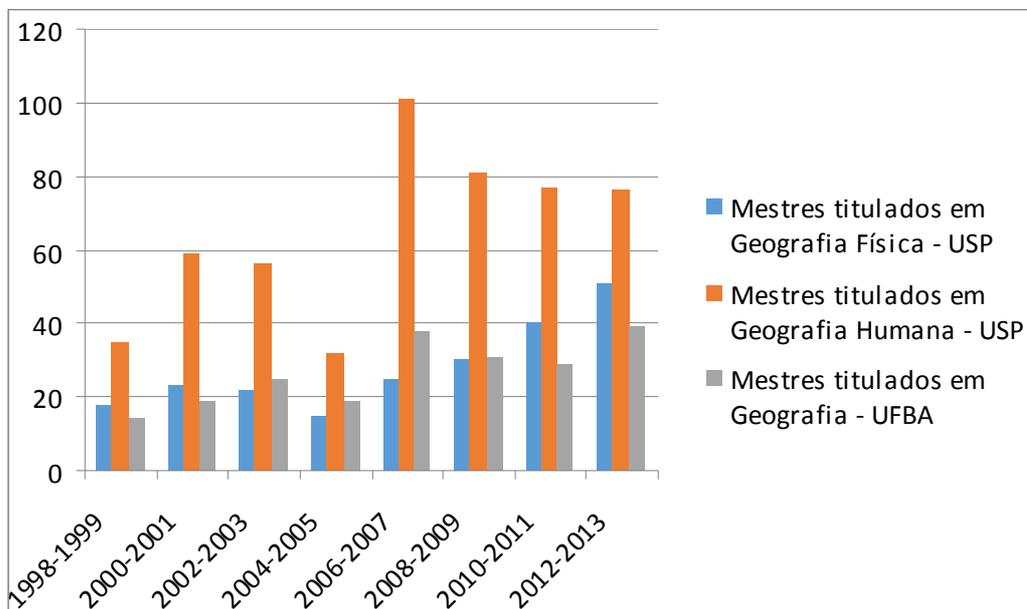
Fonte: Dados do Autor, a partir de pesquisa no sitio da CAPES.

Observando o gráfico 01, chamam a atenção três inflexões no seu transcurso: a primeira diz respeito à queda no número de matriculados nos cursos de mestrado nos três programas no início

dos anos 2000, queda mais acentuada nos programas da Universidade paulista e mais suave na UFBA e, que, talvez, esteja relacionada com problemas enfrentados pelas Universidades no Brasil no final da década de 1990 e início do primeiro decênio de 2000, se desdobrando em dificuldades para a manutenção das pesquisas em termos de infraestrutura e financiamento para os trabalhos dos discentes. A segunda inflexão se refere à manutenção ou aumento nas matrículas a partir de 2003, nos três cursos, o que denota uma procura mais regular pela formação continuada por parte dos profissionais após a graduação como requisito de um mercado de trabalho mais exigente e disputado. A terceira inflexão se relaciona com a queda no número de matrículas nos três programas, sobretudo os da Universidade paulista, a partir de 2009, coincidindo com o período de expansão numérica dos programas de pós-graduação em diversas regiões do país, além de maior titulação efetivada pelos programas (conclusão de curso) como será visto no gráfico 02. Os dados referentes a 2014 e 2015 não estavam disponíveis no período destinado à coleta, o que não possibilita uma análise mais acurada do comportamento do número de matrículas após a consolidação dos cursos de pós-graduação criados nos anos 2000 em outras regiões.

Por outro lado, quando observamos o total de mestres em Geografia titulados no Brasil no período compreendido entre 1998 e 2013, o que equivale a um montante de 6.936 diplomas, constatamos que a UFBA participou com a formação de 214 estudantes, representando, aproximadamente, 3,1% do montante geral, enquanto o Programa de Pós-graduação em Geografia Humana da USP tituló 517 mestres, representando um valor perto da casa dos 7,4%, e o Programa de Geografia Física da USP concedeu o título a 224 estudantes, contribuindo com 3,2% do total.

Gráfico 02 – Mestres titulados em Geografia pelos Programas de Pós-graduação em Geografia na UFBA e na USP, 1998-2013

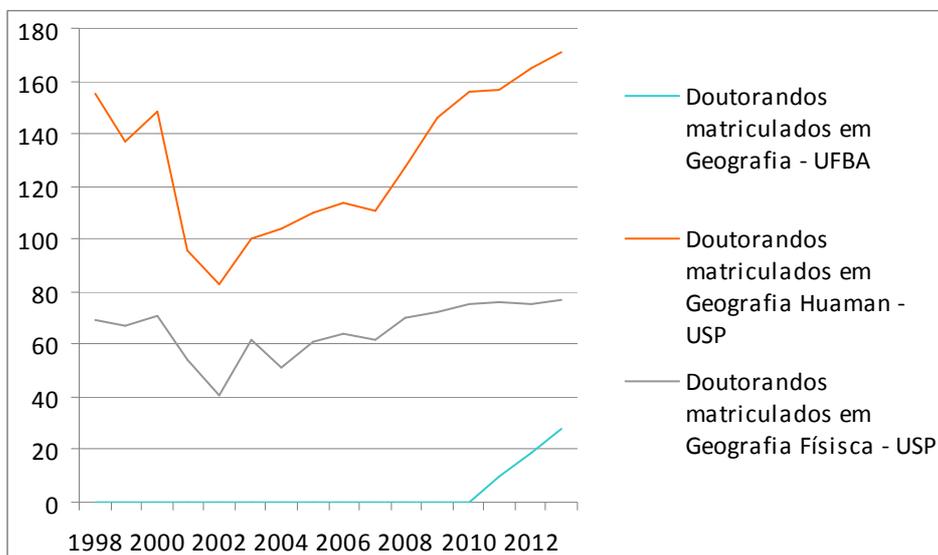


Fonte: Dados do Autor, a partir de pesquisa no sitio da CAPES.

As disparidades observadas no gráfico 02 e, mais a frente, em outros gráficos, entre uma Universidade estadual paulista e outra federalizada inserida na região nordeste do país, são reveladoras dos desdobramentos, em termos quantitativos, da situação geográfica de inserção dessas instituições em unidades da Federação que contribuem com, aproximadamente, 3,8%, no caso da Bahia, e 32,1%, no caso de São Paulo, do montante do PIB nacional (IBGE, 2012). Ainda que cursos como os de pós-graduação em Geografia, sobretudo em Geografia Humana, não figurem entre as chamadas “áreas estratégicas” para os investimentos do Estado, não se pode negar que esses cursos herdaram de alguma forma a infraestrutura física e pessoal (recursos humanos) e os investimentos comuns à instituição como um todo.

Quanto aos doutorandos em Geografia matriculados no Brasil na série 1998-2013, o volume total foi de 12.143 matrículas. O Programa em Geografia da UFBA matriculou 57 estudantes, representando, aproximadamente, 0,47% do total, enquanto o curso de doutorado em Geografia Humana da USP matriculou 2.080 discentes, contribuindo com, aproximadamente, 17,01% do montante de matrículas. Já no curso de doutorado em Geografia Física da USP foram matriculados 1.047 estudantes, representando, aproximadamente, 8,6% do total.

Gráfico 03 – Gráfico dos estudantes matriculados em doutorado nos Programas de Pós-Graduação em Geografia, da UFBA e da USP, 1998-2013.



Fonte: Dados do Autor, a partir de pesquisa no sitio da CAPES.

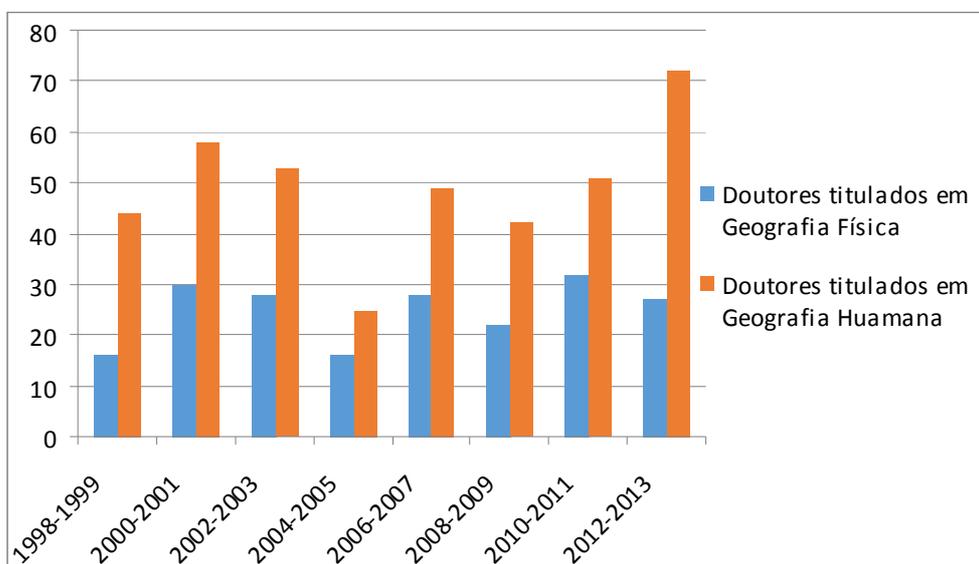
Comparando os dados dos cursos de doutorado das duas instituições, apresentados no gráfico 03, há, ao menos, três inflexões relevantes: a primeira se relaciona com o início da participação da UFBA no gráfico a partir de 2011 e se refere ao fato de o curso de Doutorado em Geografia da UFBA ter sido efetivado apenas no final da série temporal analisada, precisamente no segundo semestre de 2011, dando conta de uma carência regional.

A segunda inflexão que chama a atenção no gráfico 03 diz respeito à queda no número de matrículas no mesmo intervalo de tempo que a queda do gráfico 01, o que reforça a suspeita sobre as dificuldades político-financeiras das instituições de educação superior no referido período ter tido algum impacto sobre esses valores.

Em terceiro lugar, diferentemente do gráfico 01, no gráfico 03 o volume de matrícula vem se ampliando. Esse dado deve ser relacionado, a nosso ver, ao fato de a expansão e a diversificação regionais dos cursos de mestrado terem se dado de modo mais acentuado do que as dos cursos de doutorado na fase de ampliação quantitativa da Universidade brasileira dos anos 2000, além de uma geração já formada nos cursos de mestrado de suas regiões estarem aptos a procurar um curso de que ainda não dispõem em suas regiões de origem.

Quando se observa o número de doutores titulados no Brasil de 1998-2013, conforme o gráfico 04, o que totaliza um montante de 2.037 egressos, o curso de Doutorado em Geografia Humana, mais uma vez, sai na frente com um total de 394 diplomas concedidos, representando, aproximadamente, 19,3% do total. O curso de Doutorado em Geografia Física colaborou com a diplomação de 199 de seus ex-alunos, representando, aproximadamente, 9,8% do total. Quanto à UFBA, a instituição baiana não figurava na quantificação geral de doutores em Geografia no Brasil na fase das investigações de campo da tese por ter iniciado seus trabalhos no segundo semestre de 2011.

Gráfico 04 – Doutores titulados nos programas de Geografia da USP, 1998-2013.

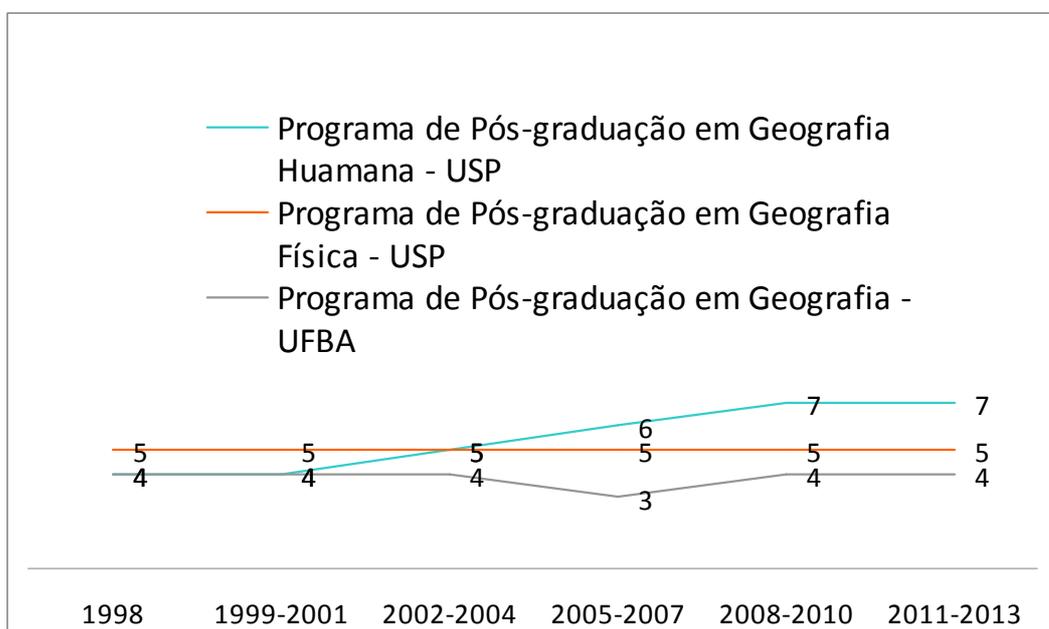


Fonte: Dados do Autor, a partir de pesquisa no sitio da CAPES.

Os quatro gráficos apresentados (01, 02, 03 e 04) estão intima e dialeticamente relacionados com a avaliação e o rendimento conferidos pela CAPES no correr do tempo, periodizado em triênios. No gráfico 05, a seguir, é possível observar os valores atribuídos pela apreciação da CAPES na série histórica de 1998 a 2013. Chama à atenção, primeiramente, a regularidade do Programa de Pós-graduação em Geografia Física. Em seguida, quando observamos a média do Programa de Pós-graduação em Geografia Humana, e adicionamos a informação referente ao número de estudantes titulados nos primeiros anos da primeira década de 2000 (gráficos 02 e 04) entendemos um pouco mais as quedas acentuadas no número de matrículas no mesmo período (gráficos 01 e 03).

Quanto à UFBA, o triênio 2005-2007 representa um difícil momento das pesquisas geográficas na Bahia. Após uma sucessão de solicitações de aposentadoria sem re-estruturação do quadro docente, somada à falta de recursos e apresentando graves problemas de infraestrutura, o então curso de Mestrado em Geografia da UFBA enfrentou, junto com o curso de Graduação, o risco de ser reprovado em suas próximas avaliações, conforme descrito ao longo da tese.

Gráfico 05 – Avaliação da CAPES para os Programas de Pós-graduação em Geografia da UFBA e da USP, 1998-2013.



Fonte: Dados do Autor, a partir de pesquisa no sitio da CAPES.

Feitas essas primeiras aproximações e caracterizações sobre o comportamento dos programas analisados, amparadas em alguns números referentes a volumes de matrículas e de conclusão de cursos, números que, por sua vez, estão intimamente ligados à avaliação e ao rendimento, executada e atribuído pela CAPES, respectivamente, apresentaremos os próximos dados, alguns em formato de mapas e outros grafados em colunas e círculos percentuais, a fim de apreendermos melhor a posição que ocupam os Programas de Pós-graduação em Geografia da UFBA e da USP no campo disciplinar em termos nacionais.

Nas páginas seguintes é apresentada uma série de nove mapas, subdivididos em três grupos de três mapas cada, com dados retirados da plataforma de currículo Lattes, que pode revelar, em parte, a força de atração dos programas em análise, em termos espaciais. A ressalva vale para o fato de que todo movimento da sociedade se constitui como um conjunto de (ou uma tensão entre) determinações e indeterminações, isto é, há sempre um grau de liberdade maior ou menor nas escolhas dos indivíduos.

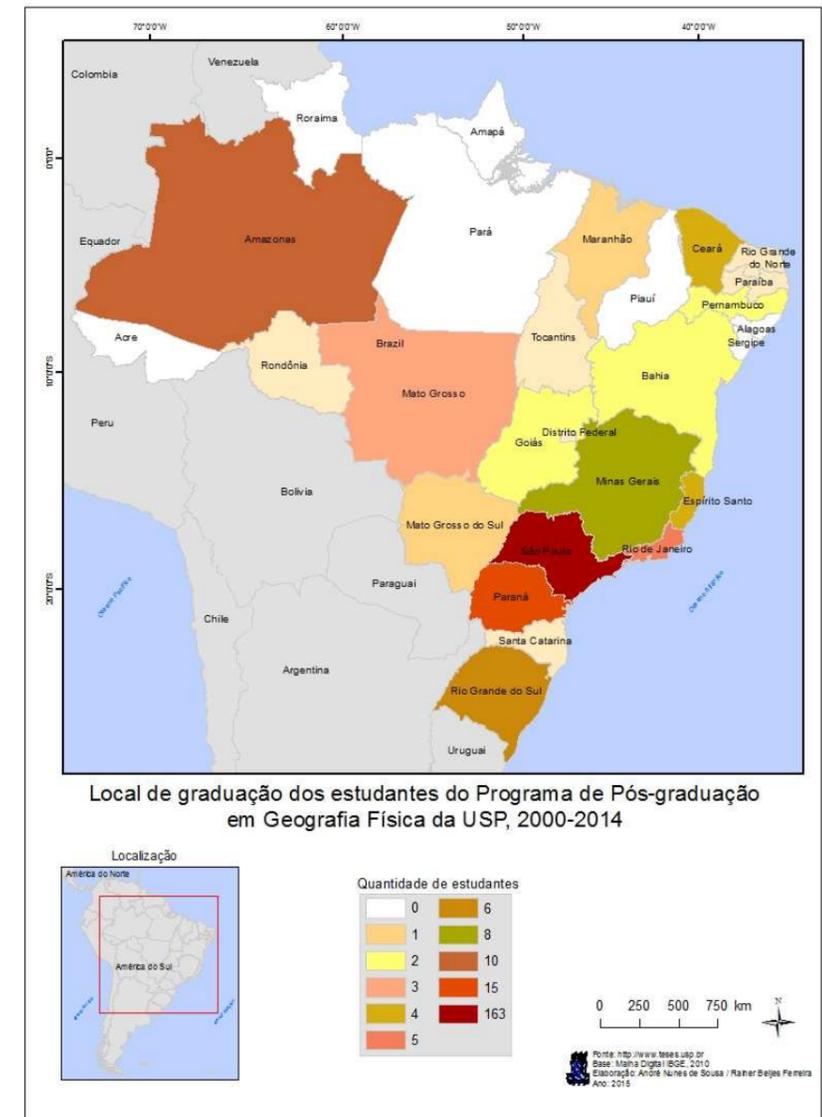
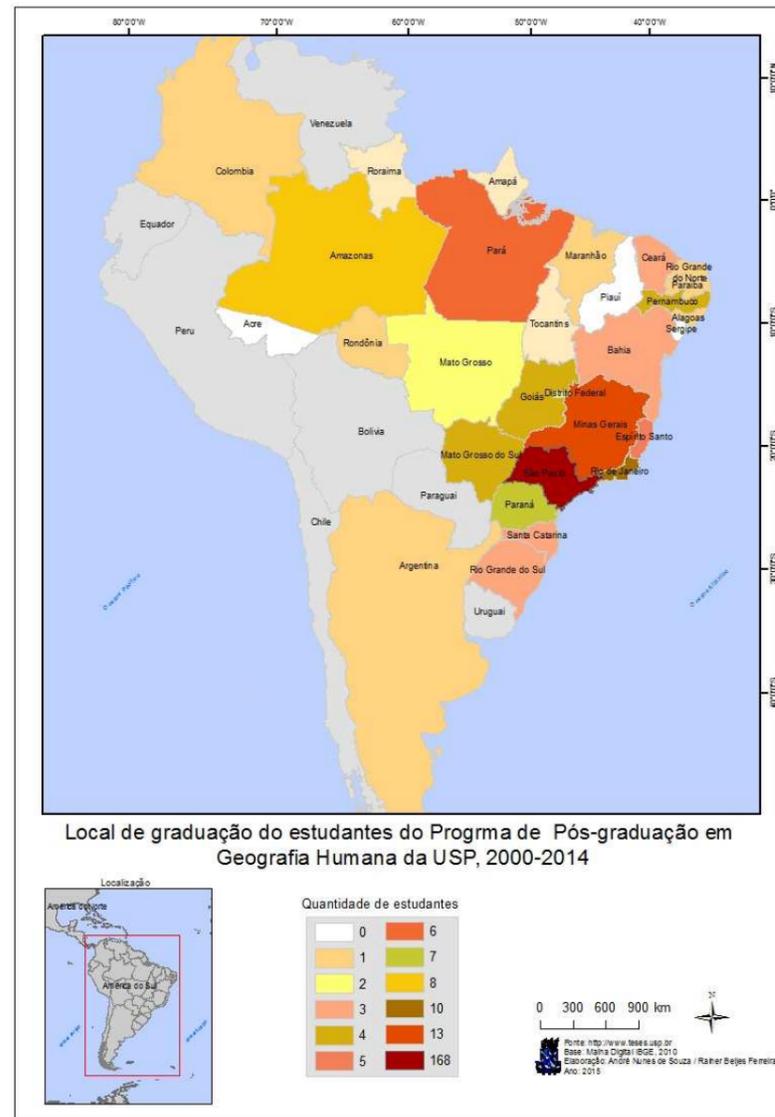
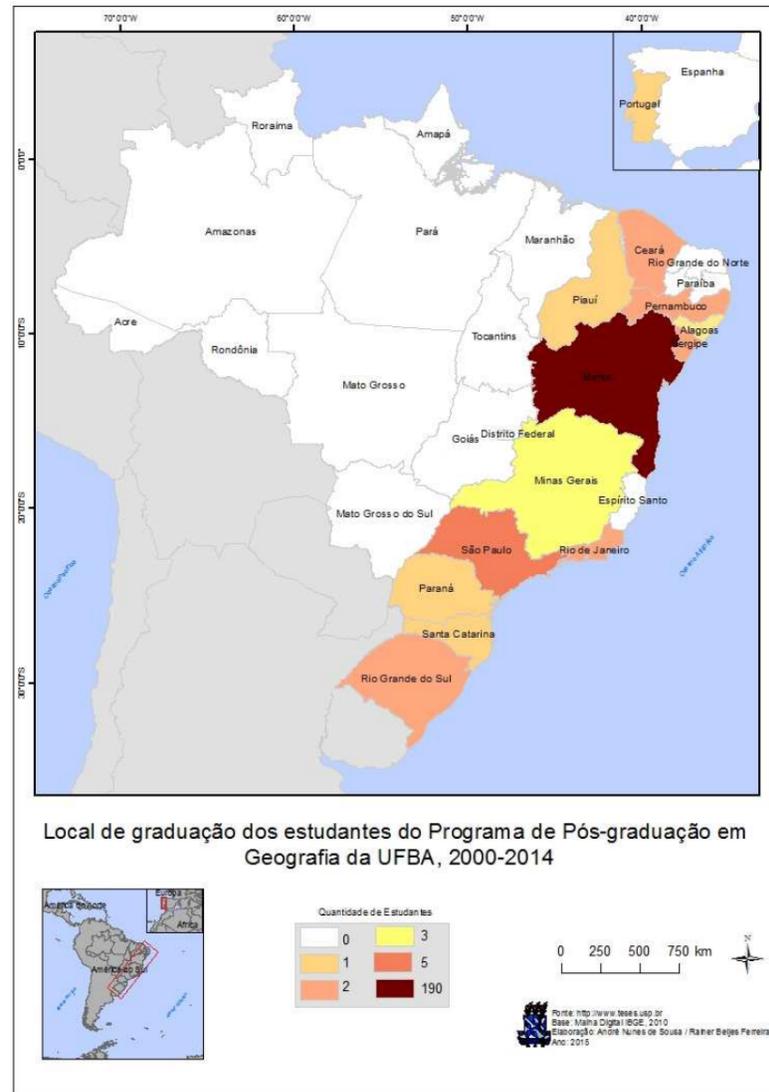
O primeiro grupo de mapas a serem analisados diz respeito ao local de graduação dos estudantes pesquisados durante os trabalhos de campo. Os mapas foram montados a partir dos dados disponibilizados pela Secretaria do Programa de Pós-graduação em Geografia da UFBA e acessados no site da Biblioteca Digital da USP, nas fases destinadas à coleta das referidas informações, portanto não englobam o universo total dos estudantes que defenderam suas dissertações ou teses, mas apenas os que depositaram seus trabalhos nas referidas secretaria e biblioteca.

Quando observado o primeiro grupo de mapas (grupo 01), referente à origem por graduação dos estudantes que cursaram a pós-graduação na UFBA, se destaca a participação de estudantes oriundos de estados vizinhos à Bahia, mas destaca-se, também, um grupo proveniente do estado de São Paulo e outro de Minas Gerais. Ainda que se trate de um programa com média de avaliação similar a muitos outros programas no Brasil, sobretudo no tocante a cursos de mestrado, nos parece que os trabalhos desenvolvidos por professores com destaque nacional em áreas temáticas particulares do campo disciplinar geográfico, a exemplo das pesquisas realizadas sobre espaço público, Geografia Cultural, Geografia e Arte e Geografia agrária/movimentos sociais/Educação no campo, servem de motivação para o deslocamento de estudantes de outros estados com sentido à Bahia. A participação, por exemplo, dos estudantes de São Paulo, Minas Gerais e Portugal (o único caso internacional) no Programa da UFBA está muito ligada aos trabalhos desenvolvidos sobre as referidas temáticas.

Já os mapas que se referem aos Programas de Pós Graduação em Geografia, Física e Humana, que localizam a origem por graduação dos seus estudantes, revelam, sem dúvida, a força atrativa que os referidos programas têm no campo científico, em termos nacional e mesmo internacional.

Assim como no caso da UFBA, se destaca a participação, nos Programas da USP, de estudantes de estados vizinhos a São Paulo, mas, o que mais chama a atenção, nos dois mapas referentes à USP, a nosso ver, é a participação dos estudantes da região Norte do país nos cursos desses programas, estudantes que se destinam, sobretudo, aos cursos de doutorado. Esse é um elemento importante que exige uma compreensão da trajetória e da posição dos programas da USP: a expansão quantitativa e diversificação regional dos programas de pós-graduação pelo país talvez indique mudanças nesses mapas em médio prazo. Novos eventos e vetores podem ser responsáveis por novas cores que ganharão os mapas referentes à origem, por graduação, dos estudantes da USP.

Figura 01 – Mapas Grupo 01



O conjunto de mapas 02, em seguida, foi confeccionado a partir de dados agrupados/espacializados referentes aos mestres e doutores egressos dos programas em análise que atuam como professores-pesquisadores nos diversos níveis de educação formal (básico, secundário ou superior), partindo-se da premissa de que todo professor é, ou deveria ser, também pesquisador da temática que leciona. Os dados mapeados, relacionados ao local de trabalho dos professores-pesquisadores egressos dos Programas de Pós-graduação em Geografia, da UFBA e da USP, entre os anos de 2000 e 2014, possibilita a verificação da acentuada participação em escala nacional dos pós-graduados oriundos da Universidade paulista, sobretudo no tocante ao Programa de Pós-graduação em Geografia Humana. Esse é um elemento bastante relevante, pois a inserção desses pós-graduados egressos nos diversos cantos do território nacional tende a repercutir e influenciar na difusão de perspectivas teórico-epistemológicas e conceituais dominantes e na própria concepção histórica que o campo disciplinar assume como trajetória oficial.

Em segundo lugar, no conjunto de mapas 02, chama a atenção, mais uma vez, a participação dos estudantes egressos da Universidade paulista na região Norte do Brasil, elemento que evidencia, além da origem de parte desses pesquisadores, as motivações espaciais de suas pesquisas. Quando nos detivemos, no levantamento dos trabalhos de campo, aos recortes espaciais das pesquisas abordadas e as suas escalas geográficas de apreensão dos fenômenos, verificamos um total de 44 pesquisas desenvolvidas nos programas de pós-graduação em Geografia da USP para a Região Norte, com a maior parte sendo estudada em escalas local, micro ou meso regionais. Esses dados sugerem que parte significativa de trabalhos realizados na USP sobre a Região Norte do Brasil é feita por pesquisadores oriundos da referida região, com algum acúmulo de trabalho sobre os recortes de pesquisa inscritos nessa macro região e que, dentro das opções de formação continuada oferecidas pelo campo disciplinar no país, optam pelos cursos da USP, dadas sua história e posição destacada no campo científico em termos nacionais.

No tocante à Universidade baiana, além da inexistência de profissionais egressos trabalhando em outros países, essa também se diferencia da Universidade Paulista, nos seus Programas de pós-graduação em Geografia, por conter no próprio território baiano a quase totalidade dos professores-pesquisadores oriunda de seu programa. Esses profissionais formam, na atualidade,

quadros docentes de escolas, institutos e Universidades em níveis municipal, estadual e/ou federal espalhados por toda a Bahia. Contudo, tem ainda destaque a participação de pós-graduados egressos da UFBA nos estados de Minas Gerais e Alagoas.

Analisando o terceiro grupo de mapas (grupo 03), referente ao local de doutoramento dos professores dos três programas analisados, evidenciamos maior diversidade na origem dos docentes da Universidade baiana. Para a confecção do referido mapa foram adicionados os professores colaboradores à contagem do corpo permanente dos programas, assim, aparece uma formação de doutorado na Bahia em programa de outra disciplina, uma vez que não havia, no período de coleta dos dados, doutores formados em Geografia pelas Universidades baianas.

O destaque na UFBA se dá pela presença de maior número de doutores formados na França, em São Paulo e Espanha, além de uma formação em Universidade anglo-saxônica (Canadá) e outra na Áustria. Em relação à França, nos parece que o mesmo fenômeno se relaciona ao programa da UFBA e de Geografia Humana da USP – uma geração formada a partir de acordos firmados entre as Universidades brasileiras e francesas nos anos 1960/1970 atribui destaque nos mapas da UFBA e de Geografia Humana da USP ao número de doutores titulados na França. A participação menor de uma Universidade alemã na formação dos professores doutores aparece no programa de Geografia Humana da USP, que conta ainda com uma formação na Itália. Quanto ao programa de pós-graduação em Geografia Física da USP, esse apresenta um quadro docente formado, quase que na sua totalidade, por doutores titulados nas Universidades paulistas.

Figura 02 – Mapas Grupo 02

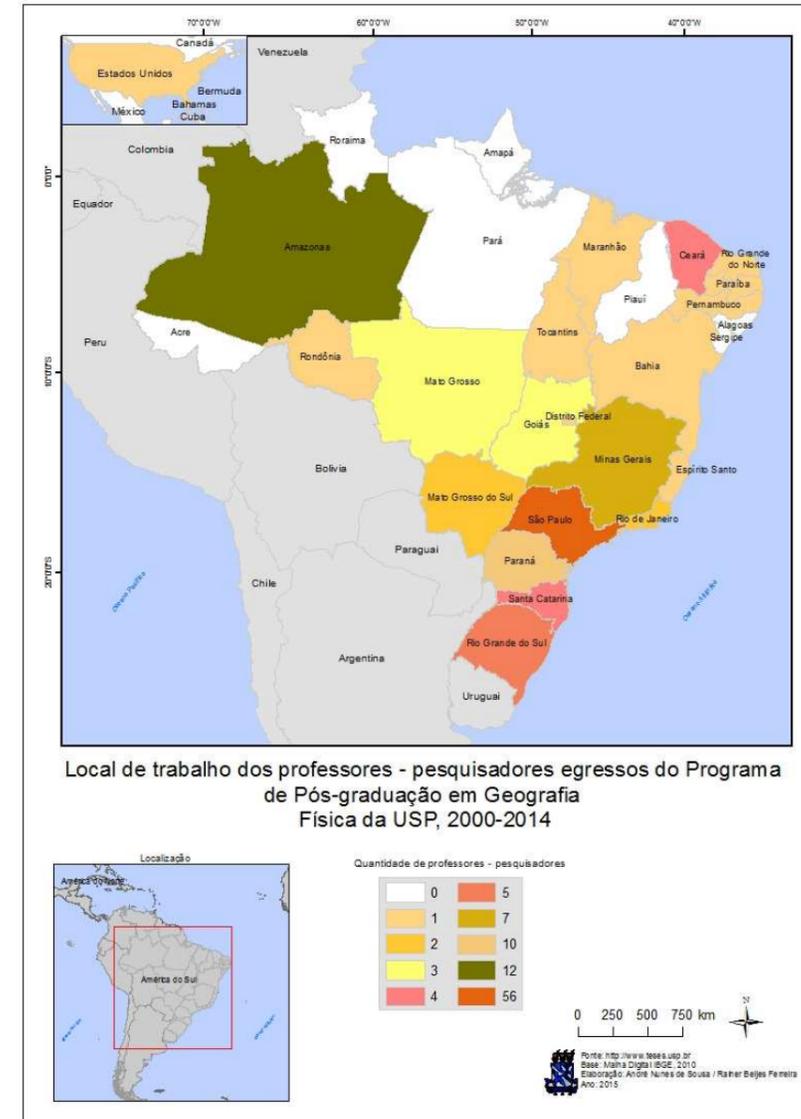
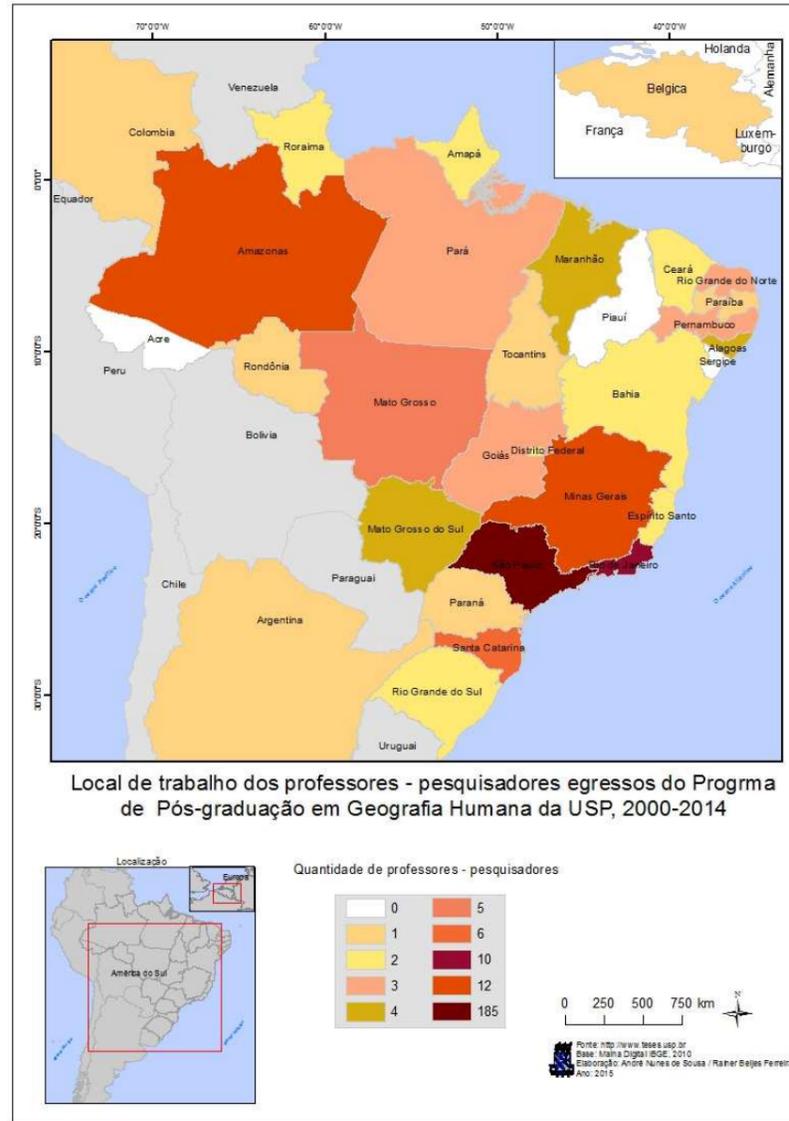
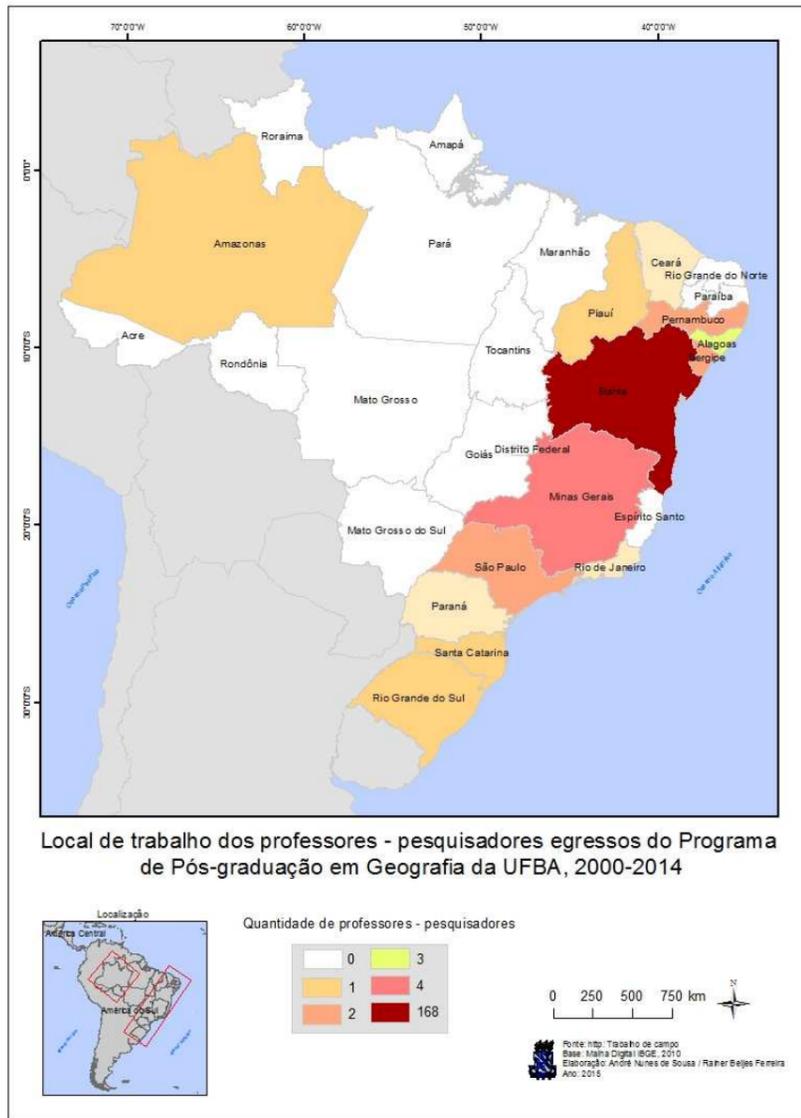
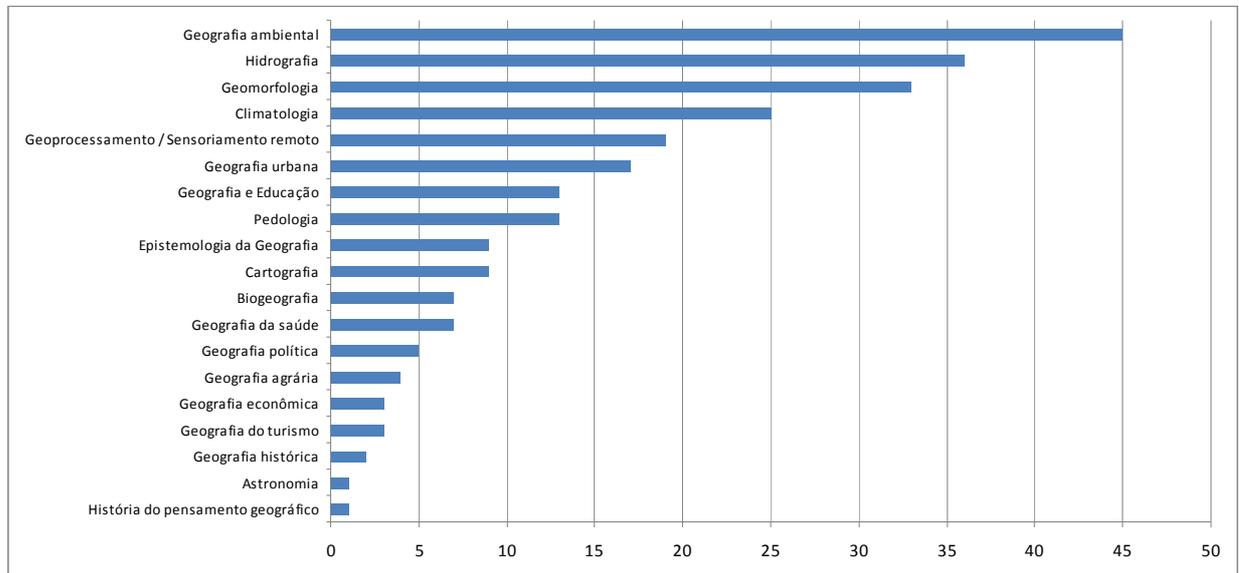


Figura 03 – Mapas Grupo 03



Após uma análise sobre as origens dos discentes e docentes e o comportamento numérico dos programas de pós-graduação em análise, nas suas variáveis referentes à quantidade de matrículas e produção de dissertações e teses, é necessário agora nos aproximarmos um pouco mais quantitativamente da produção textual em termos relacionados a cada um dos três programas – os próximos passos serão os de verificar as subáreas, escalas geográficas e conceitos predominantes por programa. Passando aos números da produção discente em nível de mestrado, inicialmente no Programa de Geografia Física da USP, temos, no gráfico 6, as seguintes subáreas temáticas e seus valores:

Gráfico 06 - Distribuição das dissertações do curso de Mestrado em Geografia Física da USP, por subárea, 2001 a 2014.

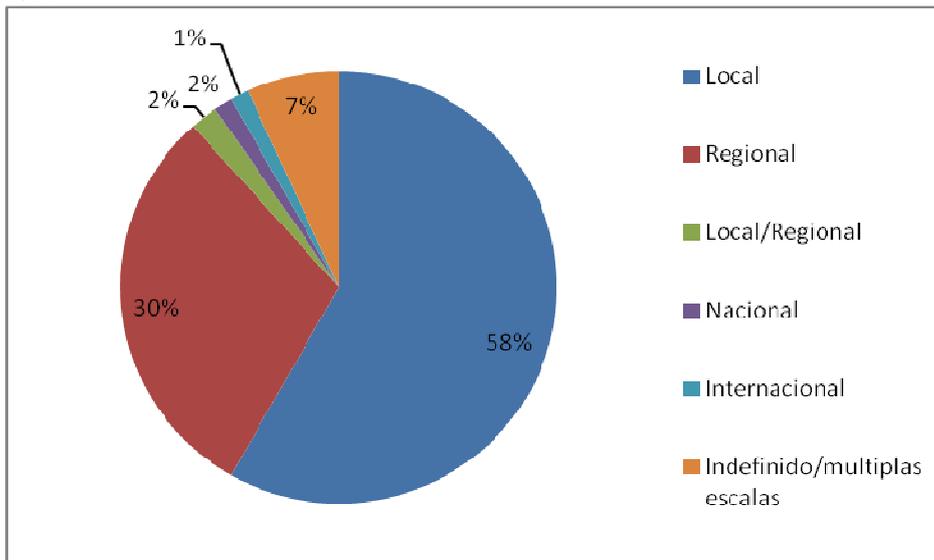


Fonte: Dados do Autor, a partir de pesquisa na Biblioteca Digital da USP.

Cabe, antes da análise, uma observação para o fato de que muitos trabalhos foram associados a mais de uma subárea temática, o que indica que teremos uma quantificação maior de dissertações se somarmos todas as subáreas do que o valor total de trabalhos verificados. Sendo assim, observamos que a distribuição das dissertações de mestrado de Geografia Física da USP, entre 2001 e 2014, por subáreas, se concentra, predominantemente, nas subáreas Ambiental (18%), Hidrografia (14%), Geomorfologia (13%) Climatologia (10%), Geoprocessamento (8%) e Geografia Urbana (7%). Outras subáreas trabalhadas nas teses foram: Geografia e Educação (5%), Pedologia (5%), Cartografia (4%) e Epistemologia da Geografia (4%), dentre outras com menores frequências. Vale ainda destacar que os dados estão apresentados em frequência

absoluta no gráfico, porém com suas descrições de frequências relativas no texto, para uma melhor compreensão da importância de cada subárea. Já as escalas geográficas de abordagem predominantes do Programa de Pós-graduação em Geografia Física da USP se destacam pelos seguintes valores relativos, visualizados no Gráfico 07:

Gráfico 07 - Escalas geográficas de abordagem das dissertações de mestrado em Geografia Física da USP, 2000 a 2014.



Fonte: Dados do Autor, a partir de pesquisa na Biblioteca Digital da USP.

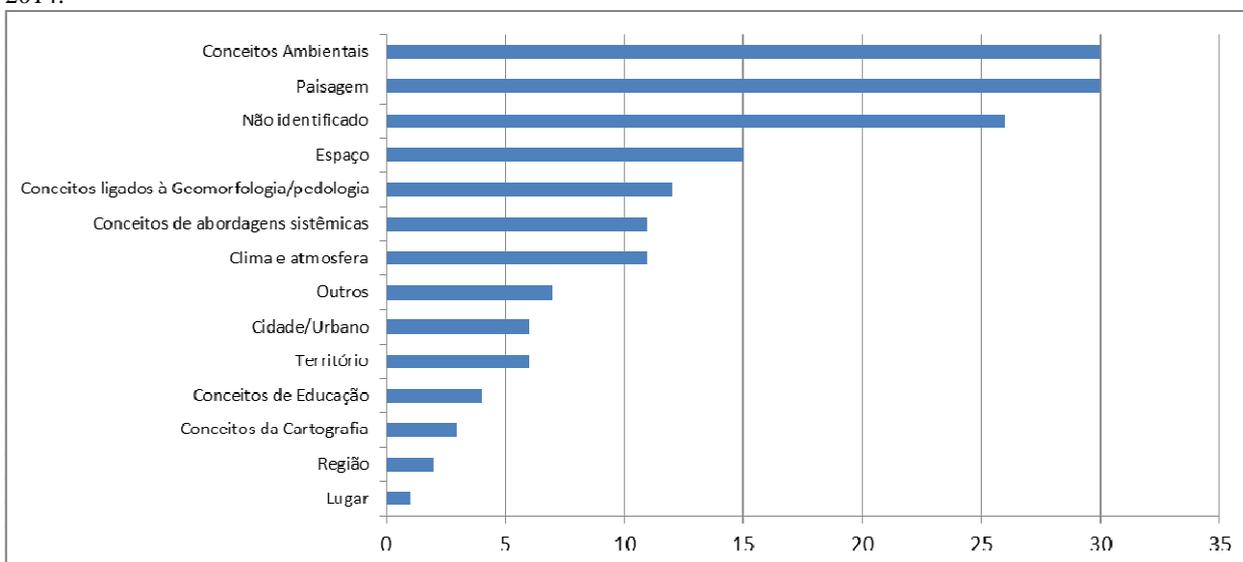
Segundo as escalas geográficas de trabalho das dissertações de mestrado do Programa de Pós-graduação de Geografia Física da USP, observa-se que a maior parte das dissertações se concentra em escala local (58%) e regional (30%), respectivamente. Esses números, quando associados aos recortes espaciais da pesquisa e origem dos pesquisadores, relativizam a abrangência nacional dos trabalhos da pós-graduação em Geografia da USP. O que nos parece, embora as articulações não tenham sido feitas minuciosamente, é que boa parte dos trabalhos que tomam como recorte espacial outras regiões, o fazem em escala local e se associam com pesquisas esboçadas pelos pesquisadores antes de suas idas para São Paulo.

Quando partimos para a análise dos principais conceitos que figuram e sustentam as dissertações de mestrado em Geografia Física da USP observamos a situação descrita pelo gráfico 08. Contudo, antes de passarmos à análise do gráfico 8 e dos que lhe seguem, cabem duas importantes observações: a) a primeira diz respeito ao fato de termos concentrado, nos três programas analisados, os conceitos por grupos temáticos. Assim, além dos conceitos-chaves da

Geografia, amplamente reconhecidos pelo campo disciplinar, operamos por grupos temáticos na Geografia Física e Humana, como, por exemplo, na Geografia Física, Geomorfologia/pedologia (morfogênese, pedogênese, escorregamento, deslizamento, entre outros), Conceitos ambientais (risco, vulnerabilidade ambiental, fragilidade ambiental, dentre outros), ou mesmo climatologia (ritmo climático, precipitação, padrão atmosférico, alterações climáticas, dentre outros), e, na Geografia Humana, nos utilizamos de, por exemplo, temas de abordagens culturais (identidade, representação, cultura, percepção, e outros), capital/trabalho (mercadoria, propriedade e contra-propriedade, reestruturação produtiva, desenvolvimento, lutas de classe, ajuste espacial, dentre outros), Estado/Nação (poder, imperialismo, federalismo, fronteiras, democracia, dentre outros) e cidade/urbano (metrópole, metropolização, suburbanização, bairro, gentrificação, favela, centralidade e outros); b) a coluna referente aos conceitos não identificados se refere à nossa dificuldade de associar, na análise dos trabalhos, a estruturação das pesquisas a alguns desses conceitos ou grupo temáticos de conceitos.

Assim, temos em destaque nos trabalhos desenvolvidos no Programa de Pós-graduação em Geografia Física da USP, por nós analisados, os seguintes dados visualizados no Gráfico 08:

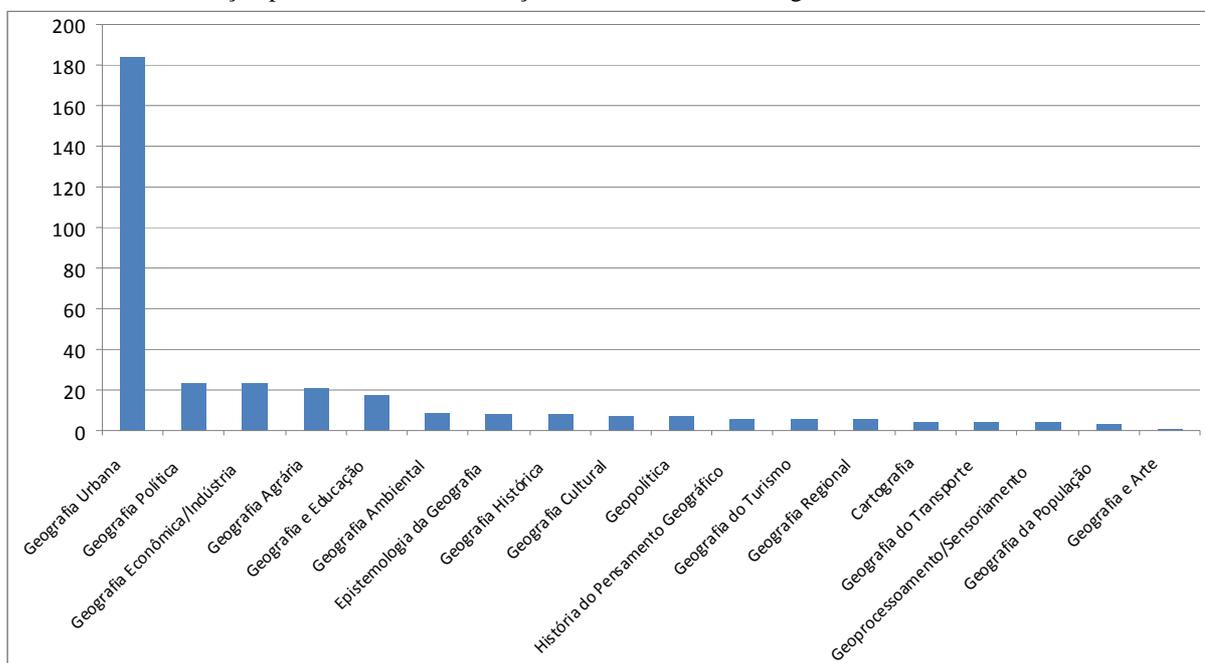
Gráfico 08 - Principais conceitos trabalhados nas dissertações de mestrado em Geografia Física da USP, 2001 a 2014.



Fonte: Dados do Autor, a partir de pesquisa na Biblioteca Digital da USP.

Os chamados conceitos da temática ambiental, juntamente com paisagem, espaço, temática geomorfologia/pedologia e sistema/geossistema/ecossistema/sistema hídrico foram os mais abordados nas dissertações do mestrado em Geografia Física da USP, de 2001 a 2014. Além dos referidos conceitos, em ordem decrescente, foram abordados também: cidade/urbano, conceitos de educação, território e região, dentre outros conceitos menos específicos e comuns. Também para o mestrado, a análise dos conceitos foi realizada através das frequências absolutas, uma vez que cada dissertação abordou, em média, mais de um dos conceitos, sendo contabilizado o número absoluto da utilização dos conceitos. No tocante às subáreas, trabalhadas nas dissertações em Geografia Humana da USP, temos os seguintes valores em termos absolutos, visualizados no Gráfico 09:

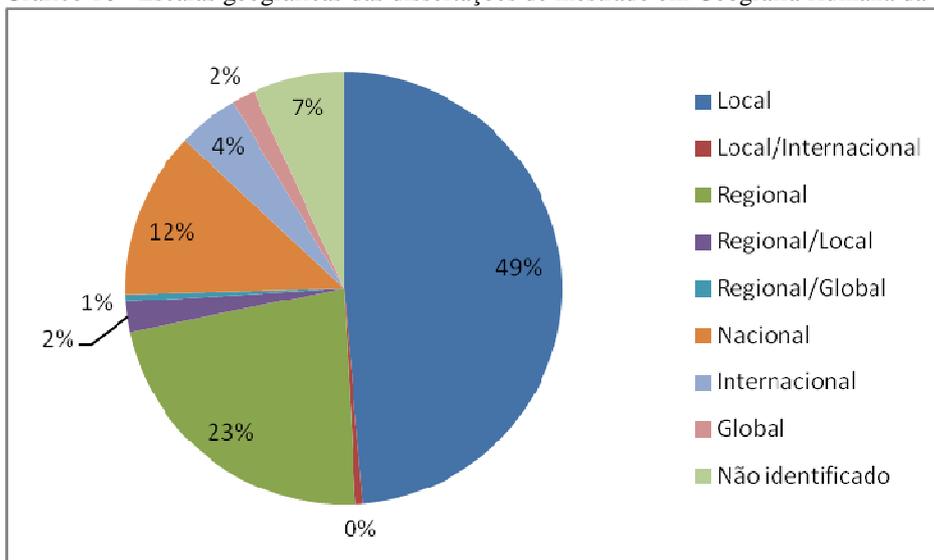
Gráfico 09 - Distribuição por subárea das dissertações do Mestrado em Geografia Humana da USP, 2000-2014.



Fonte: Dados do Autor, a partir de pesquisa na Biblioteca Digital da USP.

A distribuição do número de dissertações de mestrado de Geografia Humana da USP entre 2001 e 2014, por subáreas, se concentra, sobretudo, na subárea Geografia Urbana (54%), assim como ocorre também com as teses de doutorado de Geografia Humana da USP, conforme será visto mais à frente. As demais dissertações se distribuem nas subáreas referentes à Geografia Econômica/Indústria/Comércio (7%), Geografia Política (7%), Geografia Agrária (5%), Geografia e Educação (5%) e Geografia Ambiental (3%) e outras em menor frequência. Vale reiterar que, assim como na Geografia Física, os dados estão apresentados em frequência absoluta no gráfico, porém com descrição de frequências relativas no texto para uma melhor compreensão da importância de cada subárea. Em termos de escalas geográficas trabalhadas, temos, para o curso de mestrado de Geografia Humana da USP, os seguintes valores, representados no gráfico 10:

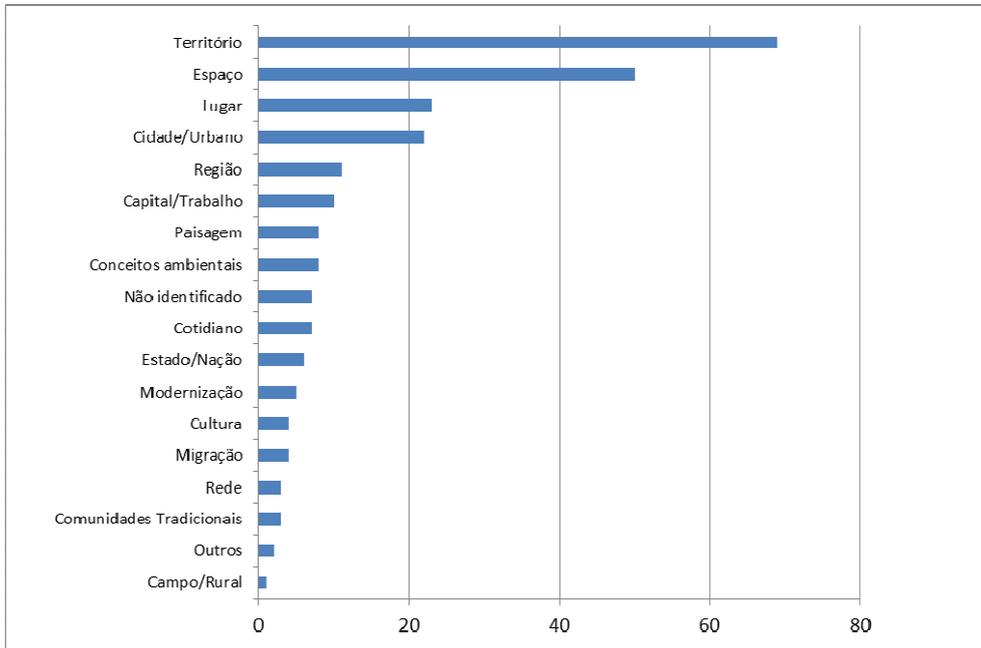
Gráfico 10 - Escalas geográficas das dissertações de mestrado em Geografia Humana da USP, 2000 a 2014.



Fonte: Dados do Autor, a partir de pesquisa na Biblioteca Digital da USP.

Nas escalas trabalhadas nas dissertações de mestrado em Geografia Humana da USP, de 2000 a 2014, observamos que a maior proporção das dissertações se concentra na escala local (49%) e regional (23%), assim como as dissertações defendidas junto ao Programa de Geografia Física da USP, seguidas das escalas nacional (12%), internacional (4%), global e regional/local (2%), regional/global (1%), com 7% de dissertações sem definição clara das escalas. Quanto às escalas não identificadas, essas dizem respeito a trabalhos de epistemologia e/ou história do pensamento geográfico, portanto centradas em questões teóricas que transcendem um recorte espacial específico. Já a observação sobre os principais conceitos-chaves ou grupos temáticos de conceitos trabalhados nas dissertações de mestrado em Geografia Humana da USP, nos leva para os seguintes resultados, mostrados no Gráfico 11:

Gráfico 11 - Conceitos trabalhados nas dissertações de mestrado em Geografia Humana da USP, 2001 a 2014, São Paulo.



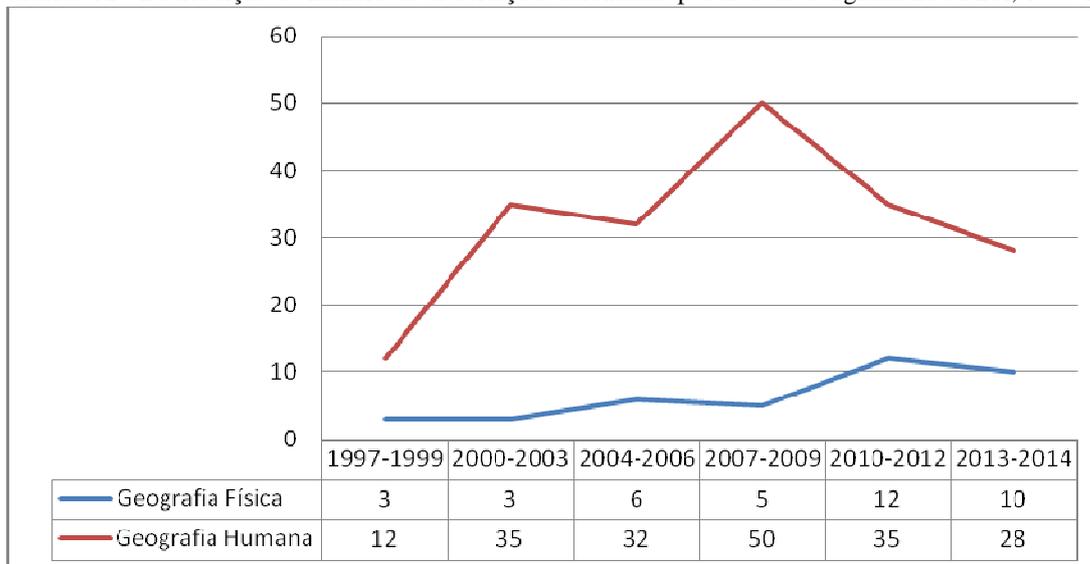
Fonte: Dados do Autor, a partir de pesquisa na Biblioteca Digital da USP.

Os conceitos de território, espaço, lugar, cidade/urbano, região, capital/trabalho e paisagem foram os mais abordados nas dissertações do mestrado em Geografia Humana da USP, de 2001 a 2014. Também para o mestrado, a análise dos conceitos foi apresentada através das frequências absolutas, uma vez que cada dissertação pode ter abordado mais de um dos conceitos referidos, sendo contabilizado o número absoluto da utilização dos conceitos. Outra observação importante é a de lembrar que os dados da USP foram extraídos de sua Biblioteca Digital e que apenas corresponde aos trabalhos nela depositados. Nesses termos, áreas temáticas fortes e de grande tradição no campo disciplinar, como a Geografia Agrária, teve um destaque pequeno no gráfico 11.

Antes de passarmos ao gráfico 12, referente ao Programa de pós-graduação em Geografia da UFBA é importante salientar, antes de sua caracterização, que as áreas Geografia Física e Humana integram o mesmo programa, assim como no restante do país e apenas diferentemente da USP. O gráfico 12 apresenta a distribuição do número de dissertações dessas duas áreas por triênio, o que possibilita observarmos que o número de dissertações na área de Geografia Humana supera a de Geografia Física ao longo do tempo, mas ambas avançam em número no correr dos anos. Importante também notar que o número de dissertações, tanto de Geografia

Física quanto de Geografia Humana, sobretudo nesta última, começa a decair a partir de 2009/2010.

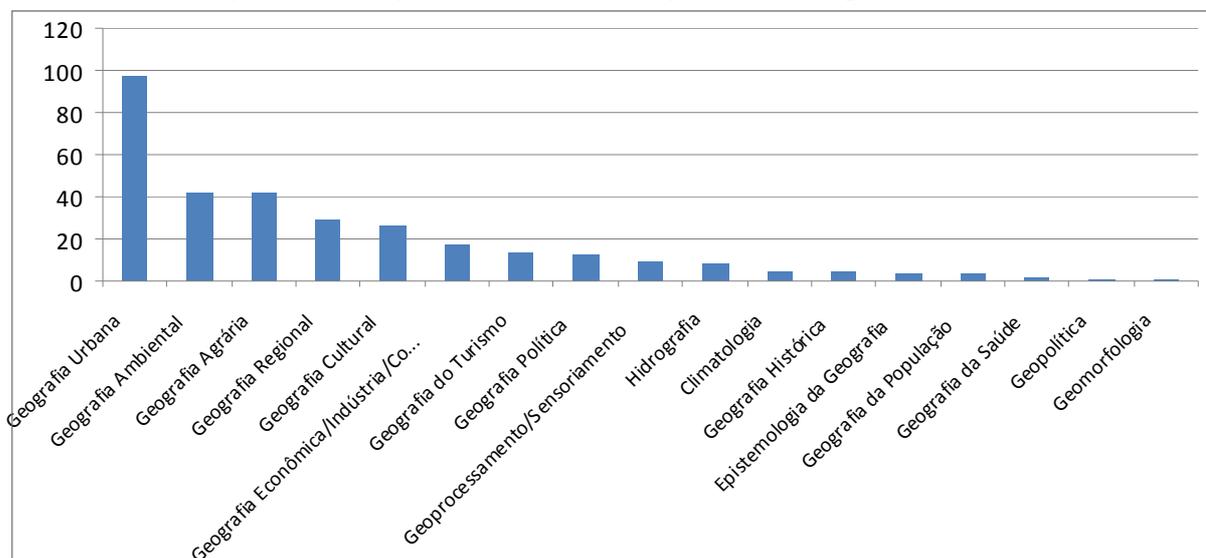
Gráfico 12 - Distribuição do número de dissertações defendidas por área da Geografia na UFBA, 1997-2014.



Fonte: Dados do Autor, a partir de pesquisa na Secretaria da Pós Graduação em Geografia da UFBA, 2014.

Como o período de avaliação da Capes acontecia, no momento da coleta e tratamento dos dados, em triênios, o gráfico está organizado seguindo a periodicidade da referida Coordenação. A queda que acontece no período de 2013-2014, para ambas as áreas, provavelmente está relacionada à não conclusão do triênio 2013-2015, ou seja, incompletude dos dados do último triênio (Gráfico 12). Além disso, é importante ressaltar que os dados do doutorado não foram apresentados porque, como já informado, no período destinado à coleta dos dados ainda não havia ocorrido defesas de teses e, por isso, os dados não entraram no cômputo. Desse modo, analisando as dissertações dos mestres egressos do Programa de Pós-graduação em Geografia da UFBA chegamos aos seguintes resultados em termos de subáreas, que podem ser visualizados no Gráfico 13:

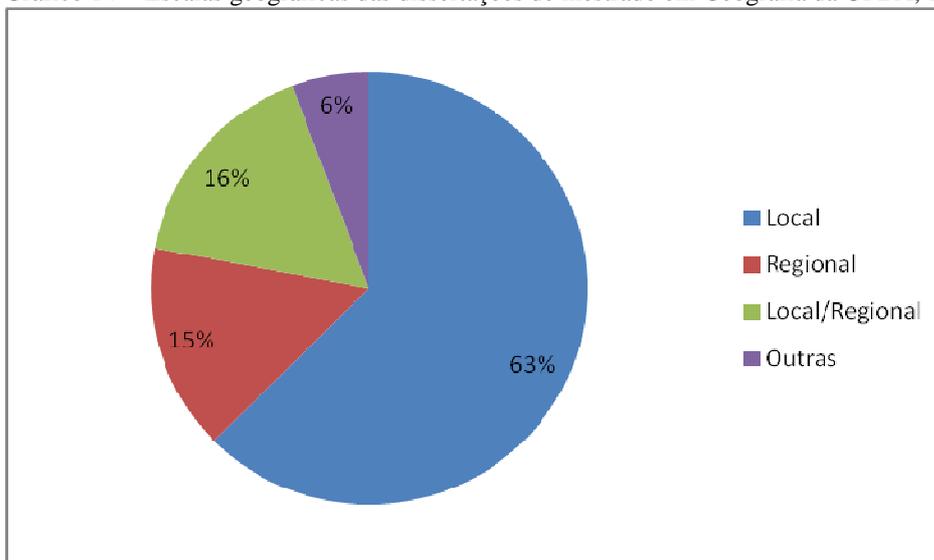
Gráfico 13 - Distribuição das dissertações do Mestrado em Geografia da UFBA, por subárea, 1997 a 2014.



Fonte: Dados do Autor, a partir de pesquisa na Secretaria da Pós Graduação em Geografia da UFBA, 2014.

A distribuição das dissertações de mestrado de Geografia Humana da UFBA entre 1997 e 2014 por subáreas se concentra, conforme o gráfico 13, nas subáreas da Geografia Urbana (30%), Geografia Agrária (13%), Geografia Ambiental (13%), Geografia Regional (9%) e Geografia Cultural (8%). As demais subáreas são: Geografia Econômica/Indústria/Comércio (5%), Geografia Política (4%), Geografia do Turismo (4%), Geoprocessamento/Sensoriamento remoto (3%) e Hidrografia (3%), além de outras em menor frequência. Reitera-se que os dados estão apresentados em frequência absoluta no gráfico, porém com descrição de frequências relativas no texto para uma melhor compreensão da importância de cada subárea para o Programa, sem separação da Geografia Física e da Geografia Humana (Gráfico 13). Em termos de escala geográfica de análise, os dados da UFBA não se distanciam muito daqueles referentes à USP, como veremos no gráfico 14:

Gráfico 14 - Escalas geográficas das dissertações de mestrado em Geografia da UFBA, 1997 a 2014.

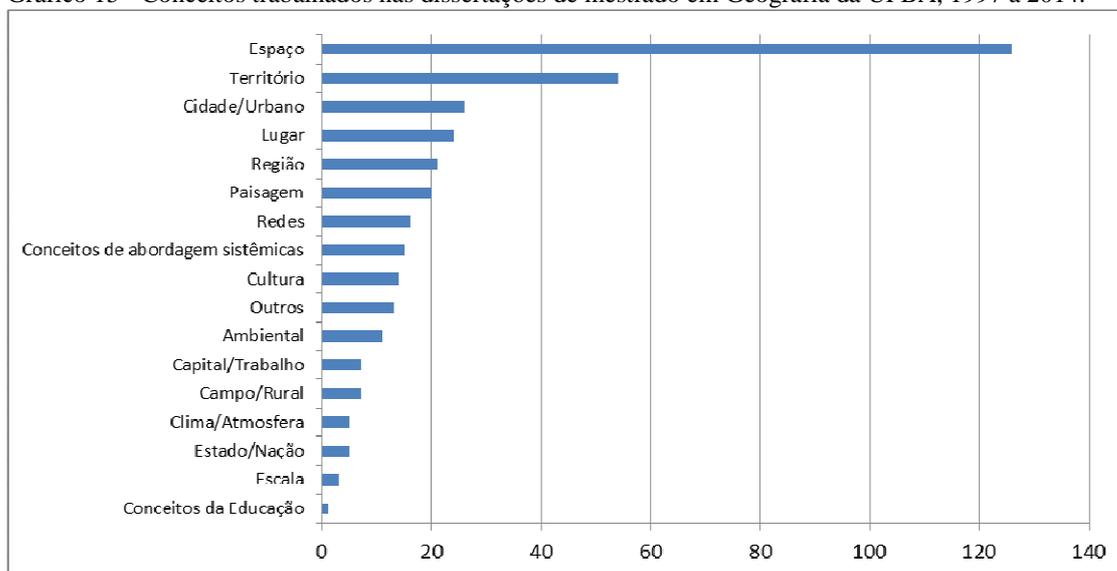


Fonte: Dados do Autor, a partir de pesquisa na Secretaria da Pós Graduação em Geografia da UFBA, 2014.

Nas escalas geográficas trabalhadas nas dissertações de mestrado em Geografia da UFBA, de 1997 a 2014, observa-se que a maior proporção das dissertações se concentra na escala local (63%), assim como as dissertações defendidas nos programas de Geografia da USP (Humana e Física), seguida das escalas articuladas local/regional (16%) e regional (15%), além de 6% de outras escalas utilizadas de modo integrado. Cabe, antes de passarmos aos próximos gráficos, destacar que, além de abordagem numérica, mas não estatística, a construção dos gráficos se baseia na interpretação do autor, o que significa que mesmo que os trabalhos tenham “passeado” por mais de uma escala, as pesquisas foram classificadas segundo nosso entendimento quanto às suas escalas principais de abordagem.

Quanto aos principais conceitos trabalhados nas dissertações de mestrado em Geografia da UFBA, nossas interpretações nos conduziram aos seguintes conceitos e valores, representados no Gráfico 15:

Gráfico 15 - Conceitos trabalhados nas dissertações de mestrado em Geografia da UFBA, 1997 a 2014.



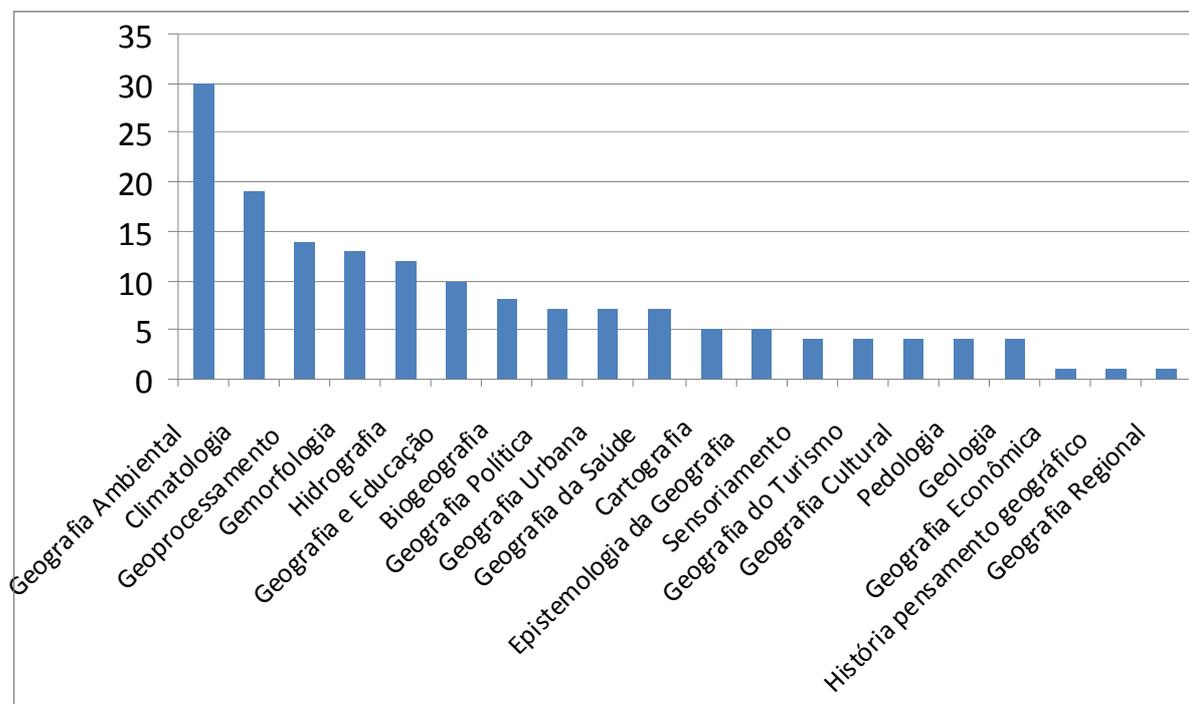
Fonte: Dados do Autor, a partir de pesquisa na Secretaria da Pós Graduação em Geografia da UFBA, 2014.

Os conceitos de espaço, território, lugar, cidade/urbano, região, paisagem, redes, sistema/geossistema e cultura foram os mais abordados nas dissertações do mestrado em Geografia da UFBA, de 1997 a 2014. Chama atenção o conceito de território ocupando posição de destaque, assim como nos outros gráficos referentes aos conceitos utilizados nos cursos de mestrado em Geografia da USP. Outros conceitos abordados, em ordem decrescente, foram: ambiental, campo/rural, capital/trabalho, Estado/nação, clima/atmosfera, além de outros de menor frequência. Ainda no tocante aos trabalhos desenvolvidos no mestrado em Geografia da UFBA, a análise dos conceitos foi realizada através das frequências absolutas, uma vez que cada dissertação pode ter abordado mais de um dos conceitos referidos, sendo contabilizado o número absoluto da utilização dos conceitos.

Por outro lado, quando nos debruçamos sobre as teses defendidas nos Programas de Pós-graduação da USP, em um cômputo ao qual não se soma a UFBA, conforme já observamos, verificamos que a distribuição das teses de doutorado de Geografia Física da USP, entre 2001 a 2014, por subáreas, se concentra, conforme o gráfico 16, predominantemente, nas subáreas Geografia Ambiental (19%), Climatologia (12%), Geoprocessamento (9%) e Geomorfologia (8%). Outras subáreas trabalhadas pelas teses foram Hidrografia (7%), Educação (6%), Biogeografia (5%), Saúde (4%) e Geografia Urbana (4%), dentre outras com menores frequências. Cabe uma observação para o crescimento da subárea geoprocessamento em

detrimento da subárea cartografia e desta última, nos trabalhos realizados, estar, em sua maioria, relacionada à subárea Geografia e Educação.

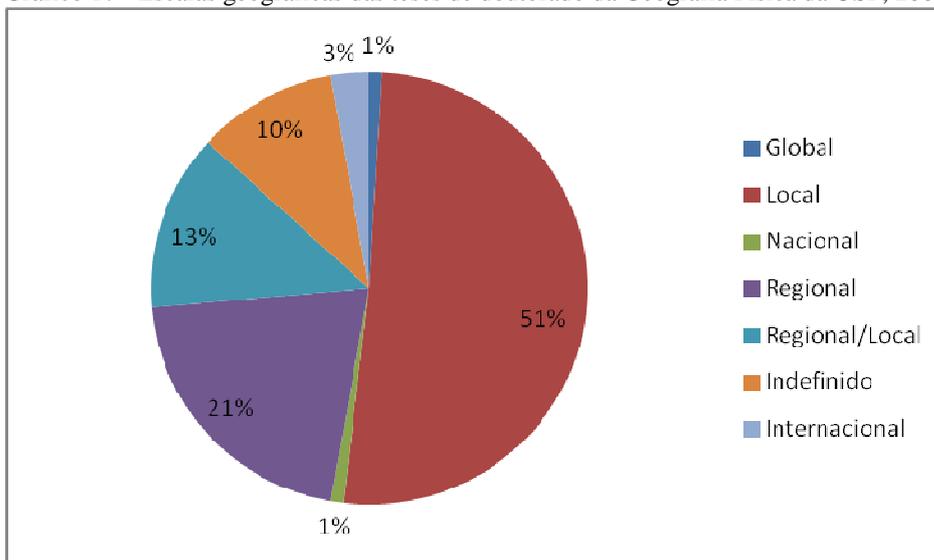
Gráfico 16 - Distribuição das teses de doutorado da Geografia Física da USP por subáreas, 2001 a 2014.



Fonte: Dados do Autor, a partir de pesquisa na Biblioteca Digital da USP.

No tocante às escalas geográficas de abordagem nas teses de Geografia Física da USP, verificamos os seguintes valores, apresentados no gráfico 17:

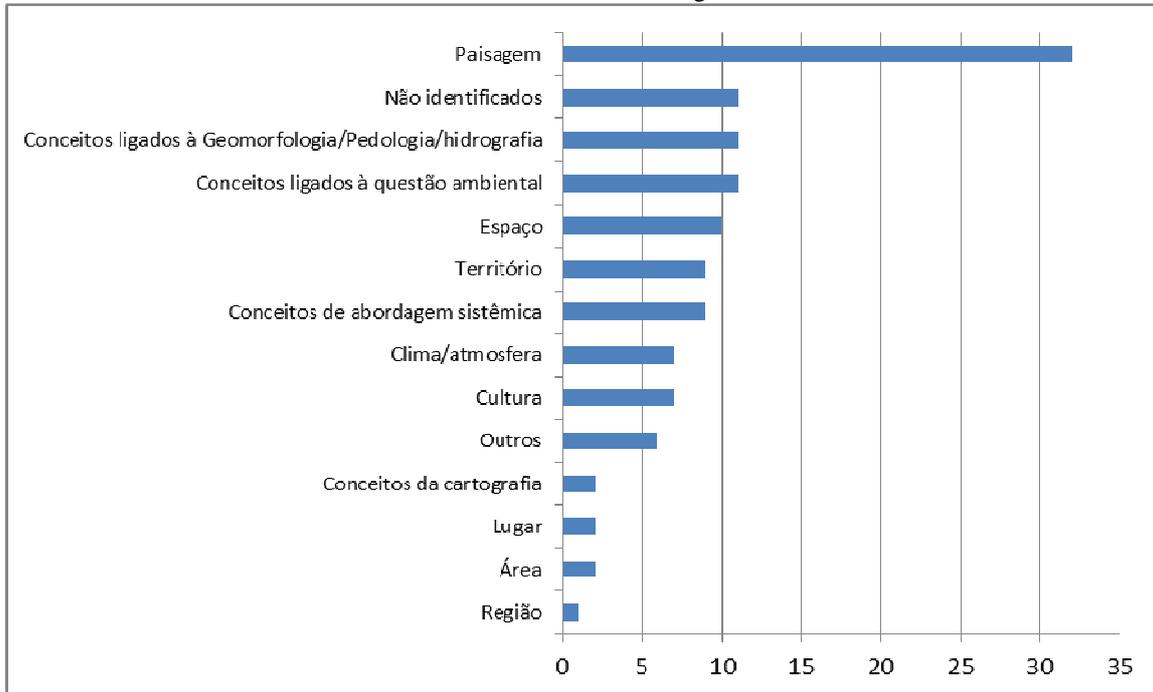
Gráfico 17 - Escalas geográficas das teses de doutorado da Geografia Física da USP, 2001 a 2014.



Fonte: Dados do Autor, a partir de pesquisa na Biblioteca Digital da USP.

Em relação às escalas trabalhadas nas teses de doutorado da Geografia Física da USP, de 2001 a 2014, observa-se que a maior parte delas se concentra na escala local (51%), assumindo as mesmas características dos outros cursos analisados, seguida das escalas regional (21%), regional/local (13%), internacional (3%), global (1%) e nacional (1%), contando ainda com 10% classificadas por nós como indefinidas por tratarem de questões relacionadas a discussões teórico-metodológicas e/ou historiográficas do pensamento geográfico.

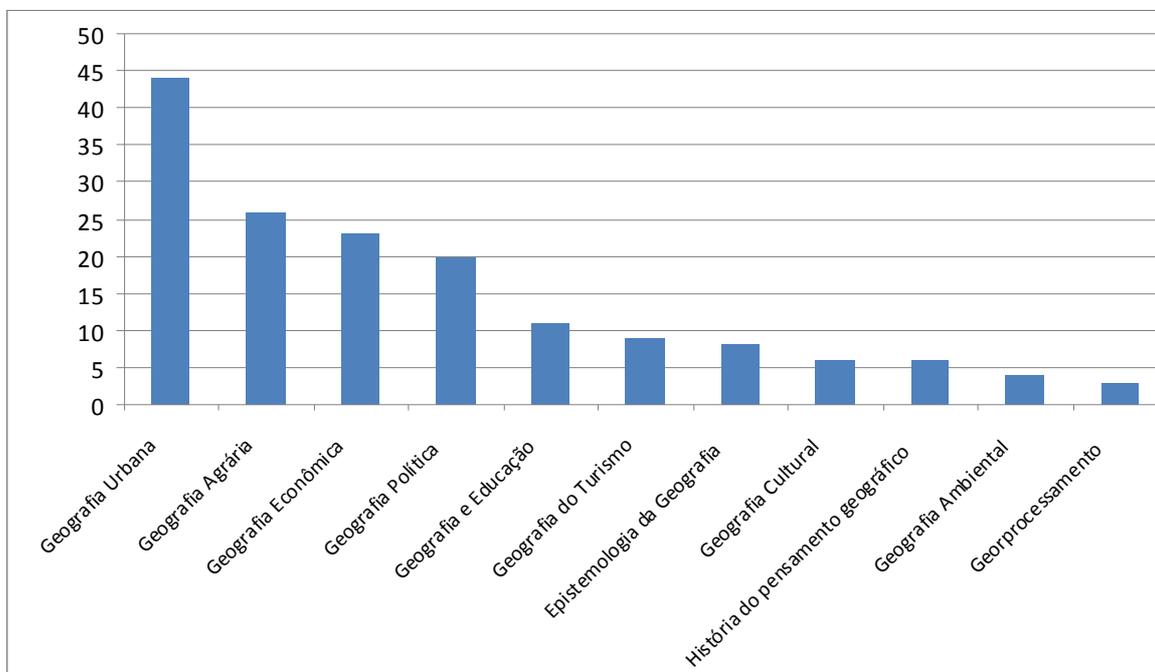
Gráfico 18 - Conceitos trabalhados nas teses de doutorado de Geografia Física da USP, 2001-2014.



Fonte: Dados do Autor, a partir de pesquisa na Biblioteca Digital da USP.

Na análise dos conceitos predominantes nas teses de doutorado de Geografia Física da USP, de 2001 a 2014, (gráfico 18) observou-se uma destacada abordagem sobre conceitos-chaves da Geografia, notadamente os conceitos de paisagem e espaço, seguido das temáticas conceituais em torno dos grupos referentes à questão ambiental, geomorfologia/pedologia/hidrografia, sistema/geossistema/ecossistema/sistema hídrico, clima/atmosfera e cultura. Dentre os conceitos predominantes, paisagem e cultura foram trabalhos, na maioria das pesquisas com conotações diferentes nas subáreas Geografia Física e Geografia Humana. Cultura, em Geografia Física, esteve muito relacionada aos estudos do que se convencionou chamar de populações tradicionais e (ou) saberes tradicionais, vinculados ao manuseio dos recursos naturais. Já o conceito de paisagem, assume em Geografia Humana um caráter antropocêntrico, dotado de significado a partir de um observador, enquanto que em Geografia Física esteve mais ligado a uma das dimensões de tratamento do sistema-Terra.

Gráfico 19 - Distribuição das teses de doutorado em Geografia Humana da USP por subáreas, 2000 a 2014, São Paulo.

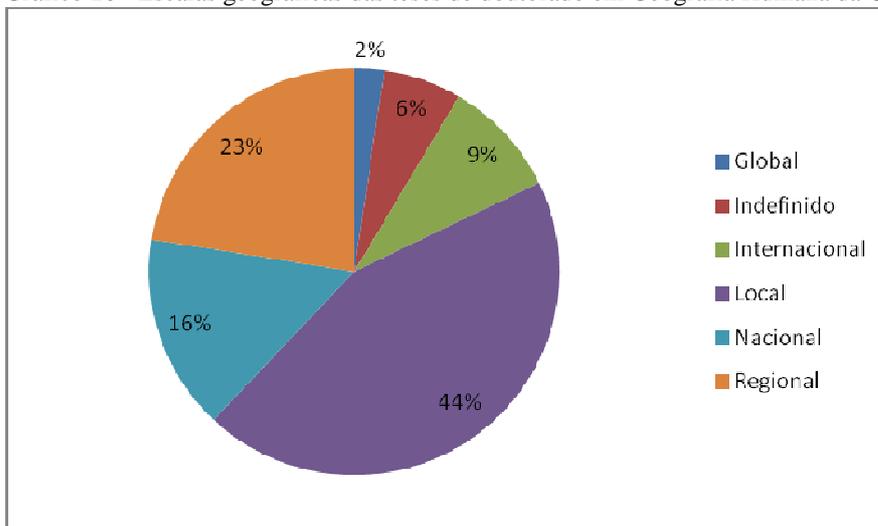


Fonte: Dados do Autor, a partir de pesquisa na Biblioteca Digital da USP.

Já a distribuição das subáreas das teses de doutorado de Geografia Humana da USP, de 2000 a 2014, ocorreu predominantemente nas subáreas de Geografia Urbana (28%), Geografia Agrária (16%), Geografia Econômica (14%) e Geografia Política (13%). Outras subáreas com menor concentração de teses foram: Geografia e Educação (7%), Geografia do Turismo (6%), Epistemologia da Geografia (5%), História do Pensamento Geográfico (4%), Geografia Cultural (4%), Geografia Ambiental (3%) e Geoprocessamento (3%). Aqui um importante destaque deve ser feito para o fato de a Geografia Cultural na USP aparecer com frequência inferior à da UFBA, esta última conta como um grupo de pesquisa que desenvolve trabalhos nas diversas etapas formativas dos estudantes (graduação, mestrado e doutorado), tendo inserção central em termos nacionais nos estudos de abordagem cultural em Geografia.

Reitera-se, mais uma vez, que os dados estão apresentados em frequência absoluta no gráfico 19, mas, para que possamos demonstrar a presença de cada subárea no Doutorado de Geografia Humana da USP, optou-se por descrever esses dados por suas proporções, ou frequências relativas, no intuito de melhor observarmos sua participação na produção acadêmica do curso.

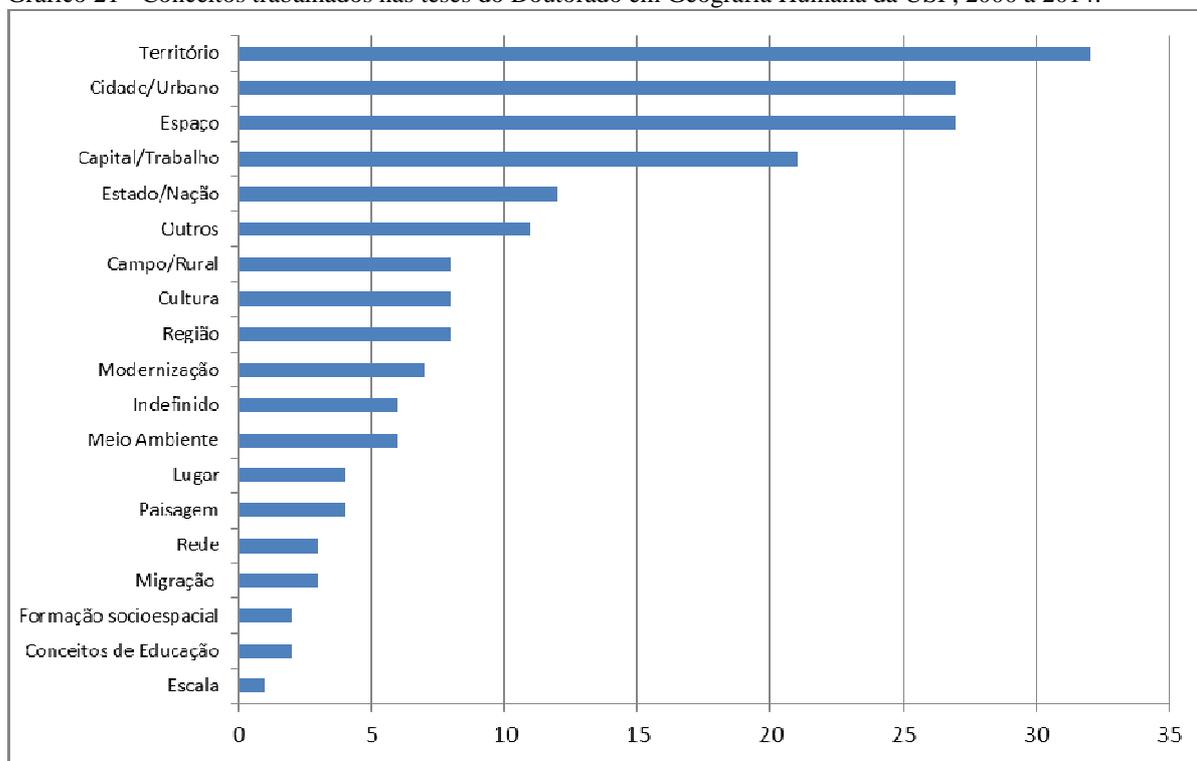
Gráfico 20 - Escalas geográficas das teses de doutorado em Geografia Humana da USP, 2000 a 2014.



Fonte: Dados do Autor, a partir de pesquisa na Biblioteca Digital da USP.

Em relação às escalas trabalhadas nas teses de doutorado da Geografia Humana da USP, de 2001 a 2014, observa-se que a maior parte delas se concentra na escala local (44%), seguindo as mesmas características dos demais cursos, e regional (23%), seguidas das escalas nacional (16%), internacional (9%) e global (2%), com 6% de teses sem definição clara das escalas o que se relaciona com os trabalhos de discussão teórico-epistemológica e sobre a historiografia da disciplina.

Gráfico 21 - Conceitos trabalhados nas teses do Doutorado em Geografia Humana da USP, 2000 a 2014.



Fonte: Dados do Autor, a partir de pesquisa na Biblioteca Digital da USP.

Por fim, quando observamos os conceitos ou grupos temáticos de conceitos mais trabalhados nas teses do Programa de Pós-graduação em Geografia da USP vemos que território, espaço, cidade/urbano, capital/trabalho e Estado/nação foram os mais abordados nas teses de doutorado em Geografia Humana da USP, de 2000 a 2014. Além desses, em ordem decrescente, foram abordados os conceitos: região, campo/rural, cultura, modernização, meio ambiente, dentre outros conceitos menos específicos e comuns.

A análise de todos os gráficos apresentados ao longo deste APÊNDICE sugere que as diferenças no tocante à produção discente entre os três programas parecem se dar mais em termos quantitativos do que em termos qualitativos. Feitas as devidas ressalvas quanto à natureza dos programas (separação ou não das subáreas disciplinares em Geografia Física e Geografia Humana), uma ou outra característica diferente(s) decorrentes(s) de períodos de instabilidades institucionais da(s) Universidade(s) e do(s) curso(s), poder de atração dos centros de pesquisa, que se relaciona com a própria atração político-econômico-regional do lugar/situação geográfica

em que se inserem os programas e as Universidades aqui trabalhados/as, os comportamentos dos gráficos parecem estar assentados sobre lógicas e tendências comuns de pesquisa.

Quanto às escalas de análise, as pesquisas que se detêm, em sua maioria, sobre os recortes local e regional, ou que articulam essas duas escalas, se apresentam com força em todos os cursos analisados, evidenciando uma realidade e uma tendência das pesquisas em Geografia que, nos parece, se vinculam com o tempo da pesquisa e da creditação (no caso do mestrado), que encurtam o tempo destinado ao trabalho de campo, sobretudo nas pesquisas que se dão em locais distantes à UFBA e a Salvador, além dos baixos recursos destinados pelos governos para o subsídio das pesquisas.

A temática ambiental, associada às novas tecnologias de mapeamento, na Geografia Física, ampliam sua participação e se equivalem, em importância, a subáreas há muito consolidadas no pensamento geográfico como geomorfologia e hidrografia. No tocante à Geografia Humana, a subárea de Geografia urbana mostra sua imponência perante as demais, também nos cursos da UFBA e da USP. Essa posição destacada demonstra a intrínseca relação entre empiria e teoria – um país majoritariamente urbano e a tradição teórica erguida por nomes de destaque internacional que passaram pelas duas instituições, seja como parte do quadro permanente, a exemplo do professor Milton Santos, seja como visitantes de cooperações científicas firmadas entre essas Universidades e centros internacionais.

Quanto aos conceitos mais trabalhados, espaço e território se firmam como conceitos mais operacionalizados nas pesquisas em Geografia Humana, enquanto que o conceito de paisagem, muito associado às abordagens sistêmicas, domina os trabalhos de Geografia Física. O destaque se faz, em todos os cursos, para a ampliação da participação de conceitos pouco identificados com o campo disciplinar como conceitos centrais das análises.

APÊNDICE B – Entrevista com estudantes de pós-graduação

Nome:

Idade:

Instituição:

Período do curso (noturno/diurno/vespertino):

Semestre cursado:

Curso: () Mestrado () Doutorado

1 – Qual a sua formação inicial (graduação)?

2 – O que lhe fez optar pelo curso de pós-graduação em Geografia?

3 – Você já cursou ou tem vontade de cursar pós-graduação em outra área diferente da Geografia? Por quais motivos?

4 – Que temas/teorias/métodos tratados pela Geografia mais lhe interessam na atualidade? Por que?

5 – Você faz parte de algum grupo de pesquisa? Qual? E como chegou até ele?

6 – Caso participe de algum grupo de pesquisa, relate um pouco sobre as atividades que você desenvolve junto a esse grupo.

7 – Você trabalha ou já trabalhou em alguma instituição fora da Universidade que você estuda, ligada à Geografia?

8 – Caso trabalhe ou tenha trabalhado em alguma instituição fora da Universidade em que estuda, relate um pouco de sua experiência. **

09 – Qual a importância que você acredita ter hoje a Geografia para a sociedade?

10 – Como você enxerga a estrutura curricular disponível para sua formação em nível de pós-graduação nessa instituição? Você modificaria algo nessa estrutura curricular?

11 – Qual a sua opinião sobre a infraestrutura (bibliotecas, laboratórios, suporte às pesquisas de campo, etc.) disponível para sua formação em nível de pós-graduação nessa instituição?

12 – Como você se vê profissionalmente hoje e daqui a 10 anos, levando-se em consideração as possibilidades de atuação que a Geografia lhe proporciona?

** Para quem for professor/pesquisador de instituição de ensino superior:

8.1 – Relate um pouco de sua trajetória profissional com atenção à(s) linha(s) teórico-metodológica(s) que tem direcionado seus trabalhos.

8.2 – Quais as facilidades e/ou dificuldades de operacionalizar o seu direcionamento teórico-metodológico frente à(s) Geografia (s) praticada (s) nas instituições de ensino, pesquisa e/ou planejamento hoje?

8.3 – Qual o lugar/relação entre a Geografia que ___ produz, segundo seu direcionamento teórico-metodológico, e a instituição/departamento em que trabalha?

8.4 – Qual a sua percepção/opinião sobre as expectativas do alunado em nível de graduação em Geografia quanto à vida profissional?

APÊNDICE C – Entrevista com professores-pesquisadores, ligados a um programa de pós-graduação

Nome:

Instituição:

- 1 – Contextualização/histórico resumido da vida profissional.
- 2 – Relate um pouco de sua trajetória profissional com atenção à(s) linha(s) teórico-metodológica(s) que tem direcionado seus trabalhos.
- 3 – Quais as facilidades e/ou dificuldades de operacionalizar o seu direcionamento teórico-metodológico frente à(s) Geografia (s) praticada(s) nas instituições de ensino, pesquisa e/ou planejamento hoje?
- 4 – Qual o lugar/relação entre a Geografia que ___ produz, segundo seu direcionamento teórico-metodológico, e a instituição/departamento em que trabalha?
- 5 – Qual a sua percepção/opinião sobre as expectativas do alunado em nível de graduação e pós-graduação em Geografia quanto à vida profissional?
- 6 – Qual a sua percepção/opinião sobre a relação entre a Geografia que se ensina/constrói nessa instituição e a que os profissionais formados aqui praticam no seu cotidiano?
- 07 – Como você enxerga a estrutura curricular disponível para a formação do alunado nessa instituição? Você modificaria algo nessa estrutura curricular?
- 08 – Qual a sua opinião sobre a infraestrutura (bibliotecas, laboratórios, suporte às pesquisas de campo, etc.) disponível para a formação do alunado nessa instituição?
- 09 – Qual a importância que ___ acredita ter hoje a Geografia para a sociedade?
- 10 – Quais as tendências que ___ observa para o futuro da Geografia?